



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo

ROSEANE CRISTINA SANTOS GOMES

**TERRITÓRIO, PAISAGEM, SUJEITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS:
(DES) CAMINHOS E PERSPECTIVAS DO TBC EM COMUNIDADES BRASILEIRAS E
MEXICANAS**

SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE – BRASIL
2014

ROSEANE CRISTINA SANTOS GOMES

**TERRITÓRIO, PAISAGEM, SUJEITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS:
(DES) CAMINHOS E PERSPECTIVAS DO TBC EM COMUNIDADES
BRASILEIRAS E MEXICANAS**

Tese de doutorado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço agrário e Regional

Linha de Pesquisa: Análise Regional

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Geralda de Almeida

**SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE – BRASIL
AGOSTO/2014**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Gomes, Roseane Cristina Santos

G633t Território, paisagem, sujeitos sociais e políticas públicas: (des) caminhos e perspectivas do TBC em comunidades brasileiras e mexicanas / Roseane Cristina Santos Gomes; orientadora Maria Geralda de Almeida. – São Cristóvão, 2014.

377 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2014.

1. Geografia humana. 2. Comunidade. 3. Paisagens. 4. Turismo e Estado. 5. Turismo de Base Comunitária. I. Almeida, Maria Geralda, orient.
II. Título.

CDU 911.3:338.483



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo**

ROSEANE CRISTINA SANTOS GOMES

Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida (orientadora/UFG/UFS)

Profa. Dra. Salete Kozel Teixeira (membro externo/UFPR)

Prof. Dr. Janio Roque Barros de Castro (membro externo/UNEB)

Prof. Dr. Hélio Mário de Araújo (membro interno/NPGeo/UFS)

Prof. Dr. Flaviano Oliveira Fonsêca (membro externo/IFS)

Data: 20/05/2014

Resultado: CONCEITO "A" com louvor



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



Ata da Sessão de Defesa da Tese de Doutorado de
Roseane Cristina Santos Gomes.

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e quatorze, com início às quinze horas, realizou-se no Auditório da Pós-Graduação, Didática II, Andar Superior do Campus Prof. José Aloísio de Campos, em São Cristóvão, a sessão pública de defesa de Tese de Doutorado em Geografia de Roseane Cristina Santos Gomes intitulada "Território, paisagem, sujeitos sociais e políticas públicas: (des) caminhos e perspectivas do TBC em comunidades brasileiras e mexicanas." A Banca foi presidida pela Profª. Drª. Maria Geralda de Almeida, na qualidade de orientadora, que abriu a sessão pública e passou a palavra para a doutoranda proceder a apresentação do seu trabalho. Após a apresentação, a Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores Salete Kozel Teixeira, Janio Roque Barros de Castro, Flaviano Oliveira Fonseca e Hélio Mário de Araújo, arguíram a candidata, que teve igual período para sua defesa. Ato seguido, a Profª. Drª. Maria Geralda de Almeida, presidente da banca, teceu comentários sobre o trabalho e destacou a trajetória para a sua construção. Na sequência, a banca examinadora reuniu-se para atribuição do conceito e decidiu aprovar a candidata com o conceito "A", com louvor. Foram atendidas as exigências das Normas que regulam a apresentação e defesa de Tese de Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos, 20 de maio de 2014

Profª. Drª. Maria Geralda de Almeida
-Orientadora-

Profª. Drª. Salete Kozel Teixeira
Examinadora

Prof. Dr. Janio Roque Barros de Castro
Examinador

Prof. Dr. Flaviano Oliveira Fonseca
-Examinador-

Prof. Dr. Helio Mário de Araújo
-Examinador-

Roseane Cristina Santos Gomes
-Candidata-

À minha família, em especial minha mãe.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois a fé depositada em ti me fez acreditar que os obstáculos podem ser superados. Obrigada senhor por não deixar nada faltar em minha vida! O senhor é meu pastor, nada me faltará!

A minha mãe pelo amor incondicional e por sempre está ao meu lado. Hoje me tornei uma batalhadora pelo fato de ter senhora e a minha avó Guiomar como referencial.

A minha irmã Márcia Regina pela ajuda nas pesquisas e pelo incentivo.

Aos meus tios, em especial tia Carmem pelas conversas, conselhos e força. Não me esqueço da sua frase: ‘sua estrela vai sempre brilhar’!

A minha priminha Laurinha que com sua inocência de ser criança me fez sorrir em momentos angustiantes e delicados desta trajetória. Você é meu anjinho preferido! Obrigada, cotoco lindo simplesmente por existir!

A todos os meus professores, desde a Educação Infantil até a Universidade. Em especial, agradeço aos professores do Departamento de Geografia e do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da UFS pelo aprendizado e por abrir os meus horizontes para o conhecimento geográfico.

A CAPES, pelo apoio financeiro durante a vigência do meu doutorado e por possibilitar o enriquecimento da minha pesquisa por meio da concessão de bolsa doutorado Sanduiche no exterior.

Aos Secretários do NPGEQ Everton, Francy e os bolsistas pela atenção prestada no decorrer desta trajetória.

A minha orientadora Dra. Maria Geralda de Almeida pela paciência, parceria e por acreditar na realização desta pesquisa.

Ao amigo Jason Reis por sempre está comigo em momentos alegres, tristes, sensíveis, difíceis e significativos. A Geografia nos apresentou há dezessete anos e desde então construímos uma relação de respeito mutuo e amizade.

Aos companheiros do grupo de pesquisa Sociedade e Cultura Maria Augusta Mundim, Adriane Damasceno, Glalber Ferreira, Aline Gomes, Aucéia Dourado, Benizário Júnior, Daniella Pereira, Eliete Furtado, Gabriela Nicolau, Ivan Rego, Isabella Correa, Jorgenado Calazans, Marister Loureiro, Maryane Silveira, Rodrigo Herles, Angela Gomes, Rodrigo Lima, Ronilse Torres, Solimar Bonjardim, Vanessa Costa, Daniele Luciano e César França pelo convívio e parceria nas pesquisas desenvolvidas e pelos diversos momentos compartilhados.

A Aucéia, César, Angela, Jorgenaldo, Priscila pela disposição na leitura de capítulos desta tese, ajudando-me a enxergar falhas que o cérebro não mais identificava. Na fase final desta trajetória o fôlego fica comprometido. Por isso, considero a contribuição de cada um de vocês muito valiosa. Agradeço a todos também pela torcida.

A Solimar Bonjardim pelo carinho, delicadeza e atenção comigo no momento em que, em meus pensamentos, o mundo tinha desabado. Aqueles momentos de fragilidade me fizeram enxergar o ser humano sensível que você é. Obrigada!

Gabriela Nicolau e Joab Almeida pelas informações prestadas sobre o turismo nas comunidades sergipanas estudadas.

A professora Dra. Maria Augusta (carinhosamente Guta) pelo carinho e por fazer parte da minha trajetória, prestando importantes contribuições na vida acadêmica e pessoal.

A professora Dra. Lilia Zizumbo Villarreal pela co-orientação, contribuições e apoio prestados durante a realização do Estágio Doutoral na *Universidad Autónoma de Estado del México*.

A Erika, Dulce María e todos os colegas e profissionais mexicanos da *Facultad de Turismo y Gastronomía da UAEM* que me auxiliaram nas investigações sobre as comunidades estudadas.

Aos professores Dr. Genésio Santos, Hélio Mário, as professoras. Acacia Souza e Núbia Dias pelo carinho, palavras de conforto nos momentos duros e pela torcida em me ver vencedora! Quantas vezes eu passei pelos corredores do DGE desanimada, atormentada e vocês com a leveza que cada um tem, me deram uma injeção de ânimo, contribuindo para o meu seguir em frente. A vocês, meu muito obrigada!

A minha eterna professora Claudete Sampaio sempre muito carinhosa comigo. O seus abraços e sorrisos sempre me fizeram bem! A senhora sabe que também faz parte desta conquista. Obrigada!

Aos membros da Banca examinadora Profa. Dra. Salete Kozel Teixeira, Prof. Dr. Jânio Roque de Castro, Prof. Dr. Flaviano Oliveira Fonsêca, Prof. Dr. Hélio Mário de Araújo pela disponibilidade e disposição no debruçar dos meus escritos para um olhar mais aguçado acerca do que foi construído, no sentido de contribuir para a melhoria do que está posto.

A amiga Jatzia Aragon pela imensa ajuda na pesquisa de campo realizada em Puerto Morelos e San Pedro Atlapulco e acima de tudo pelo companheirismo e solidariedade em momentos difíceis no México. Você foi muito importante durante minha estadia neste país.

Aos sujeitos locais das comunidades pesquisadas pela disposição e disponibilidade em contribuir com a minha pesquisa. Sem vocês a elaboração desta tese não seria possível.

A todos os sujeitos dos órgãos visitados que contribuíram com informações para esclarecimentos sobre as dúvidas levantadas durante a investigação.

Aos colegas Carolina Moreno e Edison Plaza pela ajuda com espanhol e pela torcida.

A Lício Valério pelo apoio e importantes contribuições tanto na qualificação quanto no decorrer da pesquisa.

A Max Alberto pela torcida, pelo apoio, pelas palavras de força em momentos difíceis.

A Nelson Moreno pelo incentivo em seguir a trajetória acadêmica desde que nos conhecemos e pela presteza em me acompanhar durante as pesquisas de campo e por sempre está disponível a me ajudar. Você tem uma presença muito significativa minha trajetória enquanto pesquisadora.

A Daniele Luciano e César França pela importante contribuição no que tange a formatação da tese, pela atenção, disposição e disponibilidade em dedicar momentos do tempo de vocês para auxiliar na fase em que o cérebro não consegue mais fazer distinção de nada. Vocês foram os meus olhos nesta fase final. São também meninos de ouro e com uma trajetória acadêmica promissora!

A Heleno pela gentileza na elaboração dos mapas referentes às minhas comunidades.

A Iguaraci pelo carinho, torcida e apoio.

A todos aqueles que por ventura não foram citados, em decorrência do cansaço mental, mas que acreditaram na minha superação e na concretização desta tese.

RESUMO

A América Latina tem como uma de suas características a diversidade da paisagem que conforma o território de pequenas comunidades, estejam estas localizadas na zona litorânea ou no interior. Referimo-nos às comunidades brasileiras e mexicanas que além de apresentar uma paisagem dinâmica, possuem, todavia uma riqueza sociocultural que as singularizam. São marcadas pelo modo de vida tradicional e pelos laços do cotidiano. Muitas destas comunidades almejam uma melhor qualidade de vida e buscam se sobressair do processo de exclusão do qual são expostas. Para tanto buscam no turismo, a complementação de sua fonte de renda, ou até mesmo centram nesta atividade a manutenção de sua sobrevivência. É o caso das comunidades estudadas: povoados Crasto/ Santa Luzia do Itanhy, Terra Caída/ Indiaroba – Sergipe/ Brasil, Prainha do Canto Verde/Beberibe/Ceará/Brasil e Puerto Morelos/ município de Benito Juarez/ Quintana Roo e San Pedro Atlapulco/ município de Ocoyacac/ Estado de México – México. Sentindo a necessidade de refletir sobre o turismo, sobretudo, o turismo de base comunitária e seus impactos nas comunidades citadas, nos amparamos na ciência geográfica como pilar para esta reflexão. Esta atividade é vislumbrada como fator de transformação socioespacial, cultural, política e econômica. Porém, para sua implantação, é relevante pensar na necessidade que o território dos sujeitos sociais locais possui para receber o turismo. Isto posto, temos como objetivo a análise das relações socioespaciais envolvendo sujeitos sociais locais, políticas de fomento ao turismo e o turismo de base comunitária - TBC nas comunidades latino-americanas já citadas. Trata-se, portanto, da análise acerca de territorialidades que se (re) criam, da (re) significação da paisagem pelos sujeitos sociais locais, por meio da inserção do TBC que tem como essência o princípio da autogestão, do empoderamento das comunidades e valorização do modo de vida tradicional. Para tanto, nos pautamos nas categorias paisagem e território como balizadoras da reflexão proposta. O método de análise que consubstancia a pesquisa é o fenomenológico. Já os instrumentos de investigação utilizados foram: revisão bibliográfica; pesquisa de campo composta de observação direta, levantamento e registro fotográficos; técnica de entrevista semiestruturada. Com base nos resultados obtidos com a pesquisa afirmamos que no processo de inserção do turismo nas comunidades citadas existem várias forças que atuam nos territórios dos sujeitos sociais locais. Estas forças se materializam por meio das relações de poder que emanam tanto das comunidades quanto dos agentes planejadores das políticas de fomento ao turismo e agentes privados. No caso das políticas, o poder se manifesta pelo conteúdo e discurso propagado acerca do desenvolvimento local para o alcance da sustentabilidade. Este, na verdade é apenas uma forma alienadora de manter o controle sobre as comunidades e favorecer as demandas do turismo de massa e agentes privados interessados em obter divisas ao investir no turismo. No que diz respeito às comunidades o poder advém da necessidade de defender os seus territórios contra forças externas que em nada ou muito pouco contribuem para a manutenção das suas territorialidades. Emana, outrossim, do processo de exclusão pelo qual as mesmas são submetidas e, conseqüentemente pela busca da melhoria de suas condições de vida.

Palavras-chave: comunidades, sujeitos locais, paisagem, território, políticas de fomento ao turismo e Turismo de Base Comunitária.

ABSTRACT

Latin America has as one of its features the landscape diversity that shapes the territory of small communities, these are located in the coastal zone or inside. We refer to the Brazilian and Mexican communities that besides presenting a dynamic landscape have richness sociocultural that singularize them. They possess a richness that sociocultural singularize. They are marked by the traditional lifestyle and the bonds of everyday life. Many of these communities aspire to a better quality of life and seek to excel the exclusion processes which are exposed. Therefore they seek in the tourism, complementing their source of income, or even focus on this activity to maintain their survival. This is the case of the communities studied: villages Crasto/ Santa Luzia do Itanhy, Terra Caída/ Indiaroba – Sergipe/ Brazil; Prainha do Canto Verde/Beberibe/Ceará/Brazil e Puerto Morelos/ Benito Juarez county/ Quintana Roo e San Pedro Atlapulco/ Ocoyacac county/ Mexico State – México. Feeling the need to reflect on tourism, especially community-based and their impacts on communities cited in geographical science seek the pillar for this reflection. It is envisioned as a factor of socio-spatial transformation, cultural, political and economic. However, for the implementation of this activity, it is relevant to think in host communities, as well and necessity that the territory of social subjects have to receive the tourism. We aim to analyze the socio-spatial relations involving local social subjects, policies to promote tourism and community-based tourism - TBC in Latin American communities already mentioned. It is therefore the analysis of territoriality about that (re) create, (re) signification of the landscape by local social subjects, through the insertion of TBC whose essence the principle of self-management, empowerment of communities and appreciation of the traditional lifestyle. Therefore, we base in the territory and landscape categories to guide the best reflection proposal. We understand that is in the territory where the interaction occurs individual - environment. The method of analysis that substantiates the research is phenomenological. Already the research instruments that were used: literature review; fieldwork consisting of direct observation, survey and photographic record; semi-structured interview technique. Based on the results obtained from the research say that the process of integration of tourism in the communities above mentioned there are several forces acting in the territories of local social subjects. These forces are materialized through the power relations emanating from both communities as agents of the planners of policies encouraging tourism. In the case of political power manifests itself by discourse propagated on local development to achieve sustainability. This really is just a way of alienating maintain control over communities and favor the demands of mass tourism and private actors interested in obtaining foreign currency to invest in tourism. With regard to communities the power comes from the need to defend their territory against external forces which do nothing or very little to contribute to the maintenance of their territoriality. Emanate likewise, the deletion process by which they are submitted, and therefore the search for improvement of their living conditions.

Keywords: communities, social subjects, landscape, territory, policies encouraging tourism and community-based tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Polo Costas dos Coqueirais – Sergipe	110
Figura 2	PRODETUR/CE – Polo Costa do Sol	119
Figura 3	Organograma do MTur	128
Figura 4	Localização dos Projetos Seleccionados no Edital pelo MTur/2008	133
Figuras 5 e 6	Valle de Bravo-Pueblo Mágico	152
Figuras 7 e 8	Malinalco/Estado de México	153
Figuras 9 e 10	Patrimônio arqueológico de Teotihuacan	154
Figuras 11 e 12	Cancun – México	157
Figuras 13 e 14	Noite em Cancun	157
Figuras 15 e 16	Costa Maya – México	158
Figuras 17 e 18	Zona hoteleira de Cancun – México	159
Figura 19	Placa localizada no povoado Saco do Rio Real indicando a presença dos jesuítas na localidade	171
Figura 20	Planície litorânea – Povoado Terra Caída	176
Figura 21	Rio Piauí, povoado Crasto/Santa Luzia do Itanhy	177
Figura 22	Estuário do Piauí-Fundo-Real visto do povoado Terra Caída	178
Figura 23	Rio Piauí – povoado Terra Caída/Indiaroba-SE	178
Figura 24	Planície de Apicuns – Povoado Terra Caída	179
Figura 25	Vegetação herbácea	180
Figura 26	Coqueiral margeando o rio Piauí – Povoado Crasto	180
Figura 27	Mata do Crasto – estrada de acesso ao povoado Crasto	181
Figuras 28 e 29	Efluentes domésticos no Rio Piauí e construção de atracadouro	182
Figura 30	Ponte Gilberto Amado construída sobre o estuário do rio Piauí-Fundo-Real/ Terra Caída.	183
Figuras 31 e 32	Ponte Gilberto Amado construída sobre o estuário do Piauí-Fundo-Real, Povoado Terra Caída/Indiaroba-SE	183
Figura 33	Povoado Crasto – equipamento de hospedagem e restaurante	185
Figura 34	Povoado Crasto – equipamento de hospedagem e restaurante	186
Figura 35	Povoado Terra Caída/embarcações utilizadas para traslado de turista	186
Figura 36	Povoado Crasto – Escola de Educação Infantil	187
Figura 37	Escola de Ensino fundamental/Povoado Terra Caída	188
Figura 38	Povoado Terra Caída – Sistema de abastecimento de água precário	189
Figura 39	Povoado Crasto/IPTI	190
Figuras 40 e 41	ASPECTO – Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores de Terra Caída	191
Figura 42	Povoado Terra Caída/Capela São José	192
Figuras 43 e 44	Praia de Morro Branco/Beberibe – CE	195
Figura 45	Praia de Canoa Quebrada - Aracati	195
Figura 46	Praia de Canoa Quebrada - Aracati	196
Figura 47	RESEX Prainha do Canto Verde	197
Figura 48 e 49	Estrada de Acesso a Comunidade Prainha do Canto Verde/Beberibe/CE	199
Figura 50	Residência de funcionamento do posto médico da comunidade Prainha do Canto Verde	200
Figura 51	Escola de Ensino fundamental Bom Jesus dos Navegantes	200
Figuras 52 e 53	Atividades comerciais exercidas na comunidade do Canto Verde	201
Figura 54	Igreja – Prainha do Canto Verde	202
Figura 55	Câmara Fria da Prainha do Canto Verde	202
Figura 56	Puerto Morelos - Localização da área de estudo.	204
Figura 57	Puerto Morelos – vegetação de manguezal e restinga	209
Figura 58	Puerto Morelos – vegetação de manguezal e restinga	210
Figuras 59 e 60	Parque Nacional de Arrecife de Puerto Morelos	213
Figuras 61 e 62	Puerto Morelos: zona hoteleira	214

Figuras 63 e 64	Puerto Morelos: restaurantes diversos	214
Figura 65	Puerto Morelos: prática da pesca no Caribe mexicano	215
Figura 66	Puerto Morelos: prática da pesca no Caribe mexicano	216
Figuras 67 e 68	Comércio de Puerto Morelos	216
Figura 69	Puerto Morelos: serviços turísticos	217
Figuras 70 e 71	Puerto Morelos: comercialização de artesanato	218
Figura 72	Puerto Morelos: Escola pública de ensino primário Adolfo Lopez Mateos	219
Figura 73	Puerto Morelos: Paróquia Católica de San Jose	220
Figura 74	Localização do povoado San Pedro Atlapulco	222
Figura 75	Evidência do império Mexica – Centro Histórico de Ciudad de México	224
Figura 76	Atlapulco: Aspectos geomorfológicos – presença de relevo acidentado coberto por bosques	226
Figuras 77 e 78	Zona urbana – San Pedro Atlapulco	228
Figura 79	San Pedro Atlapulco: Escola de Ensino Técnico Preparatório.	229
Figuras 80, 81 e 82	San Pedro Atlapulco: Templo católico	230
Figura 83	San Pedro atlapulco: Zona agrícola – povoamento disperso	231
Figuras 84 e 85	Rodovia de acesso a Toluca-DF	233
Figura 86	Oferta de serviços turísticos nos vales que circundam San Pedro Atlapulco	233
Figuras 87 e 88	Restaurantes de San Pedro Atlapulco	234
Figuras 89 e 90	San Pedro Atlapulco: Artesanato	234
Figuras 91 e 92	Engenho Antas e cachaçaria da fazenda Priapu de Feira	265
Figuras 93 e 94	Fauna e flora – Povoado Crasto	266
Figura 95	Povoado Crasto: gastronomia à base e mariscos e pescados	266
Figura 96	Povoado Crasto: ruínas da Igreja Senhor do Bonfim.	267
Figura 97	Povoado Crasto: Reisado mirim	268
Figura 98	Povoado Crasto: antigo Trapiche	268
Figura 99	Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde	286
Figura 100	Pousada Recanto Mãezinha/Prainha do Canto Verde	292
Figura 101	Pousada Sol e Mar – Prainha do Canto Verde	293
Figura 102	Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacentes (AIMPCVA)	294
Figuras 103 e 104	Evidencia do conflito envolvendo comunidade e empresário e RESEX	295

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Conceitos de TBC – vários olhares e traços comuns	52
Quadro 2	Quadro síntese referente aos Planos Nacionais de Turismo (PNTs) no período correspondente a 2003-2016	98
Quadro 3 -	PRODETUR/NE II: Polos de Desenvolvimento Integrado de Turismo	104
Quadro 4 -	Descrição das etapas de investimentos do PRODETUR/NE I (1995/2001)	111

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Municípios do litoral Sul do estado de Sergipe	170
Mapa 2	Área de Estudo – Sergipe/Brasil	171
Mapa 3	Localização da comunidade Prainha do Canto Verde/CE	195

LISTA DE TABELA

Tabela 1 -	PRODETUR/CE I: especificação de investimento	117

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAV - Congresso Brasileiro de Agências de Viagens

ADELO – Associação para o Desenvolvimento Local Co-produzido

AIMPCVA – Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências

APA - Áreas de Proteção Ambiental

APP – Área de Preservação Permanente

ASPED - Associação Social Pastoral Esperança de Deus

ASPECTO - Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores de Terra Caída

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

BNB – Banco do Nordeste do Brasil

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CADASTUR - Cadastramento dos prestadores de serviços turísticos

CAGECE – Companhia de Abastecimento de água e Esgoto do estado do Ceará

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBTS - Conselho Brasileiro para o Turismo Sustentável

CF- Constituição Federal

CFE - *Comisión Federal de Electricidad*

CGPE – Coordenação Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas

CIP- Centros Integralmente Planejados

CNT - Conselho Nacional do Turismo

COELCE – Companhia Energética do Ceará

COMBRATUR - Comissão Brasileira de Turismo

CONANP – Comissão de Áreas Naturais Protegidas

CONAPO – Conselho Nacional de População

CONATUR - Conselho Nacional de Turismo

COOPECANTUR – Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde

COOPERTALSE – Cooperativa de Transporte Alternativo de Sergipe

DCPAT - Departamento de Qualificação, de Certificação e de Produção Associada ao Turismo

DESO - Companhia de Saneamento de Sergipe

DIE- Distrito Industrial de Estância

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo

EMSETUR - Empresa Sergipana de Turismo

ENTBL – Encontro Nacional de Turismo de Base Local

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOGATUR - Fundo de Garantia e Fomento ao Turismo

FONATUR - Fondo Nacional de Turismo

FUNGETUR - Fundo Geral do Turismo

GERCO - Programa de Gerenciamento Costeiro

ICMABIO – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INE – Instituto Nacional de Ecología

INEGI – Instituto Nacional de Estadística y Geografía

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada

IPTI – Instituto de Pesquisa Tecnologia e Inovação

J.K - Juscelino Kubitschek

LTDS - Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MP4 – Play Music

MTur – Ministério do Turismo

NPGeo – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia

Ministério da Indústria e Comércio

Ministério do Esporte e Turismo

OMS – Organização Mundial de Saúde

OMT - A Organização Mundial de Turismo

ONG – Organização não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

PEMEX - Petroleiros Mexicanos

PIB – Produto Interno Bruto

PLANTUR - Plano Nacional de Turismo

PNDA- Programa Nacional de Desenvolvimento de Artesanato

PNMT- Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNT - Plano Nacional de Turismo

PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente

PRODEMA – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo

PRODETURIS – Programa de Desenvolvimento do Turismo do Litoral do Ceará

PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar

PROURB – Programa de Desenvolvimento Urbano de Cidades e Médio Porte

REDTURS – Rede de Turismo Comunitário da América Latina

RESEX – Reserva Extrativista

RINTUR - Relatório do Inventário Turístico Nacional

SAGARPA - Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación

SANEFOR – Programa de Saneamento Básico de Fortaleza

SCIELO - Scientific Electronic Library Online

SECTUR – Secretaría de Turismo

SEDETEC - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia

SEMEAR – Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecologia e de Artes

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem

SEPLATEC – Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe

SETUR - Secretaria de Estado do Turismo

SNPDTUR - Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal

SITS - Seminário Internacional de Turismo Sustentável

SNPDTUR - Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

TBC – Turismo de Base Comunitária

Tucum - Rede Cearense de Turismo Solidário e Comunitário

Turisol - Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário

Tusoco - Rede Boliviana de Turismo Solidário Comunitário

UAEM - Universidad Autónoma Del Estado de México

UEE – SE - Unidade Executora Estadual/ Sergipe

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UNAN – Universidad Nacional Autónoma de México

Unitur - Unidade Técnico-administrativa dos Polos Turísticos de Sergipe

WWF- Fundo Mundial para a Vida Selvagem e Natureza

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO 1: GEOGRAFIZANDO O TURISMO	40
1.1 O turismo em seu caráter multidimensional	40
1.2 Concepções e interpretações do turismo no pensamento geográfico.....	43
1.2.1 Reflexões sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC).....	50
1.3 Um <i>tour</i> analítico entorno da paisagem e do território no turismo.....	64
1.3.1 Acepções sobre a paisagem.....	65
1.3.2 Paisagem, Turismo e Consumo	67
1.4 Acepções sobre Território Turístico	71
1.4.1 Território e a construção das territorialidades no turismo.....	71
1.4.2 Território, Cotidiano e Turismo	75
CAPÍTULO 2: POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO	
AO TURISMO NO BRASIL	83
2.1 As tessituras das políticas de planejamento turístico no Brasil	83
2.2 Os rebatimentos dos PNTs no Nordeste a partir do PRODETUR/NE	100
2.2.1 Políticas públicas para promoção do Turismo em Sergipe	106
2.3 Breve descrição das políticas de turismo no estado do Ceará	115
2.4 Políticas públicas voltadas para o Turismo de Base Comunitária	120
CAPÍTULO 3: POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO	
AO TURISMO NO MÉXICO	139
3.1 Trajetos das políticas de planejamento do turismo no México.....	139
3.2 Políticas de planejamento do turismo no	
Estado de México e no estado de Quintana Roo	151
3.3 Políticas de fomento ao turismo no Brasil e no México	161
CAPÍTULO 4: REFLEXÕES SOBRE PAISAGEM, TERRITÓRIO, TURISMO	
E SUBJETIVIDADE EM COMUNIDADES BRASILEIRAS E MEXICANAS	168
4.1 Paisagem e território das comunidades Crasto e Terra Caída/ Sergipe / Brasil.....	168
4.1.1 O contexto territorial dos povoados Crasto e Terra Caída	177
4.1.2 A comunidade da Prainha de Canto Verde/Beberibe/Brasil	195
4.2 Paisagem e território das comunidades de Puerto Morelos e San Pedro	
Atlapulco/México	204
4.2.1 Comunidades do povoado Puerto Morelos	205
4.2.2 Comunidades de San Pedro Atlapulco	223

CAPÍTULO 5: CRASTO, TERRA CAÍDA, PRAINHA DO CANTO VERDE, SAN PEDRO ATLAPULCO E PUERTO MORELOS: (DES) CAMINHOS E PERSPECTIVAS DO TBC	241
5.1 Território, paisagem e turismo: o olhar dos sujeitos locais	241
5.2 TBC em comunidades latino-americanas: experiências frustradas, exitosas ou turismo convencional?	259
5.2.1 O TBC nas comunidades dos povoados Crasto e Terra Caída.....	259
5.2.2 O TBC na comunidade da Prainha do Canto Verde.....	286
5.2.3 O TBC nas comunidades mexiquense e quintanarroense	296
CONSIDERAÇÕES FINAIS	306
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	315
APÊNDICES	336
Roteiro de Observação	337
Roteiro de Entrevista	339
Termo de Autorização de Entrevista para Fins Científicos	343
ANEXOS	344
ANEXOS 1	345
ANEXOS 2	360

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A ciência geográfica está pautada na relação sociedade-natureza, bem como nas transformações socioespaciais decorrentes desta relação. O turismo por sua vez, está relacionado ao fato de que o espaço constitui o seu objeto de consumo e também de apropriação. Almeida (2000, p. 60), afirma que “o turismo é híbrido sendo simultaneamente um enorme potencial de desenvolvimento econômico e, igualmente de degradação do ambiente. Híbrido também, no sentido de ser o turismo um produtor, consumidor e transformador do ambiente”. Essa hibridez está relacionada ao próprio processo de transformação espacial evidenciado pelas novas formas de uso do território e da paisagem, a partir da dinâmica impressa pelos sujeitos sociais que fazem parte de comunidades receptoras e dos agentes externos às elas.

As comunidades foco desta tese têm o turismo como um agente de potencialização da dinâmica socioeconômica em seus territórios, seja de forma embrionária, já estabelecida ou em processo de consolidação. Interessa-nos a compreensão da forma pela qual o turismo exerce a sua dinâmica e influencia na produção, transformação e consumação destes territórios em decorrência do seu caráter híbrido destacado por Almeida. É importante esclarecer que, nesta tese adota-se a definição de sujeitos sociais/locais para designar aqueles que vivenciam e experienciam o território. Sujeito social, é aquele que possui uma história, é aberto ao mundo, é um ser que possui uma dimensão subjetiva, que ocupa funções sociais e se relaciona com os demais seres humanos. É aquele que constrói laços afetivos com os seus semelhantes e desta forma está inserido na dinâmica das relações sociais. É por esta razão que comungamos com o conceito de Charlot (2000, p.33) em que o sujeito social é “é um ser singular, com uma história, que interpreta o mundo e dá-lhe sentido, assim como dá sentido à posição que ocupa nele”. Este autor ainda acrescenta que é considerado também às suas relações com os outros, à sua própria história e a sua singularidade.

Portanto, o nosso objeto de estudo é representado pelas relações socioespaciais envolvendo sujeitos sociais que nesta pesquisa será denominado sujeito local, políticas de fomento ao turismo e o turismo em comunidades latino-americanas (Crasto, Terra Caída/ Sergipe, Prainha do Canto Verde/Ceará - Brasil; Puerto Morelos/ Quintana Roo e San Pedro Atlapulco/ Estado de México - México. Trata-se de uma análise acerca de territorialidades, da (re) significação da paisagem pelos sujeitos sociais, por meio da inserção do turismo, em

especial, aquele que prega o princípio da autogestão, do empoderamento e valorização do modo de vida local.

O turismo é definido pela ciência geográfica como um fenômeno que (re) produz, consome, transforma e dinamiza o espaço geográfico (CRUZ, 2002a; ALMEIDA, 2004). O turismo também é vislumbrado como fator de transformação socioespacial, cultural, política e econômica. Porém, para a implantação dessa atividade, deve-se pensar nas comunidades receptoras, assim como na capacidade e necessidade que estes territórios possuem para recebê-la. Dai a importância de incluir na análise geográfica do turismo uma reflexão sobre políticas públicas.

Quando nos referimos a comunidades receptoras e tais políticas, tratamos de uma modalidade específica do turismo que ao menos no conteúdo prioriza o desenvolvimento local. É o denominado turismo de base comunitária (TBC).

De acordo com Cruz (2009), este turismo favorece a valorização cultural dos sujeitos locais, do seu território e da paisagem que também são imbuídos de traços da cultura. O senso de pertencimento é uma característica fundamental para o fortalecimento dos laços que dinamizam a relação dos sujeitos locais com o seu território. Portanto, o TBC é aquele que se insere no território para se somar às características da comunidade e não para desvirtualizá-las.

O nosso entendimento de comunidade perpassa pelas relações que o grupo social tem com o seu território, pela relação de dependência no que concerne aos recursos naturais com os quais o grupo social constrói e estabelece o seu modo de vida. O conhecimento peculiar sobre a natureza e as formas de manejo dos recursos, sobre o território e que são passados de geração em geração pela oralidade é outro aspecto marcante quando se refere a uma comunidade.

Em suma, comunidade é aquela cuja sobrevivência material está estreitamente relacionada à conservação da biodiversidade, a preservação dos costumes, da língua e toda herança cultural deixada pelos seus antepassados. São aquelas em que os mitos, os símbolos, as vivências, são características do seu modo de vida tradicional, o que perpassa pela íntima relação com o seu território.

Para Diegues (2001) comunidades dentro do contexto acima exposto, são aquelas que reconhecem a sua importância identitária, em que os sujeitos se identificam com outros através do senso de pertencimento a uma cultura diferenciada. Atentar para o que essencializa uma comunidade é condição *sine qua non* quando se pensa em qualquer forma de intervenção

em seu território, a exemplo da inserção da atividade turística para atender as demandas do outro, do externo ao território.

Cruz (2005) enfatiza que o planejamento, de um modo geral, é um processo político-ideológico, que traduz as necessidades, objetivos e visões de mundo dos sujeitos sociais que o conduzem. Por isso, a autora afirma que as políticas públicas de turismo refletem, didaticamente, as ideologias a elas subjacentes: a rendição, a pressupostos neoliberais, a centralização descentralizada, a negligência com o território em favor do mercado. É partir desta premissa que mergulhamos na reflexão a cerca das relações socioespaciais que se processam entre comunidades com o modo de vida tradicional, políticas de fomento ao turismo e o TBC dentro de uma perspectiva geográfica e dialógica.

Para tanto, vislumbramos as categorias paisagem e território como fio condutor desta reflexão. A paisagem se justifica pelo fato de estar associada a símbolos e códigos coletivos, estabelecendo uma relação de aproximação entre os sujeitos sociais e o espaço. Cria uma memória coletiva e o imaginário geográfico. Acreditamos que os significados da paisagem não se apresentam por si mesmos, mas têm de ser descobertos. A paisagem não pode ser considerada apenas como um elemento visível e palpável no espaço, mas que tem memória e só é compreendida no decurso do processo histórico.

Para Castrogiovanni (2003, p. 46), “a paisagem tem um caráter social, pois é formada por movimentos impostos pelos grupos sociais por meio de seu trabalho, trocas informacionais, culturas e emoções”. A paisagem se justifica por ser entendida como uma produção cultural de sistemas de significação. Este sistema é criado a partir de um complexo conjunto de relações de poder que necessitam ser examinadas e lidas dentro de seus contextos sociais, históricos, culturais e políticos. Portanto, a paisagem é criada pelas experiências e relações com o mundo que nos cerca, do qual fazemos parte e construímos a nossa história. A paisagem no contexto do turismo é considerada elemento que constitui parte do potencial de um território, não apenas no âmbito do visível, mas também do sentir e do estabelecimento de relações afetivas com os elementos que a constituem. Fazem parte da paisagem o próprio sujeito e suas marcas culturais.

Já a categoria território se insere nesta pesquisa, uma vez que, o modo de vida dos sujeitos locais é fruto do cotidiano, das práticas culturais, das percepções da natureza, além da condição dos seus sujeitos, que são base para a formação de um território. Compreendemos que é no território onde ocorre a interação do sujeito com o ambiente. Resulta em diversas maneiras de se (re) organizar e se relacionar com a natureza e a cultura, transformando-as em

fonte de lazer, entretenimento e conhecimento para os turistas. Proporciona também a inserção socioeconômica da população local nas atividades relacionadas ao turismo.

Souza (2008), afirma que o Território é entendido não mais como um espaço delimitado, de fronteiras concretas, mas entendido também como uma categoria cujos agentes são indivíduos ou grupos, envolvidos em dinâmicas de pequena escala. Este, então compreende e mobiliza fatores específicos do vivido e experienciado para refletir sobre as territorialidades. Portanto, é a partir da categoria território que enfatiza as relações cotidianas e a construção das territorialidades por meio das vivências dos sujeitos, que pretendemos discorrer sobre o turismo enquanto agente potencializador do desenvolvimento local, em especial, nas comunidades brasileiras e mexicanas.

As relações socioespaciais envolvendo os sujeitos das comunidades estudadas, as políticas de fomento ao turismo, representadas pelos gestores e planejadores públicos e o turismo enquanto atividade econômica transformadora e consumidora da paisagem e do território, podem ser vislumbradas como positivas ou negativas a depender de como estas relações se processem.

Nesta tese defendemos que o turismo de base comunitária surge das relações de poder e conflito envolvendo sujeitos locais e agentes externos ao território. Porém, se mantêm por meio dos laços territoriais simétricos, fortalecidos essencialmente pelo associativismo, que perpassa pelo grau de empoderamento dos sujeitos locais em função da manutenção das territorialidades construídas ao longo da história.

As pesquisas realizadas pela autora que antecederam a tese em questão e que fomentaram novas inquietações em face aos resultados analisados, se deram em duas comunidades da região litorânea do estado de Sergipe. Elas culminaram na produção de dois trabalhos monográficos, de uma dissertação de mestrado e vários artigos científicos sobre a relação turismo-geografia. A partir dos estudos realizados, surgiu a necessidade de investigar um turismo de vertente inclusiva, uma vez que, na pesquisa de campo foi sinalizada a existência da participação da comunidade em projetos que ressaltavam o TBC por parte dos sujeitos locais. Como no estado de Sergipe, a referida atividade é pouco expressiva em termos de estudo, vislumbramos como proposta conhecermos de forma mais aprofundada a temática em questão.

A primeira pesquisa realizou-se no período de 2003-2005, resultando na monografia de graduação para o título de bacharel em Geografia intitulada “A influência da Associação Social Pastoral Esperança de Deus (ASPED) no processo de (re) configuração espacial do povoado Porto do Mato Estância/SE” defendida no ano de 2006. A segunda monografia foi

fruto da pesquisa realizada no curso de Pós-Graduação *latu sensu* em Ecologia e Conservação de Ecossistemas Costeiros de Sergipe, iniciada em 2006 e concretizada em 2007, intitulada “Uso e Ocupação do Solo da Praia do Saco: uma análise da percepção dos atores sociais locais acerca do Turismo e Veraneio”.

A última pesquisa para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente iniciou-se no ano de 2007 com o seu término no ano de 2009, culminando na dissertação intitulada “A sustentabilidade das relações socioespaciais em comunidades Litorâneas/Sergipe”, com enfoque nas comunidades dos povoados Porto do Mato e Saco do Rio Real/Estância. Estes trabalhos fornecem resultados e análises fundamentais para a investigação acerca das relações socioespaciais envolvendo comunidades e turismo em Sergipe, uma vez que foi verificado que tais relações criam uma dependência dos sujeitos locais em relação ao turismo que se desenvolve no espaço de reprodução do cotidiano.

Contudo, as análises feitas foram calcadas em um turismo convencional, imposto sem planejamento e que ameaça a manutenção dos territórios e da paisagem das comunidades, criando assim, territorializações determinadas pelos agentes externos às comunidades. Estamos nos referindo a um turismo que destrói e ameaça as territorialidades dos sujeitos. Acredita-se que a realidade verificada nas comunidades que foram objeto para as pesquisas já citadas, pode ser diferente se pensada dentro de uma tipologia do turismo que floresça das próprias comunidades ou de políticas que priorizem as territorialidades construídas ao longo da história.

No caso de Sergipe, com base na literatura sobre a temática, foram identificados dois municípios, incluindo as comunidades relacionadas ao Turismo de Base Comunitária (TBC) (sede municipal, Crasto e Pau Torto, no município de Santa Luzia do Itanhy, além do povoado Terra Caída, município de Indiaroba). Em pesquisa preliminar, foi constatado que Crasto e Terra Caída têm indícios mais fortes da relação com TBC. Já na sede municipal e o povoado Pau Torto, os sujeitos locais se remeteram ao povoado Crasto para maiores informações sobre a questão. Portanto, elegemos as comunidades que melhor poderiam nos fornecer substrato para a investigação proposta. Quando afirmamos que tais comunidades se relacionam ao TBC, é porque estas estão ou estiveram envolvidas com a referida modalidade de turismo.

A comunidade do povoado Terra Caída recebe visitantes desde os anos oitenta dentro de princípios que caracterizam o TBC, em especial aquele que envolve o saber e fazer dos sujeitos locais. Já as comunidades dos povoados Crasto e Pau Torto foram conduzidas pela Organização Não-Governamental (ONG) Instituto de Pesquisa e Tecnologia (IPTI) no ano

2010 e desde então vem assimilando o anseio de materializar o TBC. Embora tenha sido realizado um diagnóstico nas comunidades para a implantação do TBC, até a finalização da pesquisa o mesmo não se concretizou, o que não exclui a perspectiva das comunidades quanto a busca da melhoria da qualidade de vida por meio da modalidade de turismo em questão.

No caso do estado do Ceará, este se constitui em uma das principais referências nacionais quando se trata do TBC. Nele está localizada a comunidade da Prainha do Canto Verde considerada pioneira na sistematização do TBC e possui um forte histórico de luta pela terra, o que perpassa pelo associativismo dos sujeitos locais em defesa do seu território contra agentes externos. Por esta razão, houve a necessidade de verificar *in loco* como se deu o processo de inclusão do TBC e como este se relaciona com as territorialidades construídas pelos sujeitos locais.

Em relação ao México, o interesse pelo estudo das relações socioespaciais envolvendo as comunidades, políticas de fomento ao turismo e o turismo se deu a partir da realização do estágio doutoral que se desenvolveu no período de 03/03/2012 a 16/06/2012 na cidade de Toluca de Lerdo, capital do Estado de México. Mais precisamente, se deu no *Centro de Investigaciones y Estudios Avanzados da Facultad de Turismo y Gastronomía da Universidad Autónoma de Estado de México*. O estágio foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e permitiu um estudo sobre comunidades mexicanas com o modo de vida tradicional que tivessem relação com o TBC. Foram elencadas cinco comunidades (San Mateo Almomoloa, Valle de Bravo, San Jerônimo Acazulco, San Pedro Atlapulco e Puerto Morelos); elegemos as duas últimas para a realização da pesquisa de campo por considerarmos que as mesmas nos forneceriam um melhor suporte para analisarmos o TBC em seus territórios.

É nesse contexto que nasce à inquietação de investigar os territórios permeados pelas vivências e pelo cotidiano, ao mesmo tempo em que assume a função de território de lazer, descanso ou de descoberta do outro. Interessa-nos investigar as intencionalidades e funcionalidades que giram entorno dos territórios vislumbrados para o turismo e como estas são materializadas e percebidas pelos sujeitos locais. Insere-se, neste contexto, a Investigação acerca da paisagem (i) material desses territórios e sua relação com o turismo.

A pesquisa de tese pode contribuir para a reflexão sobre a sustentabilidade socioambiental, econômica e cultural nas comunidades estudadas. Ainda tem como aspecto relevante a reflexão sobre o turismo comunitário no estado de Sergipe no prisma geográfico, trazendo para a análise outras realidades, uma vez que não há estudos no estado com o referido enfoque. Além desta contribuição, não podemos olvidar da análise relacional entre

comunidades latino-americanas que apresentam características que ora se aproxima, ora se distanciam. Fomos nos embasar em comunidades mexicanas que já possuem tradição do saber e fazer o TBC, assim como fomos buscar na comunidade cearense uma melhor compreensão sobre o TBC no Brasil. Acreditamos as reflexões expostas na pesquisa suscitarão outros estudos que englobem a relação TBC e geografia no estado de Sergipe.

Salientamos que a inclusão da comunidade da Prainha do Canto Verde/Beberibe/Ceará é no sentido de nos fornecer um melhor embasamento sobre o TBC como realidade vivida e experienciada no Brasil, uma vez que nas comunidades sergipanas a modalidade de turismo em questão quando da sua existência no povoado Terra Caída, não se constituiu objeto de estudo da pesquisa em questão. Para melhor situar a discussão do TBC, seguimos os mesmos parâmetros de organização de conteúdo dos capítulos apresentando uma breve descrição das políticas de turismo no estado do Ceará, dos aspectos socioambientais da comunidade Prainha do Canto Verde, bem como das territorialidades construídas pelos sujeitos e sua relação com TBC.

Com base no exposto, temos como **objetivo geral** analisar as relações que se estabelecem nos territórios das comunidades brasileiras e mexicanas envolvendo sujeitos locais, o TBC e as políticas de fomento ao turismo, a partir das representações construídas por estes sujeitos no período compreendido entre 2010 a 2014.

Em relação aos **objetivos específicos**, nos propomos:

- Identificar e descrever os socioambientais das comunidades estudadas;
- Refletir sobre as políticas públicas voltadas para o turismo no Brasil e no México, enfatizando a existência ou não TBC;
- Desvelar os elementos que norteiam e (re) desenham as territorialidades construídas pelos sujeitos locais para a manutenção dos seus territórios;
- Analisar as representações construídas pelos sujeitos locais sobre o turismo convencional e o TBC, além da relação que se estabelece entre suas comunidades e esta atividade;
- Analisar como os princípios do TBC são internalizados pelos sujeitos locais e considerados nas políticas de turismo;
- Elucidar como as territorialidades construídas pelas comunidades são tratadas nas políticas de fomento ao turismo;
- Compreender a dimensão do TBC nos territórios dos sujeitos locais a partir das representações construídas por eles.

Para atender as subjetividades dos dados obtidos, optou-se pela pesquisa qualitativa que de acordo com Minayo (1994, p.22), “aprofunda-se no mundo dos significados, das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas”. Nesse caso, o estudo do problema e sua delimitação sugerem uma imersão do pesquisador na vida e no contexto, no passado e nas circunstâncias presentes que condicionam o problema. Para Godoy (1995, p. 63), neste tipo de estudo “não é possível compreender o comportamento humano sem a compreensão do quadro referencial (estrutura) dentro do qual os indivíduos interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações”.

Sob o ponto de vista de sua natureza, é exploratória e descritiva. Exploratória pela familiaridade com o problema com o intuito de torná-lo mais evidente, uma vez que não há registros a respeito da percepção dos sujeitos locais da área de estudo acerca das relações envolvendo as comunidades estudadas e o TBC. Segundo Gil (1995) principal propósito deste tipo de pesquisa é o aprimoramento de ideias ou descoberta de intuições. A pesquisa é descritiva pelo intuito de caracterizar o fenômeno. Ela, nesse caso, descreve as percepções dos indivíduos envolvidos com novas formas de uso e ocupação do solo, ligadas ao TBC (ibid, 1995). Seu principal objetivo foi levantar opiniões e atitudes de uma população envolvida. Nesse caso, os sentimentos, percepções dos sujeitos que fazem parte das comunidades estudadas.

Ainda conforme os procedimentos utilizados, a pesquisa é bibliográfica, pois se apoiou em materiais existentes acerca do problema; documental, já que se buscou dados e informações produzidos na pesquisa de campo, por meio de coleta de dados primários (entrevistas, observação, seguida de registro e levantamento fotográfico).

O método e o trilhar metodológico

No tocante ao método adotado, nos alicerçamos na fenomenologia, pois entendemos que a forma mais comum de interação entre o ser humano e o mundo provém das sensações e percepções. Assim é estabelecido o conhecimento sensível sobre tudo que está à sua volta. Para a imersão nos estudos sobre o subjetivo, optamos pela fenomenologia que valoriza o sujeito ao considerarmos seus de sentimentos, valores e vivências e experiências. No que concerne às pesquisas geográficas, a fenomenologia começou a ser incorporada pela geografia de base humanista na década de 1970. Destaca-se nesse processo de inserção fenomenológica Edward Relph que é considerado pioneiro na discussão sobre o uso do método fenomenológico pela geografia. O autor enfatiza a relevância da fenomenologia para renovar

a disciplina, por perceber a carência de estudos desta vertente na ciência em questão ao observar o desconhecimento ou desinteresse de seus contemporâneos, exceto Carl Sauer (HOLZER, 2001). Ao entrever uma abordagem fenomenológica para a ciência geográfica, Relph, bem como Anne Buttimer, auxiliaram na investigação por discussões envolvendo a complexidade da experiência do vivido, percebido e experienciado.

É dentro desta vertente que aguçamos o nosso olhar para a essência da pesquisa que prioriza as experiências pessoais relacionadas a valores e ao modo como os sujeitos locais das comunidades estudadas percebem o turismo nos seus territórios de vivência. Ressalta-se a importância de se realizar estudos que visem o conhecimento de particularidades destas comunidades, principalmente porque envolvem a vida dos sujeitos, seja na seara pessoal e familiar ou no trabalho com o turismo. Esta atividade pode provocar transformações que podem colocar em risco as territorialidades das comunidades receptoras, assim como pode potencializá-las na busca por uma melhor qualidade de vida.

O papel da experiência é elemento essencial ao considerarmos o vivido dentro de uma coletividade, uma vez que “o indivíduo examina a sua experiência e procura denominadores comuns na experiência dos outros” (BUTTIMER, 1982, p.185). As comunidades que lidam com o turismo, em especial o TBC, necessitam de estudos específicos, já que os mesmos se diferenciam daqueles que praticam o turismo de forma mercadológica e coisificada, que, por conseguinte desmerece e desconsidera a vertente identitária e cultural dos territórios vislumbrados para o turismo. Com o caráter fenomenológico, temos o desafio de adentrarmos na multiplicidade de percepções, o que denota a sensibilidade do pesquisador para uma análise geográfica que se distingue completamente dos métodos positivistas.

Assim, nos abrimos para os diversos olhares em relação ao mundo, sem que nos restrinjamos na procura de verdades absolutas e comprováveis, uma vez que cada um percebe e experiência o mundo de forma peculiar. “As visões particulares do mundo divergem umas das outras, pois até mesmo os indivíduos de uma mesma cultura, que falam a mesma língua, podem percebê-lo e compreendê-lo diferentemente” (NITSCHKE, L. B; KOZEL, 2006, p.55). A fenomenologia permite a nós pesquisadores adeptos desta vertente, nos debruçarmos nos valores, vivências com base na percepção dos sujeitos locais das comunidades estudadas. Tal feito exige de nós uma postura que nos conduza descrição, compreensão e interpretação dos fenômenos que se apresentam à percepção.

No tocante ao turismo, Panosso Netto (2005, p. 137-138) alega que tal perspectiva introduz o indivíduo no turismo como principal sujeito do fenômeno turístico, não generalizando a atividade apenas “como um fato gerador de renda, mas também como um

fenômeno que envolve inúmeras facetas do existir humano”. Ao analisar o turismo neste viés, procuramos estabelecer um diálogo entre o percebido, o vivido e experienciado pelas comunidades receptoras que têm um olhar diferenciado acerca das práticas estabelecidas e construídas em seus territórios.

Desta forma, comungamos com Merleau-Ponty (2011) por este afirmar que a realidade dos sujeitos é permeada de sentidos e significados, além de defender que a forma mais comum de interação entre o ser humano mundo é a que provém das sensações e percepções. Assim, é estabelecido o conhecimento sensível sobre tudo que está à sua volta. É a percepção que os sujeitos têm acerca do mundo que os conduzem até o fundo da história, para o desvelamento da significação existencial que se explica em cada perspectiva de cada indivíduo.

Xavier (2007) sustenta a importância da vertente de uma geografia fenomenológica para o estudo do turismo alegando que o tratamento dispensado às relações envolvendo aspectos ambientais, sociais, culturais e ecológicos são dialógicas entre si, considerando a percepção daqueles que constroem o espaço, pois:

A percepção geográfica é considerada crucial importância para melhor entendimento da conduta do homem no espaço geográfico, conduzindo a esclarecimentos sobre suas relações com a natureza e outros grupos humanos que se evidenciam no espaço turístico (XAVIER, 2007, P. 28).

Podemos afirmar que as ideias de Xavier estão respaldadas no pensamento de Merleau-Ponty, uma vez que este filósofo ressalta que a experiência e a visão do mundo do indivíduo têm um papel fundamental no desenvolvimento da percepção. Este fato rebate diretamente na relação dos sujeitos com o seu ambiente e com o outro. Para Merleau-Ponty (2011, p. 18) “o mundo fenomenológico é não o ser puro, mas o sentido que transparece na intersecção das experiências do meu eu, e na intersecção de minhas experiências com aquela do outro, pela engrenagem de umas com as outras”. A Fenomenologia é o método que embasa esta pesquisa, uma vez que fornece a base filosófica para reflexão acerca das sensações, das angústias, dos anseios e perspectivas dos sujeitos locais das comunidades estudadas.

A geografia que preze pelo fenomenológico pode, diante do exposto, ser contemplada com instrumentos metodológicos abstraídos do interior da fenomenologia da percepção, sustentada pelas experiências vividas no palco das manifestações sensibilizadas pelos sentidos. Suscita, outrossim, configurações temporais e espaciais, nas quais repousam as possibilidades do desvelamento da essência e da existência, que em um dado momento é movido pela intencionalidade.

Esta vertente filosófica prioriza a inter-relação destes sujeitos com o seu território, com a paisagem natural e sociocultural onde se materializam as territorialidades construídas e que, por sua vez, constituem o substrato vital para a reprodução das relações socioespaciais. Para respaldar o método fenomenológico é fundamental instrumentos metodológicos que sejam condizentes com a busca pelo subjetivo, circunscrito nas realidades dos sujeitos pesquisados.

Assim, o **trilhar metodológico** adotado nesta tese está esposado da seguinte forma:

– **Revisão Bibliográfica**

O aprofundamento de leituras constitui um requisito fundamental em pesquisas científicas, sendo, portanto, a revisão de literatura etapa obrigatória. Esta foi realizada a partir de acervos existentes na Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe (UFS), Bibliotecas Setoriais do Núcleo de Pós Graduação em Geografia (NEPGEO/UFS) e Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFS), Biblioteca Central da *Universidad Autónoma del Estado de México* (UAEM), Bibliotecas das Faculdades de Turismo e Gastronomia, Geografia, Humanidades e Ciências Sociais e Políticas da UAEM, Bibliotecas Central e Nacional da Universidade Nacional *Autónoma de México* (UNAM).

Foi realizada também junto a *Sites*: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e outros *sites* de revistas eletrônicas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), Banco do Nordeste (BNB), Ministério do Turismo (MTur), Governo de Sergipe, governo do Ceará, entre outros. Estes forneceram o embasamento teórico para pesquisa de campo, assim como aprofundamento da análise dos resultados.

Para a obtenção de dados secundários, foram feitas coletas de informações junto ao IBGE/Sergipe, em que encontramos informações referentes aos aspectos socioeconômicos e demográficos da população estudada; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia (SEDETEC). Neste, foram encontradas informações gerais sobre as comunidades sergipanas; a Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR); Secretaria de Turismo de Sergipe (SETUR). Foram realizadas visitas às secretarias municipais de Educação, Saúde e Turismo dos municípios de Indiaroba e Santa Luzia do Itanhy.

Contudo, Infelizmente, as visitas feitas aos órgãos municipais não acrescentaram às informações existentes ou mesmo trouxeram novos dados sobre a área de estudo, pois quando os responsáveis pelos órgãos visitados eram questionados sobre informações básicas em relação a ambos os povoados, a resposta “não sei”, “não trabalhamos com isso”, “vá até X secretaria” se repetiram em todos os setores municipais visitados. Foram feitas tentativas de contato com o Instituto de Pesquisa e Tecnologia (IPTI), que incorreram no insucesso para coleta informações envolvendo o trabalho da Organização Não-Governamental junto à comunidade do povoado Crasto/Santa Luzia do Itanhy/SE.

Ainda foram realizados contatos com Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecologia e de Artes (SEMEAR) para coleta de informações sobre o TBC no povoado Terra Caída/Indiaroba/SE. No estado do Ceará foram feitos contatos com a Associação para o Desenvolvimento Local Co-produzido (ADELCO) que culminou na visita à instituição e Instituto Terramar, na qual não foi possível uma visita em decorrência de os responsáveis por fornecerem informações de interesse para a pesquisa se encontrarem em viagem. Contudo, por meio de e-mail foi possível obter informações relevantes.

O contato via telefone, pessoalmente e por e-mail às instituições descritas se deu com o intuito de coletar informações sobre o TBC na comunidade Prainha do Canto Verde/Beberibe/CE. Os dados de ordem socioeconômica coletados foram fornecidos pelo IBGE (agregado de setores – 2010) e na pesquisa de campo (observação e depoimentos dos sujeitos locais). Em relação ao México, foram consultas ao site do Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI) e pesquisa de campo (coleta de relatos formais, informais, observação semiestruturada).

– Pesquisa de Campo

A pesquisa de campo constou da observação planejada com utilização de diário de campo, registro e levantamento fotográficos, assim como entrevistas semiestruturadas e informais.

Observação direta, Realizada com o intuito de complementar a coleta de dados (apêndice 1). Para Gil (1995), esta técnica de pesquisa tem como objetivo a descrição com maior precisão dos fenômenos, devendo o pesquisador, antes de coletar os dados, realizar estudos exploratórios com o intuito de elaborar um plano específico para a organização e registro de informações, para uma posterior análise da situação.

Para tanto, se fez muito importante o diário de campo, no qual foram anotadas informações resultantes das observações realizadas e as conversas informais. Vierter (2002) ratifica a importância do uso de um diário de campo em pesquisa social, pois devem ser

registradas desde observações feitas, até impressões subjetivas do pesquisador com relação aos fatos ocorridos na comunidade onde está sendo realizada a pesquisa.

Registro e Levantamento fotográficos, sendo que o primeiro procedimento foi realizado em todas as visitas de campo. Já o segundo, junto aos sujeitos locais, assim como na revisão bibliográfica. Estes procedimentos foram relevantes, uma vez que proporcionou uma análise comparativa das comunidades estudadas nos últimos 20 anos, o que ratificou os depoimentos dos sujeitos locais em relação às mudanças sofridas nos povoados estudados.

A Pesquisa documental direta, realizada para a geração de dados primários, que segundo Godoy (1995), são compreendidos como aqueles diretamente produzidos pelo pesquisador sobre aspectos que estão sendo estudados.

Neste sentido, foi constituída pela técnica de entrevista semiestruturada, com questões semiabertas de caráter individual, sendo aplicada junto aos sujeitos locais das comunidades estudadas (apêndice 2). Este mecanismo permite uma organização flexível e ampliação dos questionamentos à medida que as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado.

Considerando tratar-se de estudo qualitativo, a amostra não foi definida, ressaltando que a dimensão desta não é uma questão limitante dentro deste tipo de pesquisa, pois segundo Resk e Gomes (2008, p.3):

A definição da amostragem em pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. O que a valida é a maior proximidade dos sujeitos sociais com o problema a ser investigado. Sendo assim, com a amostragem reunida neste estudo, é possível trazer luz ao objeto, delinear-lo e refleti-lo em suas múltiplas dimensões.

Quanto aos sujeitos locais, foi nossa intenção entrevistar aqueles que vivenciaram ou vivenciam práticas do TBC, ou ainda estão envolvidos em projetos da mesma natureza. Ou seja, o critério primordial para a realização das entrevistas foi o envolvimento destes sujeitos com o TBC seja em sua prática, seja em projetos. Na comunidade do povoado Crasto, foram entrevistados sujeitos que estão envolvidos no projeto de fomento ao TBC intitulado ‘Sentidos do Itanhy’. Já a comunidade do povoado Terra Caída, foram entrevistados os sujeitos que participaram do TBC quando esta modalidade de turismo esteve materializada no território.

No tocante a comunidade Prainha do Canto Verde, foram ouvidos sujeitos envolvidos com o TBC e no processo de luta pelo território, salientando que nesta comunidade esta modalidade de turismo existe, mesmo com conflitos envolvendo a questão da luta pela manutenção do território. Nas comunidades de Puerto Morelos e San Pedro Atlapulco foi

seguido o mesmo critério. As entrevistas em todas as comunidades foram realizadas entre os anos de 2012 e 2014.

Os sujeitos entrevistados, em geral são pessoas com idade entre 20 e 80 anos. A maioria são pescadores, ou estão inseridos no mercado informal. Com intuito de preservar a identidade dos sujeitos, optamos pela não divulgação da identificação dos mesmos. Para sistematizar os relatos adotamos o seguinte procedimento: após o relato criamos uma espécie de código contendo o nome entrevistado, seguido de letras do alfabeto português e a comunidade da qual o mesmo faz parte. Exemplo: Entrevistado A – Crasto, Entrevistado C- Puerto Morelos.

Dentro do contexto exposto foi imprescindível a apresentação da pesquisadora e da instituição para os sujeitos locais entrevistados, bem como o esclarecimento sobre o objetivo da pesquisa, seguido de sua relevância e contribuição para o conhecimento científico. Foi solicitada e concedida autorização dos entrevistados para que seus depoimentos fossem utilizados exclusivamente nos procedimentos ligados a este trabalho (apêndice 3).

Com prévia autorização, foi feito o uso do aparelho gravador *Music Play* (MP4). De acordo com Mendes (1996, p.78), torna-se válida sua utilização, uma vez que o mesmo “permite apanhar com fidelidade os monólogos do informe, ou diálogo entre informante e pesquisador”. Sendo assim, este passo metodológico se fez extremamente relevante para a pesquisa, além do fato de que os depoimentos colhidos foram expostos no trabalho preservando a fala original dos sujeitos locais entrevistados. Houve também a coleta de depoimentos de forma manuscrita pelo pesquisador.

A entrevista, tendo como foco a percepção dos sujeitos locais, assim como os demais procedimentos, balizou o instrumental de campo, sabendo que, pautando-se em Tuan (1980) no nível de atitudes e preferências de um grupo, é necessário conhecer a história cultural e a sua experiência no contexto do ambiente físico. Nesse sentido, os procedimentos metodológicos foram suporte para a busca da compreensão a respeito da percepção que os sujeitos possuem sobre seu território, sobre a paisagem e atividade turística em suas comunidades. O tratamento analítico das entrevistas foi feito por meio de matrizes qualitativas norteadas pela percepção que possibilitaram apreender as ações, as formas de uso e reprodução da paisagem sociocultural e do território cotidiano.

Para analisar o conteúdo das entrevistas e documentos oriundos de políticas de promoção ao turismo, recorreremos a técnica de análise de conteúdo entendida como aquela que nos embasa a analisar os dados coletados de interesse, com o intuito de esclarecer, por meio da identificação, o que está sendo dito em relação a um tema (VERGARA, 2005). A técnica

exige uma elucidação acerca do que está sendo comunicado. Para o esclarecimento dos dados de interesse, o pesquisador pode usar diferentes artifícios, procurando identificar o mais coerente para o que será analisado, como análise léxica, análise de categorias, análise da enunciação, análise de conotações (CHIZZOTTI, 2006). Pautamo-nos nas etapas descritas por Bardin (2006) para a utilização do referido procedimento: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Todos os procedimentos aqui descritos configuram-se meios extremamente relevantes para obtenção de informações sobre o que o indivíduo sabe, crê ou espera, sente ou deseja, pretende fazer, faz ou fez, bem como a respeito de suas explicações ou razões para quaisquer das coisas precedentes (GIL, 1995). As atitudes e os sentimentos das comunidades em relação a paisagem e o seu território foram, assim, analisados no presente estudo, utilizando-se das técnicas descritas para o alcance dos objetivos propostos.

Com base nos objetivos, na vertente teórico-metodológica adotada nesta tese, temos as seguintes **questões de pesquisa**:

- a) O que existe em termos de políticas de fomento ao turismo que contemple o saberes e o fazeres das comunidades brasileiras e mexicanas?
- b) Qual o significado do TBC para os sujeitos das comunidades estudadas?
- c) Quais os significados atribuídos pelos sujeitos locais à paisagem e aos seus territórios?
- d) Como estes significados se entrelaçam com o TBC
- e) Como o TBC se apresenta ou se estrutura nas dimensões social, econômica, cultural e simbólica das comunidades estudadas?
- f) As políticas de fomento ao turismo, desenvolvidas tanto no Brasil como no México contemplam o “comunitário”?
- g) Qual a condição dos sujeitos locais nas políticas públicas de fomento ao turismo? Eles se configuram como mais um símbolo do imaginário de consumo para atração de turistas, ou sujeitos que protagonizam o seu modo de vida no turismo para a busca do desenvolvimento local?

Para sistematização de todos os aspectos que envolvem a investigação, **estruturamos a tese** da seguinte forma:

Na **introdução** é explicitado o tema central da pesquisa, a motivação para a realização da mesma, os eixos teóricos, os objetivos e uma abordagem sobre o método adotado, assim como os procedimentos metodológicos utilizados.

O **primeiro capítulo** foi construído no sentido de evidenciar a relevância da Geografia nos estudos que versem sobre turismo. Para tal propósito procuramos compreender o turismo numa perspectiva multidimensional tanto na dimensão conceitual como nas intencionalidades da sua materialização.

Ao considerar a atividade turística nas reflexões geográficas torna-se imprescindível o olhar multidimensional, o que envolve diferentes vertentes epistemológicas que caracterizam esta ciência. Partimos de uma abordagem geográfica que considera a dimensão do vivido, do experienciado, a chamada Geografia de base fenomenológica. Dentro da referida abordagem debruçamos as nossas reflexões nas categorias território e paisagem para entendermos o processo de apropriação e transformações do território das comunidades estudadas e a dinâmica que as envolve.

No **Segundo capítulo** construímos uma reflexão a cerca das políticas públicas de fomento ao turismo desde o modelo convencional de base desenvolvimentista até o modelo que foca o chamado desenvolvimento local, com base nos planos de Gestão de turismo. Propomos entremear os rebatimentos dos planos de gestão do turismo nas comunidades brasileiras (povoados Terra Caída, Crasto e Prainha do Canto Verde) e a inserção destas comunidades no TBC.

No tocante ao **terceiro capítulo**, visamos tal qual no capítulo anterior, uma reflexão a cerca das políticas públicas de fomento ao turismo desde o modelo convencional de base desenvolvimentista até o modelo que foca o chamado desenvolvimento local no México. A partir das diretrizes que consubstanciam tais políticas procuraremos entremear os seus rebatimentos em comunidades mexicanas (povoado Puerto Morelos, localizado no estado de Quintana Roo e San Pedro Atlapulco/Estado de México).

No **quarto capítulo** realizamos uma reflexão relacional sobre o território turístico de comunidades latino-americanas partindo das experiências brasileiras – comunidades dos povoados Crasto/Santa, Luzia do Itanhy-SE, Terra Caída/ Indiaroba-SE, Prainha do Canto Verde/CE e mexicanas – comunidades San Pedro Atlapulco/Ocoyoacac-Estado de México e Puerto Morelos/Benito Juárez-Quintana Roo. Discorremos sobre os aspectos socioambientais que caracterizam os territórios levando em consideração tanto a revisão de literatura, como da percepção dos sujeitos locais.

A relevância deste capítulo ainda reside no fato de que, apesar de estarmos refletindo sobre características de comunidades localizadas em países distintos, as mesmas possuem similitudes no tocante a forma como o turismo é inserido, materializado e percebido pelos seus moradores. Estas similitudes ainda são evidenciadas nos anseios, angustias e

problemáticas sentidas pelos sujeitos locais ao se reportarem as questões socioeconômicas e ao turismo em seus territórios.

No **quinto capítulo** o nosso intuito é elucidar como as territorialidades construídas e representadas pelos sujeitos locais estão relacionadas com a prática do turismo. É de nosso interesse também, refletir criticamente sobre os caminhos pelos quais estão sendo trilhados o turismo, em especial o TBC. Para tanto, a partir da percepção dos sujeitos locais, será necessário descrever e analisar as relações que se processam entre estes, seu território e as políticas de fomento ao turismo, considerando que a referida relação é permeada de intencionalidades que se manifestam com o poder, seja ele material ou simbólico. Posteriormente são apresentadas as **conclusões da pesquisa**.

CAPÍTULO 1- GEOGRAFIZANDO O TURISMO

CAPÍTULO 1: GEOGRAFIZANDO O TURISMO

Este capítulo foi construído no sentido de evidenciar a relevância da Geografia nos estudos que versem sobre turismo. Para tal propósito é necessário a compreensão do turismo numa perspectiva multidimensional tanto na dimensão conceitual, como nas intencionalidades da sua materialização, seja no sentido convencional ou nos moldes que contemplem as comunidades receptoras. Como se trata de uma pesquisa voltada para a compreensão das relações socioespaciais envolvendo diversos agentes para a materialização do turismo, elegemos as categorias paisagem e território por razões que serão justificadas no decorrer do capítulo.

1.1 O turismo em seu caráter multidimensional

Sendo uma área do conhecimento de recente desenvolvimento como objeto de estudo acadêmico, o turismo se constitui em um campo de estudo sobre o qual faltam consensos em algumas questões epistemológicas e que ainda carece de formulações e contribuições científicas. O debate entorno da construção do turismo na academia guarda inúmeras divergências relacionadas aos conceitos construídos para definir a atividade em questão. Segundo Ignarra (1999) o turismo, desde 1910, é objeto de discussão e elaboração conceitual. Muitos estudiosos o consideram como uma prática antiga, no entanto só emergiu no âmbito da investigação científica após a Segunda Guerra Mundial.

Essa imersão não o caracteriza como sendo ciência por parte de vários estudiosos, porém, o turismo é analisado como um fenômeno cuja complexidade se condensa toda uma gama de aspectos da sociedade e da cultura. Na visão de autores, a exemplo de Barreto (2000), Maranhão; Pequeno; Sanaglio (2012), pela multiplicidade de definições e conceitualizações, o turismo é objeto de diferentes ciências, resultando em abordagens sob diversos marcos de referência da Economia, das Ciências Sociais, da Geografia e outros campos do conhecimento.

Segundo Barreto (1995), o primeiro conceito sobre o turismo propagado no mundo, foi construído no ano de 1911 por Hermann Von Schullernzu Schattenhofen. Este economista declarou que o seu conceito envolve fatores socioeconômicos que se revelam no processo, na chegada, na presença e na saída do turista em um determinado lugar.

Outros conceitos foram surgindo, contudo, um que se disseminou foi o criado em 1991 pela Organização Mundial do Turismo (OMT). Para esta organização o turismo é “uma

atividade de pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente habitual por menos de um ano ou até um ano consecutivo, objetivando lazer, negócios e outras motivações (OMT, 2003a, p. 18).” O turismo foi assim denominado para facilitar a obtenção de dados estatísticos. Neste sentido, a OMT considera deslocamento como característica elementar do turismo, independentemente da razão pela qual motivou o viajante. Maranhão; Pequeno *et al* (2012) afirmam que:

Em meio a este conceito, percebe-se a ótica comercial e mercadológica, justificada pelo destaque que o turismo estava alcançando e que ainda alcança no setor econômico. No entanto, mesmo com todo o avanço econômico, o qual é nutrido pela globalização, é um equívoco limitá-lo às características de mercado produção, distribuição e consumo (MARANHÃO; PEQUENO *et al*, 2012, P. 215).

De fato, o turismo não possui apenas esta unicidade. Ao considerarmos esta atividade como uma possibilidade que pode contribuir para fortalecer os laços territoriais e culturais estamos indo além da versão mercadológica que o turismo possui, embora seja prevalecente, desterritorializando mais que fortalecendo, ou se acrescentando as territorialidades construídas pelos sujeitos das comunidades receptoras.

Ainda no tocante a OMT, esta instituição tentou universalizar um conceito de turismo, porém deixou evidente a carência de abordagens conceituais que o distinga de outros setores econômicos. Dessa forma, o turismo, analisado sob esta perspectiva, é caracterizado como:

[...] um tipo de serviço à disposição dos homens da sociedade industrial moderna, pois passa a integrar na vida de todas as nações e a contribuir de maneira significativa para o desenvolvimento das atividades econômicas do século XXI. (LAGE & MILONE, 2001, p. 40).

Proliferam-se, nesse contexto, abordagens que ressaltam o turismo como atividade econômica se expandindo em escala mundial e que se traduz em um movimento de um contingente significativo de capital nos diferentes ramos de negócios. Fica claro nesta discussão que tais visões se limitam, em especial, ao potencial econômico do turismo e ao seu expressivo papel na economia, secundarizando ou desprestigiando outros aspectos igualmente importantes associados a esta atividade como sua capacidade de inserção em comunidades no sentido de se somar aos atributos (i)materiais existentes nelas.

Além das descritas, outras disciplinas foram adicionadas, possibilitando o início de uma comunicação entre essas diferentes abordagens, ora em diálogo produtivo, ora em disputas acirradas, mas sempre mantendo a distinção entre o turismo como fenômeno e seu

estudo. O turismo é um fenômeno social, da mesma forma que as migrações, o desemprego, a urbanização, entre outros. Conforme Barreto (2009), os fenômenos sociais necessitam ser investigados por várias ciências, desde o ponto de vista positivista ao fenomenológico e cada vertente busca o aprofundamento deste fenômeno de acordo com suas premissas teórico-metodológicas.

O turismo pode ser compreendido também como um sistema que está interligado por uma série de subsistemas (setor público e privado, planos, demanda turística, infraestrutura, atrativos culturais e naturais, equipamentos e instalações, comunidades receptoras) que se inter-relacionam para almejar um objetivo comum. Esta ideia foi empregada por Cuervo (1967, p.196) que define o turismo como sendo “um conjunto bem definido de relações, serviços, instalações que se gera em virtude de certos deslocamentos humanos”. Há ainda estudiosos como Jafari (2005) que possuem a visão interdisciplinar do turismo, sendo este o estudo do homem longe do seu hábitat usual, da indústria que responde a suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, têm no ambiente sociocultural e físico da localidade receptora. Nessa dimensão é considerado o turismo e sua interferência em outras dimensões (pessoal, ambiental, mercadológica).

Tem-se também o turismo dentro da vertente fenomenológica, que segundo Xavier (2007) baseia-se na observação e na percepção do fenômeno como um processo desenvolvido ao longo do tempo e no espaço. É visto como uma atividade altamente dinâmica implementada por um indivíduo ou por um grupo. Contudo, ao se analisar o turismo nesta vertente, o autor afirma que há uma importância concentrada apenas no indivíduo em detrimento de outras dimensões que englobam a atividade. Ainda assim, consideramos que ao analisar o turismo no sentido da subjetividade é um grande avanço, pois os estudos em sua maioria focam em aspectos econômicos ou sociais. Esta é a vertente que elegemos para tratar da análise geográfica do turismo no viés da percepção dos sujeitos que vivenciam o fenômeno.

Não é o nosso intento expor uma diversidade de conceitos sobre o turismo, mas evidenciar que ela existe como foi exposto nas três abordagens elucidadas acima. Em qualquer das definições, podemos inferir que o turismo é uma atividade humana que gera muitas repercussões na sociedade em que se desenvolve. Esta atividade é constituída por diversos ideários que permeiam as sociedades contemporâneas e que, em geral foram socialmente construídos no processo de ocidentalização do mundo. O turismo é responsável pelo incremento econômico de diversas populações e por este motivo, a contribuição que o

turismo pode dar ao desenvolvimento, vai depender de onde se quer chegar. Isto é, há um crescimento econômico tradicional, medido por meio de indicadores convencionais, incorporando o destino no contexto global do turismo, ou a um desenvolvimento mais humano. Cañada e Gascón (2007, p. 40) sugerem que, para que o turismo se manifeste de forma coerente, há que se levar em consideração a sua capacidade enquanto motor de “empoderamiento para los sectores menos favorecidos”.

O empoderamento está intimamente ligado a autonomia de pequenos grupos sobre o seu território no sentido de poder de decisão em relação as atividades que venham a potencializar a qualidade de vida de todos que constroem e mantêm o território. Está atrelado também a possibilidade que os sujeitos locais possuem de expressar no presente, uma ideia de futuro em seu território, no sentido dialógico, flexível, vislumbrando ações passíveis de serem realizadas e que possam ajudar à (re) construção deste futuro. O empoderamento, em termos mais objetivos, está atrelado a promoção da melhoria da qualidade de vida dos sujeitos que fazem o território, bem como aumentar os seus níveis de autoconfiança e organização.

Isso posto, não basta buscar entender o turismo como fenômeno econômico ou exclusivamente social, ou até mesmo apenas funcional sem compreendermos a dimensão existencial, o que faz do turismo uma atividade complexa e que transforma relações e espaços. Para este estudo, optamos por inserir o turismo dentro dos preceitos teórico-metodológicos da Geografia ancorada em uma abordagem fenomenológica, uma vez que o nosso intuito é refletir sobre o turismo enquanto fenômeno que se insere em comunidades com o modo de vida tradicional, transformando territórios e paisagens. Essa inserção pode se dá interagindo ou não com os saberes, fazeres e experiências dos sujeitos locais, ratificando ou não suas territorialidades construídas ao longo da história.

1.2 Concepções e interpretações do turismo no pensamento geográfico

No que concerne a Geografia, o interesse dos geógrafos está na busca por resposta sobre o turismo enquanto um fenômeno capaz de consumir, transformar e (re) organizar o espaço geográfico. De acordo com Castro (2006) esta ciência, numa relação dialógica com o turismo tem ao mesmo tempo a contribuir, assim como aprender e vice-versa. Isto porque o espaço (objeto de estudo da Geografia) é o elo desta troca dialógica. Neste sentido, Castro (2006), enfatiza a importância da Geografia para o Turismo, como segue:

[...] Torna-se evidente que, para o turismo, a geografia tem fundamental importância. É impossível compreender a oferta original de recursos naturais e culturais em seus aspectos diferenciais, sem identificá-los e compreendê-los corretamente no espaço geográfico. A própria fisiologia da paisagem e a observação criteriosa de seus componentes envolve uma maior sensibilidade de percepção e análise do espaço físico-ambiental. [...] (CASTRO, 2006, p. 258).

Diante do exposto, podemos entender que, na relação geografia-turismo, estamos nos referindo ao consumo e produção dos aspectos socioculturais e paisagísticos existentes em um dado território, sendo incluídos os ecossistemas nele inseridos, padrões comportamentais dos sujeitos locais, os recursos construídos por eles. Enfim, todo um conjunto indissociável de elementos que compõem o fazer turístico. Para Almeida (2003), o Turismo em sua dinamicidade, ao suscitar uma interpretação de suas marcas e impressões, ele também provoca a possibilidade de compreensão e o entendimento das relações às quais ele está inserido. E, para compreendermos melhor a relação Geografia-Turismo é relevante entendermos como este processo se deu no contexto espaço-temporal.

A inserção do turismo nos estudos geográficos, segundo Castro (2006) se deu no ano de 1841 com os estudos realizados pelo geógrafo Kohl que fez uma análise sobre turismo e sua relação entre lugares, paisagens e culturas distintas. O estudioso chama a atenção para uma força dinamizadora da paisagem natural provocada pelo deslocamento de pessoas em direção a uma certa área que pelas suas potencialidades atrai curiosos, visitantes estudiosos, entre outras pessoas, no sentido de leva-las a conhecer e ou explorar o lugar.

A autora comenta que Kohl evidencia o fato de que a prática social do turismo mantém com o espaço a dependência do deslocamento para o seu deslanchar, dada à condição de imobilidade do atrativo turístico dos lugares. Esta pode ser a força transformadora a que ele se refere, isto é, os impactos espaciais do turismo, não têm sido os mesmos ao longo do tempo, sobretudo, se for considerado a sua prática social na Europa, até a primeira metade do século XX. Nesse período a atividade em questão se limitava a elite aristocrática e a burgueses enriquecidos pela Revolução Industrial que utilizavam as estruturas territoriais pré-existentes nas praias mediterrâneas do sul europeu para o seu usufruto.

De acordo com Rejowski (1996, p. 15)

Analizando a evolução do turismo na Alemanha, situam na virada do século seus primeiros estudos com enfoque geográfico: *Die Bedeutung Der Fremdenverkehr* (A importância do turismo), de Brougier, em 1902, e *Der Fremdenverkehr* (O Turismo) de Stradner, em 1905, sendo este o autor quem

introduziu o tema Geografia do Turismo na terminologia científica da atividade (REJOWSWKI, 1996, p. 15).

Como elucida na segunda edição de *Der Fremdenverkehrs*, datada de 1917, Stradner persiste em suas análises sobre os impactos positivos do turismo na balança de pagamentos. O autor ainda salienta as distintas motivações que conduziram pessoas a viajar. Para ele, as pessoas viajam por questão individual (*freie Antriebe*) como, por exemplo, o desejo de conhecer o mundo; outras relacionam as viagens ao desenvolvimento da vida econômica, social, política e cultural (*gebundene Antriebe*). A importância desses estudos seria mais tarde reconhecida por Bernecker e Fuster, como afirma Gómez (1988).

No ano de 1919, ganha destaque a obra intitulada *Die Geographischen Bedingungen und Wirkungen Des Fremdenverkehrs* (Condicionantes geográficos e efeitos do turismo) que também contribuiu para que a geografia adentrasse nas reflexões relacionadas ao turismo. O discurso positivista da Geografia, segundo Gómez (1988) tem duas bases distintas. Na Alemanha, ele é embasado no determinismo ambiental e na corologia. Capel (1981) alega que para Hettner, a descrição e a interpretação das diferentes características da superfície terrestre é a essência mesma da geografia. Essa tendência é ratificada nas pesquisas feitas por Sputz em obra editada no ano de 1919, segundo Gómez (1988). Para esse geógrafo oriundo da Espanha, o discurso tradicional na França é endossado pelo Possibilíssimo de caráter historicista que influencia diretamente os estudos sobre o surgimento e o desenvolvimento do turismo.

Isto evidencia uma forte influência dos fatores físicos e antropogeográficos nos quais repousava o objeto do estudo geográfico naquele tempo. Essa conotação paradigmática da abordagem geográfica do turismo, circunscrita no mosaico regional vidalino, sugere na visão de segundo Callizo (1991) que os estudos turísticos sejam inseridos na geografia relacionada a circulação, demonstrando as primeiras orientações da geografia francesa sobre a temática. É o que demonstram os estudos franceses de Cribier e os trabalhos de Blanchard, sobre Nice e Córsega.

Callizo ainda afirma que Poser, em obra datada de 1939, inclui esta vertente da geografia do turismo ao paradigma vidalino quando ele alega que, apesar do reconhecimento e de todo o esforço de conceitualização do fenômeno, ainda não se concebia uma geografia do turismo cujo objeto fosse apenas essa atividade. Na obra *Grundriss Der allgemeinen Fremdenverkehrslehre* (Fundamento da Teoria Geral do Turismo), datada de 1942, Hunziker e Krapf externalizam uma preocupação com a sistematização de um conhecimento sobre a

atividade turística. Como alega Gómez (1988), este trabalho influenciou não só os estudiosos franceses, espanhóis, ingleses, suíços e alemães sobre a atividade, como também os organismos internacionais que passariam a adotar sua definição de turismo por volta dos anos cinquenta do século XX.

Outro marco relevante é o que corresponde a primeira metade do século XX em decorrência do desenvolvimento de estudos realizados na Alemanha, França e Inglaterra. Nestes são enfatizados os deslocamentos de pessoas de seu lugar habitual, assim como o tipo de interação que se dá entre elas. Contudo, são desconsiderados os impactos socioculturais entre turistas e anfitriões nas zonas receptoras, o que, até então não era alvo de análise. De acordo com Capel (1981), o método ideográfico, que tinha como premissas a observação, comparação e classificação para consubstanciar as generalizações universalizadas, se transforma numa teoria explicativa.

Deste modo, o que é levado em consideração é a ênfase envolvendo as relações homem-meio natural dentro de uma conotação de identificação, fluxos e focos, fatores e efeitos espaciais do turismo, praticamente se restringindo ao campo ideográfico, o que reforça a ideia de uma preocupação com a descrição do fenômeno, mais do que com a busca de sua explicação teórica. O divisor de águas em termos de paradigma seria instituído na passagem de uma Geografia Clássica para uma Geografia Moderna nos anos 50 do século XX.

O pensamento geográfico, neste período, caracterizava-se pela ruptura envolvendo o discurso da Geografia Tradicional e a adoção da filosofia e dos métodos ligados ao neopositivismo envolvendo a ciência, originando-se daí, a Nova Geografia. Como ciência que buscava a explicação, sendo também preocupada em formular leis gerais no que concerne ao espaço, a Geografia, de acordo com as ideias de Schaffer (1977, p.11) “tem de ser concebida como a ciência voltada para a formulação das leis que governam a distribuição espacial de certas características na superfície terrestre”. As bases filosóficas e epistemológicas desse novo padrão que caracterizou a ciência, sendo adotado pela Nova Geografia, foram lançadas por cientistas embasados no pensamento lógico e matemático.

Para Gomes, N.G.U (2009, p. 27-28),

A geografia, da segunda metade do século XX, busca nos modelos sistêmicos como, por exemplo, o das localidades centrais, de W. Christaller, o embasamento para a análise das funcionalidades definidas para o espaço e dos elementos responsáveis por sua produção. Tal fator coincide com as descobertas das praias como ambiente de lazer, especialmente por parte dos europeus que, no período de férias e fugindo

do rigor do inverno, viajavam em direção as orlas marítimas da região intertropical. Isto foi ainda mais acentuado com a criação de empreendimentos e roteiros destinados exclusivamente para a atividade turística.

Portanto, é na segunda metade do Século XX que ocorre a valorização da paisagem litorânea por parte dos turistas que buscavam se distanciar temporariamente do cotidiano, marcado pelos espaços funcionais e economicistas, elegendo as praias como *locus* do lazer e descanso. A partir daí, o litoral assume uma nova função gerida pela lógica do turismo de massa, com a instalação de equipamentos turísticos para atender a nova demanda de visitantes interessados pelo turismo de sol e praia. Segundo Barros (2002) esta valorização é fruto da relação existente entre os polos de atração e os espaços satélites, sendo os seus atrativos motivadores do espaço turístico, ocasionando a criação de espaços hierárquicos para o incremento desta atividade consumidora e transformadora da paisagem e do território.

Diante das transformações socioespaciais pelas quais passava o mundo, o projeto de ciência defendido pelos cientistas neopositivistas não mais respondia a dinamicidade da realidade mundial. Desta forma, entram nos meandros da frustração os modelos de espaço turístico aportados na Nova Geografia. Dependendo da natureza de sua constituição, os modelos podem ser vislumbrados como construções consistentes, físicas ou experimentais ou então, como modelos teóricos, simbólicos, conceituais ou subjetivos.

Souza, J.; Azevedo (2005) afirmam que no decorrer da década de 1970, o crescimento urbano, assim como a acentuação dos embates envolvendo questões sociais, especialmente sobre a sustentabilidades dos recursos da natureza, causam uma transformação na maneira compreender a relação sociedade-natureza. Assim inicia-se um novo processo assinalado pelas discussões que envolvem o futuro da sociedade em relação a forma desenfreada de apropriação e consumo dos ecossistemas.

Na geografia, o reflexo disso é concebido pelas críticas aos modelos anteriores de explicação da dinâmica espacial. Neste contexto, entram em cena reflexões pautadas nas produções de geógrafos adeptos ao materialismo histórico e dialético, caracterizada pela relação socioespacial de produção como viés de análise. Destaca-se também a contribuição dos geógrafos “fenomenologistas” mais preocupados em refletir sobre a dinamização do espaço a partir dos aspectos socioculturais e da dimensão de sua subjetividade.

Como exemplo, podemos mencionar Almeida (2001, 2004, 2011a), Xavier (2002, 2003, 2007), Rodrigues, A. A. B (2002, 2003, 2006), Nitsche, L. B. Estes geógrafos vão além

de uma análise baseada no viés mercadológico, técnico e funcional do turismo, imprimindo uma visão humanista envolvendo comunidades receptoras e o turismo seja como agente desterritorializador de culturas e identidades, seja como agente potencializador do desenvolvimento local.

No viés em questão, recorreremos ao pensamento de Krippendorff (1989, p.175), quando o mesmo afirma que “é preciso voltar ao ser humano, às virtudes humanas, às atitudes sociais e à ética frente à vida”. O turismo dentro de sua vertente que prioriza o subjetivo deve estar para as comunidades receptoras, para somar aos aspectos de suas territorialidades, não para dizimar ou subtrair aspectos inerentes ao cotidiano dos sujeitos locais.

A Geografia de caráter fenomenológico permite-nos refletir acerca dos aspectos cruciais que caracterizam o fenômeno turístico, as experiências vividas pelos turistas e, sobretudo, aos sujeitos “turistificados”. Ressalta o lado cognitivo da apropriação dos territórios e das paisagens. Desta maneira, a atividade turística se materializa ancorada no território, na paisagem e no lugar, categorias que segundo Castro (2006, p. 44) “imprimem identidade ao conhecimento geográfico, permitindo a interpretação de fenômenos com dimensão espacial”.

Em suma, o novo enfoque geográfico que se debruça sobre a vertente teórica de caráter fenomenológico, a partir da década de 1970, se reflete nos estudos sobre o turismo que passou a considerar a dinâmica que envolve os aspectos da paisagem natural e construída no decorrer do tempo e da história. Isto inclui a influência dos mais diferentes sujeitos sociais.

Portanto, a Geografia nos fornece instrumentos que podem relacionar o Turismo com conhecimentos advindos do saber geográfico. As palavras de Castrogiovani (2004) vêm a corroborar com a nossa colocação ao afirmar que:

O Espaço Geográfico, esse que, com o passar do tempo, ou melhor, com a incorporação do tempo, do surgimento de novas tecnologias, das mudanças nos sistemas de informação e do papel, cada vez mais amplo e globalizado da comunicação, parece adquirir novas dimensões, inclusive para o Turismo. (CASTROGIOVANI, 2004, p.16).

Analisar e refletir sobre o espaço geográfico e o turismo em uma perspectiva relacional, nos conduz a uma ampliação de conceitos e teorias que priorizam uma visão unidimensional, sob o risco de ficarmos limitados. Permite-nos vislumbrar uma dimensão que ultrapassa o viés mecanicista, economicista tão marcante no mundo globalizado.

Em nossa análise, o turismo é apreendido como fenômeno consumidor e transformador do espaço geográfico, considerando o caráter multidimensional desse processo.

De acordo com Costa da Silva (2012, p. 49) “a geografia que se foca no estudo do turismo tem pela frente um objeto diverso, em plena mutação, com muitos agentes, sujeitos e que auxilia na produção de um espaço caracterizado por uma efemeridade temporal de uso peculiar”. O autor ainda expõe que esta é uma abordagem geográfica do turismo, envolvendo aspectos ligados a plenitude de suas estruturas, formas e funções, e não somente de um espaço único de uso turístico.

Isto posto, Almeida (2004) nos conduz para uma reflexão sobre as seguintes indagações: seria a atividade turística capaz de transformar-se em um vetor de desenvolvimento possível de realizar a passagem para um novo modo de produzir? Um turismo que tem uma preocupação social, que considera a natureza, poupa sem destruir as especificidades ambientais consideradas como bens turísticos?

A partir da discussão apresentada pela autora, afirmamos que a atividade turística é dinâmica e possui no espaço, seu maior objeto de consumo. O turismo tem a capacidade de (re) configurar o espaço, influenciando nas características culturais, econômicas e sociais dos lugares eleitos como reduto do lazer e assim, imprimir sua marca principal que se expressa na consumação mercadológica dos aportes materiais e imateriais que esse espaço possui.

Não estamos nos referindo ao turismo como um agente ou fenômeno que ao se apropriar, transformar, consumir o espaço provoca efeitos apenas nocivos, embora esta vertente seja a mais frequente. Esta atividade pode, outrossim, provocar efeitos positivos, desde que seja pensado e substanciado de elementos que venham a se somar com os atributos que o espaço possui, o que inclui as comunidades que dele fazem parte. A este tipo de turismo denominamos de Turismo de base comunitária.

Entendemos a relevância da abordagem histórica para nos situarmos em relação aos diferentes olhares geográficos sobre o fenômeno turístico que é permeado pela dinamização do próprio espaço que se transforma e (re) significa de acordo com o contexto sócio, político, econômico e cultural de cada tempo. Compreender a dinâmica que envolve sujeitos locais, o turismo, território, paisagem dentro de uma perspectiva fenomenológica, exige adentrar nas nuances do ir e vir da (re) construção, da (re)significação que dar sentido aos fenômenos e a percepção do ser no mundo.

1.2.1 Reflexões sobre o Turismo de Base Comunitária (TBC)

A inserção de uma análise reflexiva do turismo de base comunitária neste capítulo, se justifica pela ênfase dada ao fenômeno turismo dentro de sua multidimensionalidade. A referida modalidade em questão denota das diversas facetas assumidas pelo turismo e, ao mesmo tempo sua hibridez, uma vez que consideraremos não o seu lado consumidor e desterritorializador. Enfatizaremos, sobretudo, o seu lado ratificador de territorialidades, potencializador da busca pela qualidade de vida considerando o vivido, percebido e experienciado no território das comunidades receptoras.

O turismo de base comunitária (TBC) é marcado por uma série de debates sobre o tipo de turismo coerente com as necessidades socioespaciais, econômicas das comunidades caracterizadas pelo modo de vida tradicional a exemplo das comunidades estudadas nesta tese. Isto significa que as comunidades se configuram como o centro do planejamento, gestão e decisões relacionadas com a atividade. Estamos nos referindo a um turismo baseado na interação da comunidade entre si, nos processos de planejamento e gestão desta atividade, e da mesma com o turista, cuja motivação da visita também se difere dos objetivos do turista enquadrado no modelo convencional.

Segundo Beeton (2006) o termo Turismo de Base Comunitária começa a empregar-se desde o final dos anos oitenta, porém, com mais ênfase nos anos noventa. Inicialmente, os estudiosos exploraram o fenômeno de modo unilateral, a exemplo de pesquisas sobre os benefícios econômicos sem levar em consideração a complexidade do conceito. Um dos primeiros autores a introduzir o termo foi Dernoí (1988), quando faz uma comparação do TBC com o turismo alternativo:

El turismo alternativo/turismo de base comunitaria es un conjunto de servicios (y características) de hospitalidad ofrecidos a los visitantes por parte de individuos, familias o una comunidad local. Un objetivo prioritario del turismo alternativo/turismo de base comunitaria, es establecer una intercomunicación directa y un mutuo entendimiento personal/cultural entre anfitriones e invitados (DERNOI, 1988, p.89).

Considerando o exposto acima, o turismo é uma forma de interação entre visitantes e visitados que se dá por meio de serviços diferenciados oferecido de acordo com o saber e fazer dos sujeitos locais. Atualmente, ao menos no plano teórico, o TBC está estreitamente relacionado com a equidade social, por sua capacidade de assegurar um compartilhamento mais justo dos benefícios econômicos e sociais do turismo; se associando a mecanismos de participação coletiva mais democráticos, o que envolve tomada de decisões consensuadas.

Para Hiwasaki (2006) o TBC surge em um duplo contexto mundial: por meio das ações que promovem formas de um turismo responsável e sustentável; pelos esforços de conservação e administração de áreas naturais protegidas, que vinculam a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento local comunitário. Desde a publicação do livro de Murphy (1985) – *tourism: A community approach*, o conceito de envolvimento comunitário é colocado no centro do debate sobre a sustentabilidade do turismo (TAYLOR, 1995). Na literatura sobre o TBC, é sempre colocado em evidencia que sem envolvimento da comunidade, não há êxito neste tipo de turismo.

O envolvimento da comunidade para Carballo-Sandoval (1999) significa empoderamento da população anfitriã para mobilizar suas próprias capacidades, tornando-se sujeitos sociais, mais que sujeitos passivos para gerir seus recursos, tomarem decisões e controlar as atividades que afetam suas vidas. É um processo em longo prazo que requer transformações fundamentais. Deve ser construído de maneira sólida. Os sujeitos envolvidos no processo devem adquirir autoconfiança, competitividade e está ciente do significado deste processo de empoderamento. Isto implica em participação comunitária. Porém, nem toda participação comunitária, implica em empoderamento. A este respeito:

La participación es un concepto más débil que el empoderamiento, en el sentido que es compatible con una multiplicidad de fines en conflicto. Al tener como meta involucrar genuinamente a las personas, y particularmente a los que no tienen poder, al formular estrategias y políticas de desarrollo, al tomar decisiones sobre los programas, y al monitorearlos y evaluarlos, puede crear un ambiente que conduzca al empoderamiento. Por otra parte, los espacios pueden estar abiertos a los grupos, comunidades o localidades para participar en los programas gubernamentales de desarrollo simplemente porque los gobiernos o agencias desean traspasar parte de los costos a ellos, o principalmente en función de los intereses de la eficiencia del programa. Por supuesto, si la intención no es empoderar a las personas para que tengan voz en la toma de decisiones, entonces la cuerda puede ser tirada con fuerza por las autoridades, quienes circunscribirán y limitarán la naturaleza de la participación... La participación puede también ser totalmente superficial con la intención de satisfacer a las agencias donantes o para mitigar las presiones para una mayor democracia, y consistir, de hecho, en sólo consultas rápidas (SEN, 1998, p. 124-125).

A participação e o empoderamento das comunidades receptoras podem soar como um artifício por parte dos gestores que estão à frente do planejamento da atividade turística. Pode também ser a força que rege a comunidade na luta e na busca da melhoria socioeconômica. Neste sentido, vários são os conceitos construídos que corroboram com a questão do empoderamento das comunidades no processo de inserção do TBC, conforme quadro síntese número 01:

Quadro1 -Conceitos de TBC – vários olhares e traços comuns

CONCEITOS SOB DIFERENTES OLHARES	ESSENCIA DE CADA CONCEITO
Aquello que se basa en la idea de una participación activa de la propia comunidad y, por ello, es fundamental la necesidad de crear una serie de redes comunitarias que permita un fomento de esta clase de turismo y que, al mismo tiempo, sirva para vertebrar la relación entre La comunidad local y los visitantes, para que estos últimos consigan dar respuesta a una de las principales motivaciones de su viaje, que es la búsqueda de nuevas experiencias y el contacto con otras culturas. Ello implica la necesidad de involucrar a diferentes actores, como serían las administraciones públicas existentes en el área geográfica, las ONG, las universidades y la propia comunidad local a través de la vertebración de cooperativas. (GUZMAN T.C; S.M.S CAÑIZARE, 2009, p .91).	- Participação ativa da comunidade; - Formação de redes comunitárias; - Envolvimento dialógico de vários atores; - Atenção ao visitante Todo o processo de envolvimento com diversos segmentos da sociedade é para propiciar ao turista interessado uma inserção exitosa nas comunidades receptoras.
Aquele em que as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo desde o início, projetos de turismo devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais (WWF, 2001, p.2)	- Autonomia das comunidades; - Envolvimento participativo; - Benefícios na economia em sua maior parte para a comunidade. Neste conceito o processo de empoderamento das comunidades é nítido. Preocupa-nos a questão da distribuição dos recursos, que ao nosso entender deve estar completamente sob a responsabilidade das comunidades receptoras.

Turismo comunitário ou de base comunitária é aquele em que as comunidades, de forma associativa, possuem controle efetivo das atividades econômicas associadas à exploração da atividade turística, desde o planejamento ao desenvolvimento e gestão das atividades e assim conseguem melhorar suas economias. Por meio do envolvimento participativo realizam variados projetos, que, além de garantir a melhoria de suas condições de vida, preparam as condições para receber visitantes e turistas. (CORIOLANO, 2003, p.10).	- Associativismo; - Envolvimento participativo; - Autogestão comunitária, - O sujeito local é priorizado. Há uma valorização nos aspectos que envolvem a autonomia dos sujeitos locais no que diz respeito ao que pode contribuir positivamente para o desenvolvimento da comunidade.
Consiste em uma estratégia para que populações tradicionais, independente do grau de descaracterização frente à hegemonia das sociedades urbanas industriais, sejam protagonistas de seus modos de vida próprios, tornando-se uma alternativa possível ao modo de vida materialista consumista (SAMPALIO, 2005, p.1).	- Protagonismo das populações tradicionais nas ações que envolvem o coletivo; - Alternativa ao modo de vida materialista-consumista No conceito que segue, a questão da descaracterização da comunidade não surge como empecilho para o TBC. A essência está no protagonismo da população receptora em decidir como conduzir o que for mais condizente com as necessidades da comunidade.
É mais que um simples tipo de atividade turística praticada pelos visitantes, representa um modelo de gerenciamento turístico de caráter, sobretudo, inclusivo e que tem como desdobramento desse aspecto o oferecimento de produtos diferenciados. (PINHEIRO, 2007, p. 483)	- Modelo de gerenciamento turístico inclusivo; - Protagonismo e organização comunitária (o diferente); - Turismo como atividade econômica complementar.

	Prioriza o fazer da comunidade a partir da autogestão
Não é apenas uma atividade produtiva, mas procura ressaltar o papel fundamental da ética e da cooperação nas relações sociais. Valoriza os recursos específicos de um território e procura estabelecer relações de comunicação/informação com agentes externos, entre eles e os visitantes. Considera, portanto, a existência de uma relação dialética entre os turistas e a comunidade receptora. (ARAÚJO; GELBOCKE, 2008, p. 365)	- Cooperação nas relações sociais; - Valorização do território; - interação entre visitantes e visitados dentro do território. O território da comunidade é enfatizado, assim como a dinamicidade das relações entre aqueles que fazem e que se relacionam com o território. O turismo está para o território e não o contrário
Consiste em toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo de base comunitária é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida (MALDONADO, 2009, p.31).	- Organização empresarial; - Cooperação; - Equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios; - Valorização da Dimensão humana e cultural; - Sustentabilidade da atividade turística O conceito destaca a sustentabilidade do turismo, passando pelos recursos patrimoniais que a comunidade possui. Esta sustentabilidade sendo regida pelos sujeitos locais dentro de uma relação de cooperação. A partir destas premissas se busca a interculturalidade a partir do diálogo entre os que fazem o TBC e os que procuram essa modalidade de turismo.

Tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promove qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento. (IRVING, 2009, p.111).	- Coesão e laço social; - Sentido coletivo de vida em sociedade; - Sentido de Inclusão; - Sentimento de pertencimento. Transparece aos laços que fortalecem o coletivo, o sentido de pertencer a um grupo social. A partir de tais aspectos se busca no turismo a valorização da cultura local.
É aquele tipo de turismo que busca se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação <i>situada</i> nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar. Não se trata, apenas, de percorrer <i>rotas exóticas</i>, diferenciadas daquelas do turismo de massa. Trata-se de um outro <i>modo de visita e hospitalidade</i>, diferenciado em relação ao turismo massificado, ainda que por ventura se dirija a um mesmo destino”. (BURSZTYN et. al., 2009, p. 86).	- Menor densidade de infraestrutura e serviços; - Vinculação situada no lugar; - Modo de visita e hospitalidade diferenciados em relação ao turismo convencional; - Não exige infraestrutura grandiosa. O conceito diferencia o TBC do turismo convencional a partir dos aspectos que caracteriza o próprio TBC: relação cultura ambiente, valorização do saber fazer dos sujeitos, o que denota em um turismo destinado para aqueles que estão interessados na rota que não exige grande infraestrutura para recebê-los, e sim na riqueza cultural
Um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local e principalmente protagonizada pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística. (MTur, 2008).	- Economia solidária; - Associativismo; - Valorização da cultura local; - Protagonismo das comunidades locais. O protagonismo das comunidades locais a partir do associativismo é a ancora para sustentar o modelo de

	turismo em evidência. O conceito evidencia também o saber e fazer das comunidades, o que perpassa pela valorização da cultura local.
Um conjunto de ações que requerem uma conduta ética e que privilegiam os aspectos culturais de comunidades sem anular os aspectos econômicos, os valores humanitários e culturais das comunidades como um compromisso a ser pactuado entre turistas e anfitriões. Que pode ser vivido por meio de relações de diálogo, como um caminho de enriquecimento humano considerando que não é negada a possibilidade de interferência entre as culturas, mas que ela aconteça em equidade na afirmação de identidades. (ROCHA, 2003, p. 79).	- Ética - Valorização da Cultura; - Valorização econômica; - Relação dialógica entre sujeitos locais e turistas; - Equidade na afirmação de identidades.
É uma estratégia de comunicação social para que comunidades tradicionais, com desvantagens históricas, viabilizem seus respectivos modos de vida. As comunidades tradicionais se definem por critérios geográficos - como um território isolado -, culturais - compartilhando costumes, usos e tradições, e feixes de hábitos -, ou por funções socioeconômicas – variando por modos de produção e distribuição (BARRETO, 2004).	- Visibilidade as comunidades excluídas; - Destaque para a potencialização das comunidades tradicionais e seus territórios O turismo como estratégia de valorização do modo de vida dos sujeitos locais e de seu território
Constitui-se em um mecanismo mais formal para o aproveitamento da opinião dos cidadãos sobre questões de desenvolvimento. A sua introdução pode fornecer um espaço para expressar novos, potencialmente competitivos, interesses no processo, substância e/ou agentes de desenvolvimento local (REED, 1997, p. 573)	- Mecanismo para despertar a criticidade do cidadão; -Desenvolvimento a partir das opiniões críticas dos cidadãos O foco está no desenvolvimento a partir da potencialização de opiniões que convirjam para as

	comunidades receptoras.
O paradigma do TBC é funcional, que se destina a identificar potenciais problemas e superá-los antes que a indústria do turismo seja afetada por reações adversas locais. “A comunidade é cooptada para apoiar o turismo através de uma ilusão de partilha de poder, mas ela não tem capacidade para rejeitar o turismo como uma opção de desenvolvimento.” (BLACKSTOCK, 2005, p. 41)	- Turismo que não foge à regra do convencional; - Turismo alienador e ilusório; - Turismo sinônimo de prisão O conceito evidencia a funcionalidade do TBC, o que não o diferencia do convencional enquanto agente consumidor e desterritorializador das características socioculturais das comunidades.
Um conjunto de atividades que devem objetivar, primeiramente, a capacitação dos membros comunitários e a apropriação de meios de produção e de consumo que se dará por meio do empoderamento da comunidade local e da participação ampliada desses agentes no planejamento e na gestão das atividades turísticas. Em segundo lugar, as atividades devem proporcionar a conservação dos recursos naturais e/ou culturais da localidade e do seu entorno, seguidas de ações que potencializem o desenvolvimento econômico e social na área protegida e ao seu redor e, por fim, que privilegiem um fluxo de visitantes que se comprometam com as questões sociais e ambientais do local. (HIWASAKI, 2006, p. 677).	- Capacitação dos sujeitos locais - Autogestão dos meios de produção e consumo; - Conservação dos recursos naturais e ou culturais; - Relação com APA; - Preocupação com o tipo de turista para o TBC.

Toda forma de organização empresarial sustentado na propriedade do território e da autogestão dos recursos comunitários e particulares com praticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados através da prestação de serviços visando o encontro cultural com os visitantes (TURISOL, 2008).	- Modelo empresarial; - Valorização da autogestão; - Valorização do encontro de culturas.
O turismo de base comunitária é aquele no qual, as populações locais possuem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento e gestão, está baseado na gestão comunitária ou familiar das infraestruturas e serviços turísticos, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária” (REDE TUCUM, 2008)	-Valorização da autogestão; - Pautado na economia solidária; -Valorização dos saberes locais.
O Turismo de Base comunitária é a viabilidade de se realizar o desenvolvimento local através do turismo dependeria da equalização de cinco objetivos: preservação/conservação ambiental; manutenção da identidade cultural; geração de ocupações produtivas de renda; desenvolvimento participativo e qualidade de vida das comunidades, valorizando suas potencialidades ambientais e culturais, com a participação da população local na construção ativa desse processo. (BENEVIDES, 2002).	- Base para o desenvolvimento local; - Ênfase para o ambiente; - Identidade cultural; - Geração de renda; - Qualidade de vida.

Organização: GOMES, R. C. S. (Janeiro/2013).

Há uma diversidade de conceitos sobre o TBC mesmo que não se tenha um plenamente aceito a nível global, contudo, as perspectivas teóricas são similares no tocante aos princípios e abrangem diversas dimensões a exemplo das antropológicas, sociológicas, econômicas, políticas, históricas, psicológicas, ambientais e geográficas. O próprio MTur (2010) reconhece que a heterogeneidade de conceitos é reflexo das experiências que diversas comunidades possuem, cada uma dentro particularidades que caracteriza os seus territórios. Destaca ainda os princípios comuns que permeiam as definições sobre a modalidade de turismo que em pauta:

A autogestão; o associativismo e cooperativismo; a democratização de oportunidades e benefícios; a centralidade da colaboração, parceria e participação; a valorização da cultura local e, principalmente, o protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (MTUR, 2010, PP. 16-17).

Contudo, mesmo reconhecendo a referida diversidade, o MTur não prioriza os aspectos que enfatizam o protagonismo das comunidades no que diz respeito a inserção do turismo em seus territórios, a exemplo da autogestão, associativismo, cooperativismo, ou seja, o empoderamento dos sujeitos locais no que diz respeito a condução da atividade turística nos seus territórios, a começar pela necessidade ou não que estes têm de inserir o turismo no seu cotidiano.

O reconhecimento da heterogeneidade perpassa também pelas iniciativas das comunidades que se apresentam de inúmeras formas, considerando a diversidade e a complexidade das realidades locais. Desta forma temos também como elemento comum, a interpretação por parte dos autores, da comunidade como agente ativo de seu próprio avanço, participando da concepção, do desenvolvimento e gestão do turismo – o empoderamento mencionado acima. A esse respeito o LTDS (2011, p. 07) argumenta que:

[...] a extensão geográfica e a diversidade de experiências encontradas no país também colaboram para a amplitude conceitual do TBC, uma vez que este é usado para tratar de contextos tão diversos e diferentes quanto as comunidades urbanas e rurais, podendo estar referido às populações tradicionais ou a amálgamas sociais compostas pelos movimentos migratórios e processos de exclusão socioeconômicos, entre outros (LTDS 2011, p. 07).

As experiências de cada comunidade envolvendo o TBC, perpassa sobretudo pelo o que caracteriza o seu grau de organização social e os laços que une os sujeitos aos seus

territórios e aos outros sujeitos. Todos os conceitos apresentados no quadro síntese apontam para um turismo que pode contribuir de forma positiva para a geração de mais benefícios à população local e para a sua autonomia nos processos de decisão relativos ao turismo em seu território. Perpassa pelo respeito à diversidade que o LTDS defende. Considerará heterogeneidade do país e ao mesmo tempo as particularidades de cada comunidade envolvida no processo é, acima de tudo, respeitar os sujeitos que nela vivem.

Além dos aspectos mencionados, ainda constam nos conceitos sobre o TBC a noção de organização, gestão e participação comunitária. Estes se fizeram presentes em praticamente todas as definições, já que o protagonismo da comunidade é o elemento fundamental neste processo. Os atores externos funcionam como indutores do processo, atuando permeados de motivações endógenas.

A participação da comunidade e autonomia no processo de decisão, na prática, deve ser analisada por duas perspectivas: interna externa - o grau de autonomia entre a comunidade com relação ao agente externo e o grau de participação entre os membros da própria comunidade. Esse grau de participação e autonomia não é padrão e pode ocorrer de diferentes formas e intensidades.

As referidas dimensões são a sustentação do TBC, ressaltando que os atrativos, serviços e produtos oferecidos estão estreitamente associados à relação da comunidade com o seu substrato (i) material, ou seja os seus recursos naturais, suas atividades tradicionais e seus modos de vida. Coriolano (2008), por exemplo, interpreta o TBC como uma proposta institucional que conserva os modos de vida tradicionais e preserva a biodiversidade local.

Alinhado ao conceito supracitado, outro ponto destacado em algumas definições relaciona-se com a prática da interculturalidade. O TBC parte de uma relação horizontal entre quem recebe e quem visita, onde o diálogo, a troca e o compartilhamento de vivências são a base desse encontro. Nesse sentido, e tendo em vista a negligência com a qual o patrimônio comunitário geralmente é tratado nos convencionais planos de turismo, o TBC tem também como princípio a conservação da biodiversidade e da diversidade cultural, ao valorizar o modo de vida, tradições e pontos de vista da população local em relação ao turismo.

Contudo, não podemos perder de vista que o turismo comunitário surge como resposta ao convencional que ao contrário do exposto acima, age como um agente desterritorializador. Dentro de uma perspectiva geográfica, Almeida (1999) deixa claro que ao se pensar na materialidade do turismo convencional, este:

Se configura como um processo de produção de um complexo de imagens, atores e territórios para que a exploração possa ser efetivada. O turismo ao contrário do que se pensa, não é somente consequência natural dos desenvolvimentos tecnológicos de transporte de massa, das comunicações. É também, mais uma forma de exploração planejada, uma estratégia de dominação sobre os países subdesenvolvidos, porém ainda ricos de ecossistemas naturais de interesse turístico (ALMEIDA 1999, p. 185).

Comungamos do pensamento de Almeida, pois a autora revela as intencionalidades que sustentam as políticas de planejamento voltadas para a atividade turística, assim como os espaços que realmente interessa ao turismo. E, em muitos casos, estes interesses são divergentes dos que almejam os sujeitos que estão inseridos na dinâmica turismo-espaço-planejamento-população local.

Almeida (2004) ainda ressalta que:

A implementação da atividade turística local somente é possível com a inserção da região no sistema global. O turismo sempre depende de um plano externo para desenvolver seu plano interno o que se constitui em um potencial, mas também em um risco sociocultural e ambiental. Em outras palavras, a ânsia de inserir-se no circuito globalizador do turismo, auferindo os lucros crescentes, faz com que apressados governantes e iniciativa privada negligenciem estudos prévios dos espaços e das estratégias de gestão. [...] Entretanto, para que a relação entre os fatores endógenos e exógenos seja favorável ao desenvolvimento local é preciso valorizar a dinâmica dos fatores endógenos através do que se poderia chamar de territorialização turística. Ou seja, é preciso simultaneamente um forte enraizamento local e um dinâmico enredamento global (ALMEIDA, 2004, p. 02).

A autora, além de externar o lado opaco do turismo, admite que ele também pode ser luminoso no sentido de provocar efeitos dinamicamente positivos, caso se considere e se revele a relação dialógica entre agentes e fatores internos e externos, o que converge para o TBC. Bursztyn; Bartholo; Delemaro (2009, p. 86) destacam que este tipo de turismo se contrapõe ao turismo massificado, “requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços, buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar”. E, reafirmam como característica basilar do TBC a estruturação e o estabelecimento de uma relação dialógica entre visitantes e visitados. “Nesse modo relacional, nem os anfitriões são submissos aos turistas, nem os turistas fazem dos hospedeiros meros objetos de instrumentalização consumista”. Irving (2009), por sua vez, defende que o desenvolvimento do TBC só poderá ocorrer se os protagonistas dos destinos forem sujeitos e não objetos do processo.

Reconhecer o valor das experiências do turismo comunitário significa admitir que este tipo de turismo é possível. Na tentativa de não tropeçar nas fendas do reducionismo e

superficialidade analítica, Bursztyn; Bartholo; Delemaro (2009) fazem algumas considerações: O TBC não pode ser pensado e conduzido e materializado sendo uma como uma receita de bolo, em que uma experiência bem sucedida pode ser transplantada em qualquer comunidade desconsiderando suas peculiaridades. Isto agrediria o próprio sentido atribuído a esta modalidade de turismo, uma vez que é valorizado os aspectos singulares que dão essência a cada comunidade, a cada grupo social.

Deste modo, há de se pensar no TBC como perspectivas e possibilidades passíveis de êxito para aqueles grupos que estejam dispostos a desenvolvê-lo. Outro aspecto a ser enfatizado é a dinâmica das relações que envolvem os agentes e sujeitos. Esta dinâmica é e está suscetível a influências externas, interesses divergentes, conflitos e mobilização social. Porém, pode ser motivadora de associações, cooperações e ratificação de laços de solidariedade entre aqueles que estão envolvidos na mesma.

Analizando o TBC geograficamente, autores como Rodrigues (2002, 2003), Coriolano (2007, 2009), Cruz (2009) e atrelando-o as categorias paisagem e território, o TBC é uma atividade capaz de conduzir o território de pequenas comunidades ao desenvolvimento endógeno. O território é entendido como sendo o substrato das relações cotidianas dos sujeitos locais e o TBC estaria ligado a essência do cotidiano, bem como ao aproveitamento do potencial paisagístico natural e sociocultural do território no sentido de beneficiar grupo ligado por relações de coletividade.

O TBC sob o prisma geográfico é vislumbrado como atividade que se bem dirigida pode dotar o território socioeconomicamente por meio da valorização dos atributos da paisagem física e sociocultural e das territorialidades desenhadas pelos grupos que formam este território. Pode ainda ser agente do desenvolvimento territorial, o que inclui estratégias de baixo impacto, pensadas e efetivadas coletivamente pelos sujeitos locais. Esta modalidade de turismo é considerada por Cruz (2009) uma forma de resistência ou uma resposta ao turismo internacionalizado ou massivo. Representa a contracorrente do hegemônico. Comungamos com os argumentos da autora ao considerarmos o TBC como uma forma de resistência ao processo esmagador que envolve o turismo de massa e acrescentamos ainda que é também uma maneira de dar visibilidade às comunidades que são “opacizadas” em detrimento de resorts, grandes cadeias hoteleiras, produtos industrializados ofertados ao visitante, enfim a dinâmica homogeneizante da globalização na qual se encontra o turismo convencional. Desta forma o território e a paisagem são dinamizados em prol de uma valorização dos grupos que

estão imbricados no cotidiano do vivenciar, experienciar e perceber os seus saberes e fazeres que estão intimamente atrelados a manutenção das suas próprias territorialidades.

Coriolano (2007, 2009) é enfática quando se refere às comunidades que adotam o TBC como caminho para a promoção do desenvolvimento dos seus territórios em contrapartida às políticas de planejamento ligadas ao turismo no Nordeste, tendo como base para as suas análises o estado do Ceará. Estas estão centradas na captação de divisas e promoção do turismo de massa, o que exclui completamente as comunidades receptoras dos benefícios oriundos da atividade.

As comunidades por sua vez, ao adotarem esta modalidade do turismo por meio dos aspectos acima mencionados, buscam, outrossim, a inclusão no processo de globalização de forma condizente com as características socioambientais do seu território. Coriolano ainda faz alusão ao conceito de economia solidária como um dos elementos que norteiam o TBC. A Economia solidaria segundo França Filho (2006) é entendida como um conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços realizada pelos grupos populares de forma coletiva, dentro de um contexto de relações de reciprocidade tecidas no cotidiano, nos laços comunitários que consubstancia tais práticas.

Com base no exposto, concluímos que o TBC é consubstanciado por relações de poder que se manifestam nos territórios de pequenas comunidades, sendo que este poder pode emanar da capacidade de mobilização dos sujeitos locais, quando os mesmos têm clareza da relevância e necessidade de que para se atingir o desenvolvimento local, os laços de cooperativismo, o senso de empoderamento e de luta pelo seu território não podem ficar em segundo plano. Desta forma o poder dará subsídios para que o território se blinde de efeitos nocivos do turismo que venham de fora de forma impositiva. Ou seja, o poder daqueles que cobiçam o território seja neutralizado, reduzido, ou até mesmo somado no sentido dialógico em benefício de uma coletividade. A esse respeito, o poder se manifesta por ocasião da relação a possibilidade de que um homem, ou um grupo de homens, realize sua vontade própria numa ação comunitária, até mesmo contra a resistência de outros que participam da ação (WEBER, 2002, p. 211). O TBC surge com o intuito de delinear um caminho para o desenvolvimento local conduzido por relações de poder que primem pela autonomia das comunidades receptoras e isto inclui a tomada de decisão de uma coletividade. Souza (2008) alega que:

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente o seu o seu território, catalizador de uma identidade cultural e ao mesmo

tempo continente de recursos, recursos cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos. Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder, o que aliás, seria impossível (SOUZA, 2008, p. 106).

Assim, surge o grande desafio posto para se pensar o TBC, uma vez que autonomia, desenvolvimento respaldado por relações de poder que contemple os pequenos grupos sociais é algo raro na sociedade contemporânea. Quando levamos a discussão acima para a seara do turismo, o desafio é ainda maior, tendo em vista que tal atividade se origina com características contrárias dentro de relações de poder assimétricas em que os pequenos grupos são tragados pelo viés economicista que em nada contribui para a defesa, fortalecimento e manutenção das suas territorialidades.

Para compreender melhor a geograficidade do turismo, recorreremos a uma análise das categorias paisagem e território, pois estas nos possibilitam conhecer por meio das alterações espaciais ocorridas e provocadas pela atividade turística, qual é, e como funciona a dinâmica empregada nos territórios, e consequentemente nas paisagens das comunidades receptoras. Permite-nos também identificar suas potencialidades e como estas comunidades internalizam a sua valorização em diferentes contextos, seja no cotidiano ou na inserção do turismo como potencializador do desenvolvimento local.

É importante frisar que as categorias assinaladas servirão de eixo teórico para a análise relacional sobre o turismo nas comunidades estudadas. Por este motivo faremos uma reflexão entorno das categorias paisagem e território para, a partir deste enfoque, compreender o porquê de ambas as categorias assumirem a relevância que possuem na pesquisa em questão.

1.3 Um *tour* analítico entorno da paisagem e do território no turismo

A Geografia tem como objeto de estudo a relação sociedade-natureza, objetivada pela análise de cinco categorias que se inter-relacionam entre si, pois todas se referem a dinâmica socioespacial que é própria da relação citada: espaço, lugar, território, região e paisagem. Nesta pesquisa de tese debruçaremos a nossa atenção em duas destas – a paisagem e o território por considerarmos que a relação entre ambas e o nosso objeto de estudo nos fornecerá subsídios mais densos para a compreensão das relações que se estabelecem entre comunidades com o modo de vida tradicional e a prática do turismo no Brasil, tomando como enfoque os estados de Sergipe e Ceará e no México, estados de Quintana Roo e Estado de México.

1.3.1 Acepções sobre a paisagem

No decorrer do processo de sistematização da paisagem enquanto categoria de análise da geografia, inicialmente o foco se deu na descrição material (física) do espaço, sendo que no transcurso da história foram sendo congregadas as ações do sujeito, com a individualização das paisagens culturais frente às naturais. Comungamos com o pensamento de Vietter (2007) quando este estudioso afirma que:

A paisagem emerge na análise geográfica carregada de simbolismo, sendo responsável pela constituição do imaginário social que atua na condução da ação dos atores sociais, ao mesmo tempo em que mediatiza a representação do território por estes mesmos atores. Neste sentido, a paisagem como categoria social é construída pelo imaginário coletivo, historicamente determinado, que lhe atribui uma determinada função social (VITTER, 2007, P. 71).

Esta concepção de paisagem tem uma conotação subjetiva, além da relação que estabelece com o território e os sujeitos que fazem parte dele, além da sua condição enquanto seres carregados de signos e significados que foram se solidificando e se perpetuando ao longo da história. Assim, a paisagem é construída. Esta forma de se pensar a paisagem tem como marco a década de 1970, quando ocorrem várias contra reações ao positivismo e neopositivismo então vigente. Na geografia de vertente estruturalista, a análise da paisagem foi secundarizada, pois os geógrafos desta vertente refletiam sobre a organização e reprodução do espaço com ênfase nas questões econômicas e sociais do sistema capitalista. O que não deixa muito espaço para uma análise que inclua a paisagem.

Porém, outra vertente também emerge no período mencionado a Geografia Humanista que traz a referida categoria sob um novo prisma fundamentado na análise dos valores, dos sentimentos e o simbólico nela impresso. Assim, a percepção dos sujeitos e dos grupos sociais sobre a paisagem passa a ser estudada, objetivando a compreensão do significado que estes atribuem ao território do qual a mesma faz parte.

Nesta tese, a interpretação da paisagem assume um viés fenomenológico, uma vez que priorizamos as percepções, sentidos, valores e significados atribuídos pelos sujeitos à sua paisagem e as transformações que ocorrem nela, seja de forma negativa ou positiva. Neste contexto, Cosgrove (1998), alega que a paisagem é o mundo exterior considerando a experiência subjetiva dos homens, portanto um modo de ver o mundo. Enquanto para Tuan (1980, p.89) trata-se de “uma imagem integrada, construída pela mente e pelos sentidos”.

De fato, estudiosos da vertente humanista da geografia analisam a paisagem pelo seu caráter subjetivo, susceptível de se basear na experiência e ser enriquecido por meio dela, incorporando a sensibilidade (COSGROVE, 1998). Portanto, é na vertente da Geografia Humanista que debruçamos o nosso olhar sob a paisagem. Acreditamos que esta se constrói a partir das relações entre sujeitos-natureza, no decorrer da história. Ela é uma herança de muitas gerações, de esforço humano. Ela também é simbólica a partir do momento em que nela são inseridos os sentimentos e valores humanos.

A atribuição de valores, contidos nas paisagens, mostra o quanto estamos envolvidos afetivamente com elas. Por isto, Collot (1990, p.24) afirmou que a paisagem “se apresenta como uma unidade de sentidos, ela fala a quem olha”. O autor se refere a uma interação dialógica entre os sujeitos que vivem a paisagem e os significados atribuídos a ela. Para apreender a sua dinamicidade é preciso se deixar envolver pela paisagem, por todo o contexto subjetivo que a compõe.

Para Berque (1998) a paisagem tem sua dinamicidade, e o que ela se tornará no futuro envolve, sempre, um universo de possibilidades, em decorrência da capacidade que o indivíduo tem de criação. Neste contexto, somos levados a pensar que, dependendo do nosso grau de afetividade em relação à ela, derivará a sua própria recriação. Precisamos do conceito de paisagem porque ele permite o entendimento da transtemporalidade, ou seja, vários tempos convivendo, juntos, num mesmo espaço e também porque os conceitos de Paisagem, dentro da linha fenomenológica assumem destacada importância, pois, cada um deles contribui para a análise da pesquisa, fazendo-nos ver que a paisagem possui os valores, os sentidos de uma comunidade em relação a natureza, ao seu território, ao seu cotidiano. Almeida (2008, p. 47) esclarece que a paisagem é produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem e possui significado simbólico. Reflete formas de como os seres humanos interiorizam o espaço e a natureza e os integra ao seu próprio sistema cultural.

As distintas interpretações da paisagem nos faz considerar novos olhares, cujas abordagens ora se apresentam dentro de um viés de cunho mais científico, ora dentro de um viés de cunho mais culturalista. Essa amplitude de interpretações deve-se às diferentes contextualizações do conceito sobre esta categoria, demonstrando por um lado a importância da interface com outros campos de conhecimento para sua melhor compreensão. Daí parte o nosso intento de analisar o turismo em um determinado território e os elementos da paisagem que contribuem para a manutenção das territorialidades construídas pelas comunidades

receptoras, ao mesmo tempo em que serve de atrativo para efetivação de políticas de fomento ao turismo.

No tocante ao turismo, as paisagens turísticas se materializam a partir da existência de sociedades que, ao longo do arcabouço material-físico, (re) constroem outras paisagens, denominadas culturais, políticas, sociais, econômicas, entre outras.

1.3.2 Paisagem, Turismo e Consumo

O estudo da paisagem como elemento constituinte das territorialidades e como objeto de consumo da atividade turística tem se tornado cada vez mais presente nas pesquisas relacionadas ao turismo e geografia. Esta categoria de análise tem uma dimensão além do simples olhar observador, do olhar mecanicista que muitas vezes distorce a densidade que ela possui. É uma construção da sociedade em conjunto com uma carga simbólica de códigos do imaginário coletivo que interliga os sujeitos aos seus territórios, constituindo assim, o imaginário geográfico. Yázigí (2002, p. 133) nos esclarece que:

A paisagem é conclamada a desempenhar várias funções, entre as quais: a de espaço mediador para a vida e para as coisas acontecerem – não o de receptáculo, mas o de permanente transformação; a de referências múltiplas: geográficas, psicológicas [...] a de fonte de contemplação, que como a arte, pode significar um contraponto ao consumo.

Isto porque toda a carga subjetiva que a paisagem carrega, faz dela agente que preenche a memória coletiva de grupos que habitam um dado território. O contraponto ao consumo está relacionado diretamente ao turismo, pois a paisagem é um elemento dinamizador e motivador que impulsiona o visitante a conhecer os seus constituintes, sejam eles culturais, físicos ou históricos. Contudo, ainda nos pautando em Yazigi (2002, p. 133) a paisagem não é mais um cenário para uso exclusivo do turista. Ela é “essência cotidiana do habitante e que, satisfazendo sua forma de arregalar a vida acaba, talvez, por interessar o turista” Por este motivo não podemos perder de vista que a paisagem também é formada por traços do modo de vida dos sujeitos que compõem o território. Consequentemente este modo de vida torna-se produto disponível para aqueles turistas que se interessam mergulhar na cultura do outro.

Se pese, a importância de se tratar a paisagem enquanto componente das práticas turísticas e do desenvolvimento de planos de interesse social em comunidades latino-americanas, em especial brasileiras/sergipanas e mexicanas/quintanarroense e mexiquense.

Desta forma, a relação paisagem-território está diretamente relacionada ao desenvolvimento da atividade turística, pois o turismo apropria-se e transforma paisagens impressas nos territórios de pequenos grupos sociais, estabelecendo relações de consumo, no âmbito da cultura, mercadoria, conhecimentos, tradições, entre visitante e visitado.

O turismo provoca transformações nos territórios, nas paisagens atribuindo um caráter mercadológico a estes substratos da reprodução da vida, considerando que ele é um fenômeno que redefine singularidades expressadas no modo de vida e reorienta seu uso com novas formas de acesso. Essas transformações provocam sérias alterações na vida dos sujeitos que muitas vezes não se reverterem em benefício para as comunidades. Atualmente, ao considerarmos a paisagem como elemento substancial do fenômeno turístico e, portanto um recurso de grande valor no desenvolvimento e consolidação da atividade turística, os componentes da paisagem se traduzem como relevantes na construção da imagem turística do lugar e como elemento definidor da fruição turística na localidade.

A paisagem é fruto das representações, do imaginário, isto é faz parte do simbólico. As culturas e o modo como elas criaram paisagens diferentes despertam aspiração do conhecimento experienciado e vivido. Nesta perspectiva o turismo não é visto apenas como um agente mercadológico que traz consequências impactantes e muitas vezes irreversíveis. O turismo pode ser vislumbrado dentro de uma conotação que tende promover o desenvolvimento local, pela forma diferenciada com a qual o mesmo é tratado ao levar em consideração a troca de experiências, a valorização da paisagem construída pelo imaginário e pelo subjetivo.

Nesta perspectiva o foco está na busca de se conhecer novas paisagens, constituídas não só pela paisagem em si, mas por toda a bagagem que ela carrega (o cotidiano de outros, a história, os costumes, o modo de vida, por exemplo). Sob um olhar focado no turismo e sua interferência na gestão do território, vislumbramos que este foco está diretamente ligado à dinâmica das transformações territoriais que se processam nas comunidades receptoras ao terem os seus anseios ligados ao desenvolvimento local, voltados para esta atividade. Por esta razão é fundamental que debruçemos o nosso olhar para o território.

As políticas públicas que desprezam as qualidades das paisagens de um território constituído pela experiência, percepções e expectativas dos sujeitos locais, comportam um caráter estático e propõem-se a “congelar” a paisagem. Nesse sentido, Coeterier (1996) argumenta que se entendermos como as pessoas se relacionam com a paisagem, suas

avaliações, suas atitudes, suas preferências, conheceremos os meios pelos quais as qualidades seriam alcançadas, sem que o planejador dite os caminhos a serem percorridos pelo turismo no território turístico. Dessa forma, os insumos produzidos pela perspectiva da percepção da paisagem podem levar à instituição de alternativas menos cruéis na materialização do turismo. Tais aspectos são cruciais para o desenvolvimento e materialização de perspectivas multidimensionais que podem ser consideradas no planejamento territorial, visando satisfazer às necessidades da comunidade em todas as suas instâncias.

O processo de turistificação da paisagem sem que haja apropriação coerente por parte dos sujeitos locais, que ao serem indagados sobre a importância do patrimônio sociocultural o qual constitui o seu território, demonstra uma alienação e não protagonismo destes sujeitos frente ao turismo. Denota relações de poder verticalizadas uma vez que o poder de transformar o território não parte dos que o constroem e sim dos que têm a intencionalidade de torná-lo funcional à demanda turística. Respalda-mos em Raffestin para elucidar o exposto acima uma vez que:

Explicitar o conhecimento e a prática que os homens têm das coisas é, involuntariamente, desnudar o poder que esses mesmos homens se atribuem ou procuram se atribuir sobre os seres e as coisas [...] As relações de poder se inscrevem numa cinemática complexa. [...] A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações (RAFFESTIN, 1993, pp. 6; 53).

Dentro do que Raffestin afirma, o poder está intimamente relacionado às intencionalidades daqueles que são designados para conduzir o território por meio de mecanismos de planejamento e gestão. A esse respeito, o Estado possui um papel relevante e ao mesmo tempo desfavorecedor às comunidades receptoras do turismo. Contudo, há aquelas comunidades que constroem uma lógica distinta das relações de poder verticalizadas, imprimindo em um processo de luta, relações favoráveis aos seus territórios.

Há uma preocupação por parte de estudiosos em verificar os reais interesses daqueles que estão à frente da atividade turística, para que não se explorem somente os fins econômicos, sem levar em consideração a intenção de conservar os valores socioculturais do território eleito como um potencial turístico, dentro da perspectiva que o Raffestin externa. Os atributos da paisagem que fazem parte dos aspectos identitários dos territórios de vivência necessitam ser avaliados de modo a considerar o subjetivo, e não simplesmente como uma forma de apropriação como uma mercadoria disponível no mercado.

Segundo Lemos (2005), o processo de valorização é a esfera que captura até que ponto a atividade turística contribui para o crescimento e o desenvolvimento econômico e social dos sujeitos que fazem parte do território turístico. Para este autor o valor turístico é criado, comensurável por meio de um conjunto de elementos que o compõem o sistema organizado, baseado na dinâmica de produção e consumo de bens e serviços ambientais. Pode resultar das relações sociais e subjetivas entre visitante-visitado, da possibilidade de troca de experiências, de conhecimentos, incorporando a cultura do outro, como forma de adquirir outros saberes, ressignificar suas vidas, inerente a uma convivência harmônica e enriquecedora cultural e ambientalmente. O Território neste contexto, se insere enquanto:

Palco de relações sociais, que também fica suscetível às mutações da experiência histórica e da própria dinâmica da paisagem que se impõe como continuidades que fluem e invadem a percepção da existência de valores culturais, a inferir nos comportamentos e nas ações dos sujeitos, construindo a busca de novas experiências. Os processos sociais demarcam, assim, formas, funções e significados sociais no território e o turismo é um desses processos. A paisagem, assim, sugere o reflexo da sociedade que a (re) produz sob a relação sociedade, espaço e natureza, sendo a presença humana e a incorporação de subjetividades, condições essenciais de sua existência (MOREIRA, 2009, p. 5).

Assim, para cada território turístico a paisagem carrega significados, fruto da dinâmica que envolve os aspectos já expostos nesta análise. Para o turista e para o gestor essa paisagem carrega significados que podem não ser os mesmos dos sujeitos locais. Porém ao fazer tal reflexão, o objetivo é entender a relação que se dá entre visitantes e visitados, do olhar sob a paisagem que configura um determinado território. A viabilização da atividade turística enquanto prática social, considerada sua dimensão histórica e cultural a partir da interpretação da paisagem, possibilita uma melhor compreensão do fenômeno turístico e as consequências ou impactos causados para os sujeitos locais.

Daí, a importância de se tratar a paisagem enquanto elemento de materialização das práticas turísticas e o seu uso no processo de desenvolvimento de planos de interesse social nos territórios de comunidades brasileiras e mexicanas. Passamos deste modo, para o nosso próximo ponto de reflexão: a compreensão do território imbuído de signos e significados, em que a paisagem é parte constituinte do seu substrato que se desenha tanto no plano material/concreto e imaterial/subjetivo.

1.4 Acepções sobre Território Turístico

1.4.1 Território e a construção das territorialidades no turismo

O conceito de território é permeado de toda uma historicidade, nos fazendo compreender o seu processo atual que se caracteriza pelas diversas vias analíticas para apreensão de sua própria dinâmica. Para a Geografia, suas origens estão nas obras Antropogeografia (1882) e Geografia Política (1897) do geógrafo alemão Friederich Ratzel, sendo estas inspiradas na corrente do determinismo e no imperialismo alemão do final do século XIX. A Geografia de Ratzel institui uma consciência nacional e a necessidade de um “espaço vital”, basilar para o desenvolvimento e o progresso de uma nação, tendo em vista que as formas de sobrevivência são limitadas e por este motivo a busca por anexação de novos territórios. Este autor foi de fundamental importância para se pensar a relação Estado-Território, no contexto do poder e o processo decorrente desta relação envolvendo a sociedade. Entretanto, suas ideias deterministas foram sendo contra argumentadas, o que culminou em uma série de abordagens sobre esta categoria coerente com cada contexto histórico que caracteriza a ciência geográfica.

Como exemplo do exposto, até a década de 1950, o território era tratado como limite jurídico-administrativo sob domínio do Estado, por influência de Ratzel. Contudo, naquele momento, segundo Saquet (2007, p. 16) também começou a ser superada a vertente “meramente descritiva, classificatória e acrítica”, nas pesquisas que iam além do comando e controle político do Estado-Nação. A partir de então a abordagem territorial se tornou interdisciplinar, incorporando aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos, tais como relações de poder e de produção, conflitos sociais, informação, comunicação, desenvolvimento, redes, tempo, cultura. De fato, a Geografia, até a década de 1950 era considerada uma ciência física, mas com a mudança de abordagem passou a ser considerada também uma ciência social.

Com o advento da Geografia Crítica, na década de 1970, calcada no materialismo histórico e dialético as categorias de análise desta ciência ganham uma nova conotação com base na proposição marxista. Assim, de acordo com Terra (2009, p. 23):

A definição do território passa pelo uso que a sociedade faz de uma determinada porção do globo, a partir de uma relação de apropriação, qualificada pelo trabalho social. Ou seja, emerge na Geografia uma grande preocupação em compreender as contradições sociais, as transformações econômicas e políticas, assim como a reorganização territorial do espaço mundial. Processos que se acentuaram e intensificaram no final do século

XX, em decorrência da atual fase de expansão do capitalismo, chamada globalização econômica. Fase esta que se caracteriza pela flexibilização da produção em escala mundial e, conseqüentemente, pela intensificação dos fluxos de capitais, mercadorias, pessoas e informações entre os mais diferentes pontos do planeta.

Na perspectiva da Geografia Crítica, as velhas e novas configurações territoriais emanam da forma como os agentes que estão no poder apropriam-se do espaço por meio das relações sociais vigentes em cada tempo histórico. Já na Geografia de base humanista calcada na fenomenologia que surge também na década de 1970, o território adquire uma conotação subjetiva que, de acordo com Corrêa (1995, p. 30), tem “privilegiado o singular e não o particular ou o universal e, ao invés da explicação, tem na compreensão a base da inteligibilidade do mundo real”. A partir daí, o território adquiriu significado de espaço vivido e, além de ser considerado como uma experiência social contínua no movimento, no próprio espaço e no tempo, deve ser pensado como campo das representações simbólicas. Conforme Saquet (2007, p. 15), esta abordagem enfatizava as dinâmicas “política e cultural, simbólico e identitária, tratando de representações sociais”.

No período de renovação da abordagem territorial que se deu na década de 1970, concomitante a renovação da ciência geográfica que passa a adotar uma abordagem crítica e também humanista, é importante ressaltar a análise de Raffestin (1993), pois para este teórico a construção do território revela relações marcadas pelo poder. De acordo com Raffestin (1993, p. 58) o território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia. O território, portanto, é vislumbrado como oriundo da relação entre os sujeitos sociais com o espaço. Este (o espaço) por sua vez, e segundo o autor, (pre) existe a qualquer ação, conhecimento ou prática. E, é desse modo que Raffestin apresenta a distinção entre os dois conceitos-espaço e território em sua obra *Por uma Geografia do Poder*:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) a qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço [...] o ator ‘territorializa’ o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Neste estudo priorizamos a concepção de território que se pauta nas dinâmicas socioespaciais que se manifestam na vida cotidiana. Estes estudos abordam, prioritariamente, territórios nos quais os agentes e poderes não são obrigatoriamente institucionalizados, são

construídos pela interação diária dos sujeitos e o espaço. Ou seja, são estudos sobre territórios que surgem da dimensão vivida do espaço.

Outro teórico que discorre sobre as principais perspectivas do território é o Haesbaert. Este autor também considera o vivido que “[...] prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2001, p.40). Este território é mantido também pelas relações de poder entre os diversos agentes que agem dentro e fora do território simbolicamente apropriado.

Outros autores que analisam o território dentro da perspectiva da subjetividade e que também nos darão suporte são o Bonnemaison e Almeida. De acordo com Bonnemaison (2002, p. 126), “o território é primeiramente, uma determinada maneira de viver com os outros”, sendo que muitas vezes, os seus limites geográficos se fazem pela relação cotidiana. O espaço se inicia para além daí. “O espaço começa fora do território quando o indivíduo está só, confrontado, e não mais associado a lugares”, materializado pelas relações. Para este autor, se produzem cada vez menos território e cada vez mais espaço, onde o indivíduo não se sente mais enraizado; os seus vizinhos são estranhos.

Para Almeida (2011a) o território é resultado de uma apropriação econômica, ideológica e sociológica do espaço por grupos que nele inserem sua cultura e sua história. O território é esse espaço social e vivido. É resultado de uma criação dos sujeitos, significando que estes se transformam em território por meio da ação coletiva, política e por meio do poder em suas diversas dimensões.

O Território se circunscreve nas relações de poder emanadas do material e do subjetivo, das singularidades, das experiências e vivências. A partir de relações de poder protagonizadas pelos sujeitos locais. Isso nos faz comungar das ideias de Souza (2008) quando o mesmo afirma que o poder não emana apenas do Estado, de instituições oficiais somente. Ele se origina também nos territórios desfavorecidos, como uma forma de luta para a manutenção das territorialidades e nesse contexto podemos abordar a questão da autonomia. Território construído a partir dos laços de solidariedade, alteridade, topofilia, luta, em que as diversas dimensões externadas por Almeida estão imbricadas ao universo de signos e significados construídos pelos sujeitos locais. Eis o território que defendemos. Destacamos que Raffestin apesar da sua vertente política, não deixa de considerar o poder não só na esfera

material como também na imaterial e por este motivo nos embasamos neste autor assim como na sua base teórica para discutir poder nesta pesquisa.

De acordo com Raffestin:

Os homens vivem ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais ou produtivas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se auto modificam também. O poder é inevitável e, de modo algum, inocente. Enfim, é imprescindível manter uma relação que não seja marcada por ele. (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

O poder é intrínseco a toda e qualquer relação. As intencionalidades se inscrevem nas relações de poder. Estas por sua vez, conduzem as funcionalidades do território seja priorizando o lado material, imaterial, ou até ambos. As relações de poder primando pelo coletivo necessariamente teriam que se desenvolver em um contexto de responsabilidade social, na reciprocidade entre os sujeitos envolvidos. Assim, segundo Foucault:

[...] O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 2007, p.08).

A dimensão do poder extrapola o termo força, repressão. É na verdade o motor, o que movimenta e dinamiza as relações dos sujeitos com os seus territórios e com os demais sujeitos. Por isto, o território possui um caráter multidimensional, pois a forma como as relações de poder conduz sua dinâmica gera diversos significados que vão delineando as territorialidades criadas por um determinado grupo social. Para Sack (1986, p.5) “a territorialidade está relacionada ao fato de como as pessoas utilizam a terra, como organizam o espaço e como atribuem significado ao lugar. É, portanto uma expressão geográfica do “poder social”. É uma forma de controle do território por meio da ratificação das identidades e do senso de pertencimento construído por um grupo no decorrer da história.

Na análise de Bonnemaïson (2002) a territorialidade está fortemente carregada de um caráter cultural. É por intermédio de seus geosímbolos que um grupo imprime marcas que identificam e delimitam um dado território. Estes geosímbolos são herança de um constructo sociocultural, político, ideológico e subjetivo da materialização de um determinado grupo em

um dado território. A partir deste processo os sujeitos constroem o seu cotidiano e ratificam assim, o seu modo de viver, pensar e agir no mundo. Para Raffestin (1993, p. 161-162):

A territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas. Concebera territorialidade como uma simples ligação com o espaço seria fazer renascer um determinismo sem interesse. É sempre uma relação, mesmo que diferenciada, com outros atores [...] a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é consubstancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a face vivida da face agida do poder.

Tanto Raffestin como Bonnemaïson admitem a territorialidade como essência do território, o que engloba várias dimensões. Ela se circunscreve também das relações de poder que para determinado grupo social pode se dar dentro de uma conotação positiva, tendo vista que o poder, nesse sentido torna-se fundamental para a manutenção das próprias territorialidades construídas pelos grupos.

É o nosso intuito entender como as territorialidades estão relacionadas com a maneira pela qual os sujeitos se relacionam com os seus territórios e lidam com as particularidades internas, bem como sua relação com os agentes externos ao seu território. A partir daí teremos condições de refletir sobre as relações de poder que estão engendradas nas comunidades pesquisadas bem como agentes dinamizadores desta relação.

Compreender o que circunscreve a territorialidade é desvelar, penetrar e se envolver na história construída por um determinado grupo, valorizar os elementos da cultura e o processo de construção da identidade dos sujeitos que formam um território. Por este motivo nos propomos a adentrarmos ainda mais na discussão que envolve as nuances do território adicionando o cotidiano e turismo.

1.4.2 Território, Cotidiano e Turismo

Identificar no cotidiano, traços que nos permitam apontá-lo em situações da vida humana, ensejaria aqui a possibilidade de compreendê-lo enquanto agente que constrói territorialidades e ratifica laços identitários dos sujeitos com os seus territórios. As relações cotidianas quando construídas tendo como elementos essências o ato de partilhar, o sentido de alteridade e o senso de pertença a um território, formam o substrato do sentido de viver em grupo e defender aquilo que dá solidez e ao mesmo tempo suavidade às relações socioespaciais que conduzem os sujeitos.

Cotidiano é assim, essência, o habitual, o sentido de existir e de conviver com o outro. É substrato dos saberes externalizados pelos sujeitos, é o acontecer da vida diária. É o que

forma o território – o território do cotidiano, onde também se manifestam os problemas da vida, os conflitos comuns a toda relação socioespacial, é ao mesmo tempo, palco do acontecer daquilo que nos conforta e nos atormenta. Para Heller (1970) é no cotidiano que se desenrola os sentidos da vida, assim como as capacidades intelectuais dos sujeitos e suas habilidades; onde se manifestam os mais variados tipos de sentimentos e sensações. A vida cotidiana é a vida do sujeito inteiro.

Isso posto, colocamos que no cotidiano a percepção do comum, daquilo que se tornou habitual, mas sem o qual não viveríamos humanamente, não reconheceríamos os outros, o mundo e nem a nós mesmos. É no cotidiano que a cultura se materializa, como um sistema de saberes e fazeres (que perpassa pelos complexos e senso comum), lugar onde tudo pode ser (re) conhecido, como almejavável ou não, para o acontecer da vida diária.

Desse modo o território marcado por traços do cotidiano assume uma conotação dinâmica. No cotidiano construímos a percepção sobre o mundo que nos rodeia. Para Rocha J. (2004, s/p):

É assim reafirmada a condição de territorialidade que atribuímos ao cotidiano, porém não como palco, um espaço onde ocorre, sem a sua interferência, os acontecimentos, mas como lugar que age: uma rua feita por seres humanos que lhes retorna com significações (da cidade, do bairro, da própria rua) capazes de conferir especificidades aos indivíduos que dela participa. Isto nos permite conceber a territorialidade do cotidiano, o seu alcance espaço-temporal e a sua historicidade. Naquilo que se altera em relação à ordem e à norma, mas que beira cada uma delas, é que vamos notar o movimento intenso dos acontecimentos cotidianos.

Ampliando ainda mais as reflexões sobre os modos de ser e de viver, encontramos-nos diante da noção de cultura. Interessa-nos perceber o lugar que ela ocupa no território marcado por laços do cotidiano, do que encontrar um conceito completo e definitivo. Dessa forma, a cultura se define pelo modo como os indivíduos realizam as suas vidas na coletividade social. A cultura não limita “somente a produção de objetos materiais, mas um sistema cultural (valores morais, éticos, hábitos e significados) [...], um sistema simbólico (mitos e ritos) [...] e um sistema imaginário” (ZANATTA, 2008, p. 254).

É desse contexto que parte a importância de mergulharmos no território construído pelos laços do cotidiano das comunidades que estão (mesmo que no discurso) envolvidas com o TBC. Estas comunidades, que por sua vez têm como referência relevante a valorização do cotidiano expresso no seu modo de vida e o senso de pertencimento afluído nas territorialidades construídas com e no lugar. A atividade turística tem o poder de transformar,

readaptar, ressignificar diversos territórios para proporcionar um cenário favorável ao seu desenvolvimento de acordo com as características específicas que este território possui para tal fim. O turismo na sociedade contemporânea, não pode e não deve ser compreendido como externo ao contexto das diversas atividades articuladas com o território.

Entendemos que os sujeitos que conformam território a partir do senso de pertencimento e laços de afetividade, assim como todo o cabedal simbólico, ao mesmo tempo que serve de atrativo turístico, têm a capacidade de conduzir de forma política o direcionamento do turismo. Desta forma protagonizam as transformações decorrentes de suas ações em seus territórios. Os sujeitos que compõem as comunidades receptoras, muitas vezes, não usufruem dos benefícios advindos da atividade que se expande nos seus territórios.

Em alguns casos, são apenas mão de obra inseridas nos equipamentos ligados ao turismo e que em muitos casos são pouco qualificadas, recebendo pouca remuneração. Isto quando não são expulsos dos seus territórios para dar espaço aos megaempreendimentos. Entretanto, podemos pensar em comunidades que organizam um turismo diferenciado do convencional como forma alternativa de trabalho e sobrevivência que se contrapõe ao realizado pelos grandes capitalistas – o Turismo de Base Comunitária, já discutido nesta tese, Coriolano e Barbosa (2011, p. 3) argumentam que:

Há espaços que resistem e lutam em comunidade pelo ordenamento dos territórios onde vivem. Ações e interesses dos sujeitos sociais promovem o intenso processo de construção e desconstrução territorial, configurando, assim, o território móvel, dinâmico e articulado em rede, não como algo estático, posto que é produto constituído de relações sociais, e não configurando, apenas, o espaço físico (CORIOLANO E BARBOSA, 2001, p. 3).

Podemos então nos remeter ao termo território turístico que se forma por meio de uma prática social e uma rede de interesses e exercício de poder que envolvem os fatores sociais, políticos e econômicos relacionados aos sujeitos envolvidos a exemplo dos empresários, políticos, das comunidades receptoras, que almejam o desenvolvimento local/ regional com a inserção do turismo. Ao analisar o território turístico, Castro (2006) afirma que:

Enfim o turismo constrói novos territórios e territorialidades ao promover inovações relacionadas à infraestrutura energética, transportes e comunicações, saneamento básico, expansão imobiliária com valorização do solo urbano; ao afetar valores, costumes e cultura da comunidade local, resultando uma série de efeitos favoráveis e desfavoráveis ao inscrever uma nova racionalidade espacial, numa conexão sistêmica entre o local e o global (CASTRO, 2006, p.42).

A construção de novos territórios e territorialidades será maléfica ou benéfica, considerando as intencionalidades de quem está a frente do processo. Está também nas finalidades destinadas para os lugares eleitos para a materialização da atividade. A categoria território neste trabalho possui um papel importante, no sentido de nos conduzir ao caminho da compreensão do modo de vida das pequenas comunidades brasileiras e mexicanas, que para nós é espaço delimitado, apropriado, isto é, dotado de uma humanização que o diferencia e define. Conforme ressaltamos, o território é resultado de uma apropriação simbólico-expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas (ALMEIDA, 2005). O território permite a concretização e materialização das relações sociais que, mediante ele, são cobertas de especificidades.

Com base no exposto, buscamos compreender o movimento que faz com que o território constitua lócus da vivência, da experiência, das representações, sentidos e valores dos sujeitos com seu ambiente e com o outro, tendo o cotidiano como eixo ligação e mobilização das práticas coletivas. Essa relação cotidiano-território toma forma de um processo em movimento, que se constitui ao longo do tempo tendo como principal elemento o sentido de pertencimento do sujeito ou grupo, com o seu território.

Saquet (2009) expõe sobre o cotidiano a partir do pensamento de Claude Raffestin para identificar os territórios formados pelos processos culturais, identitários e outros aspectos da vida cotidiana, em que o território consubstanciado pelo cotidiano é o território do dia a dia que garante as necessidades imediatas dos seus sujeitos. Portanto, afirmamos que turismo nas comunidades brasileiras e mexicanas só é passível de sucesso para os sujeitos locais a partir da valorização do território experienciado, vivido e concebido como palco da construção do cotidiano.

Assim, de acordo com Coriolano e Barbosa (2011) o turismo inserido no território não se dá apenas por aqueles que priorizam a obtenção de divisas, mas realiza-se também pelos grupos menos favorecidos e neste sentido a participação comunitária e solidária se faz fundamental. Somando-se a estes atributos, não podemos deixar de enfatizar o sentimento de pertença, resistência e luta destes grupos por uma condição protagonizante no processo de desenvolvimento do turismo que prega a valorização do comunitário.

Desta forma, podemos pensar no território defendido por Haesbaert (2002), como forma de representação do poder que parte da classe dominada. O que pode representar um movimento contra hegemônico que se contrapõe à tendência homogeneizadora dos espaços e

formas de organização socioespacial. A organização do turismo em territórios em que são valorizados os aspectos da vida cotidiana revela a busca por uma forma distinta de apropriação territorial por meio da atividade turística, no sentido de fortalecer o poder local, os valores identitários e de solidariedade destes territórios que o processo de globalização periferiza. Haesbaert (2002) explica o fenômeno ao afirmar que:

Ao lado de uma geopolítica global das grandes corporações brotam —micropolíticas capazes de forjar resistências menores – mas não menos relevantes –, em que territórios alternativos tentam impor sua própria ordem, ainda minoritária e anárquica, é verdade, mas talvez por isso, mesmo embrião de uma nova forma de ordenação territorial que começa a ser gestada (HAESBAERT, 2002, p.14).

O que o Haesbaert define como Território alternativo, nós designamos de território autônomo, com relações de poder que são construídas, tendo como protagonistas as comunidades receptoras. Apesar de o processo de globalização muitas vezes impor seus ditames para pequenos grupos, engessando ações que conduzam ao desenvolvimento dentro de uma conotação humana, há a contra corrente do processo representada pela resistência e luta por parte de segmentos excluídos da própria globalização.

Coriolano (2008) admite dois eixos do turismo, o convencional ou globalizado, que se movimenta de fora para dentro, vem de grande polo emissor para polo receptor em que, em muitos deles, a comunidade não participa da cadeia produtiva. Podemos inferir que existe também a referida dinâmica no TBC. Contudo, o que colocamos como distinto, é a forma como o processo é conduzido e por quem ou quais agentes protagonizam e encaminham a dinâmica mencionada. O outro eixo é o alternativo com o turismo de base comunitária, considerado de baixo para cima. Neste último, as comunidades periféricas buscam o atendimento das necessidades locais, bem como intercâmbios de experiências, aprendizagem coletiva e participação efetiva de agentes sociais são atividades crescentes.

Associado a esta forma de pensar o turismo, está o protagonismo da comunidade, valorização cultural, do cotidiano, do cuidado com o seu território. Os estudiosos do TBC defendem a participação ativa dos habitantes e a valorização dos seus saberes, assim como o fortalecimento dos poderes endógenos que emanam das comunidades. Embora em várias localidades ocorra a intervenção de agentes externos ao território, a exemplo de ONGs, Estado e universidades e empresas privadas, sem o envolvimento da comunidade não há como se atingir as demandas e objetivos relacionados ao desenvolvimento local a partir do turismo.

Portanto, é preciso que haja opção para desenvolver a atividade, iniciativas, planejamento e que o desenvolvimento e a gestão da atividade sejam das comunidades.

De acordo com Benevides (1999) o discurso do turismo, pautado na (re) significação da cultura local, conservação do ambiente e estratégia econômica local, passa a ser referenciado não somente no sentido de valorização espacial, sobretudo, como alternativa ao padrão hegemônico de desenvolvimento. Assim, O TBC é conduzido pela autogestão sustentável dos recursos materiais (físicos) e socioculturais das comunidades, dirigido por práticas cooperativas e de equidade nas ações e distribuição dos benefícios oriundos da atividade turística no seio dessas comunidades.

Com desenvolvimento do turismo como potencializador do desenvolvimento territorial das comunidades, a realidade pode ser modificada, a partir da participação direta da comunidade na organização desta atividade, em que os valores comunitários são destacados. O sentimento de pertença dos moradores locais é construído mediante a valorização dos interesses endógenos e ratificação das territorialidades embebidas de laços do cotidiano, sendo esses, também, alguns dos atrativos turísticos, socialmente construídos e simbolicamente representados, que os turistas desse eixo desejam conhecer em contraponto aos turistas convencionais que preferem metrópoles, shoppings e espaços de consumo.

Isso significa segundo Almeida (2004), repensar como o turismo tem sido concebido no ideário e o papel do planejamento desenvolvimentista. Conforme já foi apontado no decorrer das reflexões aqui esposadas o turismo tem o seu caráter híbrido sendo simultaneamente um agente com um enorme potencial para o desenvolvimento e ao mesmo tempo um agente que pode transformar negativamente territórios marcados pelos laços do cotidiano. É por este motivo que há a necessidade de se refletir sobre o discurso atual que (re) significa os territórios do cotidiano, que continua sendo vislumbrado como um espaço de produção, porém dotado de capacidade relacional com o global. O território é basilar na existência das características sociais, políticas, ecológicas e culturais e de um meio técnico científico informacional, revalorizados em função do ideário desenvolvimentista atual (ALMEIDA, 2004). Afirmamos que os agentes planejadores têm que ter clareza desta concepção ao formulares suas políticas.

Ressaltamos que o planejamento de políticas voltadas para o turismo, poderá ser inútil se a ele não se somar uma gestão participativa (neste quesito frisamos o envolvimento dos

sujeitos locais) e integrada às características territoriais das comunidades receptoras, o que inclui a dimensão ambiental, cultural, social, econômica, político-administrativas.

Isto posto, faremos no próximo capítulo desta pesquisa uma análise acerca das políticas de fomento ao turismo no Brasil e no México no sentido de apreendemos os discursos que norteiam tais políticas e em que lugar está a participação dos sujeitos locais, a valorização dos territórios e das práticas cotidianas das comunidades receptoras.

CAPÍTULO 2
POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO
AO TURISMO NO BRASIL

CAPÍTULO 2: POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO AO TURISMO NO BRASIL

Neste capítulo visamos uma reflexão a cerca das políticas públicas de fomento ao turismo desde o modelo convencional de base desenvolvimentista até o modelo que foca o chamado desenvolvimento local. A partir das diretrizes que consubstanciam tais políticas procuraremos entremear seus rebatimentos em comunidades brasileiras (povoados Terra Caída e Crasto, localizadas no estado de Sergipe) e a inserção, mesmo que no conteúdo, destas comunidades no TBC. É o nosso intento também fazermos uma breve reflexão acerca do turismo no estado do Ceará, uma vez que é neste estado que está localizada uma das comunidades que se tornou referencia nacional quando se trata do TBC – Prainha do Canto Verde, que de acordo com Mendonça (2004) foi a primeira comunidade a se mobilizar para ter visibilidade nessa modalidade de turismo.

2.1 As tessituras das políticas de planejamento turístico no Brasil

No Brasil, o estudo sobre políticas públicas é recente e passa por constantes processos de estruturação conceitual e teórica. Para Frey (2000, p.214-215), tais estudos dão:

Ênfase à análise das estruturas e instituições ou à caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas, [...] e ainda carece de embasamento teórico que deve ser considerado pressuposto para que se possa chegar a um maior grau de generalização dos resultados adquirido.

O autor alega que a deficiência de teorização na área de análise de políticas públicas nos países em desenvolvimento é explicada pelo fato de o instrumento analítico-conceitual ter sido formulado a partir da realidade de países industrializados. Frey (2000) ainda se pauta na tese de ser imprescindível a estruturação e consolidação do arcabouço analítico-teórico que possa abranger as singularidades e particularidades das sociedades. Para Almeida (2002) a necessidade de compreender as políticas públicas de fomento ao turismo no Brasil, é condição fundamental, visto que elas têm capacidade de transformar territórios, paisagens e estabelecer novos arranjos socioespaciais. Podem outrossim, contribuir com a complementação de renda da comunidade local ou até mesmo desvirtualizar economias tradicionais, por exemplo. Respaldamo-nos nas análises expostas por Almeida e Frey, com o intuito de apresentamos o

delineamento das políticas voltadas para o turismo¹. Para tal propósito, entendemos a relevância de fazermos um apanhando histórico das políticas de turismo, para melhor nos situarmos em relação a atual conjuntura na qual elas estão inseridas.

De acordo com Cruz (2002, p. 40), política pública de turismo é um “[...] conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território”. Ou seja, a atividade turística planejada e gestada para em consonância com as potencialidades e fragilidades do território. Isto porque o objetivo de tais políticas é o desenvolvimento, e para se alcançar tal fim, há a necessidade de se pensar no território e todos os seus componentes, incluindo as populações locais.

No que tange a criação de Políticas Públicas destinadas ao turismo no Brasil, Ferraz (2001) alega que a primeira iniciativa se deu com a edição do Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966. Este se constitui no marco legal do processo de estruturação do Estado que vai consubstanciar objetivos e mecanismos dessa política. O autor ainda ressalta que até então, “diversas outras normas legais, desde 1938, trataram de um ou outro aspecto do turismo, todavia sem o prisma de ação estatal planejada” (*op cit*, 2000, p. 16). Para a efetivação documental do Decreto-Lei n 55 foram realizados estudos preliminares pautados nas experiências ligadas ao turismo advindas de países europeus (Itália, Espanha e Portugal). Os estudos foram incumbidos ao Ministério do Planejamento. Para sistematização da Política Nacional de Turismo foi criado no mesmo ano o Conselho Nacional de Turismo (CNTur) com a função de coordenar e a direcionar a política em questão. Já a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), criada também no mesmo ano ficou responsável pela execução das diretrizes estabelecidas pelo CNTur. Atualmente a Embratur é denominada Instituto Brasileiro de Turismo ficando com a mesma sigla.

Contudo Beker (2001) analisa que o turismo enquanto vetor de desenvolvimento colocando em questão a sua sustentabilidade e o seu caráter desenvolvimentista tem suas regulações iniciais na década 1950, com a criação, pelo então Presidente Juscelino

¹ No tocante aos estudos realizados por geógrafos, considerando os já mencionados no texto como Frey e Almeida, destacamos tese de doutorado de Rita de Cássia Cruz, intitulada Políticas de turismo e (re) ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil, defendida no ano 1999 e demais produções: CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Política de turismo e território. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000. V. 1. 167p; CRUZ, Rita de Cássia Ariza de. Planejamento governamental do turismo: convergências e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, Amália Inês Geraiges de; ARROYO, Monica; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.). América Latina: cidade, campo e turismo. 1ed. Buenos Aires: CLACSO, 2006, v. 1, p. 337-350; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas de turismo e construção do espaço turístico-litorâneo do Nordeste do Brasil. In: Amália Inês Geraiges de Lemos. (Org.). Turismo: impactos socioambientais. 1ed. São Paulo: Hucitec, 1996, v. 1, p. 263-27.

Kubitschek/J.K (1956-1961), da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR) sob Decreto nº44. 863 de 21 de novembro de 1958, estando subordinada à Presidência da República. A COMBRATUR foi extinta no ano de 1962 sendo suas funções atribuídas ao CONATur e Embratur (conforme já explicitado) com vistas ao intenso processo de industrialização proposto pelo governo de Castello Branco (1964-1967). Estes órgãos promotores do turismo no âmbito federal são criados e:

[...] desenvolvido [s] nos moldes do pensamento militar da época: controle rígido da atividade turística, centralizado pelas grandes companhias, situadas particularmente no Rio de Janeiro. Neste segundo período, embora promulgados diversos diplomas legais regulamentando o desenvolvimento do turismo, a política ainda estaria vinculada a aspectos parciais da atividade turística, ao invés de uma abordagem estrutural e totalizante. (BASSO, 2007, p. 02).

Ou seja, o turismo em termos de política era pensado dentro de uma perspectiva economicista. Iniciava-se, assim, um processo de orientação de uma Política Nacional de Turismo, sendo criadas empresas estaduais idênticas a Embratur. Ressalta-se que, todavia não existia ministério do turismo sendo que tais órgãos foram presididos pelo Ministério da Indústria e Comércio. Os primeiros financiamentos para o turismo foram direcionados, em sua grande parte, aos empreendimentos hoteleiros. Ou seja, as políticas contemplaram infraestruturas para a implementação de equipamentos convencionais do turismo como pousadas, hotéis e resorts.

Na década de 1970 o turismo no Brasil começa a ter um delineamento mais sistematizado. De acordo com Rodrigues (1996), diversas mudanças de cunho político, econômico, social e cultural marcaram o Brasil, durante e após o governo de J.K. A industrialização do país que configurou as condições básicas para o incremento da atividade turística nos anos setenta, entre as quais está a melhoria dos meios de transporte e do setor de comunicações. Com a integração da economia nacional houve a difusão dos meios de comunicação, onde as mídias eletrônicas e impressas desempenham relevante papel na publicidade e no *marketing* turístico; a urbanização do país, concentrando nas cidades o grande contingente populacional, cujo ambiente é considerado como causador de estresse. Segundo Emmendoerfer (2011), a EMBRATUR tem como cerne fundamental a elaboração e sistematização de um conjunto de normas relativas a incentivos fiscais e financeiros para atrair investimentos e ao registro e fiscalização das empresas exploradoras da atividade turística.

Na década de 1980, o crescimento do turismo já podia ser percebido nas regiões Sudeste e Nordeste que se deu de forma desordenada e provocando impactos ambientais relevantes. Conforme Barreto (2009), os problemas oriundos do crescimento da atividade turística exigiram também uma aproximação com a questão de preservação dos recursos naturais, o que teoricamente seguiria Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), criada em 1981. O lançamento, pela EMBRATUR, do Turismo Ecológico, em 1987, foi um sinal da inclusão da temática ambiental registrada nos conteúdos dos planos e políticas de cunho governamental.

Segundo Nagabe; Machado (2011), na década de 1990 as políticas de turismo passaram por um processo de reformulação, a exemplo do que aconteceu com a EMBRATUR que em 1991, que começa a ter como competência disciplinar o uso e a ocupação de áreas de interesse turístico, a promoção de políticas públicas e privadas de turismo, e o financiamento direto e indireto de planos e projetos. Durante e após a crise econômica do início dos anos 80, o turismo vai ser entendido pelo poder público como uma das alternativas pensadas para superar a crise que permeava o país. O turismo é vislumbrado como uma alternativa econômica capaz de contribuir com a dinamização das economias dos estados nordestinos e da Amazônia. Outro aspecto a considerar é a criação das diretrizes do Plano Nacional de Turismo (PNT), pelo Decreto-Lei nº55, de 18 de novembro de 1966, revogado pela Lei nº 8.181, de 1991.

Portanto, é na década de 1990 que políticas de fomentos ao turismo começam a ter uma nova conotação. Foi um caminho percorrido desde a redemocratização e mais especificamente a partir do início da década de 1990, permitindo que houvesse uma alteração na política de turismo brasileira que, de acordo com Beni (2006), se consubstanciou na passagem de uma política antes altamente centralizada para uma política marcada pela preconização da descentralização, em direção ao incentivo à participação, procurando o sentido oposto à centralização que foi característica do período ditatorial (posto nos conteúdos dos documentos).

Cruz (2002) alega que na década de 1990 se fortaleceram, paralelamente, o instrumental público de fomento ao setor turístico, dinamizando antigas linhas de financiamento, como o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR), criado em 1971 e linhas específicas de crédito do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES). A autora ainda ressalta que se criaram também outras formas de incentivo financeiro, a exemplo do contrato de financiamento entre Governo Federal e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

com vistas ao financiamento do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE)² que foi criado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e pela EMBRATUR em uma portaria conjunta, de 1991. Cruz (2005) ainda afirma que o referido programa transformou o litoral nordestino em um gigantesco “canteiro de obras”, para atender as às demandas de um almejado turismo convencional, de massa e internacionalizado. O fomento ao turismo mercadológico é o pano de fundo das estratégias políticas entorno da expansão da atividade.

Em 1992, foi elaborado o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR) como instrumento para a Política Nacional de Turismo, apresentado pela EMBRATUR, com o objetivo de sistematizar ações do setor público e de ser referencial para ações do setor privado. Esse documento trata com propriedade da questão envolvendo a articulação interinstitucional, com o propósito de concentrar esforços, tanto em nível das três instâncias do setor público, quanto reunindo as diversas representações do *trade* turístico (conjunto de entidades privadas que operacionalizam o turismo).

Todavia, conforme Beni (2006) o PLANTUR não significou uma política pautada na objetividade, clareza e consistência em relação aos ditames que embasaram o seu conteúdo. Pelo contrário, no estabelecimento das suas metas prioritárias, nos seus programas e subprogramas, o autor revela que houve falta de coerência e articulação no contexto (intra) e (inter) setorial. Há ainda uma despreocupação com o planejamento territorial, em que é ignorada as especificidades territoriais, expressas no cotidiano daqueles que constroem e vivem os territórios eleitos para compor a rota dos destinos turísticos. Coadunamos com as afirmações de Beni, uma vez que até os dias atuais, não há uma política articulada com o planejamento territorial das áreas turísticas de forma a considerar as potencialidades, as fragilidades e as necessidades destas. Conforme será visto no decorrer deste capítulo. Corroborando com as análises de Beni, Cruz (2002, p.60) salienta que:

Quando da criação do PLANTUR, em 1992, a política nacional de turismo não havia sido, ainda, implementada, já que o Decreto 448/92 restringiu-se a definir seus objetivos e diretrizes à regulamentação econômica do setor [...]. Como a política nacional de turismo não estava, portanto, implementada (o que ocorre em 1996), quando da concepção do Plantur, este, que deveria ser um instrumento para sua efetivação, fica restrito apenas aos objetivos, às diretrizes e à regulamentação econômica do setor.

² De acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a partir dos resultados obtidos nas duas fases do programa, o Ministério do Turismo lançou, em 2008, o PRODETUR Nacional em parceria com o BID. A linha de financiamento, iniciada em 2010.

Dadas as limitações das políticas criadas para o turismo e dentro do contexto mercadológico já externado, no período correspondente entre 1990-1992, agrega-se à EMBRATUR o rótulo de Instituto Brasileiro de Turismo, que deixa de ser uma empresa pública para se transformar em uma autarquia especial, sendo sua sede transferida para Brasília. Teria como tarefa primordial assumir a Política Nacional de Turismo. A EMBRATUR, autarquia especial atrelada ao Ministério do Esporte e Turismo, sede e foro em Brasília, Distrito Federal, sendo a sua jurisdição em todo o território nacional. Seu papel estava em formular, coordenar, executar e fazer executar a Política Nacional do Turismo.

No ano de 1994 com a criação do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, houve a criação de acordos com a iniciativa privada e o turismo brasileiro ingressou em uma nova dimensão que se adensou a partir de 1995 quando o Governo Federal implementou as quatro macroestratégias que atribuiu ao turismo um papel relevante no desenvolvimento econômico e social do Brasil (no conteúdo). Ainda no ano de 1994 foi criado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), sendo este resultado do processo de construção da Diretriz Nacional para a política de Turismo. Para Beni (2006, p.26) o PNMT, “desde seu início apresentou uma falha estratégica de implementação”. Segundo o autor, desconsiderou-se a etapa de identificação das potencialidades de cada município, que seria o Programa do Relatório do Inventário Turístico Nacional (Rintur), premindo-se o conhecimento prévio que não existia, sendo que municípios se apresentaram como turísticos, sem sê-lo.

Ainda no ano de 1995 foi criado no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) o Programa Nacional de Financiamento do Turismo, e no ano de 1996 o documento “Política Nacional de Turismo Diretrizes e Programas – 1996/1999. No no ano de 1998 se deu a criação do Ministério do Esporte e Turismo, atuando nas questões pertinentes ao desenvolvimento, promoção e divulgação do turismo no país e no exterior; da prática dos esportes, planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo e esporte, conforme consta na [lei nº 9.649](#), de 27 de maio de 1998.

Em 2000 entra em cena a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Esporte e Turismo (MET). O Ministério do Esporte e Turismo dentro de suas funções estabelecidas concebeu e implantou programas segundo diretrizes fundamentais considerando algumas das seguintes linhas básicas de atuação: Melhoria da infraestrutura pública oferecida nas áreas turísticas; melhoria do planejamento e gestão da atividade turística e dos municípios turísticos; melhoria da

qualidade dos serviços turísticos ofertados; Melhoria da imagem do país e dos destinos turísticos brasileiros, e estímulo e promoção de oportunidades ao setor privado no investimento turístico. O Conselho Nacional do Turismo (CNTur) que depois de extinto em 1991, reaparece compondo parte da estrutura básica do MET, com a função de formular, coordenar e conduzir políticas destinadas ao turismo.

O CNT é o órgão colegiado de assessoria superior ao Ministro de Estado do Esporte e Turismo, originado para acentuar o processo democrático no tocante a tomada de decisões em relação ao setor, segundo o que conduz as suas diretrizes. Como órgão colegiado representativo dos setores público e privado do país, atuantes direta ou indiretamente no setor, o CNT assessorou e subsidiou as decisões do Ministro de Estado do Esporte e Turismo quanto ao estabelecimento e a condução das diretrizes da Política Nacional do Turismo, como atividade econômica de largo poder de participação na promoção do bem estar e a inclusão social e do equilíbrio econômico do país, como serviço de exportação. O CNT representaria, ainda, a voz dos setores envolvidos nas soluções dos fatores restritivos temporais ao desenvolvimento da atividade.

Até então, a preocupação estava centrada nos aspectos físicos, sem rever as ações nos aspectos sociocultural. Por meio da concepção da Política Nacional de Meio Ambiente, houve uma tentativa de controlar as ações destinadas ao turismo no sentido de gerar menor impacto ao meio ambiente. Desta forma, surge a discussão sobre o Turismo Ecológico. Na década de 90, a EMBRATUR passou a disciplinar o uso e a ocupação de áreas vislumbrada para o turístico, ou seja, quase 40 anos na tentativa de recuperar, a partir de uma Política Nacional de Turismo procedimentos para conduzir a consolidação de uma atividade que poderia ser considerada estratégia de desenvolvimento local. Contudo esta necessitaria de um resgate das ações iniciadas sem o devido planejamento. A participação e a necessidade na qualificação de recursos humanos para a atividade turística vieram mais precisamente apenas em 1992, com o PLANTUR.

Portanto é partir do movimento de descentralização da gestão do turismo, chega-se à década de 2000 quando os temas da redução da pobreza, distribuição de renda e inclusão social passam a figurar nos discursos do turismo, representando indício da percepção das desigualdades. Assume, no ano de 2003, o governo de Luís Inácio Lula da Silva, que é marcado pela criação do MTur. A criação do Ministério do Turismo atende diretamente a uma antiga reivindicação do setor turístico. O Ministério, como órgão da administração direta, terá as condições necessárias para articular com os demais Ministérios, como os governos, demais

esferas do poder e a sociedade civil, integrando as políticas públicas e o setor privado. Desta forma, o Ministério surge com a função e desafio de exercer um papel de agregar e maximizar resultados, além de racionalizar gastos (BRASIL, 2003). O Ministério teve como objetivo trabalhar um modelo de gestão pública focado na descentralização e participação de diversos agentes, atingindo os lugares onde efetivamente o turismo acontece. (BRASIL, 2003).

Percebe-se que durante aproximadamente quarenta décadas, o turismo no Brasil teve ações pontuais e isoladas, sendo uma evidencia da forma com a qual o o Estado tratava esta atividade. Tendo em vista essa breve exposição histórica, ratifica-se a necessidade da existência de um foco voltado para o turismo, para uma gestão mais integradora. Este passo foi dado com a criação de uma PNT mais abrangente. Na Política Nacional de Turismo encontram-se as diretrizes básicas que expressam os percursos para almejar os propósitos nacionais para o turismo. O desdobramento dessas políticas básicas em programas de execução, acompanhadas da indicação dos projetos, envolve os instrumentos do planejamento necessários ao crescimento do setor. Foi então enxergado que a indefinição na constituição de políticas públicas de turismo acarreta uma problemática ainda maior do que a pensada, pois ela trava o processo de crescimento a partir do turismo e acaba gerando outro problema, que é a má gestão desse recurso advindo do turismo.

A politica em questão rege que, na busca destes objetivos, os agentes públicos e privados atuantes no segmento do turismo brasileiro deverão atuar de forma cadencialmente coordenada, estabelecendo parcerias efetivas; por meio da descentralização das responsabilidades de planejamento, controle, fiscalização e execução das ações do fortalecimento institucional e capacitação dos órgãos e empresas de turismo, do incremento e disseminação dos órgãos e empresas de turismo; e do incremento de conhecimento sobre a atividade, em quantidade e qualidade.

É com esse propósito que em abril de 2003, é lançado o Plano Nacional de Turismo (PNT 2003-2007) em que são estabelecidos diretrizes do planejamento sistematizados para ser efetivado no período entre 2003-2007, cujo objetivos centrais são “desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais; estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional” (BRASIL, PNT 2003-2007, p. 22). Há nos objetivos uma preocupação com a singularidade, com as diferenças regionais e locais e com a visibilidade da nossa riqueza tanto em escala nacional como em escala global que soa mercadologicamente.

Ainda no documento, é enfatizada a participação popular na construção de programas, projetos e ações, assim como a preocupação em vislumbrar o turismo como atividade que se harmoniza com os princípios da sustentabilidade. Sua efetivação deve se dar de forma descentralizada e engajada às políticas sociais, o que denota a preocupação com as dimensões social, cultural, geoambiental, econômica e política que estão inseridas no contexto da sustentabilidade tratado por Sacks (2000).

Este documento está sendo elaborado de forma participativa dentro de um processo permanente de discussão e atualização, de acordo com as necessidades inerentes à dinâmica do setor. [...] A presença e participação maciça de dirigentes estaduais de turismo, de entidades não governamentais e representantes do setor privado referendou a proposta inicial do Plano (BRASIL, PNT 2003-2007, pp. 15-16).

O que nos chama atenção é o fato de que, no conteúdo não são referenciadas ações, propostas ou discussão que envolva a participação das comunidades receptoras enquanto protagonistas das decisões que envolvem os seus territórios. O documento negligencia a autonomia das comunidades receptoras, colocando em xeque a ação participativa delas, uma vez que os principais interessados (aqueles que habitam e que fazem o território intencionalizado para turismo) têm as suas vozes silenciadas. É o paradoxo da sustentabilidade que se dá no viés economicista e desenvolvimentista. Como transformar o turismo em “em um agente da valorização e conservação do patrimônio ambiental (cultural e natural), fortalecendo o princípio da sustentabilidade” (Brasil, PNT 2003-2007, p. 9) se as comunidades juntamente com os seus saberes, vivências e experiências são negados no PNT?

Desta forma podemos afirmar que todos os Programas, Projetos e Ações do Plano Nacional do Turismo terão como pressupostos básicos a ética e a sustentabilidade [...] Desejamos desenvolver o turismo com base no princípio da sustentabilidade, trabalhando de forma participativa, descentralizada e sistêmica, estimulando a integração e a consequente organização e ampliação da oferta (BRASIL, PNT 2003-2007, p. 20).

No tocante as ações descentralizadas, integradas e participativa não se elucida como se dá a materialização de forma dialógica entre as vertentes apontadas acima. Chama-nos atenção o participativo, uma vez que não há nenhum resultado que evidencie a participação comunitária no processo de construção, planejamento e gestão da atividade nos destinos turísticos. No processo avaliativo não consta as percepções, os anseios e necessidades das populações receptoras das políticas em questão.

A avaliação dos resultados do PNT 2003-2007 foi realizada em junho de 2006, que está sistematizado em quatro capítulos. É justamente no primeiro, intitulado Diagnóstico, que estão inseridos os resultados mais relevantes do PNT 2003-2007. Com base nas informações contidas no documento chegamos as seguintes reflexões:

A Política de Turismo e o PNT 2003-2007 estão embasados em aspectos que envolvem sustentabilidade, potencialização dos roteiros turísticos considerando infraestrutura, fluxos de turistas, principalmente advindos do estrangeiro, entrada de divisas e produtos ofertados, incluindo os atributos socioculturais das comunidades inerentes nas territorialidades construídas pelos seus sujeitos.

Os resultados apresentados focam na melhoria da oferta turística para atrair uma maior demanda de visitantes, principalmente do exterior, dentro dos aspectos que envolvem: fluxos turísticos domésticos (com um crescimento de 26,5%), desembarques nacionais (crescimento excepcional), geração de emprego e renda (aumento de 17% de trabalhos com carteira assinada, ligados ao setor), novos produtos de qualidade (criação de 396 roteiros turísticos focando na diversidade do país), produção associada (aspectos da territorialidade tratados como produto turístico), entrada de divisas (entrada de US\$ 4,3 bilhões), entrada de turistas estrangeiros (houve um aumento importante), infraestrutura de apoio ao turismo (atribuem a competência a outros ministérios e setores do governo e sinalizam a necessidade de uma ação transversal entre os diversos setores (MTUR, 2007). Ressaltaram-se investimentos advindos do BID para o PRODETUR. Este programa centralizou os investimentos na infraestrutura para atrair grandes empreendimentos turísticos no Nordeste do país.

Todos os aspectos que estão detalhados PNT 2007-2010 tiveram resultados positivos dentro de uma concepção mercadológica. Não foi identificada nenhuma ação integrada com outras políticas que estejam relacionadas ao caráter socioeconômico, cultural, social e ambiental dos destinos turísticos. Mas no conteúdo do PNT está posto que o turismo é uma atividade transversal que se envolve e é envolvida com as demais atividades socioeconômicas, culturais e ambientais. Ressalva-se que não foram elucidados no PNT os critérios de avaliação para análise da eficiência das ações delineadas nos programas.

Não se tem explicitado no PNT como se deu o envolvimento dos diversos atores da sociedade. São explicitados apenas números “1.358 representantes diretos com 12.000 indiretos, vinculados às instituições públicas e entidades privadas relacionadas ao turismo em

todo o País” (PNT 2007-2010, P. 23). Os resultados expostos registram quantidade, cifras, divisas, lucros, o que nos leva ao entendimento de políticas dentro de uma conotação desenvolvimentista que não contribui de maneira enérgica para o desenvolvimento social.

Como já foi anunciado, posterior ao plano descrito, o MTur criou o PNT 2007-2010 cujo objetivos construídos, assim como as metas e os programas foram respaldados nos resultados do PNT anterior. Neste plano é ratificado o turismo como atividade econômica que proporciona a inclusão social, explicito em vários trechos do documento, conforme segue:

O turismo deve ser um forte indutor de inclusão social e, nesse sentido, o Plano Nacional de Turismo propõe como metas o aumento das viagens domésticas, a criação de emprego e ocupação, a qualificação dos destinos turísticos e a geração de divisas (PNT 2007-2010, p.47).

Há uma visão reducionista acerca do que venha a ser processo de inclusão social no PNT. Insistimos que inclusão perpassa pelo respeito ao modo de vida dos grupos sociais, é um trabalho dialógico entre setores do governo e a sociedade no sentido de diagnosticar os problemas enfrentados por ela, planejar ações para combatê-los e gerir estas ações. No diagnóstico é fundamental os órgãos planejadores e gestores darem visibilidade às vozes da sociedade civil, o que inclui os grupos menos favorecidos, ou marginalizados frente ao desenvolvimento social. O planejar e gerir perpassa pelo respeito as vozes daqueles que vivem o cotidiano dos territórios. Dessa forma, políticas públicas a exemplo das pensadas para o turismo, pode de fato materializar o conteúdo do PNT quando no mesmo consta que:

O turismo pode ser uma importante ferramenta para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, particularmente com relação à **erradicação da extrema pobreza e da fome, à garantia de sustentabilidade ambiental** e ao estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento (PNT – 2007-2010, p.15. Grifo nosso).

Nos objetivos traçados, o conteúdo acerca da inclusão social é enfático, pois o PNT foi construído com intuito de:

Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais. • **Promover o turismo com um fator de inclusão social**, por meio da geração de trabalho e renda e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros. • Fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional e atrair divisas para o País (PNT 2007-2010, P. -16 grifo nosso).

Contudo, as questões envolvendo a cultura, a paisagem sociocultural dos territórios é enxergada como um meio para se alcançar um fim. São vislumbrados como produto de

atração da demanda turística. O traçado do PNT foi delineado em descompasso com o contexto socioeconômico do país e que apesar de enfatizar a “inclusão” como via para a superação das adversidades estruturais do Brasil, soa contraditório, pois, o que se prioriza em sua efetividade é o que já foi exposto em relação ao PNT 2003-2007 – um turismo de cunho desenvolvimentista em que o pano de fundo das diretrizes que conduzem as políticas para o fomento da atividade está direcionado para a “atração” daqueles que trazem lucros, investimentos, e divisas para o país.

Um plano intitulado “uma viagem de inclusão” não possui uma estrutura fundamentada para os “excluídos”. Possui uma ornamentação de metas voltadas para aqueles que possuem meios materiais de se incorporar ao turismo meramente mercadológico. Até quando nas metas se tem uma preocupação com os excluídos é no sentido de ‘mercadorizar’ a sua cultura, o seu modo de vida, a sua paisagem, o seu território, enfim, o que essencializa a sua reprodução social para o período entre 2011-2014 foi criado o documento intitulado Plano Turismo no Brasil, reforçando vários aspectos que envolvem a gestão descentralizada e participação da sociedade a exemplo dos demais planos já mencionados.

O desenvolvimento deste documento se dá no âmbito da Gestão Descentralizada e Compartilhada do Turismo, que vem norteando o processo de implementação da Política Nacional de Turismo, no qual os setores governamentais e as representações da sociedade civil interagem num processo permanente de discussão e atuação, alinhando objetivos e potencializando os resultados do desenvolvimento da atividade no País (Plano Turismo no Brasil, 2010 p. 8).

Há uma preocupação em enfatizar uma interação entre as esferas governamentais e da sociedade, embora não fica evidente no conteúdo como as comunidades receptoras se inserem neste processo. Outra questão bem enfatizada é referente a gestão descentralizada uma vez que União, Estados e Municípios estão envolvidos de forma hierarquizada nas políticas que regem o turismo no país. O Plano foi construído objetivando garantir a prosseguimento das metas alcançadas e caminhar em busca do aprofundamento e aprimoramento das políticas e programas para o desenvolvimento do Turismo no Brasil.

Traz no seu conteúdo uma análise a cerca do contexto econômico brasileiro frente as crises mundiais e a oscilação do mercado, embasado em dados fornecidos por órgãos nacionais e internacionais, com o intuito de elucidar a importância do turismo para o país em termos financeiros. Para tanto, o documento apresenta um panorama sobre os aumentos do setor, no que se refere a infraestrutura, logística, marketing, geração de renda, geração de divisas e mais uma vez o que foi exposto sobre a interação Sociedade - MTur fora

negligenciado. Como resultados, os mecanismos de atração turística foram exitosos em meio as oscilações do mercado internacional ocorrida no período de efetivação do PNT 2007- 2010, conforme exposto abaixo:

Os resultados, medidos por meio de indicadores diretos e indiretos relacionados à geração de empregos, fluxos turísticos domésticos e entrada de divisas estrangeiras, registram os avanços do setor. Para tal, contribuiu a implementação do modelo de Gestão Descentralizada e Compartilhada, a estruturação da oferta turística a partir do modelo proposto pelo Programa de Regionalização, a realização de cinco edições do Salão do Turismo, a revisão da legislação turística com a promulgação da Lei do Turismo, a qualificação profissional e o desenvolvimento do novo sistema de cadastramento de prestadores de serviços turísticos. Além disso, o aumento do crédito para o setor, a ampliação das campanhas de incentivo às viagens domésticas, o redirecionamento das estratégias de promoção internacional com destaque para a diversidade natural e cultural do País e, mais recentemente, a captação dos dois principais megaeventos esportivos internacionais – a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 – representam conquistas significativas (Plano Turismo no Brasil, 2010 p.29).

Merece uma ênfase o reconhecimento do MTur, neste documento acerca de ajustes a serem feitos no tocante a interação entre sociedade civil e diversos órgãos e setores que caracterizam a tão ratificada ‘gestão descentralizada’ do turismo. É assumido também que o processo de tomada de decisões se materializa de ‘baixo para cima’, colocando mais uma vez a interação entre os diversos órgãos e setores da sociedade em contradição. É atribuído ao grau de articulação e maturidade dos “atores sociais” (para nós, sujeitos sociais) o (in) sucesso das ações inerentes a gestão descentralizada, conforme exposto no plano 2011-2014:

O processo de descentralização é um processo de transferências sucessivas, pelo qual a capacidade de decisão e de recursos **perpassa gradativamente os escalões governamentais e chega até a base**, podendo ocorrer de maneiras diferentes, **e isso depende do grau de articulação e maturidade dos atores sociais**. É uma tarefa complexa da construção da democracia e requer mudanças de concepções de gestão não só dos agentes públicos, mas do próprio cidadão, rompendo uma tradição de imposição das ações do estado e do não reconhecimento como agente atuante na política (PLANO TURISMO NO BRASIL, p. 60, grifo nosso).

O diferencial neste plano é a metodologia exposta, baseada em eixos temáticos alicerçados nas matrizes (oportunidades. Ameaças, forças e fraquezas) para o fomento de objetivos, metas e ações focando no turismo interno e externo. Inclusive a sistematização das informações com base nas matrizes expostas, se configura, no nosso entendimento na mais relevante contradição encontrada nos documentos analisados. Perdura a insistência do

negligenciamento da participação das comunidades receptoras enquanto território construído por sujeitos singulares.

Quando são expostas as forças para o turismo externo que vem em primeiro plano na tabela intitulada Análise SWOT para o eixo temático Planejamento e Gestão (p.63) estão como prioridade os grandes eventos com atenção para a copa do mundo de futebol de 2014 e olimpíadas de 2016, ao mesmo tempo em que nas ameaças é externado a “Reduzida capacidade para a gestão no nível gerencial, tanto no âmbito governamental quanto no setor privado” (p.63) que foi tão enfatizada positivamente nos planos anteriores e inclusive neste em análise.

No tocante ao turismo no âmbito interno, são apontados como força: “Gestão descentralizada do Turismo; Consolidação do Conselho Nacional de Turismo como colegiado representativo; Apoio aos fóruns e conselhos estaduais e regionais de turismo; Aprovação da Lei do Turismo” (p.63) na direção oposta ao que foi elucidado como força, são descritas no documento as fragilidades que por sua vez, convergem para o que nós já apontamos em relação aos programas, projetos e ações que apesar de constar no conteúdo não convergem eficazmente para o desenvolvimento social, uma vez que segundo o Plano em questão se tem como fraquezas:

Pouca integração entre as diferentes esferas de governo e entre os setores, público e privado; Frágil participação das instâncias no processo de gestão (Instâncias de Governança Macrorregionais, os Órgãos Estaduais de Turismo, os Fóruns e Conselhos Estaduais de Turismo, as Instâncias de Governança Regionais, os Órgãos Municipais de Turismo e os Colegiados Municipais de Turismo); Carência de maior articulação por afinidades e de organização por categorias de atividade por parte das entidades que compõem o Conselho Nacional de Turismo; Carência de planos diretores de turismo em Estados e Municípios; Colegiados municipais com organização insipiente e participação limitada; Orçamentos de turismo estaduais e municipais sem expressividade frente às demandas (PLANO TURISMO NO BRASIL, 2010, p.63).

Nos documentos do MTur, à propósito do último a ser analisado a seguir, intitulado “PNT 2013-2016 – O turismo fazendo muito mais pelo Brasil” há uma valorização da ação descentralizada e integradora, que ao mesmo tempo é reconhecido como fragilidade – um conteúdo híbrido que ora externaliza força positiva, força efetivada, ora externaliza fraqueza, entrave para o êxito das ações propostas nos PNTs, anteriores, conforme exposto na citação acima e na que segue:

Como parte da política estratégica que norteia o desenvolvimento turístico no país, a regionalização é resultado de um processo de planejamento

descentralizado e compartilhado, iniciado em 2003, que resultou na estruturação e na implementação de instrumentos e de ferramentas que têm permitido maior interlocução do Ministério do Turismo com as 27 Unidades Federativas do país. Assim, como resultado da ação integrada que tem evoluído ao longo de 2003-2012 (PNT 2013-2016, p. 54).

O PNT 2013-2016 tem objetivos muito aproximados aos objetivos dos planos anteriores e com as mesmas lacunas no que se refere a participação da sociedade civil, em especial as comunidades com modo de vida tradicional: preparar o turismo brasileiro para os megaeventos; incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros; incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil; e melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro (*IBID*, p. 64). Com bases nestes, foram criadas metas e ações que ratificam mais uma vez, investimentos em segmentos de atração de turistas domésticos e principalmente estrangeiros e não de fato no desenvolvimento dos territórios usados como destinos turísticos. A cultura, a paisagem sociocultural que estão contidas nos territórios das comunidades receptoras são vislumbradas, assim como em planos anteriores, como objeto de consumo turístico.

Quadro abaixo nos fornece uma maior dimensão dos planos e documentos formulados, o que deixa mais explícito o foco das ações, objetivos, metas e programas no turista e em relação ao que ele pode trazer para incrementar a receita do país, o que não coaduna com as especificidades do território das comunidades com o modo de vida tradicional conforme já discutido.

Quadro 2 - Quadro síntese referente aos Planos Nacionais de Turismo(PNTs) no período correspondente a 2003-2016

PNT 2003-2007	PNT 2007-2010	PNT 2013-2016
OBJETIVOS GERAIS		
• Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais. • Estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional.	• Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais. • Promover o turismo com um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros. • Fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional e atrair divisas para o País.	• Preparar o turismo brasileiro para os megaeventos; • Incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros; • Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil; • E melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS		
• Dar qualidade ao produto turístico. • Diversificar a oferta turística. • Estruturar os destinos turísticos. • Ampliar e qualificar o mercado de trabalho. • Aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional. • Ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional. • Aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista.	• Garantir a continuidade e o fortalecimento da Política Nacional do Turismo e da gestão descentralizada. • Estruturar os destinos, diversificar a oferta e dar qualidade ao produto turístico brasileiro. • Aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado nacional e internacional e proporcionar condições favoráveis ao investimento e à expansão da iniciativa privada. • Apoiar a recuperação e a adequação da infraestrutura e dos equipamentos nos destinos turísticos, garantindo a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais. • Ampliar e qualificar o mercado de trabalho nas diversas atividades que integram a cadeia	AUSÊNCIA DE OBJETIVOS ESPECÍFICOS

	• produtiva do turismo. • Promover a ampliação e a diversificação do consumo do produto turístico no mercado nacional e no mercado internacional, incentivando o aumento da taxa de permanência e do gasto médio do turista. • Consolidar um sistema de informações turísticas que possibilite monitorar os impactos sociais, econômicos e ambientais da atividade, facilitando a tomada de decisões no setor e promovendo a utilização da tecnologia da informação como indutora de competitividade. • Desenvolver e implementar estratégias relacionadas à logística de transportes articulados, que viabilizem a integração de regiões e destinos turísticos e promovam a conexão soberana do País com o mundo.	
MACROPROGRAMAS/METAS		
• Criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações. • Aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil. • Gerar 8 bilhões de dólares em divisas. • Aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos voos domésticos. • Ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo no mínimo três produtos de qualidade em cada estado da Federação e Distrito Federal	• Promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno. • Criar 1,7 milhões de novos empregos e ocupações • Estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional • Gerar 7,7 bilhões de dólares em divisas	• Aumentar para 7,9 milhões a chegada de turistas estrangeiros ao país. • Aumentar para US\$ 10,8 bilhões a receita com o turismo internacional ate 2016 • Aumentar para 250 milhões o numero de viagens domesticas realizadas ate 2016 • Elevar para 70 pontos o índice médio de competitividade turística nacional ate 2016. • Aumentar para 3,6 milhões as ocupações formais no setor de turismo ate 2016
Fonte: Planos Nacionais de Turismo 2003-2007; 2007-2010; 2013-2016. Organização: GOMES, R. C. S. (janeiro/2014)		

2.2 Os rebatimentos dos PNTs no Nordeste a partir do PRODETUR/NE

No que diz respeito ao Nordeste, devido aos seus atrativos que se baseiam principalmente na diversidade paisagística, em que se pese a praia como fio condutor de motivação para o turista, a política de fomento ao turismo tem se dado com muita ênfase, e os principais programas implementados são Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) I (1995/2001), PRODETUR/NE II (2002/2007), este último, tendo o período prorrogado por duas vezes e pensado dentro do PNT 2003-2007 e dos planos subsequentes.

O PRODETUR foi criado baseado no paradigma econômico neoliberal encabeçado por órgãos de governança global a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O marco da sua criação se deu em 1991, no governo Fernando Collor de Melo, sendo que o seu processo de materialização se deu no governo Itamar Franco, se intensificando no governo de Fernando Henrique Cardoso entre os anos de 1999 e 2001.

No programa foram objetivadas uma série de intervenções em diferenciados setores que estão direta ou indiretamente atrelados ao turismo, a exemplo de infraestrutura aeroportuária, rodoviária e hidrovial, energia, telecomunicações, saneamento básico, recuperação do patrimônio histórico, marketing, equipamentos e serviços, estudos e projetos e desenvolvimento de recursos humanos. Segundo o MTur, o PRODETUR, atualmente intitulado PRODETUR NACIONAL, tem o objetivo de “fortalecer a Política Nacional de Turismo e consolidar a gestão turística de modo democrático e sustentável, alinhando os investimentos regionais, estaduais e municipais a um modelo de desenvolvimento turístico nacional, buscando, com isso, a geração de emprego e renda, em especial para a população local” (MTur, s/p).

Conforme o Banco do Nordeste do Brasil (BNB, 2014) o PRODETUR foi estruturado para ser materializado em duas fases: a primeira, realizada no período entre 1996/1999. Os investimentos giraram entorno de US\$ 670 milhões, distribuídos em: 34 % em aeroportos, 12% em transportes, 24 % em saneamento básico, 5 % em recuperação do patrimônio histórico, 4 % em estruturação, capacitação, modernização, 3 % em preservação e proteção ambiental e 18 % dedicados a outros, investimentos que não constam nos relatórios do BNB. Para Beni (2006), a dimensão operacional do PRODETUR esteve dentro de quatro macro estratégias: a captação de agentes imobiliários internacionais; a necessidade de manter fluxos

de viajantes estrangeiros que garantam a ocupação; desfrute da infraestrutura turística disponível e a estratégia de melhoria da infraestrutura urbana das cidades beneficiadas (rodovias, saneamento ambiental e embelezamento urbano). É justamente o que é priorizado nos PNTs analisados. Há uma preocupação relevante com a criação e manutenção de uma infraestrutura que atraia o turista, principalmente internacional.

De acordo com Paiva (2010, p. 204):

O programa na sua primeira fase, mais conhecida como PRODETUR/NE I, iniciado em 1994, tinha como objetivo criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística e melhoria da qualidade de vida das populações dos municípios alcançados. O aporte de recursos de investimentos totalizou 670 milhões de dólares. Na fase I foram privilegiadas: a infraestrutura de saneamento básico (água e esgoto) e de suporte ao, bem como um aquecimento da economia das localidades turísticas.

Como exemplo, podemos citar o caso do estado de Sergipe, que teve o polo Costa dos Coqueirais eleito como prioritário para o PRODETUR, tendo recebido na primeira fase do programa investimentos de aproximadamente 67 milhões de dólares, aplicados na região central, capital e municípios do entorno e do Litoral Sul, de acordo com dados contidos no site do BNB/PDITS (2002). Ainda com base nas informações contidas no site do BNB, as obras se destacam pela melhoria das condições de acessibilidade, com a reforma do aeroporto e com a implantação da Rodovia Litorânea SE-100 (continuidade da denominada Linha Verde, interligando os estados de Sergipe e Bahia), e melhoria do saneamento básico. A rodovia citada foi estruturada no período de 1992-1994, sendo que o trecho abrange desde o povoado Mosqueiro, em Aracaju, até o povoado Santa Cruz do Abais, no município de Estância. Foram alcançados os seguintes resultados do PRODETUR I, conforme exposto na avaliação dos resultados do programa BNB/PRODETUR I - Memorando do BNB (2005):

Em relação ao aumento do fluxo turístico foi constatado que o “O fluxo turístico no conjunto das capitais estaduais do Nordeste passou de 5.037 mil turistas em 1996 para 10.596 mil turistas em 2004, registrando um crescimento total de 110,4% (crescimento médio anual de 10%). (BNB/Relatório Final de Projeto - Memorando do BNB, 2005, p.35). Em relação ao aumento das receitas anual, “a Receita turística anual (produto do gasto per capita pelo fluxo turístico anual) na região Nordeste aumentou de US\$ 2.702 milhões em 1996 para US\$ 4.372 milhões em 2004, representando incremento de 61,8% no período” (Memorando do BNB, 2005, p.36). Sobre o aumento do PIB no Nordeste, este “[...] passou de US\$ 1.034 para US\$

1.398, no período 1994 a 2003, apresentando crescimento de 3,4% a.a., taxa superior a apresentada pelo Brasil (2,29% a.a.) (Memorando do BNB, 2005, p.36).

No tocante ao aumento do número de estabelecimentos turísticos, “na região Nordeste, o número de estabelecimentos registrados nos segmentos de Alojamento e Alimentação aumentou de 1.935 e 4.944 und. em 1994 para 6.697 e 30.871 und em 2003, representando incremento de 246% e 524,4%, respectivamente” (Memorando do BNB, 2005p. 36).

No que se refere a facilitação de acessos aos estados do Nordeste, bem como aos atrativos turísticos localizados nos mesmos, foi concluído que os:

Ganhos de acessibilidade ocorreram com a ampliação de oito aeroportos (seis deles em capitais estaduais) e com a pavimentação de 978 Km de rodovias. Dessas estradas, cerca de 285 Km estão associados à melhoria de acesso a localidades turísticas específicas (praias, cachoeiras, balneários...), enquanto que 693 Km constituem-se em trechos rodoviários ligando diferentes núcleos urbanos (sedes municipais ou distritos) (MEMORANDO DO BNB, 2005, p.36).

No que tange a melhoria e diversificação dos produtos turísticos da região, por meio de atividades como a recuperação e preservação de patrimônio histórico (edificações, monumentos e áreas em seu entorno) e a melhoria das condições de praias, parques e outros recursos naturais no memorando consta que “Apesar do baixo percentual dos investimentos em patrimônio histórico e recuperação ambiental com relação ao total aplicado, parte dos investimentos realizados teve reflexos sobre o turismo local” (Memorando do BNB, 2005, p.37)

No que concerne ao aumento da arrecadação tributária nos municípios favorecidos pelo programa:

Entre 1994 e 2001 a taxa média anual de aumento do emprego masculino foi de 3,1%, enquanto que para as mulheres esse aumento foi ligeiramente superior, alcançando 3,2%. Entretanto, quando se restringe a análise ao setor turístico, as taxas passam a ser de 6,7% e 11,4% para homens e mulheres respectivamente, setor (MEMORANDO DO BNB, 2005, p.38).

Por último, no referente a melhoria nos acessos aos serviços de água, esgoto, coleta de lixo: “O índice de cobertura dos serviços de abastecimento de água aumentou de 88% para 94,9% no Nordeste, de 1995 a 2003. · O índice de cobertura dos serviços de esgotamento sanitário aumentou de 15% para 23,2% no Nordeste, de 1995 a 2003” (Memorando do BNB, 2005, p.38)

Com base nos dados expostos, concluímos que não houve nenhuma ação que estivesse diretamente ligada a preservação dos modos de vida tradicional e a inserção da atividade turística com um agente que viesse a se somar às comunidades receptoras. Inclusive, é importante salientar que os impactos socioambientais foram consideráveis a tal ponto que nos documentos que consubstanciam o diagnóstico planejamento e gestão do PRODETUR/NE II, há ações pensadas de forma a mitigar os impactos causados pelo PRODETUR I. Isto porque o mesmo priorizou obras, infraestrutura focando no substrato material para atração turística em detrimento do substrato imaterial construído pelos grupos sociais dos destinos turísticos.

Os resultados expostos, mesmo negligenciando as comunidades receptoras, motivaram a concepção do PRODETUR II, cujo foco foi a continuidade nos aspectos ligados a obras infraestruturais, saneamento, transportes, urbanização, proteção ambiental (ênfasis) e do patrimônio histórico e cultural, projetos de capacitação profissional e fortalecimento institucional dos estados e municípios foram metas a serem alcançadas no período de efetivação do programa em sua segunda fase (BNB, 2012).

O conteúdo contido nos documentos do PRODETUR/NE II deixa claro que este foi criado para ser incluído nas esferas estadual e municipal com o objetivo de “gerar a melhoria da qualidade de vida da população residente nos polos turísticos situados nos estados participantes do Programa” (BNB, regulamento operacional; s/d, p. 8) mais precisamente, aumentar as receitas oriundas da atividade turística e melhorar a capacidade de gestão dessas receitas por parte dos estados e municípios; assegurar o desenvolvimento turístico autossustentável e responsável nas áreas beneficiadas pelo programa; melhorar a qualidade de vida das populações nos municípios; conferir a sustentabilidade às ações realizadas no âmbito da primeira fase do programa, antes de expandir a atuação para novas áreas turísticas.

A condição básica para que os estados e municípios pudessem participar do Programa em sua segunda edição, teve como vertente a política de turismo focalizada no conceito de polos de turismo e detalhada em Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), cabendo a cada polo turístico, consultando as comunidades das áreas de influência, as partes interessadas para assegurar transparência e consideração aos interesses locais elaborar (BNB, regulamento operacional, s/d p. 16).

O BNB (2012)³, define polos turísticos como espaços geográficos com vocação acentuada para o turismo. Neles são trabalhados os seguintes aspectos de acordo com a elaboração do PDITS em consonância com os princípios do PRODETUR NE II: realização de planejamento participativo, integrado e sustentável para o desenvolvimento do turismo nos polos selecionados; foco nas ações no sentido de beneficiar as populações locais; priorização de ações que vislumbrem à integração de passivos ambientais, associados a alguns dos projetos do programa; priorização de ações necessárias para completar os investimentos da primeira fase do programa; fortalecimento da gestão ambiental. Nessa nova fase houve uma maior disponibilização de recursos para a conservação das áreas naturais. Ressaltamos que diferentemente do PRODETUR I, o II foi dividido em duas etapas, sendo que a primeira mobilizou recursos entorno de US\$ 400 milhões. De acordo o regulamento operacional do programa, o seu período de efetivação se deu entre 2003/2007, em consonância com PNT 2003/2007. Contudo, este foi prorrogado por duas vezes, de acordo com o relatório de avaliação dos resultados e seu término se efetivou no ano de 2012.

De acordo Paiva (2010), com base na criação dos polos turísticos houve a ampliação da aplicação dos recursos em outras áreas, neste caso os estados de Espírito Santo e Minas Gerais, este último fazendo parte da zona conhecida como Polígono das Secas da região nordestina. Assim, foram definidos os seguintes polos, conforme quadro 3:

Quadro 3 - PRODETUR/NE II: Polos de Desenvolvimento Integrado de Turismo

ESTADOS	POLOS
Minas Gerais	Vale mineiro do São Francisco e Vale do Jequitinhonha
Bahia	Salvador e entorno, Litoral Sul, Costado Descobrimento
Ceará	Costado Sol
Espírito Santo	Costa do Marlin
Maranhão	São Luís
Pernambuco	Costa dos Arrecifes
Piauí	Costa do Delta
Sergipe	Costa dos Coqueirais

Fonte: BNB (2012)

Organização: GOMES, R. C. S., (Janeiro/2013).

³ A partir da leitura do artigo de Paiva, é possível identificar tais estratégias no site do BNB – apresentação do PRODETUR/NE

Segundo o BNB, os PDITS foram propostos para se consolidarem como referências norteadoras para o desenvolvimento do turismo em cada polo. Deixa claro também que somente parte dos projetos do Plano pôde ser objeto de financiamento no âmbito do PRODETUR/NE II. Coube ao Estado e os demais atores interessados no desenvolvimento continuado do turismo na região (setor privado e comunidades afetadas) encontrar fontes alternativas de recursos para efetivação dos projetos do Plano que não passassem pela aprovação do PRODETUR/NE, mas que são relevantes para a sustentabilidade do turismo nos polos.

Paiva (2010) salienta que o PRODETUR/NE II e consequentemente o PDITS esbarram em entraves e contradições ao propor conceitos ainda não familiarizados pelos atores envolvidos, tais como planejamento participativo e ativo envolvendo as comunidades receptoras, valorização do patrimônio cultural e desenvolvimento local. De um modo geral, como obstáculos ao programa foram considerados: a recessão mundial que interfere nos fluxos de viajantes, a difícil disponibilidade de recursos públicos e privados para investimentos, as precárias condições de utilização do solo, a inexistência e/ou insuficiência da infraestrutura, a deficiência dos equipamentos e serviços, a falta de capacitação dos recursos, a comercialização inadequada do chamado produto turístico e a ineficácia dos sistemas oficiais de turismo — secretarias e empresas de economia mista de turismo. Os resultados obtidos esclarecem que:

Dados do RAIS mostram um crescimento de 51% entre 2004 e 2010 para o conjunto dos polos, com destaque para o Vale do Jequitinhonha, que cresceu 75%, e para o polo do Piauí, onde o emprego no turismo cresceu 80%. Dados obtidos pelo ETENE na Secretaria do Tesouro Nacional – STN mostram que a arrecadação do ISS a preços constantes cresceu a uma taxa média de 20,3% ao ano para o conjunto dos polos, quando a arrecadação total cresceu 8,4% ao ano; Dados obtidos pelo ETENE na STN mostram que a arrecadação do IPTU a preços constantes de 2010 para o conjunto dos polos cresceu a 19,3% ao ano, tendo, no entanto, a sua participação na arrecadação total caído de 24% para 21%; Dados obtidos pelo ETENE mostram que somente a remuneração média dos que ganham entre um e dois salários mínimos cresceu de 77,7% em 2006 para 81,2% em 2010 em relação ao salário mínimo. Dados colhidos com a INFRAERO mostram que a movimentação nas capitais que receberam recursos do Programa chegou a 29.599.300 passageiros em 2011, superando de longe a meta. De acordo com dados obtidos com os órgãos oficiais de turismo do Nordeste, o número de unidades habitacionais chegou a 56.586 em 2007 e a 59.889 em 2009. Dados obtidos no GTP/CTI NE e ABIH a taxa de ocupação chegou a 60,9 % em 2009. Os Serviços chegaram a 71% do PIB em 2011 na Região Nordeste. O

número de estabelecimentos chegou a 15.068 ainda em 2010 (RELATÓRIO DE TÉRMINO DE PROJETO, 2012, P. 04).

Com base no exposto refletimos sobre o conteúdo elaborado pelos agentes planejadores do turismo que principalmente nos PNTs 2003-2007, 2007-2010 e 2013-2016 e os programas a eles ligados, têm como uma das pautas o desenvolvimento local e participação das comunidades receptoras. Contudo, apesar da forte conotação “sustentável” atribuída ao turismo nos projetos de desenvolvimento da atividade em questão o que se vê é a contradição entre o conteúdo e a realidade das comunidades receptoras. Nos planos são criados projetos, programas e suas respectivas ações sem a efetiva participação dos sujeitos locais das comunidades receptoras, no sentido de priorizar as suas vozes e considerar suas territorialidades que fazem parte das comunidades receptoras, como é o caso do estado de Sergipe, que foi contemplado com investimentos advindos do PRODETUR/NE. Não podemos negar que houve melhorias com a materialização destes investimentos, assim como os impactos negativos e o conteúdo alienador destes planos e programas descritos no decorrer deste capítulo.

2.2.1 Políticas públicas para promoção do Turismo em Sergipe

Territorializado por comunidades com o modo de vida tradicional, residências de veraneio desde padrões módicos a luxuosos, hotéis, *resorts*, pousadas e serviços urbanos, o espaço litorâneo torna-se cada vez mais competitivo e preparado para receber visitantes oriundos de um turismo massivo e mercadológico. O estado de Sergipe de acordo com Santos e Pinto (2010) possui cerca de 163 quilômetros de faixa litorânea, onde estão cidades consideradas pelo PRODETUR como núcleos receptores da demanda turística. O Litoral Sul é exemplo desta realidade. A divulgação da imagem de Sergipe turístico de praias e sol o ano inteiro, assim como um estado com riquezas naturais preservadas, associada à cultura nordestina de povo alegre e bem humorado, permite a ocorrência de significativas mudanças no território sergipano, processo intensificado desde a década de 1990.

No estado de Sergipe, a inserção das políticas públicas de Turismo foi decisiva para o surgimento e projeção dessa atividade, tornando-a um segmento econômico importante do estado, sendo atualmente, um dos principais destinos turísticos em nível de nordeste (VILAR, 2010). A análise de Vilar condiz com os dados publicados no documento de diagnóstico de demanda turística elaborado pelo BNB/PRODETUR/SE, consultado no ano de 2013 em que

consta o aumento substancial de turistas entre os anos de 1980 em que se registrou o fluxo entorno de 50.00 turista/ano e o ano 2000 com o fluxo de 403.908 turista/ano.

A nova função econômica acendeu transformações no espaço geográfico, mais precisamente no espaço litorâneo, seja do ponto de vista nos aspectos morfológicos, ou das funções e dos processos que se dão no contexto da dinâmica da atividade turística. Segundo Brito e Araújo (2006), a gestão do turismo no estado Sergipe está estruturada pela Secretaria de Estado do Turismo (SETUR), Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR), estando atrelada à SETUR, e pela Unidade Executora Estadual (UEE/SE) PRODETUR, subordinada à Secretaria de Estado de Turismo. Neste sentido, o desenvolvimento das políticas de fomento ao turismo em Sergipe, conduzida pelos órgãos e programas já citados, é recente, pois foi iniciada na década de 1970, sob a responsabilidade da EMSETUR - uma sociedade de economia mista, criada em 12 de maio de 1972, vinculada à política Nacional de Turismo.

De acordo com relatos informais coletados juntos aos representantes da SETUR e PRODETUR/SE cabia a EMSETUR, a construção e gestão de políticas estaduais de desenvolvimento turístico em conformidade com as diretrizes e planos em níveis local, regional e nacional de turismo; incrementar o desenvolvimento da atividade turística no, estado, participando dos planos e programas coordenados pelos governos federal e estadual. Tinha ainda a responsabilidade de promover e facilitar o intercâmbio com órgãos afins, de quaisquer outros estados e, mesmo de outros países; desenvolver, continuada e sistematicamente estudos de natureza técnica a fim de oferecer base ao aproveitamento racional das potencialidades turísticas do estado.

Tinha como proposta apoiar e fomentar as iniciativas, os planos, programas e projetos que visassem o desenvolvimento do turismo; realizar pesquisas, estudos e levantamentos necessários à determinação de áreas ou locais de interesse turístico; desenvolver, coordenar e executar a promoção institucional da destinação Sergipe. Era também designação da EMSETUR, registrar, classificar e fiscalizar empresas e serviços turísticos privados, observando, quando for o caso, a legislação em vigor; estimular a criação e apoiar os organismos municipais de turismo na implementação das políticas nacional e estadual de turismo; atuar no estímulo e promoção à cultura e ao artesanato, em articulação como órgãos próprios e em atenção às normas vigentes.

Estimular e promover a oficialização eventos e atividades que colaborem com o aumento do fluxo turístico no estado de Sergipe, podendo assim, firmar convênios com entidades no âmbito publico ou privado; representar Sergipe nos organismos nacionais e

internacionais relacionados ao turismo; desempenhar toda e qualquer atividade que lhe caiba em razão do disposto em legislação estadual e federal. Segundo Santos e Pinto (2010, p.253), a EMSETUR no estado objetivou:

O incentivo e incremento da infraestrutura hoteleira do Estado de Sergipe; reconstrução de monumentos históricos nas cidades de São Cristóvão, Laranjeiras, Propriá e Aracaju; promoção e informações turísticas, através da participação de Sergipe em eventos nacionais; implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento de Artesanato – PNDA e qualificação profissional.

Todos os objetivos traçados para Sergipe estavam centrados nas estratégias de atração de demanda turística, com o intuito de gerar insumos financeiros na receita do Estado, não incluindo o saber fazer das comunidades por meio do seu patrimônio histórico e cultural. Cabia a EMSETUR a responsabilidade na construção da Política Estadual de Turismo e promoção do estado, o que fazia com que não houvesse ações distintas e tampouco definidas na empresa. Isto dificultou ainda mais o processo de desenvolvimento do turismo no Estado.

Santos e Pinto (2010) salienta que na década posterior, período compreendido entre 1982-1986, o turismo continuou se desenvolvendo com o aumento da rede hoteleira, a implementação do Projeto Orla por meio da construção do calçadão da praia de Atalaia e da Rodovia José Sarney facilitando o acesso das pessoas neste circuito turístico sergipano. Foi construída também as rodovias Ayrton Sena e Náufragos, permitindo o acesso as praias do Litoral Sul (praias do Saco, Abais no município de Estância e Caueira, no município de Itaporanga D'Ajuda).

Porém, foi na década de 1990 que o estado começou a ter um impulso maior para o turismo a partir do PRODETUR/NE I e II, com investimentos advindos de recursos nas esferas estadual, federal e de agências financeiras internacionais. O PRODETUR/NE teve uma forte influência da SUDENE, EMBRATUR e BNB, sendo que este último atuava como articulador e repassador dos recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Decreto no 15.193, de 19 de janeiro de 1995, institui a Unidade Técnico-Administrativa dos Polos Turísticos de Sergipe (Unitur), vinculada à extinta Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe (Seplantec), para ser a unidade de coordenação, supervisão e administração das ações do PRODETUR/NE.

Na década de 2000, mais precisamente no ano de 2003, foi criada a Secretaria Estadual de Turismo, sendo consequência da criação do MTur, por meio da qual se tentou organizar as ações entorno da Política Estadual de Turismo. Atrelada a ela, ficou a

EMSETUR que se centrou no PRODETUR/NE I e também Plano Estratégico do Turismo de Sergipe, como sendo as ações de Política de Turismo no Estado. O governo de Sergipe neste mesmo ano criou a Política Estadual de Turismo.

Dentro dos arranjos que estruturam os órgãos ligados a atividade turística, podemos verificar a falta de atenção às comunidades receptoras, uma vez que não houve a preocupação com a inserção de representantes no planejamento turístico que pudessem contribuir com os projetos, programas e ações considerando as reais necessidades dos moradores dos territórios com o modo de vida tradicional. Como exemplo, destacamos que quando da execução do PRODETUR a participação das comunidades receptoras também ficou aquém deste processo, embora esteja respaldada no conteúdo do documento que sistematiza o programa em questão.

A primeira edição do programa (PRODETUR/NE I – 1995/2001) foi direcionada, sobretudo para fortalecer a infraestrutura básica de serviços e equipamentos. A segunda edição (PRODETUR II - 2002/2007 com prorrogação até 2012) se caracterizou pela consolidação desse processo, com enfoque voltado para ações qualitativas de desenvolvimento humano (PDITS, 2012). Ou seja, os investimentos não se voltaram para o incentivo ou protagonismo das comunidades receptoras. Para consolidação dos investimentos em infraestrutura, o estado de Sergipe foi dividido em cinco regiões denominadas de Polos, a saber:

- Polo Costa dos Coqueirais;
- Polo Velho Chico,
- Polo Serras;
- Polo Entre Rios
- Polo Tabuleiros;

De acordo com dados analisados no site do BNB (2013), apenas o Polo Costa dos Coqueirais foi contemplado. Este é formado pelos 13 municípios litorâneos: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Brejo Grande, Estância, Indiaroba, Itaporanga D'Ajuda, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pirambu, Santa Luzia do Itanhy, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão, cobrindo a faixa que acompanha o litoral sergipano, além de outras comunidades próximas que apresentam grande potencial turístico (figura 1)

Figura 1 – Polo Costa dos Coqueirais – Sergipe

Fonte: Banco do Nordeste, (2013).

Segundo análise realizada para elaboração do PDITS (Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável período 2001-2005), os retornos de investimentos no polo foram significativos: houve um incremento de turistas de mais de 30% no período de 1995-2000 e mais de 50% no período de 2000-2005; 37% de aumento de fluxo aéreo no primeiro período de 1995-2000 e 39% no segundo 2000-2005; 47% a mais de estabelecimentos ligados a hospedagem no mesmo período de 1995-2000, acrescidos de 30% no período de 2000-2005. (BNB/PDITS COSTA DOS COQUEIRAIS, 2002, p. 02).

No período de efetivação do PRODETUR I, Sergipe, i elaborou uma estratégia de investimentos e desenvolvimento do turismo em três etapas, com vistas a consolidação dos fluxos turísticos urbanos de lazer, cultural e de convenções e eventos (quadro 4)

Quadro 4- Descrição das etapas de investimentos do PRODETUR/NE I (1995/2001)

ETAPA	ABRANGENCIA GEÓGRAFICA	ORÇAMENTO US\$ (milhões)
1	Mosqueiro a Pirambu, incluindo Aracaju, Barra dos Coqueiros, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão e os estuários dos rios Vaza- Barris e Sergipe.	R\$ 60,98
2	Rio Vaza-Barris até o Rio Real, incluindo Itaporanga D'.Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy, Indiaroba e estuário dos rios Real e Piauí.	R\$ 22,00
3	Pirambu até o Rio São Francisco, incluindo Pirambu, Pacatuba, Ilha das Flores, Brejo Grande, Neópolis, Propriá e o Estuário do Rio São Francisco.	R\$20,00

Fonte: BNB (2012).

Organização: GOMES, R. C. S., (Janeiro/2013).

Destas, merecem destaque as prioridades selecionadas para o Litoral Sul, uma vez que é neste polo que estão inseridas as comunidades Crasto e Terra Caída que fazem parte dos municípios de Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba respectivamente. Ressaltamos que grande parte dos recursos do PRODETUR I para o polo Litoral Sul ficou restrito a pavimentação asfáltica de parte da rodovia estadual SE-100. Isto influenciou no aumento da acessibilidade neste segmento espacial, resultando na intensificação da construção de casas de veraneio e construção das orlas nas praias da Caueira/ Itaporanga D'Ajuda e Abais/ Estância. Contudo, em relação ao saneamento básico nestas obras de estruturação do turismo não vieram acompanhadas de uma melhoria significativa na qualidade de vida dos sujeitos locais, embora no conteúdo das diretrizes que regem o programa estejam claras que todos os investimentos teriam que ter rebatimento direto nas comunidades receptoras.

Já o PRODETUR II (2002/2007 com prorrogação até 2012) teve como meta ratificada em suas diretrizes a continuidade das ações iniciadas na primeira etapa, enfatizando a melhoria das condições de vida das comunidades receptoras incluindo neste contexto o discurso da sustentabilidade local. Para dar maior propriedade ao conteúdo exposto sobre a sustentabilidade, foi elaborado o PDTIS (2001-2005), no final da primeira edição do PRODETUR/SE, sendo este enfatizado na segunda edição do programa. O foco se fez na

adoção de um modelo de política pública baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação Inter setorial e tomada de decisões. O PDTIS contemplou a definição e priorização das ações e investimentos necessários à consolidação do turismo na região, complementando os investimentos realizados pelo PRODETUR/NE I.

O PRODETUR/NE II, de acordo com PDITS, disponibilizou o montante de US\$ 62.277.280,00, centrando nos seguintes projetos para o estado de Sergipe: elaboração de projetos de pesquisa, plano integrado de resíduos sólidos dos municípios do polo, planos de manejo para as Áreas de Proteção Ambiental (APA), projeto de recuperação de áreas degradadas, elaboração de planos diretores, promoção e marketing, transportes com a recuperação das rodovias degradadas, pontes, urbanização.

Ainda foram traçados: a implantação da sinalização turística, atracadouros, modernização do aeroporto Santa Maria em Aracaju, implantação de áreas de proteção ambiental, saneamento com implantação do sistema de drenagem, implantação do sistema de resíduos sólidos dos municípios dos polos, educação ambiental, recuperação do patrimônio histórico, capacitação dos recursos humanos para a atividade turística, implantação do sistema para a gestão do turismo e implantação do museu do cangaço.

Nossa atenção está voltada para o rebatimento destas políticas no Litoral Sul, uma vez que é neste segmento que se encontram os dois municípios cujas comunidades estão ou estiveram envolvidas com o TBC (em nível de materialização ou de projeto). Assim, conforme o PDTIS (2012) o PRODETUR II previu a estruturação dos atrativos turísticos do Litoral Sul tais como a implantação de um circuito de navegação fluvial; aproveitamento das estruturas de engenhos desativadas para atividades turísticas, com ênfase para hospedagem e visitação por meio de parcerias com iniciativas privadas; o saneamento de povoados com potencial turístico e implantação de sinalização turística.

Segundo Santos; Vilar (2012) dentre as ações efetivadas que rebatem diretamente no Litoral Sul estão: a ponte Joel Silveira sobre o Rio Vaza Barris interligando o povoado Mosqueiro/Aracaju à Caueira/Itaporanga D'Ajuda, o que facilitou o acesso ao Litoral Sul e também ao litoral baiano. Apontamos, todavia a ponte Gilberto Amado, inaugurada no dia 29/01/2013 pela Presidente da República Dilma Rousseff, que liga o povoado Porto dos Cavalos/Estância, ao povoado Terra Caída/Indiaroba, este último, sendo o primeiro povoado a ter um projeto pautado no TBC por meio das experiências do vivido e experienciado, por iniciativa dos sujeitos locais. A ponte em questão foi construída sobre o rio Piauí, visando encurtar a distância entre Aracaju e Salvador em aproximadamente 70 km e entre Aracaju e

demais praias do Litoral Sul. Foi efetivada também a pavimentação da Rodovia Convento-Pontal, povoados do município de Indiaroba e que beneficia também o povoado Terra Caída, localizado nas circunvizinhanças destes. A obra ficou no valor de R\$ 7.100 milhões. Esteve prevista para 2013 a pavimentação de 7,5 Km da Rodovia que liga o município de Santa Luzia do Itanhy ao povoado Crasto (o que não se efetivou até o início do ano 2014, conforme observações *in loco*). Ainda para este município está prevista a implantação de infraestrutura turística e de apoio para o povoado Crasto cuja comunidade está envolvida com um projeto de TBC.

Atualmente o PRODETUR NACIONAL SERGIPE contraiu o financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID no valor, no valor de US\$ 60.000.000,00, a ser desembolsado em 05 anos, de 2013 a 2017, conforme consta no documento intitulado RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ESTADO DE SERGIPE (S/D).

O que nos chama a atenção nesse processo de investimento e implementação dos recursos é o fato de que as decisões foram tomadas sem considerar as necessidades das comunidades, ou melhor, a participação que é bem construída no conteúdo do programa. Ao ao entrevistar os sujeitos locais que fazem parte de comunidades litorâneas e até mesmo ao consultar pesquisas que tiveram como pauta o envolvimento de comunidades nas políticas públicas sergipana fica, evidenciado que o envolvimento se constitui em apenas uma formalidade. Conforme Santos e Pinto (2010, p.251):

[...] ainda hoje as decisões políticas consideram basicamente as exigências do mercado do turismo, considerando-se tenuemente a necessidades das comunidades impactadas pelos investimentos ou expansão das atividades turísticas. Nesse contexto, o processo de consulta e participação popular nos processos decisórios é praticamente inexistente ou, quando previstos formalmente, não garantem o efetivo controle social.

O diálogo entre gestores públicos e sociedade civil, exclui os interesses de sujeitos locais. A representação da sociedade é feita por instituições a exemplo universidades, empresários, gestores municipais, o que não inclui uma governança integrada a comunidades receptoras. Desde a criação da EMSETUR até a materialização de políticas advindas do PRODETUR/NE, nota-se que os sujeitos locais não foram prioridade. As propostas contidas nos documentos não refletem o desenvolvimento dos territórios visados para o turismo. Enfatizamos o poder que as políticas públicas possuem de transformar a dinamicidade dos territórios eleitos para a manifestação da atividade turística e que muitas vezes em seus

conteúdos externam uma preocupação com os sujeitos inseridos nestes territórios. Contudo não é desta forma que as práticas turísticas emanam, o que coloca em xeque as intencionalidades do Estado para esta atividade econômica em evidência nesta tese.

É importante frisar que o diálogo entre gestores do turismo-comunidade pode gerar impactos tanto positivos como negativos para as comunidades receptoras. Os projetos que priorizam a participação dos sujeitos locais deixando-os decidir acerca do tipo de desenvolvimento almejado são mais propensos a trazer benefícios para o território turístico. Já os projetos que focalizam apenas no econômico, sem inserir a participação dos sujeitos locais, trazem apenas benefícios isolados, e muitas vezes impactos irreversíveis para as comunidades. Citamos a construção de infraestrutura viária no litoral sul sergipano impactando seriamente os ecossistemas costeiros e consequentemente as comunidades locais, uma vez que é destes ecossistemas que elas sobrevivem.

O estado de Sergipe não foge à regra dos demais estados no tocante a materialização do turismo em que geralmente as políticas são efetivadas de cima para baixo, deixando comunidades sem voz, sem ação, sem poder. Vários fatores podem ser responsáveis pelo não empoderamento das comunidades, entre os quais a ausência de mobilização dos sujeitos locais para persistir na luta pelo direito de participar ativamente de decisões que comprometem o destino do seu território, o uso de sua paisagem e sua reprodução enquanto seres que possuem uma base material e imaterial.

Contudo, esta realidade pode ser outra. O pensar o turismo dentro de um viés integrador e construí-lo tendo a participação e autonomia dos sujeitos locais pode sinalizar o turismo diferente do convencional. É o caso de comunidades que tentam construir um turismo diferente, que tentam protagonizar suas ideias, suas ações, que tentam valorizar o seu modo de vida e com ele tornar-se visível. As comunidades dos povoados Terra Caída e Crasto, a partir da tentativa de protagonizar o chamado Turismo de Base Comunitária, passou a fazer parte das pautas de discussão na esfera federal, estadual e municipal recentemente. Com a divulgação do edital de chamada Pública de Projetos MTur/Nº 001/2008 a primeira comunidade buscou a consolidação do turismo inclusivo. Já a segunda se engendrou nessa vertente por meio de parcerias com ONGs. Para entendermos melhor este contexto é necessário situarmos como as comunidades passam a ter visibilidade em políticas públicas que enfatizam este tipo de turismo. É importante analisar também como o Ceará entra neste contexto.

2.3 Breve descrição das políticas de turismo no estado do Ceará

Em relação ao estado do Ceará, mais precisamente no segmento litorâneo, o seu processo de ocupação se deu de forma lenta, tendo as vilas portuárias uma influência relevante nesse processo de (re) configuração. Este estado está localizado na região Nordeste do Brasil apresentando 148.920,472 km² de extensão, configurado em 184 municípios, contando com uma população de aproximadamente 8.778.576 milhões de habitantes (IBGE, 2014).

Atualmente o litoral é ocupado por cidades de grande, médio e pequeno porte, tendo uma dinâmica socioespacial intensa e em meio a elas estão as comunidades marcadas pelo modo de vida tradicional, a exemplo de comunidades de pescadores e agricultores. A dinâmica urbana se deu principalmente em meados do Século XX e o turismo surge como um agente intensificador desta dinâmica. Segundo Montenegro Jr. (2004) três fases caracterizam a inserção incisiva do turismo no espaço litorâneo cearense:

A primeira se deu entre os anos de 1960 e 1980, quando a ocupação acelerada e sem planejamento das residências secundárias transformaram a paisagem dos territórios considerados de lazer temporário principalmente por aquelas pessoas de alto poder aquisitivo oriundas, sobretudo, do estado do Ceará e circunvizinhanças.

Não diferente do estado de Sergipe, o processo de ocupação do território por residências secundárias gerou impactos nas pequenas comunidades com modo de vida tradicional, conforme salienta Montenegro Jr. (2004) e Coriolano (2008) quando estes afirmam que no Ceará o ritmo do cotidiano dos sujeitos locais é moldado pelo ritmo urbano daqueles que têm o território com valor de troca. Surgem, em meio ao cotidiano gerido pelos laços de proximidade, relações serviçais para atender a demanda do visitante. Os pescadores, agricultores, marisqueiras passam a ser caseiros, jardineiros, faxineiros, ou seja, prestadores de serviços de curta temporada.

A segunda fase aponta Montenegro jr. (2004), se iniciou no ano de 1990, intensificando-se em 1995 (já sob influência dos programas regionais de turismo – PRODETUR). O que caracteriza a fase em questão foi a implantação maciça de equipamentos turísticos desde o espaço urbano, a exemplo de Fortaleza até os territórios de pequenas comunidades. É neste contexto que o município de Beberibe (onde se encontra localizada a Prainha do Canto Verde), assim como os demais municípios litorâneos, em especial aqueles que estão inseridos na costa leste cearense recebem hotéis, pousadas, restaurantes dos mais

variados portes, resorts, parques temáticos, boates lojas de souvenir e vestuários, entre outros para satisfazer as demandas turísticas que começam a vislumbrar o litoral cearense com uma das rotas preferidas no Nordeste brasileiro.

De acordo com a SETUR (2008) foram construídos com os recursos dos programas regionais de turismo as estradas, e o terminal aeroportuário, foram implantados alguns serviços de saneamento em alguns lugares turísticos, conforme veremos adiante. Já a terceira fase tem como característica captar o interesse de turistas (especialmente estrangeiro e em menor demanda os oriundos de outros estados brasileiros) fixarem negócios turísticos nas comunidades do litoral cearense. Vasconcelos e Coriolano (2008) afirmam que esse processo de apropriação do território mais uma vez vislumbrado com valor de troca, gerou e continua gerando sérios conflitos envolvendo os sujeitos locais das comunidades receptoras e os sujeitos externos ao lugar.

O marco da inserção do turismo no Ceará considerando as políticas públicas se deu com base no reconhecimento do turismo enquanto agentes promotores de desenvolvimento conforme já discutido anteriormente. No ano de 1989, o governo do estado do Ceará, elaborou o chamado Programa de Desenvolvimento do Turismo do Litoral do Ceará (PRODETURIS), se configurando, segundo a SETUR (2001) em um planejamento físico territorial envolvendo o turismo. Este é criado com o intento de implantar uma infraestrutura para atrair empreendimentos turísticos e consequentemente atrair divisas e aumentar a receita do estado. Inclusive, o PRODETUR, segundo Coriolano (1998) nasce deste programa criado no Ceará. Outro marco para a promoção do turismo no estado em questão foi a criação da Política Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo do Ceará 1995 – 2020, criada em 1995, pela Secretaria de Turismo do estado do Ceará (SETUR). Nela foram incluídas as estratégias do PRODETUR/CE.

A política de turismo do estado começa a ser valorizada em um contexto de adensamento desregulado do espaço urbano, que refletiu e reflete diretamente nas questões ambientais (o que envolve os impactos gerados pela construção de infraestrutura turística) do Ceará e que culminou também em outras políticas e planos desenvolvidos com o intuito de mitigar os impactos causados pela dinamização do espaço urbano. O Programa de Desenvolvimento Urbano de Cidades de Médio Porte (PROURB), Programa de Saneamento Básico de Fortaleza (SANEFOR)–, são exemplos do exposto.

No tocante ao PRODETUR/CE I, iniciado no ano de 1995 teve investimentos no valor de US\$ 163,81 milhões aplicados em infraestrutura para beneficiar o fluxo de turistas sobretudo (tabela 1).

Tabela 1- PRODETUR/CE I: especificação de investimentos

PROJETO	US\$	PERCENTUAL DE INVESTIMENTO
Rodovia	24,2	14,8%
Aeroporto	78,2	47,7%
Saneamento Básico	25,76	15,7%
Meio Ambiente	5,07	3,1%
Desenvolvimento Institucional	2,68	1,6%
Aquisição de terras	5,67	3,5%
Engenharia e administração	6,19	3,8%
Custos financeiros	16,00	9,8%
Total	163,81	100%

Fonte: UEE-PRODETUR/CE, S/D

Organização: GOMES, R. C. S.

Segundo consta no relatório de avaliação do programa, a construção do novo aeroporto proporcionou o aumento do fluxo turístico para muitas localidades do estado, em especial para as regiões litorâneas oeste e leste que tinham em seus territórios o turismo mesmo que de forma incipiente. Beberibe foi um dos municípios que sofreram influencia direta do aumento de visitante com aeroporto (re) configurado.

Ainda consta no relatório que os impactos do programa, em sua 1ª etapa, tiveram poucos problemas que necessitavam ser mitigados pelo PRODETUR/CE II. As obras de infraestrutura não causaram significativos problemas ambientais, o que ao nosso entender contradiz o que nos mostra a literatura quando investigamos as consequências deste programa para o território vislumbrado para a prática do turismo massivo.

Um fato que nos chama atenção é que, se comparado ao relatório de avaliação do PRODETUR/NE, é externada a preocupação com impactos ambientais relevantes nos estados contemplados com o programa. É de se estranhar que no Ceará, em que a atividade turística despontou de maneira significativa não ter sofrido impactos relevantes. De acordo com o relatório de avaliação os investimentos impactaram positivamente no turismo do estado uma vez que:

O movimento turístico tem crescido no Estado, no período de 1997 a 2001, bem mais que a média do Nordeste. O incremento está acima de destinos já tradicionais, como a Bahia. As ações de promoção junto aos principais mercados emissores para o Ceará têm buscado manter e ampliar a demanda[...]Conforme apresentado na tabela anterior observa-se que o Estado do Ceará, entre 1997 e 2001, manteve-se em terceiro lugar ficando atrás da Bahia (1º lugar) e Pernambuco (2º lugar). O valor apresentado pelo Estado, responsável pelo posicionamento apontado, corresponde, em média, a 14,86% do total do fluxo global de turismo no nordeste. Já a capital, Fortaleza, manteve-se em primeiro lugar em 2001, em segundo lugar em 1997 e 1999 em terceiro lugar no ano de 2000. [...] O PRODETUR CE/ I está investindo no componente saneamento básico o valor de US\$ 25,76 milhões, beneficiando 11 localidades com uma população de 140.316 habitantes, totalizando 8.839 ligações de água tratada e 24.933 ligações de esgoto, melhorando a saúde pública destas localidades e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região. [...] Foram implantados subsistemas de acesso compreendendo uma via estruturante com cerca de 124 quilômetros que atravessa todo o Pólo no sentido leste-oeste; aproximadamente 96 quilômetros de vias de acesso aos núcleos urbanos costeiros e 33 quilômetros de vias de percurso de pequena extensão e características paisagísticas. Para tanto, foram aplicadas verbas na ordem de 23,66% do total dos recursos, destinadas às atividades de transportes. (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PRODEUTUR/CE I, 2014, P. 12).

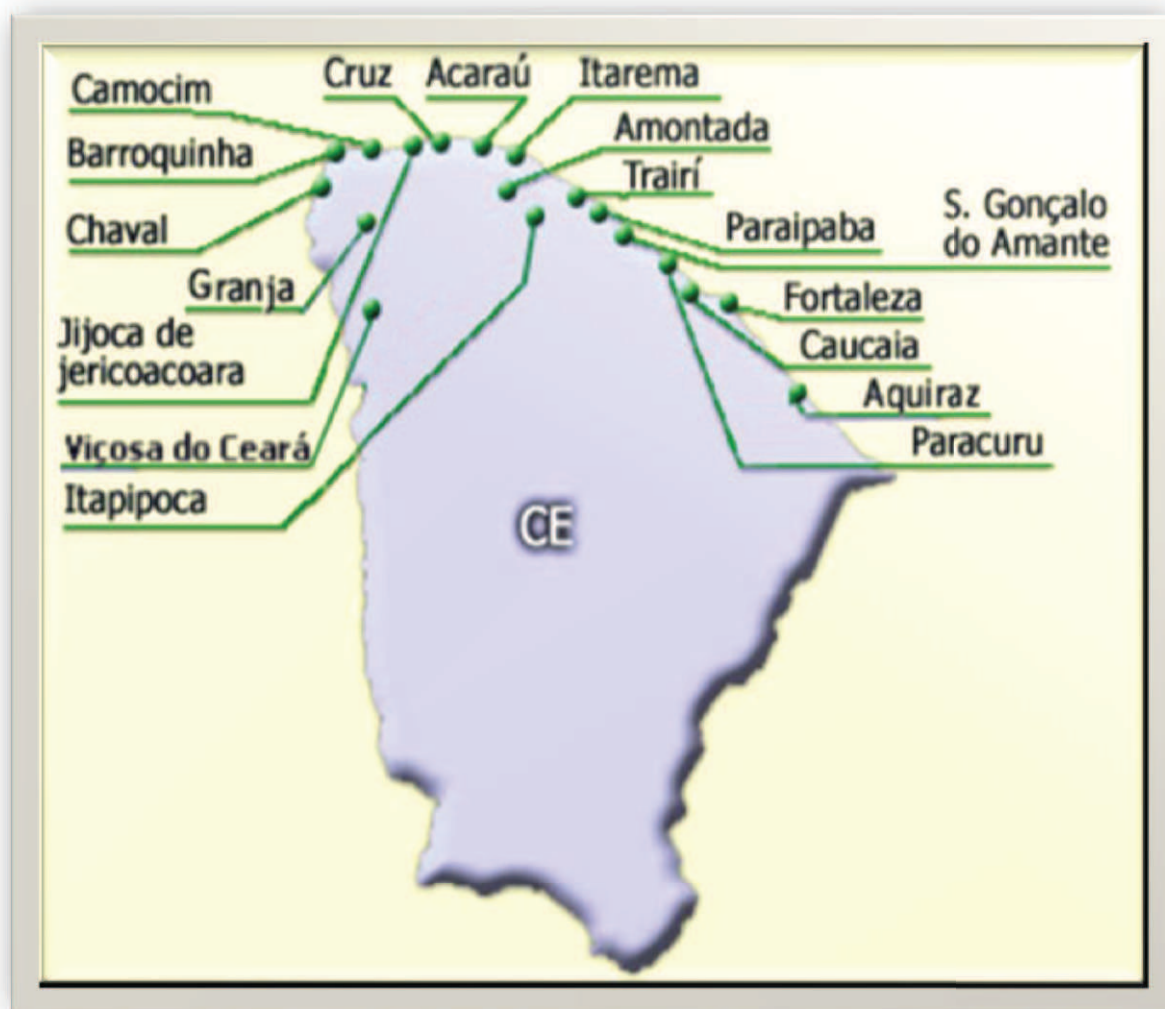
Na síntese dos resultados exposto na citação acima fica evidente o êxito na aplicação do recurso. Contudo não há um detalhamento acerca de como foi avaliado os impactos ambientais visto que todas estas ações se deram no substrato material físico do ambiente e também sobre o arcabouço imaterial das comunidades invadidas por estes projetos. A participação comunitária assim como se deu em Sergipe foi totalmente negligenciada. Sequer constou no conteúdo do plano estadual e nos resultados do programa.

Em relação ao PRODETUR/CE II, o objetivo central de fomentar o turismo massivo, mais uma vez, se configurou em mola propulsora para a aplicação dos investimentos no valor de US\$ ~60.000,00 milhões, segundo dados do BNB (2014). Embora no conteúdo esteja exposto que:

O objetivo principal do programa PRODETUR/NE-II é melhorar a qualidade de vida da população permanente dos pólos turísticos por meio de i) aumento do nível de emprego; ii) melhoria da qualidade e da disponibilidade dos serviços urbanos; e iii) melhoria da qualidade ambiental” (RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS, 2002, p.2).

Em relação a primeira edição do programa, no PRODETUR/CE II há uma mudança na denominação das áreas que passam a ser chamadas de pólos de turismo. Os recursos financeiros contemplaram 18 municípios que fazem parte do pólo costa do sol, conforme figura 2:

Figura 2 - PRODETUR/CE - Polo Costa do Sol



Fonte: BNB (2014)

Ainda segundo dados obtidos no site do BNB, consultados em março de 2014, foram realizadas as seguintes ações: Elaboração da Base Cartográfica do Polo Costa do Sol, Urbanização da Praia da Taíba, Urbanização da Praia de Flecheiras, Urbanização da Orla de

Paracuru, Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Jericoacoara, Implementação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Jericoacoara, Complementação da rodovia CE-085 (Estruturante), trechos: Barrento/Aracatiara, Aracatiara/Itarema, Jijoca de Jericoacoara/Parazinho, Parazinho/Granja, Pavimentação da Rodovia CE-311, Granja- Viçosa do Ceará, Rodovia de Acesso (binário) da Praia da Lagoinha, Urbanização de Lagoinha – Paraipaba, Recuperação da Igreja Nossa Sra. da Conceição e Seminário da Prainha, Recuperação do Antigo Prédio da EMCETUR.

Ainda, segundo dados obtidos no site descrito, se deu restauração do Museu Sacro de Aquiraz, Recuperação do Mercado da Carne de Aquiraz, Recuperação da Praça da Matriz de Aquiraz, Elaboração dos Planos Diretores Municipais de Amontada, Barroquinha, Cruz, Paracuru, Paraipaba, Trairi, Viçosa do Ceará e Jijoca de Jericoacoara. Em relação às ações em execução se tem: Reforma e Ampliação do Teatro Carlos Câmara, Capacitação Profissional do Polo Costa do Sol para o Turismo, Capacitação Empresarial do Polo Costa do Sol para o Turismo, Urbanização da Praia de Iracema, Pavimentação da Rodovia CE-176, trecho Amontada – Aracatiara – Icarai, Fortalecimento Institucional do Órgão Estadual Gestor do Turismo.

Na atual conjuntura do programa agora denominado PRODETUR NACIONAL/CE, o estado do Ceará foi o primeiro a assinar, no ano de 2011, o contrato que permite a continuidade dos projetos para a manutenção do turismo mercadológico. O montante financeiro para a execução de ações de fomento ao turismo, segundo dados obtidos no site do MTur (2014), no link notícias foi US\$ 150 milhões junto ao BID, somado a contrapartida de US\$ 100 milhões do MTur para investimentos principalmente em duplicação, adequação, recuperação e implantação de rodovias, saneamento básico e melhoria de aeroportos, entre outras ações consideradas secundárias. Os investimentos contam com o prazo de cinco anos para sua concretização. Os polos contemplados são os polos da Chapada da Ibiapaba, do Litoral Leste e do Maciço de Baturité.

2.4 Políticas públicas voltadas para o Turismo de Base Comunitária

As políticas públicas são realizadas no sentido de atender as demandas da sociedade. O processo de planejamento para ser condizente com a realidade do lugar onde se materializa o turismo deve prezar pelas particularidades existentes em cada território, pois cada um é

singular. Desta forma pode-se chegar a atingir o desenvolvimento endógeno. Para Coriolano (2006, p. 207) no turismo que prima pela valorização comunitária “Ocorre como um processo de descoberta, quando a comunidade discute o que quer e o que pode fazer para o desenvolvimento das pessoas e do lugar”. A nova forma de conceber o turismo é recente e envolve organismos nacionais e internacionais. A Organização Mundial de Turismo (OMT), o segmento da Organização das Nações Unidas (ONU) para o turismo aprovou em Assembleia Geral realizada em Santiago de Chile em 1999, o Conselho de Ética Mundial para o Turismo. Rezende (2011, p. 11), afirma que:

Neste código a OMT referenda o conceito de turismo responsável e sustentável, sendo que o artigo 5º, que trata do turismo como atividade benéfica para os países e as comunidades de destino, afirma que: as populações e comunidades locais se associarão às atividades turísticas e terão uma participação equitativa nos benefícios econômicos, sociais e culturais que referem, especialmente na criação de direta e indireta de emprego que ocasionem.

Este órgão internacional considera que nos países em desenvolvimento a política de turismo deve ser orientada a uma agenda da redução da pobreza, reduzindo os efeitos negativos da atividade ao mesmo tempo em que aumenta a distribuição dos benefícios advindos da atividade. Em outras palavras: os objetivos das políticas do turismo, planos de desenvolvimento e projetos para assistência em desenvolvimento de agências internacionais e dos governos precisam ser mais diretamente centrados para a agenda da pobreza. A preocupação é corretamente expressa nos potenciais impactos negativos sociais, culturais e ambientais do turismo, mas a gestão local a regulamentação ativa podem reduzir os efeitos negativos, melhorando a participação dos pobres e melhorar a distribuição dos benefícios (OMT, 2003). Em nosso país, ao longo do desenvolvimento da atividade turística, a orientação para o crescimento econômico prevaleceu, deixando de fora das preocupações o entorno dos empreendimentos, as comunidades residentes e muitas vezes até o próprio meio ambiente.

No Brasil a discussão avança em torno do estudo do fenômeno do TBC, focando nas diversas experiências de comunidades que trouxeram para si a responsabilidade de gestão da atividade, caminhando na direção contrária do turismo predatório que alcançou as comunidades menos preparadas. De fato, muitos dos projetos pioneiros desse tipo de turismo nasceram como movimentos de resistência ambiental ou fundiária, tais como o turismo da Prainha do Canto Verde, que segundo Coriolano (2006, p. 205) “lidera a rede de destinos de turismo comunitário no estado do Ceará, já em articulação com outras redes latino-

americanas, africanas, europeias e integra a Rede de Destinos Comunitários no Brasil, coordenado pela WWF-Brasil”.

De acordo com a publicação do MTur – Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária, BRASIL (2010), as reflexões de estudiosos sobre a temática que envolvem o TBC sinalizam a possibilidade de um desenvolvimento turístico integrado com a preocupação voltada para o território. Ainda segundo a publicação, as experiências do TBC datam de meados da década de 1990, sendo realizadas independente de políticas públicas. Contudo é no ano de 2003, com a criação de MTur que essas ações começam a ter visibilidade junto aos agentes promotores do turismo no âmbito da esfera pública. O exemplo claro do exposto é o TBC realizado no povoado Terra Caída/SE e na Prainha do Canto Verde.

No processo de redemocratização a política de turismo foi deixando sua característica centralizadora, e notadamente a partir do ano de 2003, temas como a inclusão e a participação social entram na agenda da política nacional de turismo. No ano de 2005, podemos considerar o marco de uma ação mais voltada para inclusão de comunidades locais nas políticas públicas de fomento ao turismo, quando é lançado um documento intitulado “Turismo Sustentável e Alívio da Pobreza no Brasil”, fruto de uma parceria entre o Ministério do Turismo e o Banco Mundial, cujo objetivo “é identificar as diretrizes para verificar as possibilidades do turismo como vetor para reduzir a pobreza e proteger o meio ambiente” Turismo Sustentável e Alívio da Pobreza no Brasil (MTur, 2005, p.5). Este documento é parte do PNT 2003-2007 cuja características já foram elucidadas neste capítulo.

Desta forma, preocupados com os efeitos da concentração da renda do turismo e com a contribuição que o turismo poderia dar ao tratamento da pobreza, em 2007 é lançada a segunda edição do PNT conforme já discutido, o que levou o título de “Plano Nacional do Turismo – Uma Viagem de Inclusão, 2007- 2010”. Este documento, que se consubstancia na política pública de turismo no Brasil, trouxe no título a preocupação com a inclusão social por meio do turismo, inclusive objetivando ser uma ferramenta a mais para se alcançar as metas dos objetivos de desenvolvimento do milênio.

Segundo o referido documento, o turismo pode ser uma importante ferramenta para o alcance dos objetivos de desenvolvimento do milênio, particularmente em relação à erradicação da extrema pobreza e da fome, à garantia de sustentabilidade ambiental e ao estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento (BRASIL, 2012, p.15).

A filosofia do PNT 2007-2010 propõe que o turismo quando inserido numa estratégia de sustentabilidade contribuía também para o alcance das metas do milênio da Organização

das Nações Unidas, fato corroborado por experiências locais. Kanitz, Trigueiro e Araújo (2010, p. 663-665) fazem uma análise do Plano Nacional de Turismo (PNT) 2007/2010 em que alertam para a face ambígua do turismo:

[...] os benefícios da atividade turística nem sempre serão tão expressivos quanto o esperado devido à própria conjuntura socioeconômica vigente de primar pelo progresso econômico e acumulação de capital em detrimento do progresso e desenvolvimento humano. Destarte, o turismo só será justo quando a sociedade for justa (KANITZ, TRIGUEIRO e ARAÚJO, 2010, p. 663-665).

Nessa análise, os autores atentam para o fato de que, se por um lado o turismo pode gerar muitos empregos, por outro lado a remuneração pode ser baixa se comparada aos ganhos de quem emprega, contradizendo o discurso de que o turismo é gerador de emprego e renda. Nesse sentido, faz-se necessário pensar numa distribuição de renda mais condizente com o que se prega para que o turismo seja enxergado como uma atividade que venha a se somar com a população local e não aliená-lo. As propostas do PNT referentes à inclusão social fazem-nos pensar que o turismo é um grande fator de inclusão social de acordo com as propostas contidas neste documento. Fritz (2008) afirma que houve um avanço no PNT2007/2010 se comparado as ações governamentais realizadas pelos governos anteriores. O autor salienta que:

Levando em consideração que a maioria das ações isoladas propostas pelos governos anteriores foram propostas inacabadas [...] esse Plano avança nas questões sociais, principalmente ao se observar a importância que tenta se dar ao brasileiro e a seu direito como cidadão que possa viajar [...] Tratando especificamente de políticas de turismo na inclusão social, percebe-se que ainda faltam muitas propostas no atual plano. Mesmo sendo nomeado – *Uma viagem de Inclusão*, nele, identificam-se ações isoladas, as quais vêm ao encontro do plano de governo, mas não necessariamente de questões específicas de um planejamento voltado para a área (FRITZ, 2008, p. 57-59).

A respeito da inclusão social, o turismo em países subdesenvolvidos tem muitos obstáculos a exemplo de relações socioespaciais desigualdades na distribuição de renda que restringem o mercado interno, dependência financeira e tecnológica em relação aos chamados países desenvolvidos e consequente integração fragilizada na ordem econômica capitalista internacional. A possibilidade de investimentos é remota e as fragilidades de infraestrutura urbana, saneamento básico, acessos, comunicações e telecomunicações contribuem para que o turismo nestes países ainda seja secundarizado.

Por outro lado, o turismo é considerado relevante no desenvolvimento das regiões e pequenos municípios e comunidades de países com problemas expostos acima, admitindo

que, assim como o turismo pode concentrar riqueza e renda, pode também distribuir. Tudo dependerá de como se formaram as relações socioespaciais estabelecidas e a partir delas como se formam as relações de poder vinculada a produção de espaços diferenciados.

O turismo se destaca por causa da sua capacidade de provocar transformações nas perspectivas social, econômica, cultural e ambiental. A participação comunitária decidindo nas questões de desenvolvimento local são características que colocam o turismo como atividade que venha a se somar aos valores socioculturais construídos no território de pequenas comunidades. Daí parte a preocupação de refletir sobre o processo de inclusão social nas políticas públicas de fomento ao turismo. Este é um tema novo que precisa ser mais discutido e estudado.

Sobre a entrada do turismo de base comunitária no contexto das ações da Política Nacional de Turismo, Irving (2009, p. 108) analisa que “foram poucas as iniciativas capazes de mobilizar pesquisas e políticas públicas”. Foi a partir da década de 1990 que um movimento coletivo de pesquisadores de diferentes inserções institucionais e regiões geográficas reafirmou a intenção de desenvolver esta discussão no âmbito dos Encontros Nacionais de Turismo de Base Local (ENTBLs), cuja XI edição no ano de 2009 teve lugar na cidade de Niterói-RJ. A autora citada destaca que a cada edição do ENTBL foi se formando uma rede não formal de pesquisadores engajados na reflexão sobre o turismo de base comunitária que possibilitou também a realização de pesquisas em colaboração, projetos em parceria com o Poder Público e publicações de textos de referência.

No entanto, no início, as reflexões e análises sobre o tema do turismo de base comunitária não tinham centralidade nem na academia, pois esta se voltava mais para análises ligadas à pesquisa de mercado. Tampouco era referida em política pública, a qual não tinha o tema como estratégico para o desenvolvimento do país. As reflexões na academia surgiram a partir do momento em que o turismo passou a ser interpretado como uma alternativa de inclusão social.

Da mesma forma, ONGs internacionais passaram a incluir o turismo em suas pautas de discussão, associando-o inevitavelmente com as temáticas social e ambiental. Uma das razões do avanço na temática do turismo de base comunitária é o fato de ter havido uma mudança sutil no perfil de turistas, conectados progressivamente com os temas da responsabilidade social e ambiental. Há, todavia a percepção de que o desenvolvimento turístico nem sempre tem ocorrido em favor das populações locais, sendo responsável por fenômenos significativos de exclusão social.

Essa percepção levou à análise de que as populações locais não só deveriam ser beneficiadas como deveriam participar na gestão do turismo, dando maior visibilidade ao discurso do turismo de base comunitária. Irving (2009, p. 110) destaca que a preocupação com o tema da inclusão social na política de turismo não é novo, mas apenas passou a ocupar o discurso político em nível da gestão pública nos últimos anos, principalmente a partir de 2003, com a edição do Plano Nacional de Turismo 2003/2007. De fato, Silva, Ramiro e Teixeira (2009, p.359) explicam que com a criação do Ministério do Turismo, em 2003, houve uma “mudança da visão” do Governo Federal com relação ao setor ao reconhecê-lo como um dos indutores do desenvolvimento do país com potencial de criar crescimento econômico com distribuição de renda e redução das desigualdades sociais e regionais. É oportuno destacar que de acordo com MTur (2010, p. 17):

As experiências de Turismo de Base comunitária no Brasil datam de meados dos anos 1990, e foram organizadas independentemente de ações públicas. Com a criação do ministério do Turismo, em 2003, as iniciativas de TBC são reconhecidas pelo órgão como um fenômeno social e econômico em algumas regiões do País, por meio de organizações não governamentais e pesquisadores do tema, como porta-vozes das iniciativas de TBC. Esses porta-vozes demandam por um canal de interlocução com o poder público, que reconheça a importância do TBC e estabeleça projetos a favor do fortalecimento desta forma específica e inovadora de ofertar serviços turísticos.

O estado do Ceará foi o pioneiro neste segmento de turismo, conforme já mencionado neste capítulo. Os Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS) foram fundamentais para que os órgãos governamentais nas instancias federal, estadual e municipal dessem visibilidade ao TBC. Bartholo, Bursztyn e Delamaro explicam que a constituição de redes em vários âmbitos, regionais, nacionais e internacionais revela alguma integração e permite trocas. Assim, se destacam, por exemplo, a Rede de Turismo Comunitário da América Latina (Redturs) que congrega 12 países; a Rede Boliviana de Turismo Solidário Comunitário (Tusoco), a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol) e a Rede Cearense de Turismo Solidário e Comunitário (Tucum) e Rede Indígena de Turismo de México.

De acordo com o MTur (2007), outros órgãos públicos, a exemplo dos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) vêm criando espaço em suas ações para o fomento a grupos organizados de base comunitária no entorno de Unidades de Conservação (no caso do MMA) e vinculados ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) (no caso do MDA). No entanto, tais ações isoladas estão longe

de configurar uma política pública de estímulo e estruturação para este tipo de turismo. Ainda conforme Bartholo, Bursztyn e Delamaro (2009) no ano de 2008 o Ministério do Turismo, por meio do Edital nº 01/2008, passou a reconhecer as atividades de turismo de base comunitária e aportar recursos para o fomento de tais iniciativas. O MTur (2010) ressalta o fato de as iniciativas pioneiras terem se dado sem o apoio de ações públicas e seguida do não reconhecimento, em 2008, deste tipo de turismo como fenômeno social e econômico que teve na academia, a partir de variados pesquisadores, o seu porta-voz. Assim:

Foram selecionados inicialmente 50 projetos num total de mais de 500 projetos submetidos. Esperamos que este seja o início de um novo ciclo para o desenvolvimento do turismo no país, onde haja cada vez mais espaço para o fortalecimento das organizações comunitárias e para um possível desenvolvimento situado BARTHOLO, BURSZTYN e DELAMARO, 2009, p. 89).

No conteúdo procurou dá relevância as experiências denotando que as instituições públicas possuem papel de fomentar condições para que os anseios da sociedade tomem forma e o desenvolvimento situado e sustentável. Isto requer enraizar a política de turismo em diretrizes que promovam não apenas a sustentabilidade econômica. Gestores do Ministério do Turismo à frente do Edital que apoiaram projetos de turismo de base comunitária, explicam que:

Neste cenário positivo, identificamos que, em muitos territórios, ocorrem grandes vazamentos de renda, precariedade de parte dos empregos gerados – baixos salários e alta instabilidade/sazonalidade – e exclusão da população local do processo de desenvolvimento turístico. Minimizar e/ou reverter os fatores negativos impõe-se como um desafio que requer um diagnóstico e a formulação de ações alternativas e focalizadas no território ou no segmento em que esta situação ocorre com maior incidência (SILVA, RAMIRO e TEIXEIRA, 2009, p. 360).

Assim, foi por intermédio da Coordenação-Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas (CGPE) que uma equipe de profissionais se disponibilizou a tentar fomentar o desenvolvimento local por meio da execução de ações com foco no território e nos seus potenciais (i) materiais relacionando-os com o turismo. A CGPE, no âmbito do Ministério do Turismo apoia a formulação e a implementação de projetos que se baseiam na valorização de identidades culturais e, também, o desenvolvimento do capital social para a promoção do desenvolvimento sustentável. Para tanto, concentra suas ações em áreas com problemas socioeconômicos e ao mesmo tempo, com reconhecido potencial turístico.

Segundo Zaoual (2009), dentre o rol de motivos para explicar a proposição do Edital nº 01/2008 estão os impactos negativos do turismo convencional, como por exemplo, desestruturação da cultura local, elevação dos índices de vazamentos de renda, descaracterização da paisagem natural, estímulo a especulação imobiliária e exclusão territorial dos sujeitos locais. O autor em sua reflexão traz à tona problemas recorrentes, provocado pelo turismo de cunho desenvolvimentista. Na própria contra razão das políticas que fomentam tais aspectos há a necessidade por parte dos agentes públicos promotores do turismo convencional de se pensar em conteúdos que demonstrem a preocupação para mitigar os problemas causados por esta atividade, por meio dela mesma, dentro de uma configuração sustentável. Ratificamos o nosso pensamento com os autores Silva, Ramiro e Teixeira (2009), pois os mesmos alegam que tais impactos negativos são provocados pelo fato de ser priorizada a dimensão estritamente mercadológica, em detrimento dos princípios da sustentabilidade social, cultural, ambiental.

Afirmam os autores que esses impactos são mais acentuados nas localidades mais pobres, onde a expansão do turismo é apresentada como alternativa de melhoria das condições sociais, mas se transforma em fator de agravamento da situação social. Como exemplo citamos as comunidades sergipanas do litoral sul, em que, de acordo com o quadro socioambiental apresentado, os sujeitos locais carecem de uma série de requisitos fundamentais para a melhoria da qualidade de vida, entre as quais saneamento básico e serviço de saúde.

Assim, Silva, Ramiro e Teixeira (2009), explicam que experiências internacionais foram observadas na estratégia de contraposição aos impactos negativos do turismo. Observou-se que, para evitar os impactos negativos do turismo e aproveitar seus benefícios, algumas localidades em diferentes países, por meio da mobilização e organização da sociedade civil, haviam dado origem a diversas iniciativas diferenciadas de turismo nas quais as dimensões da sustentabilidade eram pré-requisitos para a estruturação da oferta:

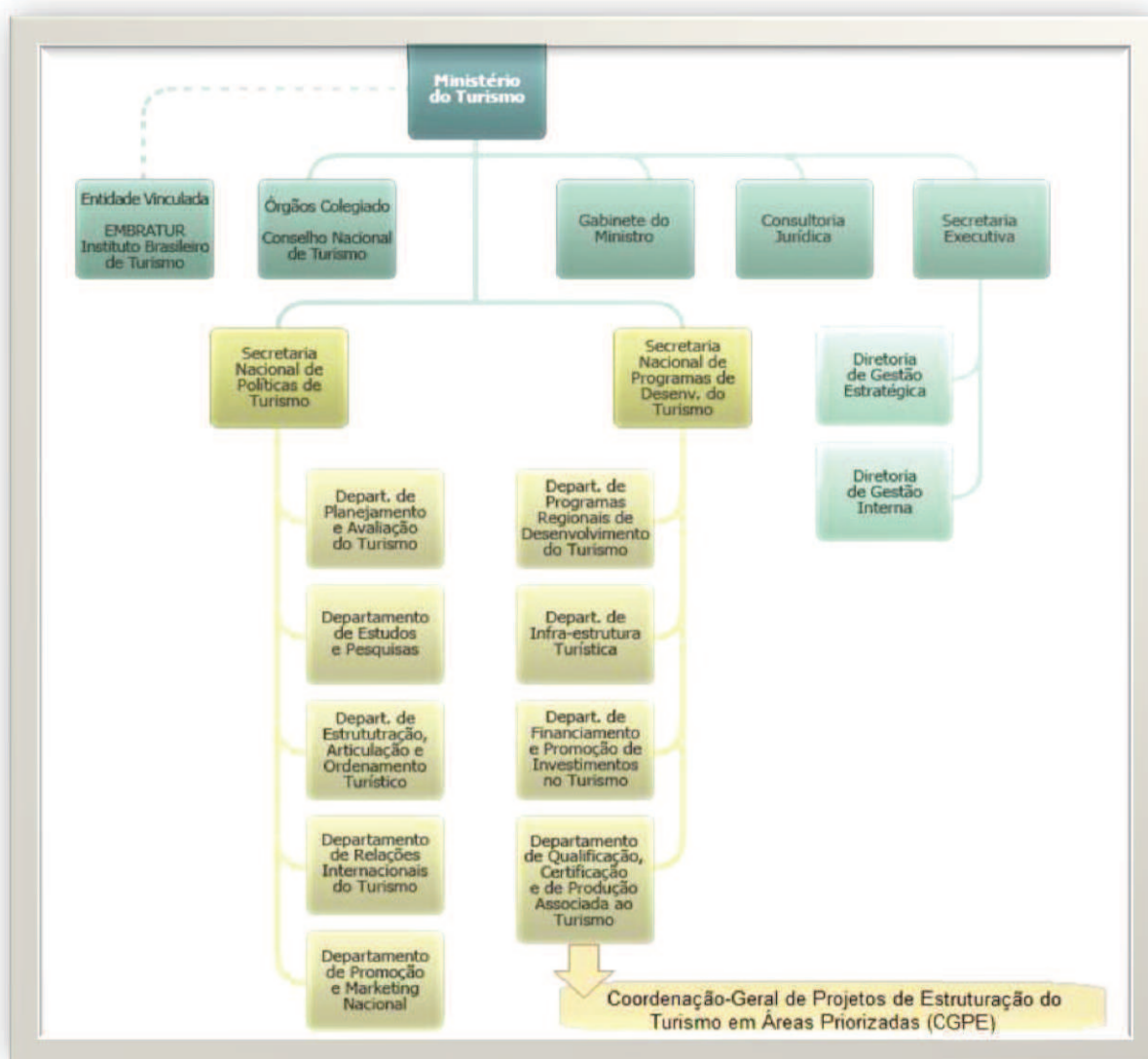
- a) existência de redes de comércio justo no turismo;
- b) ações ligadas ao “*pro-poortourism*” e ao turismo responsável;
- c) ações de desenvolvimento local endógeno;
- d) fomento a práticas de economia solidária na cadeia produtiva do turismo.

É importante frisar que foram os representantes das comunidades locais que trabalham com turismo de base comunitária que provocaram o MTur para se posicionar no

debate/ou estabelecer uma diretriz de política pública para o fortalecimento deste tipo de oferta no mercado turístico.

Na reunião técnica sobre este tema no 35º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens (ABAV) realizado em 2007, teve lugar a discussão da proposta de mapeamento de experiências de TBC, submetida ao MTur pelo Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS), da UFRJ. Nessa ocasião, segundo os autores, foi que a equipe técnica do MTur reconheceu a importância do tema e a competência da área de Segmentação do Turismo para tratá-lo (SILVA, RAMIRO e TEIXEIRA, 2009, p. 362). A organização do MTur, em seu âmbito institucional, para trabalhar com a questão do TBC está marcada no organograma que se apresenta na figura a seguir:

Figura 3– Organograma do MTur



O TBC está vinculado ao CGPE, em consonância com as atribuições da CGPE, que por sua vez está inserida no Departamento de Qualificação, de Certificação e de Produção Associada ao Turismo (DCPAT), sendo esta, parte integrante da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (conforme organograma acima) de apoiar a construção de projetos nos quais o turismo é agente dinamizador do desenvolvimento local e de geração de emprego e renda. Relatam os autores que “decidiu-se por fomentar iniciativas de TBC, promover o conhecimento do tema, avaliar a viabilidade socioeconômica destas iniciativas por meio de um Edital de Chamada Pública de Projetos” (*IBID*, 2009, p. 363). Sobre o Edital, os autores afirmam que foi privilegiada a dimensão do protagonismo, conforme podemos ler na citação abaixo:

No edital da chamada pública, face à diversidade conceitual e das experiências referentes ao TBC, o MTur privilegiou a dimensão do protagonismo local. Entende-se que TBC são como iniciativas de estruturação e/ou organização de produtos e serviços turísticos protagonizados pelas comunidades receptoras, como alternativa de geração de trabalho e renda para os residentes. O fomento às iniciativas de TBC ao mobilizar, organizar e fortalecer os atores locais residentes de destinos para a gestão e a oferta de bens e serviços turísticos visa tanto atrair turistas que demandam especificamente este segmento turístico, como agregar valor a destinos turísticos de cunho mais tradicional, por meio da oferta deste segmento, cujos elementos de preservação e valorização da cultura local, sua identidade e produção são de interesse dos visitantes. A interação entre a comunidade fortalecida em todos os aspectos da sustentabilidade e os visitantes externos é que pode gerar ganhos de bem-estar para a população local, assim como na experiência do visitante.

Verifica-se que o entendimento institucional do turismo de base comunitária tem uma perspectiva instrumental bem assinalada. É tratado como mais um segmento destinado a atrair turistas. O TBC inserido em uma lógica de aumentar o número de turistas nos destinos. Além disso, dentro da mesma lógica de segmentação, o TBC é visto como forma de agregar valor a um destino. No final do ano de 2010, o MTur lançou uma publicação chamada “Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública”, em que o Ministério pretendeu “registrar e sistematizar os procedimentos adotados para concretizar a ação do Ministério do Turismo, no que se refere à trajetória de apoiar as experiências de Turismo de Base Comunitária” (MTUR/dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária, 2010, p. 12). Da mesma forma, o MTur objetivou fazer uma reflexão sobre essa experiência pioneira de apoio a Projetos de TBC:

Nossa proposta consiste em realizar uma reflexão sobre o conjunto das atividades executadas, por meio da sistematização das informações e descrição da experiência. Assim, temos a clara intenção de identificar os limites e possibilidades das iniciativas de TBC em promoverem a diversificação da oferta turística do País e serem capazes de gerar trabalho e renda para a população dos destinos em que estão inseridas (MTUR DINÂMICA E DIVERSIDADE DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, 2010, p. 12).

O Ministério, neste trabalho, intentou fazer uma avaliação, se orientando numa perspectiva que poderíamos chamar “qualitativa”. Para o MTur, o desenho da ação de política pública para TBC foi norteado por alguns conceitos cunhados por instituições pioneiras na organização da atividade turística de base comunitária, como a WWF-Brasil, a Redturs e o Projeto Bagagem. Assim, o MTur assume como pontos comuns das abordagens conceituais das instituições citadas:

[...] autogestão; associativismo e cooperativismo; democratização de oportunidades e benefícios; centralidade da colaboração, parceria e participação; valorização da cultura local e, principalmente; protagonismo das comunidades locais na gestão da atividade e/ou na oferta de bens e serviços turísticos, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística. (MTUR DINÂMICA E DIVERSIDADE DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, 2010, p. 15).

O MTur afirma que antes da formulação e abertura do Edital nº 01/2008 havia o apoio a iniciativas isoladas como a conhecida experiência da Associação Acolhida na Colônia em Santa Catarina. O que faltava era um reconhecimento da importância desse tipo de turismo e uma forma de apoio mais institucionalizada, com critérios bem específicos de seleção e transparência. Segundo o Ministério, inicialmente, foram atendidas inicialmente demandas isoladas de experiências de TBC, de acordo com sua área de atuação. Por exemplo, a Associação Acolhida na Colônia no estado de Santa Catarina que já possuía experiência com o turismo rural na agricultura familiar, com hospedagem em propriedades rurais e visitação às atividades dos agricultores e teve projetos apoiados entre os anos de 2005 e 2007 pela Coordenação-Geral de Segmentação, por ser um projeto relevante do segmento turismo rural (MTUR DINÂMICA E DIVERSIDADE DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, 2010, p. 17).

Para o MTur (MTUR - dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária, p. 17), em 2006/2007, representantes das organizações que trabalhavam com TBC e acadêmicos e pesquisadores do tema demandaram do Poder Público uma ação mais articulada. Esta necessidade resultou no apoio ao desenvolvimento do TBC por meio de um processo seletivo

de projetos, com a elaboração de um Edital de Chamada Pública, culminando no edital em questão, lançado em 2008.

Ainda segundo o MTur (MTUR Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária, 2010, p. 17-18), a ação de fomento ao TBC esteve inserida na política pública nacional de turismo consolidada no “Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão”, que é o instrumento de planejamento e gestão do turismo e está alinhada com a premissa daquele documento na qual o turismo é colocado como ferramenta para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Na perspectiva do MTur o apoio aos projetos de TBC estava em consonância como o PNT 2007-2010, na medida em que se alinhava com os seguintes macro programas: promover o turismo como fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda pela inclusão da atividade turística; apoiar o planejamento, a estruturação e o desenvolvimento das regiões; fomentar a produção associada ao turismo, agregando valor à oferta turística e potencializando a competitividade dos produtos turísticos; promover a qualificação e o aperfeiçoamento dos agentes em toda a cadeia produtiva do turismo e; promover a melhoria da qualidade dos produtos e serviços turísticos (ibid., 2010, p. 18).

Isto posto, os objetivos principais da ação de apoio aos projetos de TBC foram:

- Contribuir para a geração de trabalho e renda no local;
- Organizar e fortalecer os atores e suas comunidades para a gestão e a oferta de bens e serviços turísticos;
- Agregar valor aos destinos;
- Diversificar a oferta turística de destinos consolidados;
- Incrementar o fluxo de turistas demandantes deste segmento;
- Promover a interação entre comunidade e turista, de forma sustentável, com ganhos materiais e simbólicos, para a população local e oferecer uma experiência turística diferenciada para o visitante a partir da sua participação na vida comunitária local (MTUR DINÂMICA E DIVERSIDADE DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, 2010, p. 18).

Conforme o MTur (IBID, 2010, p. 18) o “Edital de Chamada Pública de Projetos de Turismo de Base Comunitária”, lançado em 2008, teve como objetivo não só apoiar mas também conhecer o desenvolvimento das iniciativas de turismo de base comunitária, com o perfil requerido pelo Edital, em todo o território brasileiro. A abertura do Edital, segundo o

MTur considerou, do ponto de vista da oferta, a expansão de bens e serviços, bem como a gestão da atividade turística nos territórios e indicadores de sucesso de algumas experiências; pelo viés da demanda, segundo o MTur, baseou-se em pesquisas nacionais e internacionais que apontavam o interesse crescente dos turistas pela vivência de experiências, convívio com culturas diferentes, ambientes preservados, crescente segmentação e fragmentação das viagens (MTUR DINÂMICA E DIVERSIDADE DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA, 2010, p. 19).

Na decisão institucional, que se deu em parte pela participação de movimentos sociais e acadêmicos, o MTur efetuou uma “consulta pública” que se deu no município de Fortaleza, Ceará no mês de maio de 2008. Isso primeiramente, por meio de uma consulta pública durante o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (II SITS), evento mais relevante do Turismo de Base Comunitária do País, realizado entre os dias 12 e 15 de maio de 2008, em Fortaleza, no Ceará.

A distribuição geográfica dos projetos abrangeu grande parte do país, com todas as grandes regiões contempladas e com variadas formas de organização e institucionalização. De acordo com o MTur:

A distribuição geográfica dos 50 projetos selecionados, (...), abrange cinco macrorregiões brasileiras, em 19 unidades da federação. As entidades proponentes foram predominantemente do terceiro setor, com bastante diversidade, variando desde associações locais, inclusive de moradores, cooperativas, fundações universitárias, até ONGs de maior porte representando comunidades (*IBID*, 2010, p. 24).

Todas as regiões brasileiras foram contempladas com o edital. As comunidades que participaram, em sua maioria estava engajada com uma ONG a exemplo da comunidade do povoado Terra Caída/SE. No mapa de localização das iniciativas, publicado pelo MTur - “Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública” (2010) mostra espacialização dos projetos aprovados na seleção. Pode-se notar uma maior concentração de iniciativas no litoral desde o Sul até o Nordeste (figura 3):

Figura 4– Localização dos Projetos Seleccionados no Edital pelo MTur/2008



Fonte: MTUR - Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária, 2010, p. 24.

Na seleção do grupo de propostas apresentadas, o MTur primeiramente realizou uma triagem mais técnica e burocrática, verificando fatores como a documentação e o tempo de existência da instituição proponente. De acordo com a Coordenação de Projetos Turísticos em Áreas Priorizadas (CGPE), essa primeira triagem verificou questões como a profissionalização de envio de projetos. Os projetos aprovados foram enviados a uma banca de especialistas, formada por representantes do poder público e da academia. Segundo o Ministério, “na seleção foram priorizadas as propostas que apresentavam um recorte territorial bem definido, focando em grupos já organizados para o turismo, com a participação da comunidade” (IBID, 2010, p. 24).

Desse processo, resultaram selecionados 50 projetos, sendo que 25 para serem formalizados em 2008 e 25 para o ano de 2009. Os projetos apresentados estiveram enquadrados dentro das seguintes ações estabelecidas pelo CGPE:

- Planejamento da atividade turística: ações de mobilização e sensibilização da comunidade e planejamento participativo, realizadas por meio de reuniões, oficinas, seminários e estudos, entre outras.
- Qualificação da gestão, dos produtos e dos serviços turísticos: cursos, seminários, intercâmbios, consultoria para assistência técnica especializada, visitas *in loco* para troca de experiências.
- Formação de redes: fortalecimento de duas redes de TBC já constituídas: Rede Turisol e Rede Tucum, que incluem outros projetos apoiados pelo edital; formação de redes locais, principalmente de comercialização.
- Apoio à comercialização: participação em eventos de caráter nacional como o Salão do Turismo.
- Roteiros do Brasil, a Feira Nacional de Agricultura Familiar, e em eventos de cunho local. Além de ações de interação entre os destinos, produtos e serviços ofertados pela comunidade e os seus consumidores, em particular os atores do *trade* turístico.
- Promoção: participação em eventos, produção de panfletos, banners, vídeos, entre outros materiais promocionais para divulgação nos eventos; realização de *famtours* e *press trip*. (IBID, 2010, p. 25).

Posterior a fase de seleção houve a fase de formalização dos convênios que, de certa forma, também serviu como seleção, pois alguns projetos não conseguiram formalizar sua proposta no Siconv (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal), que passou a ser exigência legal por meio do Decreto nº6.170, de 25 de julho de 2007 e Portaria nº 127, de 29 de maio de 2008. Essa exigência representou um desafio institucional para o próprio MTur:

O MTur foi um dos órgãos precursores em adotar os procedimentos para a formalização de convênios no Siconv. Esta medida implicou a imediata qualificação da equipe, com participação em eventos e treinamentos para aprender sobre o funcionamento do sistema e repassar as orientações às entidades proponentes. A fase inicial de implantação exigiu constantes adequações, testes e revisão de procedimentos, sem total segurança da sua efetividade. Além disso, muitas funcionalidades não estavam em operação, havia falhas nas funções disponíveis e diversas dificuldades no cadastramento dos proponentes, na abertura das contas bancárias, entre

outros transtornos inerentes a inovações desta natureza. Essas situações, somadas às restrições operacionais de ordem tecnológica ou de comunicação de algumas entidades e a pouca experiência na formalização de convênios com o poder público, geraram uma série de atrasos, o que fez com que alguns selecionados para 2008 fossem substituídos por projetos previstos para 2009. Diante deste cenário a equipe do MTur definiu procedimentos e critérios na tentativa de facilitar a tramitação dos processos. (*IBID*, 2010, p. 25-26).

Segundo os dados do MTur, devido aos problemas, foram formalizados 22 convênios dos previstos para o exercício de 2008 com o comprometimento de R\$ 3,3 milhões repassados entre dezembro de 2008 e março de 2009. E durante 2009 foram formalizados 20 convênios dos 28 restantes, sendo que o valor total de recursos financeiros repassados pelo MTur foi da ordem de R\$ 2,8 milhões para 42 convênios firmados (BRASIL, 2010, p. 25). O MTur relata que:

Ao longo do processo de formalização houve desistências e desclassificações de alguns projetos. Os projetos desclassificados foram substituídos por alguns remanescentes da lista de propostas avaliadas pela banca de seleção do edital. As dificuldades operacionais e burocráticas relativas ao Siconv persistiram no processo de formalização dos convênios no exercício de 2009 e foram gerenciadas pela equipe técnica com mais agilidade face à experiência do ano anterior (*IBID*, 2010, p. 26).

Os limitantes burocráticos relacionados à implementação do Siconv evidenciaram uma fragilidade na legislação quanto ao conceito de interesse público, especificamente no caso de cumprimento de diretrizes explicitadas em certas políticas públicas que estejam relacionadas à execução de programas e ações, por meio da gestão compartilhada e transferências voluntárias de recursos.

A referida situação se torna mais delicada quando se almeja estabelecer parcerias como organizações da sociedade civil de pequeno porte, que representam segmentos populares, com acesso limitado à tecnologia, à informação e à economia de mercado (*IBID*, 2010). Pode-se dizer que as exigências legais e tecnológica para se estabelecer convênio com o Governo Federal estão em descompasso com as condições em que se encontram as instituições propositoras dos projetos. Isso remete a ideia da distância social existente entre os estados e as comunidades. Assim, analisamos que a aproximação da política nacional de turismo em direção a objetivos como a inclusão social e a redução pobreza representa o desafio institucional para ambos MTur e instituições propositoras.

A expectativa é a de que o tema do turismo de base comunitária obtenha algum destaque na próxima edição do Plano Nacional de Turismo que está em fase de elaboração

junto à atual gestão do e que ele não sairá da agenda, já que o governo Federal promete enfrentar o problema da pobreza e da desigualdade social. Para além dessa discussão acerca da continuidade da ação, é interessante situá-la no contexto dos outros programas do MTur, por exemplo, o PRODETUR.

O Relatório de Gestão do exercício de 2008 da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo (SNPDTUR), responsável pela execução do PRODETUR tecendo uma comparação entre os recursos destinados à ação de apoio ao TBC e os recursos destinados ao PRODETUR, no ano de 2008, conseguimos ter a dimensão exata dos níveis de importância de cada um desses eixos. Enquanto o PRODETUR recebeu recursos de mais de 180 milhões de reais o apoio aos pequenos projetos de TBC fica no patamar de 11 milhões. Assim, pode-se afirmar que existe uma clara preferência institucional pelos grandes projetos demandantes de infraestrutura pesada, visando a um turismo de massa.

Mitchell e Muckosy (2008) criticam o TBC na América Latina no artigo intitulado “Uma Busca Mal Guiada: turismo de base comunitária na América Latina”. Para os autores, o entusiasmo pelo TBC está deslocado por duas razões: primeiro porque raramente se reduz a pobreza e a vulnerabilidade e, segundo, porque, ao contrário do que vem sendo colocado, o turismo tradicional pode ter mais impactos positivos. Os autores acreditam que muitos projetos de TBC fracassam devido à falta de viabilidade financeira, pelo baixo acesso ao mercado e governança incipiente.

Assim, um dos nossos objetivos ao fazemos a reflexão sobre as trajetórias das políticas de planejamento do turismo é no sentido de compreendermos a implantação em nível local de um projeto apoiado pelo MTur, por meio do Edital de Chamada Pública nº 01/2008, tomando como exemplo a comunidade do povoado Terra Caída, no município de Indiaroba/SE. Única comunidade sergipana que concorreu ao edital, conseguindo êxito em várias das etapas expostas. Contudo a proposta foi abortada em decorrência da falta de contrapartida, conforme exposto no Edital de Chamada Pública nº 01/2008 (p.5):

Será exigida contrapartida do proponente, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, nos seguintes percentuais, mínimos e máximos, sobre o valor aportado pelo Ministério do Turismo. Municípios e instituições privadas sem fins lucrativos: 3% (três por cento) e 5% (cinco por cento), para municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes; 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), para municípios acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e na Região

Centro- Oeste; e 10% (dez por cento) e 40% (quarenta por cento), para os demais.

Outra comunidade sergipana que não participou do processo de seleção para angariar recursos de fomento ao TBC, mas que possui uma proposta formalizada tramitando no MTur, é a comunidade do povoado Crasto, Santa Luzia do Itanhy.

A discussão envolvendo o TBC e as comunidades citadas serão retomadas nesta pesquisa, dentro de uma conotação relacional com as comunidades mexicanas San Pedro Atlapulco e Puerto Morelos no propósito de levantar uma reflexão sobre o sentido de “comunitário” para os sujeitos locais e nas políticas de turismo. Para tanto será fundamental, apreender o desenrolar dessas políticas no México, tal como fizemos com o Brasil.

CAPÍTULO 3
POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO AO TURISMO
NO MÉXICO

CAPÍTULO 3: POLÍTICAS PÚBLICAS DE FOMENTO AO TURISMO NO MÉXICO

Neste capítulo visamos tal qual no capítulo anterior, uma reflexão acerca das políticas públicas de fomento ao turismo no México, desde o modelo convencional de base desenvolvimentista até o que foca o chamado desenvolvimento local. A partir das diretrizes que consubstanciam tais políticas procuraremos entremear os seus rebatimentos em comunidades mexicanas (povoados Puerto Morelos, localizado no estado de Quintana Roo e Atlapulco/Estado de México), assim como o comunitário é tratado nestes povoados. Enfatizaremos também aspectos comuns que envolvem a atividade turística no Brasil e no México. É importante frisar que as comunidades mexicanas em destaque tornaram-se objeto de estudo em decorrência de traços do TBC identificados durante o estágio doutoral com duração de quatro meses, realizado no país em questão.

3.1 Trajetos das políticas de planejamento do turismo no México

Com a promessa de impulsionar o desenvolvimento nacional, o turismo no México tem se expandido, não somente como uma estratégia econômica para geração de empregos, captação de divisas ou para criar infraestrutura e equipamentos que satisfaçam as necessidades dos fluxos turísticos. Esta atividade é vislumbrada, sobretudo, como atração para investimentos e intervenção dos países desenvolvidos, assim como empresas transnacionais que buscam consolidar sua posição no mercado. Para apreensão de como se delineia a política turística mexicana, recorreremos a uma reflexão com um recorte temporal que se inicia na década de 1920 (considerado um marco de investimentos público neste setor), até os dias atuais.

No México, as políticas voltadas para o fomento ao turismo, assim como se deu no Brasil, estavam pautadas no discurso modernizador da economia, sendo esta atividade uma das alavancas para o desenvolvimento econômico mexicano. Atualmente, as políticas voltadas para o turismo nos levam a uma reflexão sobre o significado desta atividade e seus impactos econômicos, ambientais e socioculturais para o país.

No que se refere ao setor público, o turismo no México é tratado dentro das ações governamentais como fenômeno pautado na competitividade, produtividade e favorecimento

ao processo de globalização e políticas neoliberais. Nos moldes em que tais políticas estão sendo conduzidas resume-se apenas ao crescimento que nos discursos do Estado, propositadamente soa como sinônimo de desenvolvimento.

Cabe indicar como se manifesta o discurso político do turismo no México: com uma nuance social, quando se faz alusão a práticas internas; resgatador de valores tradicionais quando se refere às comunidades étnicas; nacionalista quando se pretende fazer evidenciar a importância dos pequenos empresários; modernizador e altamente competitivo, quando se pretende atrair investimentos estrangeiros.

Em geral um discurso que quando é conveniente exalta as minorias excluídas do processo de desenvolvimento, mas que nas entrelinhas é um discurso influenciado e dirigido pelas matrizes da globalização, pois a valorização está no econômico e nos grandes projetos que beneficiam os megaempresários. Em suma:

La política del desarrollo turístico que ha seguido el Estado mexicano se enmarca dentro de una política general de planeación para el desarrollo que intenta aminorar ciertas contradicciones inherentes al sistema, así como apoyar a la iniciativa privada al pretender, entre otras cosas, el desarrollo industrial y agrícola, la generación de empleos, la redistribución del ingreso y nivelar la desigualdad regional (GARCÍA DE FUENTES, 1979, p.20).

A política de desenvolvimento do turismo que tem caracterizado as ações públicas mexicanas está substanciada em uma política geral de planejamento para o desenvolvimento mexicano. O conteúdo desta política pauta-se no caráter minimizador de certas contradições inerentes ao sistema. Este centra, outrossim, no apoio à iniciativa privada ao objetivar entre outras ações, o desenvolvimento industrial, agrícola e a geração de empregos, assim como a redistribuição de renda para nivelar as desigualdades regionais, marcantes no país.

Como frisamos na apresentação deste item, tomamos como ponto de partida a década de 1920, que baliza o final da Revolução Mexicana. Marco do início de uma nova era para a história do México. Está é caracterizada pela introdução de novas posses de terra para uso agrícola como é o caso de *ejido*⁴ coletivo e a pequena propriedade, que teve uma repercussão impactante na forma de organização política e, por sua vez, no surgimento de novas instituições governamentais.

⁴ O *ejido* coletivo definido por Eickstein (1966, p.44-45) é entendido como sociedade de produção cooperativa. Os *ejidos* são doações gratuitas de terra para grupos de camponeses, resultado da Reforma Agrária e da Revolução Mexicana. Eickstein (1966, p. 01) afirma que a Reforma Agrária estabeleceu a distribuição gratuita da terra para as populações que careciam dela.

No período correspondente entre 1920 e 1940 se instala uma série de princípios referentes às diferenciações entre os movimentos migratórios internacionais permanentes e temporários. Verificou-se neste período, a ausência do turismo nacional, visto que a primeiras demandas de turismo no México é composta por estrangeiros. Isto posto é criada a lei de imigração, em 1926, a qual define pela primeira vez que o turista seria aquele estrangeiro que visita a República Mexicana por lazer durante um período não maior que seis meses (RAMÍREZ, 1981). Ainda segundo o autor, No final da década de 1920 se faz evidente a necessidade da conjunção entre setores público e privado para o desenvolvimento nacional do turismo. Com este propósito é criada em 1929 a Comissão Mista Pró-Turismo Nacional, a qual seria presidida pela Secretaria de Governo.

Assim, o turismo como atividade impulsionadora da economia vai ganhando força e cada vez mais, integrando novos atores. Em 1938 se inicia o movimento de organizações privadas que também começam a fomentar o turismo. Como exemplo, podemos citar o Clube de Viagens de Petroleiros Mexicanos (PEMEX), a Associação Mexicana de agências de Viagem, assim como a divulgação do México no estrangeiro, a exemplo dos Estados Unidos e Canadá. Em 1939, é fundada a Associação Mexicana de Turismo.

É importante frisar que, em um contexto temporal, na década de 30 a política de planejamento se caracterizou como política voltada para superar os efeitos da crise internacional de 1929 (SUNKEL, 1976, p.229). O período de 1940-1946 continuava com a mesma perspectiva, porém com um enfoque muito grande voltado para a reforma agrária. Por outro lado vão se definindo outros conceitos referentes ao planejamento e sobre o papel do Estado no processo de desenvolvimento.

Ressalta-se o intento do Estado em atrair capital privado e a necessidade de impulsionar a formação de infraestrutura na área de comunicação e transportes. É importante frisar que o turismo moderno nasce a partir da Segunda Guerra Mundial e por este motivo se encontra imerso ao contexto que definiu as relações internacionais e nacionais daquela época. A maior parte dos turistas internacionais advinha dos Estados Unidos, pois a Europa se encontrava em processo de reconstituição.

Um dos principais fatores que incidiu na gestão do turismo no México foi o processo de industrialização pautado nos moldes da política desenvolvimentista que teve como marco os anos trinta, embora se estruturasse com mais clareza após a Segunda Guerra Mundial. Ao Estado foi assegurado o importante papel do turismo como atividade geradora de divisas para equilibrar a balança comercial.

Na década de quarenta, o Estado do Bem Estar Social que estava no auge cria a primeira lei de turismo datada de 1949 e outorga a Secretaria de Governo a competência para regulamentar a prestação de serviços ligados ao turismo; aprovar tarifas e determinar a relevância ou não de abertura de estabelecimentos turísticos. Além disso, confere poderes para a promoção nacional e internacional do turismo mexicano.

No início dos anos 50, a produção industrial reduziu o PIB, não aumentou muito e procura de produtos mexicanos no exterior também diminuiu. A importação de maquinário e equipamento ultrapassou enormemente a produção interna, desencadeando uma crise inflacionária na década. Neste período se estabeleceu uma série de estímulos para o crescimento do setor hoteleiro, a exemplo da diminuição de tarifas para o setor da construção civil, da redução de impostos para pousadas e hotéis e criação de políticas de crédito para apoiar o crescimento de equipamentos de hospedagem.

Surge então, a necessidade de integração do país fortalecendo assim as políticas públicas destinadas a dar densidade o setor de comunicação e a construção de novas estradas, que neste período teve um aumento de 60% da rede nacional de transporte rodoviário, configurando um dos índices mais elevados da história do México em se tratando deste assunto.

Ressalta-se aqui a criação do Fundo de Garantia e Fomento ao Turismo (FOGATUR), no ano de 1956. Este órgão público estava subordinado à Companhia Nacional Financeira S.A e seu objetivo principal era estimular os investimentos ligados ao turismo nacional, por meio do outorgamento de créditos para a construção e modernização da rede hoteleira mexicana (SUNKEL, 1976).

No período correspondente entre 1958-1974 o turismo continua sendo considerado uma atividade de muitos atributos para o crescimento da economia mexicana pelos seguintes fatores: geração de divisas, de empregos e fomentador do desenvolvimento regional. Porém não são considerados os impactos socioculturais e ambientais, conforme apontou (ZIMZUMBO, 2010).

Com toda a estabilidade econômica que teve o México neste período, a moeda – peso mexicano se manteve estável entre os anos de 1954 e 1976, porém o desenvolvimento do país não foi suficiente para amenizar as mazelas sociais. A efervescente situação social do país, a Guerrilha no estado de Guerrero e o movimento social de 1968 evidenciam posturas ideológicas e a necessidade de reivindicação por parte da sociedade. Neste contexto há também um grande crescimento demográfico que caracterizou o país, e como consequência a

difficuldade de oferta de empregos aos trabalhadores com baixa qualificação profissional ou que não se enquadravam na demanda industrial.

Os olhares então se voltam novamente para o turismo como uma atividade que poderia absorver rapidamente os trabalhadores pouco qualificados em setores que exigiam pouco investimento por parte do Estado. Com este discurso endossado, o Governo Federal expandiu sua participação direta nas empresas turísticas. O tema turismo tornou-se questão de moda e diplomacia, estando ligado à ideia de que a atividade traz prestígio internacional para o México, ao mesmo tempo em que o inclui na imagem da modernidade. As Olimpíadas de 1968 e a Copa do Mundo de 1970 serviram de argumentação no discurso dos órgãos ligados ao turismo para impulsionar ainda mais o turismo internacional.

Este período se configura também como um momento em que fortes sentimentos nacionalistas são externados, paralelo ao argumento do Estado sobre a necessidade de capital para continuar no caminho da industrialização e da modernidade. Há, portanto o incentivo e entrada expressiva do capital estrangeiro. Os destinos turísticos dos anos 60 são Acapulco/Guerrero, na costa do Pacífico, Mazatlán no Norte do país e Cozumel na porção sudeste.

Estes são considerados os centros de maior atenção turísticas do país pela importância que adquirem em decorrência do fluxo de visitantes. O México tem uma forte referência no turismo de sol e praia internacional, adotando uma forte conotação estadunidense. Dos destinos apontados acima, Acapulco ganha destaque como principal destino mexicano de praia.

No final dos anos 60 se iniciou a etapa de estudo dos Centros Integralmente Planejados (CIP), como polos de desenvolvimento, sob a responsabilidade de funcionários do Banco do México. Estava em marcha o esforço mais importante de planejamento turístico da história mexicana. As condições internas e externas estavam favorecendo para iniciar um forte impulso aos investimentos no turismo: existiam órgãos de financiamento internacional – o Banco Mundial e o Banco Interamericano de desenvolvimento; havia também a necessidade de promover atividades produtivas que gerassem empregos e que reforçassem a economia externa.

Os argumentos mais importantes para a criação dos CIP incorporados pelo discurso que engendrava as políticas públicas para o turismo foram: benefícios derivados da geração de divisas, emprego e desenvolvimento regional. Desta maneira foi o Banco do México e o recém-criado Departamento de Turismo, que se encarregou do planejamento dos CIP, conferindo-lhes um caráter predominantemente econômico, orientado mais uma vez para a

busca de divisas em detrimento de outros fatores econômicos, sociais e políticos ligados de fato ao desenvolvimento da população mexicana.

Já no período entre 1974-1986, é considerado determinante o desenvolvimento do turismo nacional. De um lado a abertura dos CIP e a consolidação do crescimento dos centros turísticos de sol e praia, determinam as condições de infraestrutura e a forma de operação do sistema turístico atual; por outro lado, também se observa uma série de problemas socioambientais nestes centros que culminou na crise do modelo adotado até então.

Quanto ao Departamento de Turismo, considerado um organismo autônomo que mais na frente, no ano de 1974, via decreto federal adquire o status de Secretaria de Estado de Turismo, a sua criação é justificada da seguinte forma:

El turismo ha sido considerado en el Proyecto de la Ley de Secretarías y Departamentos de Estado como una actividad de especial importancia que requiere estímulo, promoción y fomento, debiendo destinarse a ello los recursos que le correspondan. De ahí que se haya juzgado pertinente crear un departamento específico, con facultades suficientes y medios adecuados para cumplir las funciones que le conciernen. (OLIVERA, 1970, p. 23).

Já o período correspondente entre 1970 – 1976 tiveram como característica principal uma difícil relação internacional. A decisão dos Estados Unidos em abandonar a conversão de sua moeda em ouro, gerou um desajuste para o sistema monetário internacional, o que afetou duramente o México, que passou a diminuir suas exportações e aumentar os preços de suas importações. Em decorrência deste fator, o México passa a formular uma nova estratégia de desenvolvimento pautada na estabilização da economia, na qual foram buscados incrementos qualitativos na produção e adequação de políticas econômicas, culturais e organizativas para elevar o nível de vida da população.

Os anos setenta e oitenta, se caracterizaram pelo aumento da inflação, desemprego e a queda da produção industrial. Tais problemas afetaram o mundo, sendo que os países que mais sofreram o efeito da crise econômica foram os chamados subdesenvolvidos, ou em fase de desenvolvimento. Como consequências os países mais afetados aumentaram seu endividamento externo no processo de industrialização.

De acordo com Santamaría (2009) a crise petroleira dos anos setenta produziu uma desestabilização nos mercados e fluxos de capital que provocou sérios problemas nos países produtores deste recurso natural. Se pese também a crescente estratificação da população e a massificação da informação a partir dos avanços tecnológicos no setor das telecomunicações, que se desenvolveram neste período e se caracterizam como principais instrumentos que influenciaram nas novas formas de conceber o mundo moderno.

Depois da crise de 1976, se manifestou certa urgência em articular uma maneira racional à instrumentalização de políticas que coadjuvasse com a recuperação do país. Desta maneira, foi elaborado o plano básico de governo 1976-1982 que foi apresentado pelo partido revolucionário institucional como plataforma eleitoral e se constituiu em uma abordagem política sobre os problemas socioeconômicos do país.

Quanto à política voltada para o turismo no período mencionado acima, seguiu com o mesmo perfil do período anterior no sentido de ser vislumbrado como alternativa importante para a promoção do desenvolvimento econômico nacional, para gerar empregos diretos e indiretos e estimular outras atividades que estivessem relacionadas a atividade, assim como captar divisas e propiciar o desenvolvimento regional. Contudo, para aquele período de crise econômica nacional, a política de turismo enfocava na demanda para aumentar a renda nacional, reduzir a saída de divisas e redistribuir a riqueza.

A perspectiva econômica da política de planejamento para o período em questão segundo Santamaria (2009) foi apoiada por uma política comercial que tinha a tendência a apoiar a venda do produto turístico nacional no estrangeiro, com o intuito de incrementar o numero de turistas advindos de fora do país, aumentar a captação de divisas. Neste sentido há uma forte valorização dos territórios litorâneos que continua se acentuando. Em relação à oferta turística, se buscava melhorar a infraestrutura e os serviços nos centros turísticos tradicionais; ampliar a capacidade dos hotéis e a oferta de hospedagem em todos os destinos de atrativos para os turistas estrangeiros.

Objetivou-se também a melhoria da prestação de serviços para a qual se estabeleceu como medida o aumento da capacitação de pessoas que estavam inseridas nas atividades turísticas. Todas as medidas tomadas foram no sentido de modernizar o setor turístico. Tendo como discurso um desenvolvimento mais equilibrado e de participação da construção de infraestrutura para fomentar o setor privado e a modernização do turismo, as políticas públicas mexicanas investiram nos chamados polos de desenvolvimento turísticos.

Contudo, tais políticas se reverteram em negativamente impactantes, pois estiveram basicamente focadas no aproveitamento e benefício da demanda estrangeira, no incremento da capacidade de hospedagem e na qualidade dos serviços para um bom funcionamento da atividade turística para um público específico. Não houve até então uma preocupação em promover políticas no sentido de apoiar iniciativas de comunidades locais, e sim de atrair capital privado e turistas estrangeiros.

A partir dos anos oitenta, a política de turismo no México se modifica seguindo os delineamentos de um novo modelo de desenvolvimento que outorga um papel prioritário ao

mercado na dinâmica do setor que propicia a descentralização na tomada de decisões e reconhece práticas turísticas como o impulso ao turismo cultural, de natureza e inclusão de comunidades com práticas tradicionais.

A crescente preocupação com os impactos que o atual modelo de desenvolvimento vem causando ao meio ambiente, organismos internacionais como a OMT dirigem sua atenção para um turismo pautado nas dimensões da sustentabilidade. Assim, ao longo das últimas décadas no México, quando nos referimos a políticas públicas, comungamos das reflexões de Cruz-Coria, Zimzum Villarreal (2012) ao afirmarmos que o discurso da sustentabilidade está implantado nos conteúdos de programas de fomento a esta atividade, embora a realidade seja muito diferente do discurso. A ênfase está no impulso aos investimentos dos grandes empresários, deixando de lado os esforços das comunidades rurais que tentavam e tentam incorporar-se na dinâmica turística como uma alternativa de melhorar as suas condições de vida. É necessário ressaltar que além das crises socioeconômicas que caracterizavam alguns países nos anos oitenta é também uma fase de crise ambiental mundial e por este motivo, o termo desenvolvimento sustentável começa a fazer parte das políticas públicas, seja nos países subdesenvolvidos ou em fase de desenvolvimento.

Durante os anos 1982-1988, é considerado um período de transição na política econômica e social do México, que busca se inserir no conceito modernizador das economias mundiais e para isto, teve que abandonar as medidas paternalistas que adotou nos anos 60 e 70. Porém este período em destaque foi considerado um dos mais graves para a economia nacional mexicana. A inflação subiu exorbitantemente e a consequente perda do poder aquisitivo da maioria da população do país foram marcas deixadas pela crise.

Em meio a crise, o turismo é tratado mais uma vez como uma atividade prioritária no processo de planejamento de desenvolvimento econômico pelo fato de “contribuye a la obtención de divisas, a la creación de empleos, al desarrollo regional y al estímulo de los demás sectores económicos, coadyuvando a la superación de la crisis que afectaba al país” (SECTUR, 1985). Como podemos observar na citação anterior o turismo constitui ferramenta fundamental para o desenvolvimento mexicano pelo menos nos conteúdos dos planos e programas que sistematizam o planejamento e gestão desta atividade no referido país.

É necessário destacar que a partir da década de 80 o governo federal também cria programas que tem como eixo norteador a promoção da cultura relacionada ao turismo, tratando a cultura, segundo Santamaría (2009) como um produto comercial do turismo com grandes investidores interessados em lucrar à custa do patrimônio cultural mexicano.

Portanto, o enfoque mercadológico característico da globalização, em que a relação turismo-cultura não deixa de ter o mesmo enfoque convencional nos programas oficiais de governo.

Segundo Néchar, Martínez (2007, p.18):

Este fue un programa que rescató la importancia del turismo social asociado con el derecho al trabajo, el descanso recreativo, la difusión de los valores de México y reforzador de La identidad nacional; su planteamiento era coherente con los objetivos, estrategias y líneas de acción del Plan Nacional de Desarrollo. Se observa un intento de enfoque integral de control, regulación y coordinación del turismo bajo un estricto proceso de planificación e instrumentación de acciones. (NÉCHAR, MARTÍNEZ, 2007, p. 18).

Adentrando na década de 1990, é formulado o programa nacional de modernização do turismo 1991-1994 e entre seus diversos objetivos, estava o de propiciar o desempenho eficiente e competitivo nos mercados nacionais e internacionais as empresas do setor público e privado, conformando assim, uma nova cultura empresarial turística que enfrentaria responsavelmente os desafios impostos pelas nuances da globalização. O desenvolvimento do setor turístico requeria uma participação crescente dos setores privado e social, e de que estas empresas se incorporassem efetivamente ao desenvolvimento socioeconômico das regiões onde operassem.

De acordo com a SECTUR (2010), no final da década de 90, surge mais um plano de desenvolvimento do turismo 1995-2000, que indicava esta atividade como uma opção mais rápida e viável de geração de emprego. Associado a isto, se pretendia também explorar mais efetivamente os recursos naturais paisagísticos mexicanos. Portanto, o objetivo central deste último plano da década, pelo menos no discurso, era de fortalecer a competitividade e a sustentabilidade dos produtos turísticos mexicanos para convergir na geração de emprego, captação de divisas e fomento ao desenvolvimento regional.

Já na década de 2000, é criado mais um plano intitulado “*El Plan Nacional de Desarrollo*”, que se baseou em quatro critérios: inclusão, sustentabilidade, competitividade e desenvolvimento regional. Foram criadas também cinco normas para ação governamental: cumprimentos das leis que regem o turismo, governabilidade democrática, federalismo, transparência e prestação de contas à sociedade. Este plano seguiu na verdade as mesmas premissas do plano anterior, porém dando uma maior ênfase às questões que envolvem a sociedade como se lê a seguir:

Fortalecer los âmbitos familiares para que sean el motor de la convivencia y la solidaridad social. Impulsar programas y políticas públicas que fomenten la diversidad social de México, apoyado en actividades que propicien la cohesión social. Por otro lado, impulsar la vocación social de la cultura por medio de la participación organizada y diversa de la sociedad, así como también, promover la vinculación entre los sectores de educación y cultura. Y finalmente, fortalecer, ampliar la infraestructura y la oferta cultural en todo el país, basándose en el impulso a la democracia, el libre acceso a servicios y bienes culturales por parte de los grupos minoritarios. (SANTAMARÍA, 2009, p.5).

Uma de suas estratégias foi promover o desenvolvimento e a competitividade, em que o fortalecimento do desenvolvimento econ mico interno era fundamental, proporcionando o acesso aos bens e serviços para a população em geral. Enfatizou-se também o apoio a pequenas e m dias empresas mexicanas que fomentassem tanto os valores como o crescimento socioecon mico do México. Assim:

Se buscar  desarrollar y fortalecer la oferta turística para consolidar los destinos turísticos tradicionales y diversificar el producto turístico nacional, aprovechando el enorme potencial con que cuenta México en materia de recursos naturales y culturales. (PLAN NACIONAL DE DESARROLLO, 2001-2006, p.148).

Um dos elementos a destacar nesta política, é o turismo mais uma vez como fio condutor para a busca e o fortalecimento de destinos turísticos tradicionais e diversificação do produto turístico nacional. Desta forma h  o aproveitamento do enorme potencial natural e cultural do México, como se pode observar no Plan Nacional de Desarrola (2001-2006, p.121):

Desarrollar una infraestructura y oferta culturales de acuerdo con las nuevas necesidades de la población, estrechar los lazos que existen entre educación y cultura, fomentar el turismo y la cultura, fortalecer el sistema federal mediante La asignación de recursos o marcos normativos transparentes, estableciendo además, una comunicación con los estados y municipios y la sociedad organizada, de forma horizontal, directa y continua.

O turismo pode ser considerado como uma alternativa para as regi es pouco desenvolvidas. As zonas mais pobres do país se localizam no sul e   precisamente nesta por  o do espaço mexicano, onde o Estado tem procurado realizar com mais eficácia os planos de desenvolvimento turístico. Contudo, n o h  um dialogo com as instancias de poder estadual e municipal, pois o que sempre está bem claro no discurso   a competitividade internacional e não o desenvolvimento local.

No ano de 2007 foi publicado no Diário Oficial da Federação o Plano Nacional de Turismo para o período 2007-2008. Nele, nos chama a atenção os seguintes aspectos: para enfrentar os desafios, objetivos e metas que têm sido levantados no Plano do Governo Federal

Nacional de Desenvolvimento 2007-2012, o Ministério do Turismo e seus órgãos setorializados realizou uma revisão do que foi feito e o que não foi feito, o que é necessário fazer e como fazê-lo. Buscou-se também a colaboração de diferentes formas como os demais agentes públicos e privados, para alavancar ainda mais o ‘desenvolvimento’ do turismo no México. O intuito se deu no sentido de potencializar os seus avanços alcançados no período de 2001-2006 e incorporar novas abordagens e ferramentas que fomentassem a potencialização proposta.

A SECTUR ainda reconhece que um dos seus maiores desafios é a concordância com as demais políticas públicas. A problemática da concordância envolve pelo menos 14 organismos públicos que estão vinculados, principalmente, investimento em infraestrutura e equipamento, segurança pública, uso público do patrimônio natural e cultural, entre outras questões. A falta de coordenação, assim como as lacunas de regulamentação jurídica relacionada ao desenvolvimento de alguns setores do turismo, entre outras questões, se faz necessário resolver.

Esta edição do Plano Nacional de Turismo envolve em seu conteúdo os estados e municípios, além dos setores de representação da sociedade civil e setor privado que sempre esteve inserido nos programas governamentais. Há também a necessidade de atualizar as políticas regulatórias da atividade inserindo temas como meio ambiente, saúde, trabalho, igualdade de gênero, entre outros. Com estas ações, é possível aumentar ainda mais a competitividade e caminhar para o desenvolvimento sustentável, conforme se lê abaixo:

El Plan asume como premisa básica la búsqueda del Desarrollo Humano Sustentable; esto es, del proceso permanente de ampliación de capacidades y libertades que permita a todos los mexicanos tener una vida digna sin comprometer el patrimonio de las generaciones futuras. (PLAN NACIONAL DE DESARROLLO, 2007, p.27).

O Plano Nacional de Desenvolvimento (2007-2012) foi construído com o objetivo de lograr uma economia nacional competitiva, produtiva, eficiente e geradora de empregos nos moldes da globalização. Portanto, o objetivo central para o setor do turismo na escala nacional é:

Hacer de México un país líder en la actividad turística a través de la diversificación de sus mercados, productos y destinos, así como del fomento a la competitividad de las empresas del sector de forma que brinden un servicio de calidad internacional. [...] Nuestras familias y nuestro patrimonio están seguros, y podemos ejercer sin restricciones nuestras libertades y derechos; un país con una economía altamente competitiva que crece de manera dinámica y sostenida, generando empleos suficientes y bien remunerados; un país con igualdad de oportunidades para todos, donde los

mexicanos ejercen plenamente sus derechos sociales y la pobreza se há erradicado; un país con un desarrollo sustentable en el que existe una cultura de respeto y conservación del medio ambiente; una nación plenamente democrática en donde los gobernantes rinden cuentas claras a los ciudadanos, en el que los actores políticos trabajan de forma corresponsable y construyen acuerdos para impulsar El desarrollo permanente del país; una nación que ha consolidado una relación madura y equitativa con América del Norte, y que ejerce un liderazgo en América Latina”. Las acciones y gasto del gobierno en el sector turismo deben contribuir a que los mexicanos mejoren sus condiciones de vida.((PLAN NACIONAL DE DESARROLLO, 2007, p.119).

De acordo com o exposto o discurso empregado nas políticas de fomento ao turismo envolve uma sedutora argumentação de promoção ao desenvolvimento da população mexicana e o respeito aos aspectos ambientais e culturais do país. Conforme Aguilar y Escamilla (2009), o desenvolvimento fica apenas na esfera do discurso, pois a população mexicana não usufrui dos benefícios advindos do turismo. Cidades, lugarejos e povoados que são considerados destinos turísticos do México possuem sérios problemas de ordem socioeconômica, a exemplo da deterioração ambiental, escassez de serviços básicos para a população, além do índice de pobreza no país que ainda é expressivo. Contudo, ao mesmo tempo em que se dissemina o discurso do desenvolvimento, é propalado o discurso da competitividade do turismo mexicano frente a outros destinos internacionais. Este na verdade é o real objetivo das políticas de fomento ao turismo.

A política de competitividade trouxe resultados satisfatórios no tangente ao contexto da globalização, pois o México ficou entre os oito destinos mundiais mais procurados por turistas estrangeiros. No ano de 2004 o país foi visitado por 20 milhões e 618 mil turistas. Até o ano de 2011, segundo a SECTUR (2011) ainda continuou entre os dez destinos mais procurados e representou 9% do PIB, sendo a terceira fonte de divisas mais importante do país.

A expectativa da SECTUR é de que em 2018 o México se torne o quinto destino mais cobiçado do mundo pelos visitantes estrangeiros (SECTUR, 2011). Cabe ressaltar que no ano de 2011 a SECTUR registrou uma cifra histórica em número de visitantes nacionais e estrangeiros, já que aproximadamente 190 milhões de turistas visitaram os atrativos naturais e culturais mexicanos. Foi o maior número de visitantes já registrados no país. Por este motivo, 2011, como parte do plano estratégico, foi decretado como o “ano do turismo no México”, salientando que este ano foi eleito o ano da comemoração da independência mexicana e por este motivo foram feitas fortes campanhas publicitárias para a promoção do país em relação aos aspectos socioeconômicos. Fazem parte da rota do turismo internacional mexicano:

Acapulco (Guerrero), Cancún e Cozumel (Quintana Roo), Distrito Federal (Estado de México), Guadalajara, Ixtapa-Zihuatanejo (Guerrero), León (Guanajuato), Los Cabos (Baja California Sur), Mazatlán (Sinaloa), Oaxaca (Oaxaca); Puebla (Puebla), Puerto Vallarta (Jalisco), Tijuana (Baja California Norte) e Veracruz (Veracruz).

Diante do exposto surgem as seguintes indagações: o que ocorre com o desenvolvimento dos estados, províncias e municípios no México? Os lucros gerados pelo turismo têm de fato contribuído para o desenvolvimento dos estados mexicanos, e consequentemente das comunidades receptoras envolvidas com o TBC? No decorrer da explanação sobre a política de turismo no México, o conteúdo sempre está voltado para a competitividade, a geração de divisas, a consolidação e modernização do setor turístico para atender as demandas dos turistas estrangeiros, tal qual como acontece no Brasil.

O México é uma das principais lideranças em termos de atrativos e visitação turísticas, gerando cifras milionárias. Todavia, a população mexicana, sobretudo aquela que vive em pequenas comunidades inseridas nas rotas procuradas pelos visitantes estrangeiros, não usufruem dos benefícios financeiros advindos das políticas de fomento ao turismo. Para ilustrar análise feita, tomaremos como exemplo duas comunidades mexicanas: San Pedro Atlapulco, localizada no Estado de México, porção central do país; Puerto Morelos, localizada no estado de Quintana Roo, sudeste mexicano.

3.2 Políticas de planejamento do turismo no Estado de México e no estado de Quintana Roo

O Estado de México apesar de ter uma forte vocação industrial e comercial, abarca em seu território recursos naturais e culturais com grande potencial para a prática do turismo. A política de turismo promovida pelo poder público tem favorecido alguns destinos turísticos como Valle de Bravo, Ixtapan de La Sal e Malinalco, que a partir de investimentos na infraestrutura e equipamentos turísticos vem conseguindo atrair muitos visitantes tanto nacionais como estrangeiros.

Por outro lado, são deixados de lado projetos que envolvem as pequenas comunidades campesinas e indígenas que têm a posse coletiva do seu território e a articulação de interesses comuns e que vêm desenvolvendo a atividade como caminho para alcançar a qualidade de vida de seus habitantes sem efetiva inclusão de investimentos por parte do Estado.

É fato que, no México a pobreza e a marginalização seguida da exclusão social de comunidades com o modo de vida tradicional são fatores que a cada dia dificulta a sobrevivência deste segmento da sociedade. Fortalece, outrossim, a busca por parte dos sujeitos locais por alternativas econômicas, que muitas vezes podem fazer com que estes sujeitos se desapeguem do seu território, abandonando suas terras, para se converterem em prestadores de serviços que exigem uma baixa qualificação em grandes centros urbanos, o que segundo Cruz-Coria; Zizumbo Vellarreal (2012) inclui a migração para os Estados Unidos.

Ao incluir no conteúdo a sustentabilidade do desenvolvimento turístico é no sentido de dar um caráter humano aos esforços neoliberais do crescimento econômico aos quais se encontram vinculados o Estado. Portanto a política turística nesta perspectiva, está longe de ser uma alavanca impulsionadora de projetos que relacione o crescimento econômico ao fortalecimento dos valores socioculturais e o uso adequado dos recursos naturais, assim como a participação das comunidades receptoras. O que tem ocorrido é um uso intensivo das riquezas socioculturais e naturais, convertendo a cultura dos povos tradicionais em um produto turístico a mais. O caráter humano fica limitado ao conteúdo exposto nas políticas de planejamento do turismo.

O Estado de México, por exemplo, entre 2005 e 2011, já recebeu vários programas de desenvolvimento turístico como: “Pueblos Mágicos” no qual foram incluídas as seguintes localidades do Estado de México- Malinalco. Tepetzotlán e Valle de Bravo. Segundo a SECTUR (2012):

Un “**Pueblo Mágico**” es una localidad que tiene atributos simbólicos, leyendas, historia, hechos trascendentes, cotidianidad, en fin MAGIA que emana en cada una de sus manifestaciones socio - culturales, y que significan hoy día una gran oportunidad para el aprovechamiento turístico. Es claro que sus repercusiones rebasan con mucho la idea de mejorar la imagen urbana y se inscriben en la necesidad de conjuntar esfuerzos para convertirlos en detonadores de la economía local y regional. El turismo y el flujo de visitantes, produce resultados sorprendentes en comunidades de gran fuerza cultural y entornos urbanos y naturales de gran impacto. (SECTUR, 2012, s/p, grifo nosso).

A ênfase aos aspectos socioculturais como potencializador da atividade turística, além do conteúdo que valoriza a produção de resultados positivos da inserção do turismo na comunidade se assemelha a alguns trechos do conteúdo empregado na política de turismo no Brasil, assim como se assemelha também a sua não efetivação.

Ainda segundo a SECTUR, os objetivos do programa são: estruturar uma oferta turística complementar e diversificada para o interior do país, baseada fundamentalmente nos atributos histórico e cultural de lugares singulares; aproveitar a singularidade dos lugares para a geração de produto turístico baseado nas diferentes expressões da cultura local, artesanato, festas e gastronomia, entre outros; como o de aventura, esportes radicais, o ecoturismo, a pesca desportiva entre outros que tenham um grande significado para a realização de outras atividades turísticas dentro do território eleito.

Ainda fazem parte dos objetivos valorar, consolidar e/ou reforçar os atrativos das localidades com potencial e atrativos turísticos, fomentando os fluxos visitantes que gerem: maior gasto em benefício das comunidades receptoras, assim como a criação e/ ou modernização de negócios turísticos locais; que o turismo local se constitua em uma ferramenta de desenvolvimento sustentável para as comunidades incorporadas no programa (figuras 5, 6, 7 e 8); que as comunidades receptoras das localidades participem e aproveitem e se beneficie do turismo como uma atividade rentável, como opção de negócio, de trabalho e de modo de vida (SECTUR, 2012).

Figuras 5 e 6 - Valle de Bravo-Pueblo Mágico



Fonte: GOMES, R.C. S. (abril / 2012).

Figuras 7 e 8 - Malinalco/Estado de México

Fonte: GOMES, R.C. S. (abril / 2012).

Seguindo a mesma linha de consumo da cultural local é elaborado também o Programa Regional “En el Corazón de México”, criado com a intenção de consolidar diversos destinos do México central (Distrito Federal/Estado de México, Guerrero, Hidalgo, Morelos e Tlaxcala), para alcançar níveis de qualidade que satisfaçam a demanda turística (SECTUR, 2010)

Outro programa e dessa vez promovido pela Secretaria de Turismo do Estado de México foi o intitulado “Pueblos con Encanto del Bicentenario del Estado de México”, elaborado com o objetivo de celebrar o bicentenário da independência. Este é definido como um programa de reconhecimento a localidades que conservam sua riqueza cultural e histórica mostrando a sua autenticidade, encanto ancestral e caráter pitoresco.

O programa objetivou consolidar destinos dessa rota com uma maior qualidade; integrar a sociedade criando órgãos de opinião e consulta; assegurar o compromisso da comunidade receptora. Em 2009 o mesmo contava com 18 destinos e em 2011, 17 destinos estavam pendentes de avaliação para serem inseridos nos programas. Metepec, Amonalco, Aculco, El Oro, Ixtapan e Otumba são exemplos (SECTUR, 2010). E por ultimo o denominado “Programa Regional de Desarrollo Turístico del Corredor Teotihuacán-Acolman-Otumba-Axapusco-Nopaltepec-San Martin de las Pirâmides” (FONATUR, 2007).

O propósito do último programa foi o de estabelecer uma estrutura que orientasse e assegurasse o aproveitamento ordenado dos atrativos culturais e naturais da região que comporta o patrimônio arqueológico de Teotihuacán (figuras 9 e 10); revalorizar o patrimônio cultural de antigos conventos, antigas fazendas e monumentos artísticos para a incrementação tanto do número de turistas estrangeiros e nacionais, como assegurar a sua estadia e

consequentemente os lucros advindos de tais incrementos; melhorar o entorno das vias de acesso, a imagem urbana e ordenamento dos territórios eleitos para o referido programa.

Figuras 9 e 10 - Patrimônio arqueológico de Teotihuacan



Fonte: GOMES, R.C. S. (março / 2012).

Contudo, apesar do evidente interesse exposto no conteúdo de tais políticas em atrair maiores investimentos para os territórios turísticos mexicanos, é importante frisar que se tomem a cabo os outros princípios fundamentais do desenvolvimento, de forma que a efetiva incorporação dos sujeitos locais nas políticas públicas voltadas para o turismo os localize como os principais beneficiados do desenvolvimento turístico para garantir de fato proteção do patrimônio cultural e natural destes territórios. Isto porque, conforme Cruz-Coria e Zimzum Villarreal (2012) com base nestas ações empreendidas pelo governo do Estado de México para impulsionar o turismo no ambiente da valorização dos aspectos socioculturais, fica claro que o discurso, nos leva a acreditar que o turismo na vertente citada permitirá às comunidades sua efetiva inserção no turismo, embora conforme salienta as autoras a sua materialização se dá de maneira distinta da pregada nos discursos.

O apoio concedido às comunidades é muito menor em comparação os estímulos econômicos investidos nas grandes companhias nacionais e internacionais que fazem parte do turismo nos moldes convencional, sobretudo nos destinos que são de interesse do mercado.

As políticas destinadas para o fomento ao turismo, trazendo a etiqueta de “fortalecimento das bases locais por meio da promoção ao turismo cultural”, na verdade usam o forte potencial das comunidades como um importante marketing para interesses que

favorecem aqueles que promovem tais políticas. Essa renovada imagem tem o poder de atrair um grande número de visitantes que são instigados pelo “tradicional” do lugar – o que há de diferente, por exemplo, para que determinados territórios façam parte dos chamados “Pueblos con Encanto Bicentenário”.

Cruz-Coria e Zimzumbo Villarreal (2012) alegam que muitas localidades que estão inseridas nestes territórios se encontram abandonadas, carentes de serviços de saneamento básico e comporta uma população que vive excluída dos benefícios econômicos gerados pelos programas de turismo, a exemplo do município de Metepec. Este é apenas um exemplo das distorções que está nas entrelinhas da implementação dos programas.

Indo na contra corrente das políticas de turismo convencionais mascaradas pelo discurso do sustentável, há o outro lado da moeda que é composta pelas comunidades excluídas dos benefícios econômicos e que lutam para encontrar formas de se sobressair frente ao processo de exclusão. São comunidades conhecedoras da importância de seus recursos naturais formadores da paisagem do território cotidiano. São conscientes também da riqueza cultural que conforma e marca os seus territórios e que, a partir deste conhecimento, têm buscado na atividade turística, formas de melhorar a qualidade de vida, a exemplo da comunidade de San Pedro Atlapulco, como veremos no último capítulo desta tese.

Já no estado de Quintana Roo, o turismo iniciado mais efetivamente na década de 1970, se dá de forma diferente da mencionada no Estado de México. No início do século XX, as atividades produtivas na Península de Yucatán, se realizavam de maneira precária ou se encontravam em pleno abandono, exceto a produção de *henequén* (planta nativa desta península) que se manteve fortalecida até o final da Segunda Guerra Mundial. Depois de várias tentativas de implantação de atividades econômicas sem sucesso no início da década de 1970, o turismo se configurava como uma promessa no âmbito econômico que conseguiria atrair o desenvolvimento e propiciaria o círculo exitoso da reativação de outras atividades produtivas complementares. Diante desta situação, o FONATUR (1988, p.24) aponta que:

Evidentemente, la zona requería un detonador económico y la creación de un centro turístico integral parecía, por múltiples razones la mejor alternativa. [...] El ramo turístico abriría la posibilidad de competir en el creciente mercado caribeño, ofreciendo una doble alternativa: la belleza del entorno natural y el esplendor de la cultura Maya.

Como alvo para o desenvolvimento turístico, o Estado voltaria a sua atenção para o litoral do Quintana Roo, que por muitas décadas foi deixado de lado no que diz respeito à efetivação de políticas públicas ligadas ao desenvolvimento territorial.

Cruz-Coria; Zizumbo Villarreal (2012) afirmam que os antecedentes do turismo em Quintana Roo remontam para o ano de 1950, quando os Estados Unidos estabelecem em Cozumel um aeródromo (aeroporto de pequeno porte) de interesse geopolítico, que é também aproveitado por alguns visitantes turistas. Em 1959 foi construída a estrada que liga a península de Yucatán ao restante do país. Assim, pequenos empresários começaram a construir alguns hotéis tanto em Cozumel como em Isla de Las Mujeres. Estes lugares, na verdade se constituem como os precedentes do turismo em Cancun, cujo primeiro hotel foi construído em 1974.

Diante deste panorama, o desenvolvimento turístico começa assim, a impulsionar ações políticas de grande transcendência e a atrair grandes investimentos. Para tanto foi oportuno para o Governo decretar Quintana Roo como novo estado livre e soberano, assim como a constituição do novo município – Benito Juárez. Tais atitudes foram providenciais para o fomento ao turismo nesta área.

Conforme Xacur (2000), todo este processo se sucedeu no ano de 1974 e a partir daí se delineava uma clara diretriz para o desenvolvimento do turismo de sol e praia em Quintana Roo, que por sua vez possui a maior extensão de litoral do Caribe mexicano. Tal foi a importância do turismo em Quintana Roo, que na atualidade, o crescimento populacional aumentou significativamente em Benito Juárez, município que aloja a comunidade de Puerto Morelos, (alvo desta pesquisa) e também da conhecida internacionalmente Cancun na qual foi construída o primeiro centro de turismo do país.

Entre as décadas de 1970 e 1980, o turismo na região é consolidado em Cancun que passa a ser consagrado como o maior centro turístico do país. Este centro emergiu nos moldes de políticas de criação de polos de desenvolvimento regional. No início da década de 1980 se intensificou a construção de hotéis em Cancun (figuras 11 e 12), como também a construção de parques temáticos financiados pelo Estado, como Xel-Há y Xcaret. Até o final da década de 1980, Cancun se configurou como o único centro urbano desta região e os demais lugares do litoral se limitam a chalés, campings e pequenos hotéis de perfil popular.

A partir dos anos de 1990 esta região onde se localiza Quintana Roo passa por importantes transformações influenciadas pelas políticas econômicas do Plano Estatal de Desenvolvimento correspondente ao período entre 1993-1999, a exemplo do crescimento populacional em virtude de melhoria socioeconômica em algumas áreas da região.

Figuras 11 e 12 - Cancun - México

Fonte: GOMES, R.C. S. (Junho/2012).

Enquanto Cancun se delineava como um centro de turismo massivo cada vez mais especializado em receber voos fretados, trazendo em sua grande maioria, adolescentes estadunidenses para celebrar suas formaturas nas famosas boates (figuras 13 e 14) outros destinos são pensados para um turismo mais elitizado, e ao mesmo tempo mais próximo da natureza.

Figuras 13 e 14 - Noite em Cancun

Fonte: GOMES, R.C. S. (Junho/2012).

É criada, portanto a chamada região da “Riviera Maya” com uma extensão que vai de Cancun até Tolúm. No ano 2000 se inicia o desenvolvimento da chamada “Costa Maya” (figuras 15 e 16), no sul do estado cujo centro é Majahual.

Figuras 15 e 16 - Costa Maya- México



Fonte: <http://zonamaya.groo.gob.mx/>, acessado em 12/02/2013

Como consequência deste processo de desenvolvimento do turismo, em apenas 30 anos a estrutura produtiva de Quintana Roo sofreu transformações a exemplo da estrutura populacional que sofreu uma redistribuição mais equitativa. Em 1970 a região setentrional do estado abrigava 22.10% da população do estado, no ano de 2000 concentrou 65.74 % devido a forte corrente migratória que o Estado recebeu. (SICDGE,1970; INEGI, 2000). O estado de Quintana Roo é uma das zonas que possui o maior fluxo de turista, contando com atrativos turísticos como zonas arqueológicas, parque recreativo, praias, ilhas, ecossistemas costeiros como barreira de arrecife, uma das maiores do mundo, entre outros atrativos. Neste estado, o turismo representa quase 50% do seu PIB Altés, C, *et al* (2006), é a unidade federativa que proporcionalmente acolhe a maioria de novos residentes e quase a metade de seu crescimento demográfico anual corresponde a migração territorial da população que é atraída pelas oportunidades de empregos e negócios que está relacionado ao turismo. Os hotéis da cidade de Cancun (figuras17 e 18) em particular são do tipo “*Grand Turismo*”, os quais contam com todos os serviços e comodidades que o turista necessita, a exemplo de campos de *golf*, *spas*, entre outros.

Figuras 17 e 18 - Zona hoteleira de Cancun- México



Fonte: GOMES, R.C. S. (Junho/2012).

Em contrapartida, o estado de Quintana Roo, segundo os dados do Conselho Nacional de População (CONAPO) conta com 21,6% da população em condições de pobreza, tem o maior número de residências sem energia elétrica (15,95%), sem sistema de abastecimento de água encanada (38,3%), 45 mil analfabetos. A população com esses traços socioeconômicos se localiza a apenas alguns quilômetros da zona a qual é destinado milhões de dólares para a recuperação de empreendimentos hoteleiros em Cancún.

A situação das populações que habitam as áreas rurais no México é desigual em comparação com as áreas urbanas. Os contrastes de riqueza e pobreza no México, assim como no Brasil é um traço comum entre ambos os países. Se bem que os Planos Nacionais de Desenvolvimento e o Programa Nacional de Turismo sempre enfatizam a preocupação com os menos favorecidos, pregando igualdade de oportunidade e desenvolvimento econômico do país. Conforme se ler nos artigos 3 e 4 da Ley de Turismo del estado de Quintana Roo, (2010):

IX Programa de Ordenamiento: El Programa de Ordenamiento Turístico del Territorio del Estado, considerado el Instrumento de la política turística bajo el enfoque social, ambiental y territorial, cuya finalidad es conocer e inducir el uso de suelo y las actividades productivas con el propósito de lograr el aprovechamiento ordenado y sustentable de los recursos turísticos, de conformidad con las disposiciones jurídicas aplicables en materia de medio ambiente y asentamientos humanos. [...] XIX. Turismo Sustentable.- Aquel que cumple con dar un uso óptimo a los recursos naturales aptos para el desarrollo turístico, ayudando a conservarlos; aquel que respeta la autenticidad sociocultural de las comunidades anfitrionas, conservando sus atractivos culturales, sus valores tradicionales y arquitectónicos; y aquel, que asegura el desarrollo de las actividades económicas viables, que obtengan beneficios socioeconómicos, entre los que se cuenten oportunidades de

empleo y obtención de ingresos y servicios sociales para las comunidades anfitrionas, que contribuyan a mejorar las condiciones de vida.

Assim como no Brasil, as leis são bem fundamentadas e evidenciam uma preocupação com as questões de cunho socioeconômico, cultural e ambiental. As leis são criadas para serem cumpridas no sentido de buscar uma convivência mais equilibrada entre os grupos sociais que perfazem a sociedade. Na lei externada acima, verifica-se uma preocupação em atrelar o turismo ao desenvolvimento local tendo como fio condutor a sustentabilidade em suas diversas dimensões. Contudo, de acordo com as reflexões já postas envolvendo estudiosos que analisam o turismo no México, o distanciamento entre o conteúdo e sua aplicabilidade, ainda permeia a relação entre sociedade civil e aqueles que estão à frente do Estado.

Segundo Altés, C, *et al* (2006) a realidade é muito destoante do que está estabelecido na lei, pois a sustentabilidade em todas as suas dimensões desde a ambiental, até a social consubstancia apenas o conteúdo e não a prática do processo. Não há uma conexão coerente entre as esferas federal, estadual e municipal no sentido de promover e garantir a melhoria de vida das populações de Quintana Roo.

O que foi privilegiado nos planos de desenvolvimento foi um crescimento acelerado da atividade econômica, em detrimento do real desenvolvimento regional. É claro que a estrutura turística implantada em Quintana Roo gera muita riqueza para o país, porém esta não é revertida para as regiões promotoras de tal riqueza. A sua concentração está nas mãos de poucos, prevalecendo, portanto, interesses pessoais ou de grupos, frente aos interesses sociais.

3.3 Políticas de fomento ao turismo no Brasil e no México

A América Latina é receptora e emissora de turismo e, em muitos países a atividade representa a maior percentagem de exportação total de bens e serviços. O principal destino é o México. Na América do Sul, o Brasil é um dos destaques, ocupando a quarta posição enquanto destino de consumo no ano de 2010 (OMT, 2011).

No contexto geral, o turismo adquiriu status na economia mundial a partir da década de 1970, como o modelo de sol e praia em grandes polos receptores costeiros como Cancun, Playa de Carmen, Conzumel e Acapulco /México, praias do Sul e sudeste do Brasil assim como do nordeste. Isto posto afirmamos que o turismo faz-se importante na vertente das políticas públicas e privadas, exercendo um papel preponderante na urbanização de lugares de destinos internacionais. Esta atividade constrói ainda territórios em função do turista e não do

residente, gerando assim desigualdades territoriais de infraestrutura urbana, alocadas pelo Estado, a exemplo de Cancun e Cozumel, no México; Salvador e Fortaleza, no Brasil.

O turismo é explicado por diferentes abordagens como vimos nos capítulos anteriores e nelas, faz-se necessário destacar o papel do espaço geográfico para a reprodução da atividade. Segundo Coriolano (2006) a atividade turística carrega um peso ideológico tão grande que arrasta consigo outras atividades, como o lazer dos sujeitos locais das comunidades receptoras. A autora ainda alega que em países, lugares e comunidades com vulnerabilidades socioeconômicas também há lutas da população local para entrar nos circuitos turísticos em busca do sonhado desenvolvimento, de que se espera mais do que se pode.

Corroborando com Coriolano (2006), afirmamos que a política pública de fomento ao turismo no México e no Brasil, está orientada para a implementação de ações que permitem o fortalecimento da competitividade dos destinos turísticos mais importantes, particularmente, os situados na zona litorânea como Cancún, Puerto Vallarta, ou Acapulco-México e Fortaleza, Bahia, Rio de Janeiro/Brasil, que vão se ajustando às imposições internacionais e à exigências de mercado globalizado.

A construção de equipamentos e implementação de serviços necessários ao atendimento à crescente demanda de visitantes é resultado de parcerias políticas com órgãos de governança global, a exemplo do FMI que, essencialmente, modificam realidades de territórios de pequenas comunidades latino americanas.

Dessa forma, ao aprofundar esta temática, ajuda a explicar o turismo em suas variadas dimensões. Sobretudo, porque, Brasil especificamente no estado de Sergipe, localizado na região Nordeste, as políticas de turismo têm sido produzidas de forma contraditória, e segundo os jogos de interesses, que atendem a grandes empreendedores da cadeia da atividade turística, promovem resistências em territórios formados por pequenas comunidades ou muitas vezes a desterritorialização destes.

Estudiosos mexicanos a exemplo de Córdoba e Fuentes (2003, p. 119-120) também refletiram sobre os efeitos possíveis do turismo no mundo globalizado quando afirmam que:

Las relaciones entre turismo y desarrollo parecen indiscutibles, aunque podrían serlo si se profundiza en el concepto de desarrollo, polémica en la que no se entrará. Desde una perspectiva social, el turismo promueve serias transformaciones porque interviene activamente en la alteración de los modos de vida tradicionales y, principalmente, modifica la estructura socio-profesional [...] El turismo genera una monetarización exagerada en las sociedades donde se implanta sin que existan procesos de adaptación. Una de las manifestaciones de este problema es El encarecimiento de un suelo

que antes no tenía valor y que produce ocupaciones y apropiaciones desordenadas. Otra manifestación es la aparición de nuevas necesidades y, en consecuencia, de nuevas privaciones que pueden desembocar en los efectos más perversos del desarrollo (migraciones descontroladas, delincuencia, prostitución, etc.) en sociedades que antes tenían sus propios mecanismos de equilibrio.

Ações voltadas exclusivamente para gerar lucros, a partir da atração de visitantes para os destinos turísticos sem a preocupação com as comunidades que conformam os territórios, geram maléficis para os sujeitos que habitam esses destinos. Os malefícios são muitos e o encarecimento do solo é um destes prejuízos, considerando ainda o processo de desterritorialização. De fato quando há uma pressão muito grande proporcionada por agentes e atores que estão à frente de ações que materializam o turismo nos territórios das populações locais, estas são obrigadas a encontrar outras formas de sobrevivência e muitas vezes em outros territórios. Neste caso, que é o mais comum, turismo e desenvolvimento não fazem parte de uma vertente relacional e sim de um processo antagônico.

Analizando o tema, Castro (2006), acrescenta que o Estado é a instituição política mais importante da modernidade, responsável pela delimitação do território para o exercício do mando e da obediência segundo normas e leis estabelecidas e reconhecidas como legítimas. Dentre os vários processos pelos quais a atividade turística passou em sua evolução, é possível identificar que as próprias orientações políticas dos governos sofreram alterações significativas, levando a importantes mudanças na eleição das suas áreas de intervenção e de papel do turismo.

No México, segundo Nechar; Suárez et. al. (2008), o Estado dedicou-se ao planejamento do turismo, criando centros turísticos integrados. A partir dos anos sessenta foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento do Turismo, exercendo um papel importante na evolução desta atividade, buscando uma resposta favorável para mitigar as deficiências na economia que naquele período estava fortemente sustentada na substituição de importações. A indústria nacional produzia bens caros e de baixa qualidade e estas condições era difícil captar divisas por meio da exportação. Por este motivo o turismo foi pensado como uma forma alternativa possível para reverter o quadro no qual se encontrava o México. Pavón (2011, p.38) considera que:

Estos polos de desarrollo, que tal vez representaron los primeros intentos por integrar las políticas de desarrollo urbano con las de desarrollo económico en el país, tendieron sin embargo a reproducir las mismas contradicciones que podían observarse en los emergentes centros industriales, desde los primeros polos turísticos, en ellos se ha facilitado la segregación espacial y social. La precarización de los nuevos residentes no turistas se ha convertido en uno de

los principales problemas para su propio desarrollo, asociado a los crecientes problemas para la dotación de infraestructura y equipamiento urbano para los pobladores.

É o turismo pensado para poucos em detrimento do Bem Estar Social de muitos que configura o atual contexto. Essa é uma característica de ambos os países quando se coloca em questão uma reflexão sobre o turismo de sua legitimidade ratificadas nas políticas destinadas para o planejamento e gestão da atividade. Normatizações e legislações estatais são, algumas vezes, consideradas entraves à expansão territorial de grandes empresas, entretanto, a flexibilização na burocracia estatal, em alguns casos, facilita a ampliação da área de atuação e controle de investidores capitalistas privados de diversas atividades econômicas, inclusive do turismo.

Relacionando Estado e território, Santos (2001, p.66) mostra que a privatização de territórios denota a dominação “devorante do capital que objetiva a adaptação e reordenamento territorial às necessidades de fluidez, investindo pesadamente para alterar a geografia das regiões escolhidas”.

Assim políticas públicas associam-se às das empresas nessas investidas com instalação de pesados equipamentos turísticos em núcleos receptores de turismo promovendo mudanças socioespaciais intensas, que alteram a dinâmica territorial local. O Estado oferece infraestruturas e as empresas instalam seus empreendimentos a exemplo do que ocorre no litoral do brasileiro e mexicano com as instalações dos *resorts*.

A crescente presença do Estado na economia fez a racionalidade estatal ter o planejamento como principal instrumento de interferência. A elaboração de planos globais e setoriais permite a instituição definir e alcançar metas para fortalecer a estrutura econômica. Ainda segundo Santos (2006) o grau de eficiência estatal depende de uma série de variáveis como capacidade financeira, controle de fatores externos que afetam a economia nacional e suporte político do empresariado e demais setores sociais. Além desses, políticas fiscais, de créditos e artifícios legais que permitam o estímulo ou não de algumas atividades contempladas no plano são recursos clássicos dispostos pelo Estado para demonstrar eficácia do planejamento estatal.

O planejamento, embora seja importante instrumento de administração política e ordenamento espacial, não é para ser entendido como a salvação dos problemas sociais, inclusive dos oriundos da atividade turística. Coriolano (2007) elucida que não é o planejamento que delibera tudo, mas sim a filosofia seguida no processo. Um dos objetivos do planejamento é congregar e distribuir renda, para dar importância aos interesses de

determinados grupos sociais; no caso do turismo, para valorizar visitados ou visitantes, ou ainda para priorizar o turismo de luxo ou o comunitário. O planejamento, portanto, varia de acordo com os fins dos sujeitos envolvidos no ato do planejar.

Há ainda a expansão e marcante atuação da iniciativa privada nos territórios. Santos (2001) explica que o Estado acaba tendo menos recursos para aplicá-los ao social, não significando, entretanto, que ele seja minimizado ou ausente, mas apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante (*op.cit.* p.66). Ainda assim, o Estado destaca-se enquanto instituição legítima que detém o direito e o poder de interferência e fiscalização em todos os setores e atividades econômicas, além da competência de executar funções básicas coletivas e garantir a satisfação das necessidades da população.

Ao fazermos uma descrição analítica acerca das políticas públicas de fomento ao turismo em dois países da América Latina (Brasil e México) concluímos que são políticas que têm forte similitude no tocante ao discurso ideológico que carregam. Discurso este que está pautado no desenvolvimento do território, na valorização das potencialidades da paisagem e do modo de vida das populações destes territórios que se torna alvo de cobiça para a consolidação do turismo convencional, priorizando a infraestrutura necessária para a implantação de equipamentos hoteleiros que contemplem a necessidade do turista de massa.

Discurso que diverge também daquele que advém das comunidades, em especial, das comunidades estudadas. Isto porque cada sujeito ou agente envolvido na atividade em evidência tem foco de interesses específicos - para os primeiros, o centro é obtenção de divisas e para os outros o enfoque é humanista, baseado na solidariedade entre sujeitos locais e seus territórios. Segundo Coriolano (2006, p. 221) “ideias dominantes são divulgadas, propaladas até a formação de um discurso coletivo” Daí por que em ambos os países há a afirmação deque o turismo é gerador de emprego e renda.

Brasil e México vêm servindo como laboratório das contradições expressas nos conteúdos, discursos e práticas sobre o turismo. O conteúdo, assim como o discurso impregnado nas políticas de planejamento do turismo garante que o Estado está a caminho do desenvolvimento, e que este é o caminho certo, pois não há outro, os obstáculos deverão ser vencidos. Ainda segundo Coriolano:

Adota normas e posiciona-se a favor das empresas, com políticas indutivas da economia, similar a outros países latinos americanos, cujos discursos ratificam a proposta neoliberal, engrandecem o mercado e omitem sua missão para com a população (CORIOLANO, 2006 P. 221)

Os conteúdos e discursos estão influenciados por agentes internacionais a exemplo do Banco Mundial (BM) e BID, entre outros que ditam regras para garantir o investimento nestes países. O Banco Mundial por meio do Departamento de Desenvolvimento Sustentável promove o financiamento e execução de projetos que se ajustam as aspirações desenvolvimentistas. Do mesmo modo que o Banco Interamericano de Desenvolvimento, em que o turismo constitui um dos diversos setores por meio do qual há pretensão de avançar no cumprimento de seus objetivos de desenvolvimento econômico e social que há cerca de 40 anos tem financiado o desenvolvimento de projetos de cunho social nos ditos países em desenvolvimento como é o caso dos países em questão.

Quando estes organismos internacionais incorporam em seus discursos a ideia de comunidade e da inclusão social, o faz para se legitimar, mais que isso, para cooptar os movimentos e as resistências sociais. Assim, para Cruz (2006, p. 59) as políticas de turismo são “sistemas logísticos globais sob o comando de corporações e bancos internacionais que se sobrepõem à lógica dos governos estaduais e municipais, redirecionando-as para interesses globais, embora guardem relativamente especificidades regionais”. De fato, muitas das políticas de fomento ao turismo criadas nos países em questão estão direcionadas às exigências estabelecidas pelos órgãos de governança global. Quando nos referimos ao TBC, Estado, políticas públicas e comunidades podem construir juntos alternativas potencializadoras do desenvolvimento local.

No Brasil, ao refletirmos sobre estudos realizados envolvendo a relação TBC e comunidades receptoras, verificamos a preocupação de estudiosos sobre o fato de TBC ser para a comunidade uma atividade complementar. No México esta atividade é um híbrido, pois o TBC está tanto como uma atividade complementar, como uma atividade fundamental para a sobrevivência das comunidades, como veremos nos capítulos posteriores. Nos estudos feitos, as comunidades mexicanas estudadas, têm no turismo sua base econômica, embora em períodos antecedentes os sujeitos locais já tenham sido agricultores, pescadores, extrativistas tal qual no Brasil.

CAPITULO 4

REFLEXÕES SOBRE PAISAGEM, TERRITÓRIO TURISMO E SUBJETIVIDADE EM COMUNIDADES BRASILEIRAS E MEXICANAS

CAPÍTULO 4: REFLEXÕES SOBRE PAISAGEM, TERRITÓRIO TURISMO E SUBJETIVIDADE EM COMUNIDADES BRASILEIRAS E MEXICANAS

Os aspectos relacionais da paisagem que conforma o território turístico de comunidades latino-americanas partindo das experiências brasileiras - povoados Crasto/Santa Luzia do Itanhy, Terra Caída/ Indiaroba/Sergipe; Prainha do Canto Verde/Ceará e mexicanas- povoados San Pedro Atlapulco/Ocoyoacac/Estado de México e Puerto Morelos/Benito Juárez- Quintana/Roo serão analisados presentemente. Discorreremos sobre os aspectos socioambientais que caracterizam o território levando em consideração tanto a revisão de literatura, observação de campo, registro e levantamento fotográficos, bem como a percepção dos sujeitos locais. A intenção é subsidiar as reflexões sobre as representações construídas pelos sujeitos acerca da paisagem que conforma os seus territórios e da atividade turística que busca no substrato destes aspectos, lócus de sua materialização.

A relevância deste capítulo ainda reside no fato de que, apesar de estarmos refletindo sobre características de comunidades localizadas em países distintos, as mesmas possuem muitas similitudes no tocante a forma como o turismo é inserido, materializado e percebido pelos seus moradores. As similitudes ainda são evidenciadas nos anseios, nas angustias e problemáticas sentidas pelos sujeitos locais ao se reportarem as questões socioeconômicas e ao turismo, o que perpassa consequentemente pela efetivação ou não de políticas públicas.

4.1 Paisagem e território das comunidades Crasto e Terra Caída/ Sergipe / Brasil

O conhecimento dos diversos aspectos socioculturais e ambientais que conformam a paisagem das comunidades estudadas é fundamental para aqueles que pretendem compreender as políticas de fomento ao desenvolvimento turístico e também como estas políticas são refletidas no cotidiano dos sujeitos locais. Propomos iniciar o estudo a partir de uma breve análise da evolução histórica das estruturas relacionadas ao processo de ocupação da costa brasileira e, em particular, do litoral sergipano. Em seguida, enfatizaremos as transformações territoriais ocorridas no Litoral Sul para adentrarmos nas comunidades dos povoados Terra Caída/município de Indiaroba, e Crasto/município de Santa Luzia do Itanhy.

Comunidades estas que tiveram contato com o TBC, mesmo que de uma forma breve como é o caso de Terra Caída e em termos de projeto, como o povoado Crasto.

O litoral brasileiro com sua paisagem diversificada, é eleito como um território cobiçado para a efetivação de diversas atividades econômicas, entre as quais encontra-se o turismo. Este aspecto configura território dentro de uma multiplicidade de funções. De acordo com Moraes (1999), há, desde a presença de indústrias de grande porte, muitas vezes multinacionais, cidades dinâmicas em funções, até comunidades com o modo de vida tradicional.

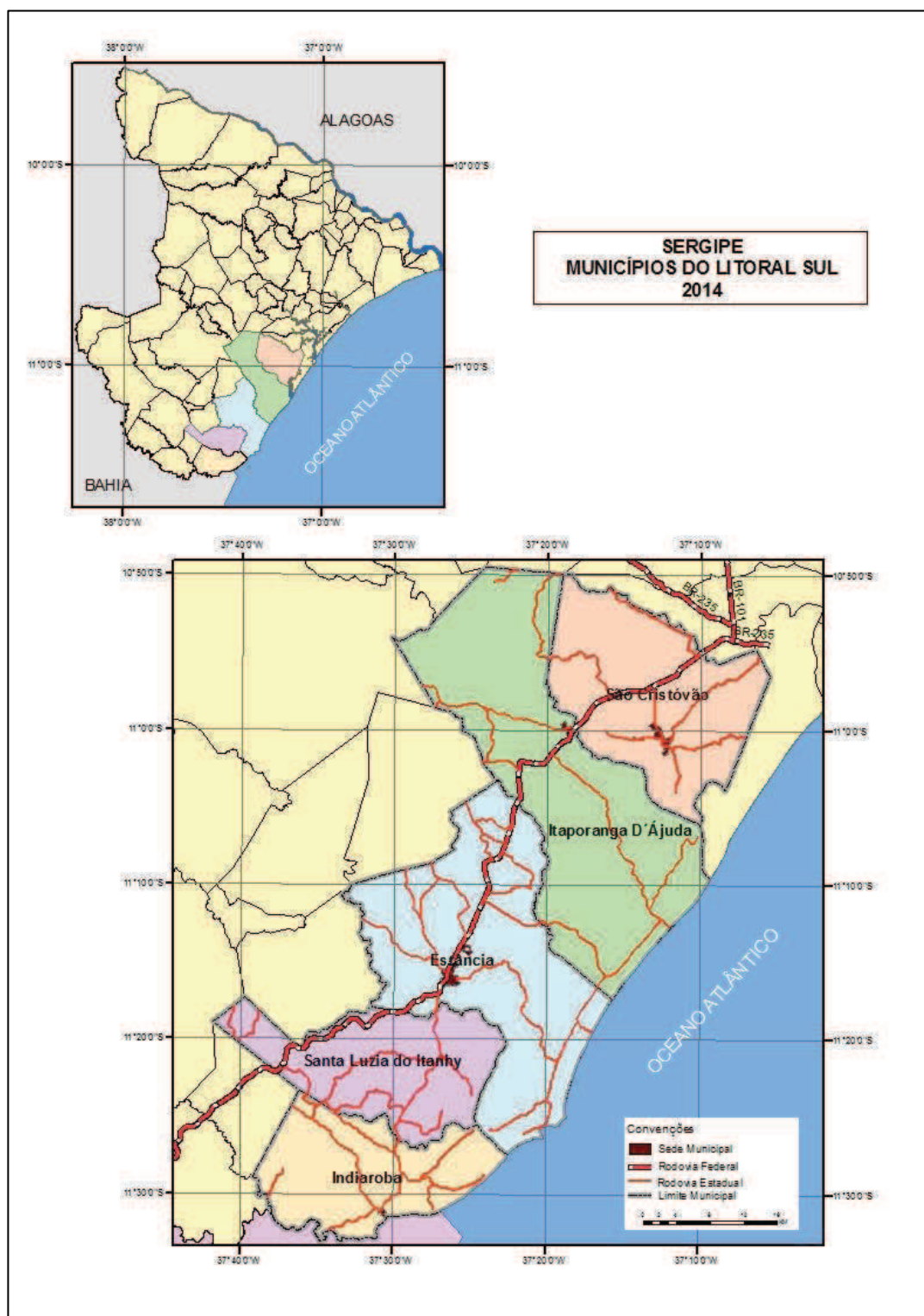
Este segmento territorial é conduzido por múltiplos vetores de desenvolvimento relacionados à industrialização, urbanização e, mais recentemente com incremento de insumos financeiros para fomentar o turismo, a partir da implementação do PRODETUR/NE, o que dinamizou consideravelmente esta atividade na região. Isto inclui loteamentos, condomínios verticais e horizontais para fins de veraneio e de equipamentos turísticos, sejam hotéis, pousadas ou resorts direcionados para o mercado turístico nacional e internacional. Segundo Diegues (2001), estes se encontram em áreas privilegiadas pela paisagem cênica.

Partindo das considerações levantadas, procuramos compreender de forma mais aprofundada o litoral sergipano, particularmente, a sua porção sul, pelo fato de, neste segmento termos encontrado a dinamicidade explicitada acima e indícios do TBC. Entendemos que há espaços em que pequenas comunidades tentam sobreviver com o seu modo de vida tradicional, o que envolve desde costumes antigos até a inclusão do turismo em seus territórios, como por exemplo, as comunidades dos povoados Saco do Rio Real, Porto do Mato, Pontal, Terra Caída e Crasto. Do mesmo modo, há espaços extremamente urbanizados e particularizados por um determinado grupo social privilegiado financeiramente, como é o caso dos veranistas que disputam territórios com a população local dos povoados citados. Há, todavia, um misto de ambas as situações, prevalecendo a territorialização daqueles que se impõem financeiramente.

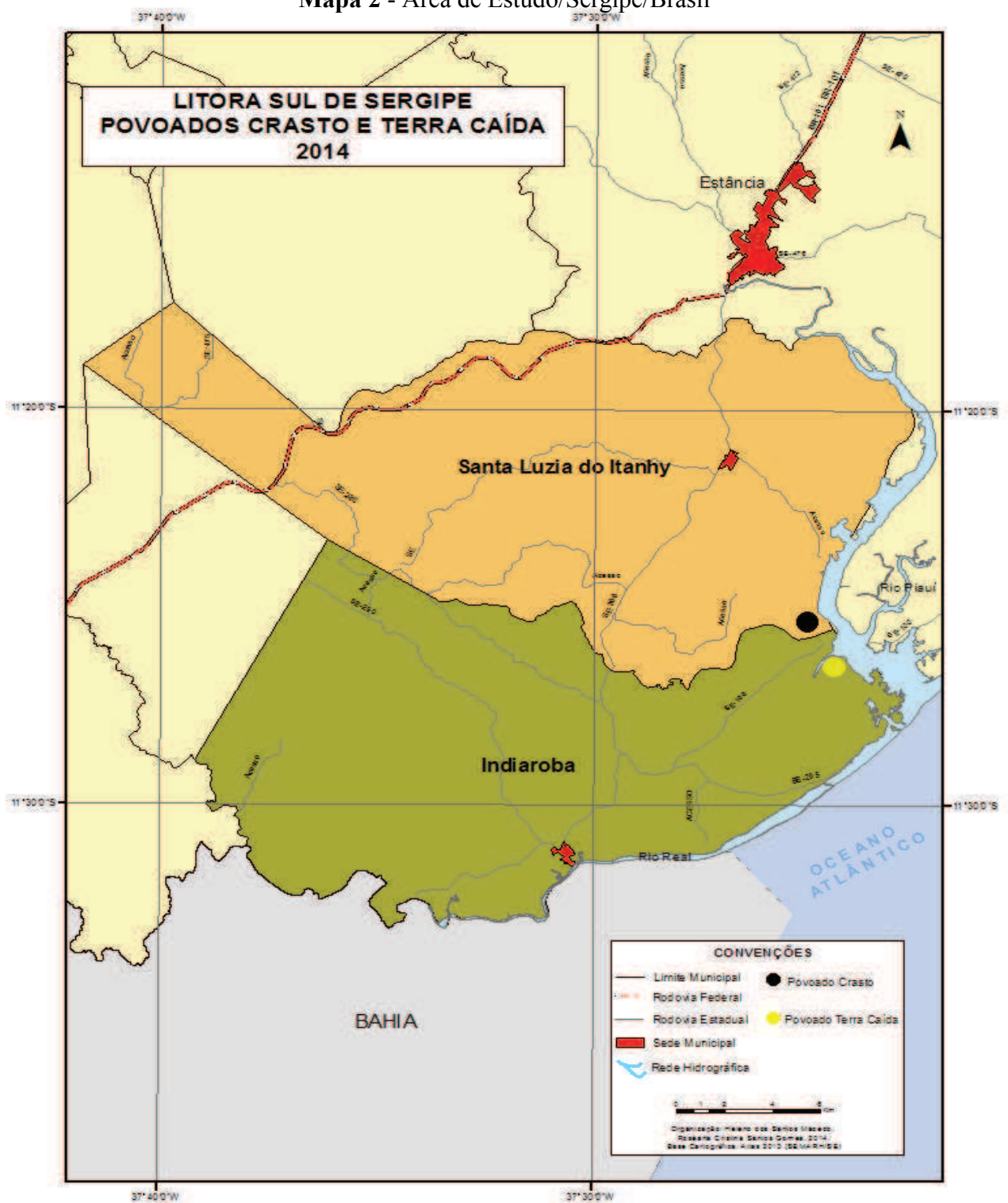
O litoral de Sergipe, localizado na região Nordeste do Brasil, tem aproximadamente 163 km de extensão e ocupa uma superfície de 5.513 Km². É constituído por vinte e três municípios classificados como litorâneos e estuarinos, conforme o Programa de Gerenciamento Costeiro – GERCO (2005). É subdividido em Litoral Norte, Centro e Sul. Este segmento espacial é relativamente pequeno, porém possui uma diversidade paisagística e territorial atrativa para o turismo.

O Litoral Sul de Sergipe é formado por cinco municípios: São Cristóvão, Itaporanga D'Ájuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy (povoado Crasto) e Indiaroba (povoado Terra Caída), conforme figura 17. Os dois últimos municípios, com os respectivos povoados se configuram como objeto de análise da pesquisa.

Mapa 1 – Municípios do litoral Sul do estado de Sergipe



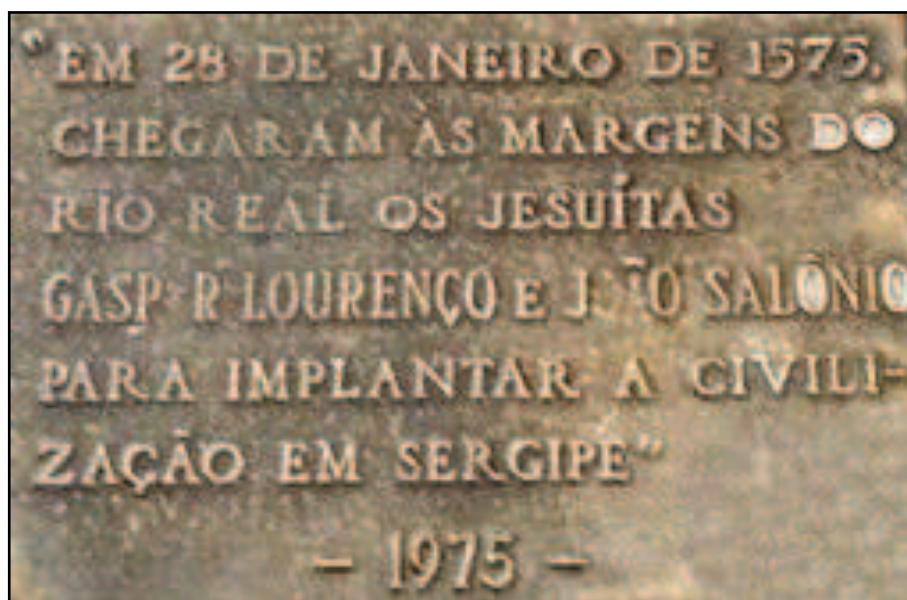
Mapa 2 - Área de Estudo/Sergipe/Brasil



Ressaltaremos as características socioambientais que compõem a paisagem do território das comunidades, no sentido de proporcionar o reconhecimento dos processos de interação dos quadros natural, socioeconômico e cultural, e de suas potencialidades e limitações. As características da paisagem e suas potencialidades foram preponderantes para o processo de ocupação do litoral sergipano e para a materialização da atividade turística.

O Litoral Sul de Sergipe antes apropriado pelos indígenas de origem Tupinambá, começou a ser apoderado pelos europeus primeiramente na porção do território hoje denominado Povoado Saco do Rio Real, no ano de 1575, a partir da chegada dos jesuítas Gaspar Lourenço e João Salônio que por sua vez, criaram uma feitoria às margens do rio Piauí, dando origem à atual cidade de Santa Luzia do Itanhy (figura 19).

Figura 19 - Placa localizada no povoado Saco do Rio Real indicando a presença dos jesuítas na localidade.



Fonte: Disponível em: <<http://www.tvcultura.com.br>>. Acessado em: 10/02/2010.

De acordo com Wanderley (1998), os religiosos aportaram no estuário de Mangue Seco, dando início ao processo de catequização dos indígenas Tupinambás. Desde então, começaram a chegar os primeiros colonos atraídos pelas imensas pastagens favoráveis à criação de gado, o que propiciou o surgimento de grandes fazendas e serviram também de subsídio para a cultura da cana-de-açúcar, principal atividade econômica do Nordeste na época. Diniz (1991), frisa que no processo de formação territorial do litoral sergipano a pecuária foi uma atividade de forte influencia em todo o litoral. No tocante a cana-de-açúcar,

sua expansão se deu em meados do século XVIII nos vales férteis dos rios Piauí, Real e demais rios da região.

A ocupação das terras sergipanas se iniciou no litoral e seguiu os cursos dos rios avançando em direção ao interior. Teve como atividade econômica inicial a pecuária, que posteriormente foi substituída pelo cultivo da cana-de-açúcar. De acordo com Vilar *et al* (2010), em decorrência da nova atividade houve um grande crescimento econômico e populacional às localidades próximas ao litoral e a Zona da Mata, formando uma nova base econômica e social.

No século XIX, com a dinamicidade da economia agroexportadora, Sergipe necessitava de uma estrutura que permitisse a viabilidade econômica do território. Assim, de acordo com Fonseca; Vilar *et al* (2010) foram construídos canais artificiais ao longo dos estuários permitindo a interligação das bases econômicas deste estado. Destaca-se ainda de acordo com os autores a relevância da construção de canais artificiais de conexão fluvial no século XIX e início do século XX que facilitavam a comunicação entre áreas nucleares do espaço litorâneo. Vilar *et al* (2010, p.48) ressaltam ainda que:

Com o domínio dos meios de transporte terrestre, num primeiro momento a ferrovia e posteriormente com as rodovias, a estrutura territorial do Estado como um todo, e dos ambientes litorâneos em particular, apresentam mudanças sensíveis em sua dinâmica geográfica na primeira e principalmente na segunda metade do século XX.

Desta forma, o litoral sergipano exerceu um papel relevante para o processo de expansão da economia colonial. No final do século XIX, estabeleceram-se relações econômicas que deixavam mais clara a presença do capitalismo, com a expansão do trabalho assalariado principalmente nas cidades. Esse fato contribuiu para o crescimento e consolidação da industrialização e a consequente urbanização desta porção de Sergipe, tendo como marco para o início deste processo, o município de Estância. Como exemplo do exposto acima, citamos a fundação da indústria têxtil em 1891, que vem compensar os prejuízos advindos do declínio da cana-de-açúcar. Assim, houve uma ratificação da economia de base urbana que se instalou na cidade, em que se pese a importância do coco-da-baía e da criação do gado (WANDERLEY, 1998). Adentrando no século XX, o litoral sergipano sofreu transformações relevantes que se fizeram sentir no sistema viário com a construção da primeira ferrovia e posteriormente das rodovias, processo que se intensificou na década de 1970. A indústria têxtil, por exemplo, começou a receber investimentos por parte do Governo,

e nessa mesma década foi implantado o Distrito Industrial de Estância (DIE), passando a possuir duas fábricas de concentrado de laranja para exportação para toda a Europa e Estados Unidos. Neste viés, o Litoral Sul assume a posição de agente impulsionador da citricultura da porção Centro-Sul do estado de Sergipe.

Segundo Wanderley (1998), tal posição levou o município de Estância e a porção litorânea à posição de segunda maior produtora e exportadora de concentrado de suco de laranja do Brasil. A nova função assumida pelo Litoral Sul rebateu nos municípios fronteiriços Santa Luzia do Itanhhy e Indiaroba, e desta forma, o Litoral Sul foi adquirindo características de cunho urbano-industrial.

Entretanto, este segmento espacial vem passando por transformações econômicas significativas ao longo de sua história. Houve a decadência da atividade industrial, da lavoura, pecuária e ascensão da atividade turística como uma das atividades econômicas promissoras no momento. Há nos últimos anos, uma ocupação intensa do litoral calcada pelo processo de especulação imobiliária e expropriação de pequenas comunidades.

Os sujeitos locais que conformam o território elucidado neste trabalho sentem a necessidade de buscar novas alternativas de sobrevivência. Cedem, portanto, a agentes privados e indivíduos com situação financeira confortável que desejam adquirir terrenos para estabelecer em residências de veraneio, como é o caso da comunidade de Saco do Rio Real e Terra Caída. Há também, devido às novas funcionalidades que o Litoral Sul assumiu a construção de infraestrutura fomentada pelas políticas de planejamento regional. Estas visam potencializar municípios como Indiaroba, Santa Luzia e Estância no sentido de atrair investimentos privados para a implantação de equipamentos turísticos.

Portanto, de acordo com Diniz (1991) a produção espacial do litoral sergipano se deu em três fases distintas: no primeiro momento, a ocupação com pastagens, originando assim os primeiros núcleos populacionais. No segundo momento, a agricultura tipo exportação assume o papel de principal agente da configuração espacial; posteriormente o surgimento das primeiras fábricas, fazendo com que o litoral se tornasse palco do processo de industrialização, a exemplo de Estância que teve um crescimento significativo, principalmente em relação aos municípios do seu entorno. Acrescentamos a quarta fase, caracterizada pelas políticas de fomento ao turismo e o consequente processo de especulação imobiliária. Segundo Santos e Vilar (2012, p. 1132):

Esses mesmos espaços costeiros alojam as segundas residências para veraneio e turismo que evidenciam a consolidação no Litoral Sul com

atividades que promovem uma maior rentabilidade do solo, como os empreendimentos imobiliários, que elevaram demasiadamente o preço da terra nessa região. A crescente valorização das zonas de praia contribuiu para que condomínios de veraneio e demais infraestruturas de turismo fossem instaladas nessa área, com o intuito de explorar ao máximo os valores paisagísticos costeiros.

Somando-se ao fator exposto, há ainda a significativa valorização das zonas de praia, o que contribui para a especulação ligada a construção de condomínios fechados e residências de veraneio, além da infraestrutura de turismo instalados nessa área. Esse processo se dá com o intuito de explorar ao máximo os valores paisagísticos costeiros. Contudo, Moraes (2010) alega que a nova funcionalidade atribuída ao Litoral Sul costuma obedecer a estruturas urbanas convencionais, que não condizem com a fragilidade socioambiental e o patrimônio sociocultural das comunidades que habitam este segmento estadual.

Um aspecto que chama a atenção é o fato de as comunidades que vivem neste segmento terem ficado relativamente extintas de mudanças espaciais econômicas pelas quais passou o Litoral Sul, mesmo com a industrialização que se deu no século XX, pois não haviam políticas públicas destinadas para o planejamento de modo a promover uma maior articulação socioespacial. Do mesmo modo acontecera com o país como um todo, onde os espaços que foram ocupados e explorados não estabeleciam conexão entre si, constituindo assim as chamadas “ilhas econômicas”.

Levando em consideração as colocações feitas até então, pode-se concluir, em vias gerais, que o espaço geográfico da área de estudo se configurou voltando-se para fora do seu próprio espaço e articulado com o mercado externo, causando um desequilíbrio entre meio rural e urbano, situação essa que se perdura até os dias atuais.

Esse mesmo espaço continua se reproduzindo dentro da ótica da globalização, tendo como princípio balizador o fortalecimento da atual política neoliberal e que, apesar de estarmos no século XXI, ainda prevalece o processo de exclusão socioeconômica não só nos povoados litorâneos do Sul de Sergipe, mas em muitas comunidades brasileiras.

Nesse contexto de relativo isolamento e exclusão socioespacial citamos os povoados Terra Caída/ Indiaroba, Crasto / Santa Luzia do Itanhy, surgidos como espaços produzidos dentro da lógica do colonizador europeu que se mantiveram como ilhas desconectadas do fluxo econômico municipal, estadual e nacional. As comunidades se reproduziram de forma endógena, com a pesca e cultivos de subsistência. Hoje as mesmas têm comunicação com os

demais segmentos do território sergipano, embora ainda estejam excluídas do processo de desenvolvimento socioeconômico proposto nas políticas públicas.

Atualmente, o Litoral Sul sergipano tem uma dinâmica bem diferente em relação aos séculos expostos. Apresenta uma estrutura diversificada de transporte e comunicação que evidencia um novo contexto territorial incluindo neste processo a industrialização, urbanização e o turismo em especial. Segundo Fonseca; Vilar *et al* (s/d) o Litoral Sul apresenta uma ocupação turística que tende a ser ampliada em decorrência dos seus atrativos paisagísticos. Este atual cenário é cada vez mais acentuado por conta da infraestrutura já construída, doravante políticas de fomento ao turismo como o PRODETUR/NE e ainda as que estão por vir.

Quando nos referimos a atrativos paisagísticos, entendemos a paisagem como sendo mais que o domínio do visível conforme discutimos no capítulo um, com base nos autores Cosgrove, Claval, Relph e Castro, entre outros. O arranjo espacial das diversas formas e objetos que a materializam revela também a cultura e a carga de trabalho humano que foram depositadas no espaço para a sua construção e/ou artificialização.

O termo paisagem é apresentado para caracterizar a associação de elementos que estão relacionados com as relações entre território e sujeito. Nesta tese, a paisagem está relacionada às qualidades físicas e socioculturais das comunidades estudadas, sendo elementos importantes para os sujeitos que habitam os seus territórios.

De acordo com Coriolano (2005, p.27), “a paisagem é o conjunto de formas que em dado momento expressa as heranças que representam sucessivas relações localizadas entre homem e natureza [...] a paisagem é sempre transformada e acompanha os processos sociais, políticos e econômicos”. Já para Berque (1998), a paisagem não se materializa apenas no objeto ou no sujeito de forma isolada. A paisagem se configura em uma interação complexa entre ambos. Esta relação que coloca em jogo diversas escalas de tempo e de espaço implica tanto a instituição mental quanto a constituição das coisas. A paisagem está para além do visível, ela congrega diversos elementos que conforma a sociedade. Estes estão inseridos em diversas dimensões, seja ela política, cultural, simbólica, ideológica, econômica, social, ambiental e humana. É por esta razão que propomos também, neste capítulo, um estudo acerca dos elementos que formam a paisagem da área de estudo, o que perpassa pelos seus aspectos socioambientais, com o intuito de integrarmos estes estudos na análise do território

das comunidades, para uma melhor compreensão das relações entre os sujeitos locais, natureza, território e turismo.

4.1.1 O contexto territorial dos povoados Crasto e Terra Caída

Segundo estudos de Wanderley (1998), Vilar (2010), Vargas (2006) Santos e Pinto (2010), no litoral sergipano está presente planícies e tabuleiros costeiros, bem como uma densidade de rede hidrográfica, o que promove uma diversidade de recursos pesqueiros. Quanto aos aspectos fitogeográficos, Silva e Souza (2010) afirmam que esta porção territorial possui uma grande área de restinga arbórea, manguezais, dunas, mata ciliar, e resquícios de mata atlântica. A diversidade de recursos naturais no litoral de Sergipe desencadeou um intenso processo de ocupação e uso do solo, numa visão segundo Santos e Vilar (2012) mercadológica da natureza que comprometem tanto o equilíbrio ambiental quanto o quadro socioeconômico desta porção do território.

Em relação aos aspectos geológico-geomorfológicos a área de estudo é marcada pela presença da unidade geomorfológica composta pela planície litorânea. Apresenta suas formas planas e baixas (figura 20), constituídas pela deposição de sedimentos e outros materiais trabalhados pelo mar (sedimentos de praias e aluviões). De acordo com Vargas (2006), esta unidade geomorfológica é formada por terrenos da era Quaternária, com altitudes que variam até vinte metros.

Figura20 - Planície litorânea – povoado Terra Caída



Fonte: GOMES, R. C. S. (junho/2012).

No tocante aos aspectos hidrográficos, a área de estudo é receptora das águas das bacias dos rios Piauí e Real. Segundo Fontes *et.al.*, (2006), a primeira tem como rio principal o Piauí (figura 21), que nasce na serra dos Palmares no município de Riachão do Dantas e drena as terras da região Centro-Sul.

Figura 21 - Rio Piauí, povoado Crasto/Santa Luzia do Itanhy



Fonte: GOMES, R. C. S. (junho/2012).

Entre os seus principais afluentes, destacam-se o rio Fundo e Piauitinga, e juntamente com o Piauí deságua no oceano Atlântico. Já a segunda bacia, tem como rio principal o Real, que nasce na serra do Tubarão no município de Poço Verde/SE, na divisa com o estado da Bahia. Esse rio banha terras sergipanas apenas na margem esquerda, e deságua, junto com o Rio Piauí, na praia do Saco, formando o imenso estuário nomeado Piauí-Fundo-Real, mas também conhecido como estuário do Mangue Seco (figura 22), povoado do município de Jandaíra – BA.

Figura 22 - Estuário do Piauí-Fundo-Real visto do povoado Terra Caída



Fonte: GOMES, R. C. S. (janeiro/ 2013).

Os rios que banham a área de estudo são considerados um referencial identitário para as comunidades ali inseridas, pois são dessas paisagens naturais que os sujeitos locais retiram uma de sua fonte de sobrevivência e evidenciando uma relação de apego, permeada pelo senso de pertencimento (figura 23).

Figura 23 - Rio Piauí – povoado Terra Caída/Indiaroba-SE



Fonte: GOMES, R. C. S. (fevereiro/ 2012).

É também lugar de refúgio, de reencontro com a natureza, aspectos estes ligados à topofilia que aparece nos estudos sobre percepção desses sujeitos conforme será evidenciado no decorrer nesta tese. Para os turistas, é uma paisagem determinante enquanto objeto de consumo, uma vez que a área torna-se turística a partir principalmente do oceano Atlântico e dos rios que banham os povoados Crasto e Terra Caída (GOMES, 2007 e 2009).

O tipo climático da área de estudo é o subsumido, com chuvas distribuídas o ano todo, concentradas de abril a agosto, havendo somente de um a três meses secos e, portanto, elevando seu potencial turístico. De acordo Carvalho e Fontes (2007), os tipos de solo são areno-argilosos, ácidos, com alto teor de salinidade, sendo pouco profundos, tendo baixa fertilidade e alta porosidade, o que facilita a drenagem. Essas características se dão entre outros fatores, pelo tipo climático e pela situação costeira da área, também entremeada por solos pouco desenvolvidos e inundáveis que dão sustentação a extensos manguezais.

No tocante aos manguezais, Landim e Guimarães (2006) afirmam que são constituídos predominantemente pelas espécies *Rhizophoramangle*, *Laguncularia racemosa* e *Avicenniagermanis*, situados ao longo do complexo estuarino, (figura24).

Figura 24 - Planície de Apicuns – povoado Terra Caída



Fonte: GOMES, R. C. S. (janeiro/2013).

De acordo com Carvalho, M; S. Fontes A. L, (2006), ainda podemos constar a vegetação herbácea ao longo planícies de inundação caracterizada pelo alto teor de salinidade dos sedimentos, assim como pela intensidade de evaporação. Estão presentes especialmente na ilha da Tartaruga, na confluência entre os rios Piauí e Real.

Silva, Anjos, *et.al.*, (2010) evidenciam que outras formações florestais também estão integradas ao complexo estuarino, dentre elas, as restingas, predominantemente herbácea (figura 25) devido a influência da brisa marítima e por coqueirais, em grande parte substituídas por plantios de coqueiros. (Figura 26)

Figura 25 - Vegetação herbácea



Fonte: GOMES, R. C. S. (fevereiro/2012).

Figura 26 - Coqueiral, margeando o rio Piauí – Povoado Crasto



Fonte: GOMES, R. C. S. (fevereiro /2012).

As roças, sobretudo de mandioca, são pequenas e completam o mosaico da paisagem entre os povoados. Outra formação vegetal de grande relevância para a área é a Mata do Crasto, a maior reserva de Mata Atlântica do estado. Segundo Landim e Siqueira (2001), os

resquícios de Mata Atlântica, que ocupavam mais de 40% das matas em Sergipe, estão inseridos sem uma faixa de aproximadamente 40 km de largura, abrigando cerca de 1% da área originalmente coberta, sendo um dos maiores fragmentos a Mata do Crasto com cerca de 900 há, (figura 27). Os motivos de degradação em geral são a exploração de madeiras para diversos fins, entre os de demanda por áreas agricultáveis.

Figura 27 - Mata do Crasto – estrada de acesso ao povoado Crasto



Fonte: GOMES, R. C. S. (fevereiro/2012).

Vale destacar a relevância do manguezal tanto para as comunidades estudadas como para todos os povoados do entorno da bacia do Piauí-Fundo-Real. Este ecossistema é de fundamental importância para as comunidades locais, pois muitas famílias se utilizam dele para sobreviver praticando a pesca, principalmente do aratu e do caranguejo-úçá, comercializados nos povoados e nas feiras dos municípios de Indiaroba, Estância, de Itaporanga D’AJuda, de Santa Luzia do Itanhy, ou diretamente com compradores ou “atravessadores” que se deslocam até os postos de venda.

Este ecossistema é alvo de preocupação para as comunidades que têm nele a fonte de sobrevivência, pois sujeitos locais em depoimentos externam a exuberância do manguezal em períodos anteriores. Porém com o passar dos tempos sofreu vários tipos de degradação, desmatamento e soterramento dos bosques de mangue, dando espaço a loteamentos e sítios, pontes em ambos os povoados e adjacências. Ainda conforme Carvalho e Fontes (2007), além

destas, o ecossistema citado ainda sofre outras ameaças como a implantação de viveiros para carcinicultura e piscicultura, diversos loteamentos para uso imobiliário, pela presença de pontes e atracadouros para atender a demanda turística, pela falta de saneamento básico sobrecarregando o estuário com efluentes domésticos (figuras 28 e 29) e oriundos das industriais do parque industrial de Estância. Por último, é marcado também pela destruição das restingas e das matas para a implantação de monoculturas e aquicultura.

Figuras 28 e 29 - Efluentes domésticos no Rio Piauí e construção do atracadouro



Fonte: GOMES, R. C. S. (janeiro/2012).

Há, todavia, a degradação propiciada pelas políticas de planejamento do turismo que priorizam edificações para o aumento do fluxo turístico. Como exemplo, citamos a recém-inaugurada ponte Gilberto Amado (figura 30)

Figura 30 - Ponte Gilberto Amado construída sobre o estuário do Rio Piauí-Fundo-Real, Terra Caída



Fonte: GOMES, R. C. S. (dezembro/2012).

Esta ponte foi construída com recursos advindos do MTur sobre uma área de Preservação Permanente (APA) Litoral Sul (figuras 31 e 32).

Figuras 31 e 32 - Ponte Gilberto Amado construída sobre o estuário do Piauí-Fundo-Real, povoado Terra Caída/Indiaroba-SE



Fonte: GOMES, R. C. S. (janeiro/2013).

A relação sociedade-natureza complexa e dinâmica nos faz refletir sobre as alterações que ocorrem no ambiente e atingem diretamente o ser humano. Citamos neste estudo a degradação ambiental pela qual passa a área de estudo. No processo de apropriação do espaço, geralmente são rompidos os ciclos naturais, o que os impedem de continuarem

funcionando eficientemente, propiciando assim, o esgotamento dos recursos naturais devido à intensidade e à velocidade da exploração. Todos os aspectos naturais aqui descritos merecem atenção por parte daqueles que dão funcionalidade ao território por meio de políticas públicas de planejamento, o que perpassa pelo cuidado que se deve ter para que as gerações futuras possam também vislumbrar sua importância. Esta atenção pode se constituir também em peça chave para o desenvolvimento de qualquer comunidade.

Cuellar (1997) ressalta que o meio natural compreende áreas fundamentais que transmitem à população a importância do ambiente para que nos lembremos de quem somos, o que fazemos, de onde viemos e, por consequência, como seremos. Quem não tem na lembrança fatos, episódios que estejam relacionados a paisagem natural? Todas estas lembranças fazem parte da vida dos sujeitos. Perdê-las é acima de uma agressão aos aspectos ambientais e a memória dos sujeitos que vivem ou viveram esta paisagem.

Em relação aos aspectos socioeconômicos da área de estudo, tomamos por base as informações fornecidas principalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e informações fornecidas pelos sujeitos locais durante a pesquisa de campo realizada entre os meses de janeiro, julho, outubro e dezembro de 2012. Em outubro de 2012 a pesquisa de campo foi feita com a equipe de pesquisadores do grupo de Pesquisa Sociedade e Cultura, do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

De acordo com os dados do Censo Demográfico (2010) o município de Indiaroba apresenta uma população total de 15.831 habitantes. Destes, 1.050 estão no povoado Terra Caída. Já Santa Luzia do Itanhy apresenta uma população de 12.969 habitantes, sendo 864 residentes do povoado Crasto. No tocante ao perfil socioeconômico, as comunidades dos povoados citados têm traços comuns, com base na análise relacional a seguir:

As atividades econômicas existentes nas comunidades dos povoados Crasto e Terra Caída são pesca, agricultura, pequeno comércio composto por mercearias, lanchonetes e restaurantes, além da atividade turística. Há ainda pessoas ligadas ao serviço público e outras que sobrevivem da renda oriunda de programas do Governo Federal como o denominado Programa Bolsa Família.

A pesca é realizada tanto no estuário Piauí-Fundo-Real quanto em alto-mar. Se destaca no Crasto a captura de arabaiana, bagre, corvina, pescada e a tainha (nomes populares); já em Terra Caída o camarão, pescada, robalo, azutiri (nomes populares de peixes da região). Há

também o trabalho realizado pelas marisqueiras e neste caso a captura que prevalece é a de aratu, caranguejo e massunim.

De acordo com relatos de pescadores de Terra Caída, o robalo é um dos peixes mais pescados e de valor comercial mais elevado. A comercialização se processa principalmente na feira do município de Estância nos dias de sexta e sábado. As informações são de que a maior parte da rede de pesca existente no povoado é de captura de robalo. A conservação e comercialização dos pescados são feitos principalmente pelas mulheres dos pescadores.

Outra atividade econômica que caracteriza a comunidade em questão, é a coleta da mangaba, do coco e da manga tanto para consumo como para venda na feira do município de Estância. Há ainda, a produção de artesanato a partir de produtos extraídos da natureza, como a palha e casca de coco.

A atividade turística ainda é incipiente. Atualmente, a comunidade do Crasto possui serviço de traslado para praias da região (Saco, Dunas, Mangue Seco), passeio de barco, serviço de restaurante e de hospedagem contendo duas pousadas (figuras 33 e 34).

Figura 33 - Povoado Crasto – Equipamento de Hospedagem e Restaurante



Fonte: GOMES, R. C. S. G. (fevereiro/2012)

Figuras 34 - Povoado Crasto – Equipamento de Hospedagem e Restaurante



Fonte: GOMES, R. C. S. G. (fevereiro/2012)

A comunidade de Terra Caída conta com os mesmos serviços, diferenciando na oferta e quantidade de equipamentos: seis restaurantes, duas pousadas, um balneário, cinco bares quatro mercearias quatorze embarcações turísticas (Figura 35), segundo dados coletados junto aos sujeitos locais.

Figura 35 – Povoado Terra Caída/embarcações utilizadas para traslado de turistas



Fonte: GOMES, R. C. S. G. (fevereiro/2013)

Sobre a oferta de serviços básicos, os sujeitos locais consideram a escola infantil consiste em uma das obras mais importantes dos últimos quatro anos, pois anterior a este

período a Educação Infantil era ofertada em uma residência alugada e não oferecia estrutura adequada para as crianças da comunidade (figura 36). Crasto conta com duas escolas que ofertam a Educação Básica, sendo que uma é responsável pela educação infantil, funcionando nos turnos manhã e tarde.

Figura 36 – Povoado Crasto- Escola de Educação Infantil



Fonte: GOMES, R. C. S. G. (outubro/2012)

A segunda é uma escola de Ensino Fundamental funcionando nos três turnos. No tocante ao Ensino Médio os alunos se deslocam para o Município de Estância, sendo que a prefeitura municipal de Santa Luzia do Itanhy disponibiliza transporte escolar apenas no turno da noite, o que limita o acesso de estudantes em outros turnos. Já o povoado Terra Caída, possui uma escola de Nível Fundamental, funcionando nos turnos matutino e vespertino. Não possui escola que oferte a Educação Infantil (figura 37).

Figura 37 – Escola de Ensino Fundamental/Povoado Terra Caída



Fonte: Angela Fagna Souza (acervo pessoal, outubro/2012)

O ensino Médio é disponibilizado na sede municipal, sendo destinado um transporte público para o deslocamento dos estudantes.

Sobre o serviço médico-odontológico, em ambas as comunidades há um posto de saúde. No Crasto, segundo relatos dos moradores não funciona em decorrência da constante e quase perene falta de médicos. Em Terra Caída, os sujeitos locais dispõem de um enfermeiro e um médico que realiza o atendimento ambulatorial quinzenalmente. A comunidade ainda conta com o Programa de Saúde da Família. Não existe serviço odontológico, tampouco ambulância nos povoados.

Quando os sujeitos locais das comunidades necessitam de serviços hospitalares e de maternidade, se deslocam para o hospital Regional Amparo de Maria, localizado no município de Estância. Este hospital atende demandas de toda a região Centro-Sul de Sergipe e de alguns municípios baianos como Rio Real e Jandaíra. Casos mais graves são encaminhados para Hospital de Urgência de Sergipe, localizado na cidade de Aracaju.

No tocante ao saneamento básico, tem-se seguinte situação: o serviço de abastecimento de água é fornecido pela Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO), porém no Crasto, segundo relatos dos sujeitos locais o serviço não é de boa qualidade e possui um custo alto. Por esta razão, muitas residências possuem poços artesianos e bombas para a

utilização da água. No povoado Terra Caída, o abastecimento é ainda mais precário (figura 38), pois o sistema de distribuição de água funciona em conjunto com a distribuição de chafariz em cada rua do povoado, o que não supre a necessidade da população local. A precariedade é evidenciada também pelo sistema de rodízios de abastecimento, ficando determinada porção do povoado sem água em dias alternados, consideramos ainda o sistema de captação de água por meio de cacimba.

Figura 38 - Povoado Terra Caída- Abastecimento de Água precário



Fonte: GOMES, R. C. S. (outubro/2013)

Sobre o destino do lixo produzido, as comunidades possuem o serviço de coleta disponibilizado pela prefeitura, sendo este feito três vezes durante a semana por um caminhão ou trator. No caso do povoado Crasto, a comunidade se queixa muito do serviço, pois o lixo em períodos anteriores era despejado em um terreno baldio dentro do próprio povoado, o que causava o dor desagradável e também doenças, conforme relatos dos sujeitos locais. Atualmente este é despejado em um espaço mais distante da comunidade. Há relatos de que alguns moradores ainda queimam o lixo na propriedade.

O serviço de saneamento básico é considerado um dos maiores problemas enfrentados pela comunidade do Crasto, pois além dos problemas que causam à saúde, degradam o meio ambiente, pois os efluentes gerados pela comunidade vão diretamente para o estuário – de onde advém a principal fonte de renda. Ressaltamos que o estuário é um componente das características identitárias dos sujeitos locais, conforme veremos posteriormente. Os sujeitos locais das comunidades de Crasto e Terra Caída foram enfáticos ao relatarem que sofrem com a falta de um sistema de escoamento de dejetos, com a falta constante de água e com a falta de

um tratamento adequado para o lixo produzido. O saneamento básico é um dos principais indicadores da qualidade de vida e do desenvolvimento econômico e social de uma população.

Segundo a OMS, saneamento básico é “o gerenciamento ou controle dos fatores físicos que podem exercer efeitos nocivos ao homem, prejudicando seu bem-estar físico, mental e social”. Está intimamente relacionado às condições de saúde da população é mais do que simplesmente garantir acesso aos serviços, instalações ou estruturas. Envolve também, segundo Faria (2008), medidas de educação da população em geral e conservação ambiental.

Para abastecimento de produtos de necessidades básicas, a população de ambas as comunidades se desloca para suas respectivas sedes municipais. No caso de compras maiores vai para o município de Estância pela maior diversidade de produtos. Os povoados ainda dispõem de serviço de telefonia móvel e fixo, de sinal de TV via antena parabólica, transmissão de rádio. Serviço de internet está disponível apenas no povoado Terra Caída. Em relação à oferta de transporte, Crasto conta a Cooperativa de Transporte de Sergipe (COOPERTALSE) que disponibiliza um micro ônibus a cada uma hora, encerrando os serviços de deslocamento às 18 horas. O povoado ainda possui serviço de taxi. Em Terra Caída, o serviço de transporte se encerra aproximadamente às 17 horas.

No tocante às formas de organização comunitária, no povoado Crasto existe o IPTI (Instituto de Pesquisa, Tecnologia e Inovação) (figura 39), representado por um sujeito externo ao território que implantou a referida instituição com a anuência da comunidade.

Figura 39 - Povoado Crasto/ IPTI



Fonte: GOMES, R. C. S. G. (outubro/2012)

Esta é uma ONG presente no povoado desde o ano 2010 e está diretamente ligada ao projeto basilar do turismo de base comunitária na comunidade. Há ainda a Associação Feminina do Crasto, e Colônia de Pescadores Z-3, que atualmente tem sede no município de Santa Luzia do Itanh. No povoado Terra Caída existe a ASPECTO - Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores de Terra Caída (figura 40 e 41), que de acordo com relatos registrados dos sujeitos locais, tem uma atuação marcante junto à comunidade.

Figuras 40 e 41 - ASPECTO - Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores de Terra Caída



Fonte: Eliete F. C. Silva. (Arcevo pessoal, outubro/2013)

Além dos aspectos socioeconômicos e de organização, a comunidade possui características culturais que dão singularidade ao modo de viver cotidianamente. Sobressaem-se neste contexto as festas, tais como a dos pescadores no povoado Crasto; em Terra Caída há a comemoração do carnaval, o dia de São Pedro, sendo esta última considerada uma das mais relevantes do povoado pelo fato de a comunidade ter como traço marcante da identidade coletiva a pesca. São Pedro é considerado padroeiro dos pescadores. Sobre este aspecto trataremos com maior propriedade no próximo capítulo.

Em relação aos aspectos religiosos, em ambos os povoados predomina a religião de matriz católica. As festividades mais importantes das duas comunidades estão intimamente relacionadas com a religião em questão. O povoado Terra Caída possui uma capela chamada São José (figura 42).

Figura 42 – Povoado Terra Caída/ capela São José



Fonte: GOMES, R. C. S. G. (outubro/2012)

De acordo com a abordagem feita até então, nota-se que as condições socioeconômicas possuem fragilidades, o que denota falta de planejamento que contemple as demandas das populações em questão. Sobretudo quando se trata de serviços básicos que o Estado tem o dever de assegurar aos cidadãos. Há também uma forte relação dos sujeitos locais com os ecossistemas descritos que formam a base de sua sobrevivência.

Os investimentos oriundos do setor público nas instâncias federal, estadual e municipal não evidenciam uma preocupação com o desenvolvimento das comunidades. É inegável que os investimentos trouxeram melhoria para as mesmas. Contudo, a melhoria não vem atrelada ao desenvolvimento e satisfação das necessidades básicas. De acordo com moradores locais, os investimentos estão predominantemente atrelados à construção de equipamentos e infraestrutura, sem uma preocupação voltada para atender as expectativas da população, conforme relato abaixo:

Olhe minha fia, aqui quando foi feita a estrada, começou a chegar coisa que não tinha aqui antes. Chegou posto de saúde, escola, a gente vai e vem com mais facilidade, mas a gente sabe que muita coisa tá ruim. Veja a água mesmo! Muita gente vai reclamar, porque a gente sofre aqui, mas não acontece nada. A gente fica aqui abandonado (Entrevistado G - Terra Caída)⁵.

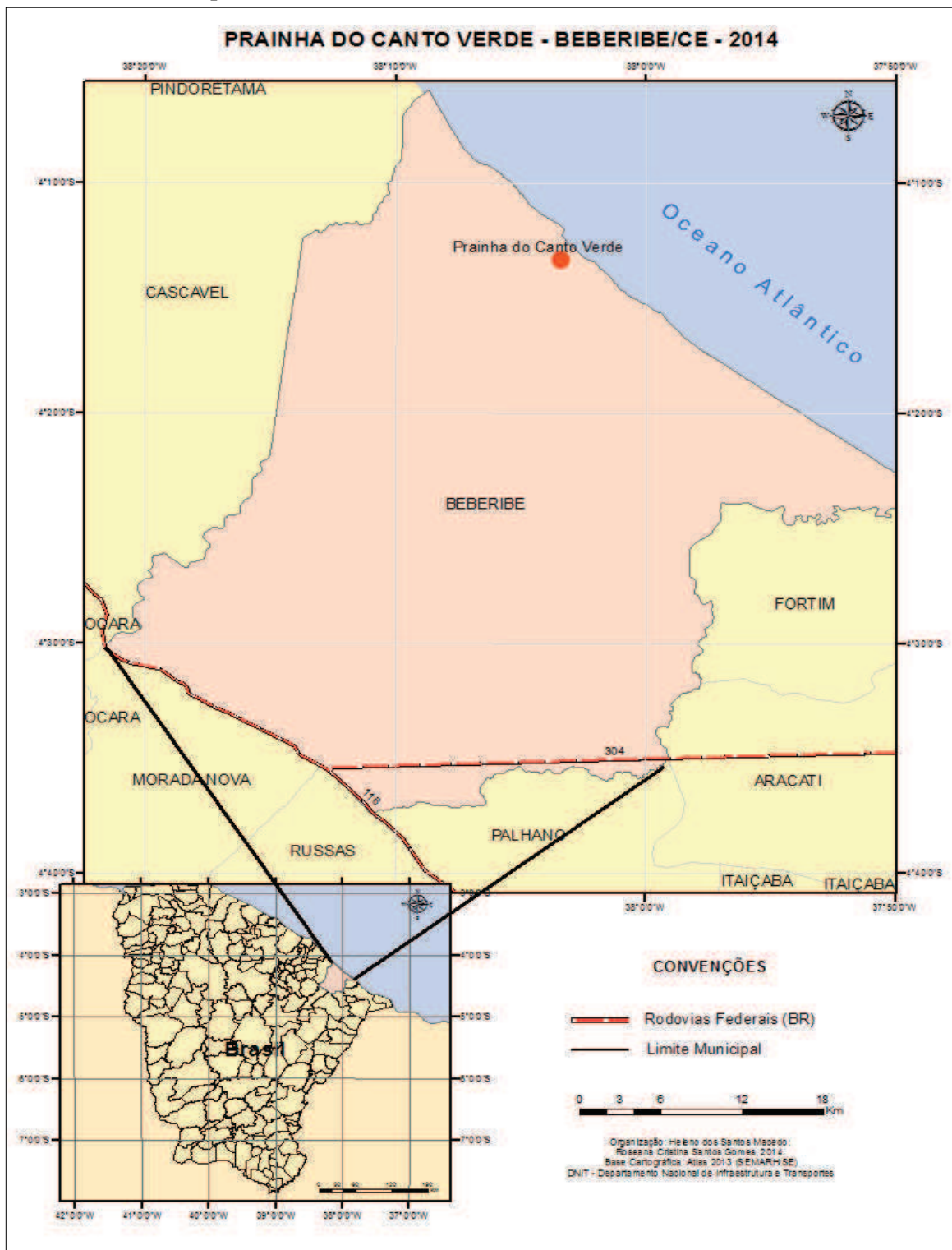
⁵ Para diferenciar as falas das citações, estas se encontrarão em Itálico.

É fato que as lacunas referentes aos serviços públicos existem e são fortes, a exemplo da falta de água constante na comunidade em questão. Ainda assim a comunidade sobrevive, constrói o seu cotidiano e sustenta laços imprescindíveis para a reprodução das relações sociais, entre os quais o senso de pertencer ao território. A comunidade ainda possui algumas fragilidades principalmente no tocante a organização associativa. Este fato é relevante uma vez que quando a comunidade é coesa, as dificuldades são enfrentadas com mais altivez, e o sucesso da superação se torna mais próximo do cotidiano, como é o caso da comunidade da Prainha do Canto Verde, conforme apresentado a seguir.

4.1.2 A comunidade da Prainha de Canto Verde/Beberibe/Brasil⁶

A Prainha do Canto Verde está localizada no município de Beberibe, porção leste do litoral cearense, ficando a 126 km de distancia da cidade de Fortaleza (mapa 3).

Mapa 3 – Localização da comunidade Prainha do Canto Verde/CE



⁶ O embasamento para a descrição da comunidade Prainha do Canto Verde se deu por meio dos relatos coletados junto aos sujeitos locais e do site <http://prainhadocantoverde.org/>, além de autores citados neste item

O município de Beberibe possui uma forte conotação turística no estado devido à paisagem caracterizada pelas praias e suas feições geoambientais, a exemplo da Praia de Morro Branco e Praia das Fontes (figuras 43 e 44).

Figuras 43 e 44 - Praia de Morro Branco/Beberibe-CE



Fonte: GOMES, R. C. S. (março/2014)

A Prainha do Canto Verde está situada em uma área de alta especulação imobiliária e de práticas turísticas intensas, a exemplo das praias citadas, além de outras localizadas em municípios circunvizinhos como Canoa Quebrada/município de Aracati (figuras 45 e 46).

Figura 45 - Praia de Canoa Quebrada – Aracati



Fonte Gomes R. C. S. (março/2014)

Figura 46 - Praia de Canoa Quebrada – Aracati



Fonte Gomes R. C. S. (março/2014)

A Prainha do Canto Verde, situada sobre e entre dunas fixas e móveis, lagoas temporárias e planícies de inundação, apresenta como principais atrativos turísticos praias entremeadas de dunas, coqueiral, lagoas e o modo de vida tradicional dos seus sujeitos locais que tem na pesca artesanal, feita em jangadas, sua principal fonte de renda. Tem no seu território um histórico de luta pela defesa das territorialidades construídas o que inclui a manutenção do seu modo de vida tradicional, caracterizado principalmente pela pesca, agricultura e laços de solidariedade e de ajuda mútua entre os sujeitos que conformam a comunidade.

A Prainha do Canto Verde está inserida em uma Unidade de Conservação denominada Reserva Extrativista (RESEX) Prainha do Canto Verde (figura 47), criada em 2009 sob decreto s/n em 05 de junho de 2009 e contempla uma área (terrestre e marinha) de 29.794.44 Hectares. Destes, 577,55 hectares são terrestres.

Figura 47 - RESEX Prainha do Canto Verde

Fonte: Gomes, R. C. S (março/2014)

Contudo, antes de a comunidade se tornar uma RESEX passou por um longo processo histórico de luta pela manutenção de suas territorialidades. Canto Verde, de acordo com relatos coletados junto à comunidade, se originou no Século XIX a partir de família de pescadores tradicionais que se apropriaram do espaço fazendo deste o seu território, construindo laços topofílicos fortes e densos.

No Século XX, mais precisamente na década de 1970 a comunidade de pescadores começou a enfrentar problemas para a manutenção do seu território e também um processo de luta constante contra a grilagem praticada por sujeitos externos ao território, sendo que o nome que mais se destaca neste processo é o de Antônio Sales de Magalhães. Este, na década de 1990, obteve a posse das terras por usucapião, iniciando assim, um processo de especulação imobiliária desordenada, culminando na expulsão de alguns sujeitos locais, assim como a destruição de equipamentos utilizados pelos moradores da comunidade.

Contudo os sujeitos locais se mobilizaram e buscaram apoio junto a instituições, como a Igreja e demais comunidades. O processo de luta culminou em uma ação rescisória e no ano de 2001 obtiveram êxito na ação impetrada contra a usucapião, resgatando legalmente o seu território. Houve a tentativa de anular a decisão judicial do Supremo Tribunal Federal em favor da comunidade, embora a mesma incorreu no insucesso.

No mesmo ano a comunidade inicia outro processo de luta para salvaguardar o seu território e desta vez por meio da criação da RESEX (processo 0036501/2011-61). Esta foi mais uma iniciativa da comunidade que se organizou entorno da Associação de Moradores da

Prainha do Canto Verde (AMPCV), fundada no ano de 1989. No ano de 2007 foi realizada a partir dos órgãos ambientais responsáveis pela instituição de Unidades de Conservação para com a comunidade, tendo o parecer favorável para a materialização da RESEX que se deu no ano de 2009, conforme já exposto.

Em suma, o histórico de luta da comunidade se faz na autenticidade impressa no cotidiano dos sujeitos locais. Este cotidiano é conformado na paisagem e no território, apresentando características que dão sustentabilidade aos laços construídos pelos seus habitantes. Prainha do Canto Verde será apresentada levando em consideração os aspectos (in) materiais, da sua paisagem e os aspectos socioeconômicos, com base nos relatos dos sujeitos e em pesquisa bibliográfica.

Como já externado, a principal fonte de renda dos sujeitos locais sejam homens ou mulheres, é oriunda da pesca. Contudo, outras atividades de complementação de renda são exercidas na comunidade como o turismo considerado a segunda fonte de renda local. Conforme relatos há ainda famílias que praticam a agricultura de subsistência. Na divisão social do trabalho, as mulheres exercem várias funções junto à comunidade: são pescadoras, auxiliam os maridos no trato com o pescado; algumas são servidoras públicas; outras trabalham no mercado informal, a exemplo de venda de doces, salgados nos finais de semana; são diaristas nas poucas casas de residência secundária existentes na comunidade. Há mulheres que atuam junto a Cooperativa de Turismo auxiliando em algumas atividades promovidas pela cooperativa; são artesãs e dona de casa. Já os homens, em sua maioria, praticam a pesca artesanal no mar. Alguns que não são pescadores estão envolvidos com outras relativas à pesca, como a confecção e venda de redes, entre outras atividades.

Segundo relatos dos sujeitos locais as residências em sua maioria são de alvenaria. Como a comunidade está em uma área de reserva, as residências não podem ser comercializadas (vendas). Apenas os sujeitos locais podem construir residências para fins de moradia. Podem ter um pequeno negócio comercial desde não impacte no ambiente local. As residências são distribuídas ao longo da planície litorânea, entorno das dunas moveis. Esta característica física do território ocasiona alguns contratempos para a comunidade que convive com a ação eólica transportando as dunas periodicamente. Há apenas uma estrada asfaltada na comunidade. As demais são tomadas de areia quartzosas (figuras 48 e 49)

Figuras 48 e 49 - Estrada de Acesso a Comunidade Prainha do Canto Verde/Beberibe/CE



Fonte: Gomes, R. C. S. (março/2014)

No tocante aos serviços existentes, os sujeitos locais afirmam ter serviço de iluminação pública e residencial. Este é relativamente recente. O Serviço é disponibilizado pela Companhia energética do Ceará (COELCE). Em relação aos serviços de saneamento básico, a comunidade apresenta a seguinte situação: Quanto ao abastecimento de água, este é deficitário, uma vez que a água consumida pela população local advém de poços artesianos, sem o tratamento adequado. A Companhia de abastecimento de água e Esgoto do estado do Ceará (CAGECE) não disponibiliza o serviço de distribuição de água encanada.

Apenas o serviço de fossa séptica é disponibilizado que chegou nas residências via programa criado pelo Governo Federal. Quanto ao destino do lixo, este é coletado semanalmente por um caminhão disponibilizado pela prefeitura municipal de Beberibe. Mesmo com o serviço de coleta, há relatos de outros destinos dados ao lixo, a exemplo da queima do mesmo nos fundos dos quintais de algumas residências.

No tocante ao serviço de saúde, a comunidade conta com um posto médico que funciona em uma residência alugada pela prefeitura municipal de Beberibe (figura 50), pois a sede do mesmo foi soterrada pelas dunas móveis, segundo relatos dos sujeitos.

Figura 50 - Residência de funcionamento do posto médico da comunidade Prainha do Canto Verde



Fonte: Gomes, R.C. S. (março/2014)

O Serviço médico é caracterizado pela presença de uma auxiliar de enfermagem que atende a população no período de segunda a sexta-feira. Uma vez durante na semana há médico e enfermeiro na comunidade. Os casos mais específicos são encaminhados para hospitais da sede municipal de Beberibe, do município de Aracati ou Fortaleza. Sobre o serviço de educação, a comunidade conta com uma escola (figura 51) que foi construída com os esforços dos sujeitos locais, sendo uma das mais importantes referências materiais do senso de solidariedade, união e sociabilidade existente no povoado.

Figura 51 - Escola de Ensino fundamental Bom Jesus dos Navegantes



Fonte: Gomes, R.C. S. (março / 2014)

A escola foi construída pela comunidade no ano de 2000, e hoje em parceria com a prefeitura municipal, oferta o ensino fundamental do primeiro ao nono ano. A comunidade conta também com uma creche, inaugurada no ano de 2013 e com algumas mercearias,

panificação, entre outros serviços comerciais que atendem a demanda imediata da população local (figuras 52 e 53).

Figuras 52 e 53 – Atividades comerciais exercidas na comunidade do Canto Verde



Fonte: Gomes, R.C. S. (março / 2014)

A comunidade ainda conta com serviço de telefonia fixa e móvel, sendo que este último funciona de forma deficitária em decorrência da má qualidade de transmissão de sinal; possui sinal de TV e rádio; o transporte na localidade é feito prioritariamente por moto-taxistas que transportam os sujeitos locais para a estrada principal que liga Beberibe a Fortaleza para que os mesmos possam ter acesso aos ônibus que fazem linha para o município e demais localidades adjacentes. Não há serviço de correios. Para aquisição de produtos alimentícios, vestuários e outros os sujeitos se deslocam para a sede municipal ou para a capital.

No tocante a prática da religião, a comunidade conta com uma Igreja evangélica e uma Igreja Católica (figuras 54) fundada em 1985. Nesta as missas são realizadas uma ou duas vezes durante cada mês. Sua arquitetura representa a Jangada, o que configura um símbolo do modo de vida local retratado na pesca feita também por este tipo de embarcação.

Figura 54 – Igreja Prainha do Canto Verde



Fonte: Gomes, R.C. S. (março/2014)

Os pescadores possuem uma câmara fria (figura 55) para a manutenção do pescado, o que auxilia de maneira relevante na comercialização do produto. Está foi mais uma conquista oriunda do grau de organização da comunidade.

Figura 55 – Câmara Fria da Prainha do Canto Verde



Fonte: Gomes, R.C. S. (março/2014)

Em relação à organização social, os sujeitos locais possuem duas associações comunitárias, sendo uma fundada no ano de 1989, como já exposto. Já a segunda, foi no ano

de 2009. Sobre as organizações comunitárias, nos aprofundaremos no capítulo cinco, por está mais relacionada à discussão que envolve o turismo e o associativismo.

Com base no exposto, considerando as comunidades sergipanas e a comunidade cearense, são apontadas várias lacunas na prestação de serviços básicos como saneamento básico, saúde e educação. Há descompassos entre o que prega as políticas públicas embasadas pela Constituição Federal (CF) e o que de fato se consolida nos territórios dos sujeitos locais. Assim, dispõe a CF/1988 Art. 225 “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Hofling (2001) alega que o processo para se definir uma política pública é reflexo de conflitos de interesses, de relações de poder e envolvendo instituições do Estado e da sociedade.

Neste jogo de relações, é preciso considerar o grau de mobilização da sociedade civil para ser incluída e participar ativamente deste processo. As comunidades brasileiras aqui evidenciadas sofrem com a não efetivação de políticas públicas sendo ainda fragilizadas pelo baixo grau de mobilização, no caso das sergipanas descritas neste capítulo, o que compromete os componentes de seus territórios desde aspectos simbólicos aos físicos.

No caso das comunidades mexicanas, há um maior grau de mobilização para a luta em favor de sua inserção nas políticas públicas que visem a melhoria da qualidade de vida. Para uma melhor contextualização do objeto de análise que configura esta tese, será realizada também uma descrição socioambiental das comunidades mexicanas para que, posteriormente possamos realizar uma reflexão sobre as inter-relações existentes entre tais características. A reflexão proposta ainda se apresenta como substancial nesta pesquisa para entendermos como o poder é tratado nas relações que envolvem sujeitos locais, políticas de planejamento do turismo nas comunidades em que o TBC está inserido seja como perspectiva, seja como meio de sobrevivência já firmado.

4.2 Paisagem e território das comunidades de Puerto Morelos e San Pedro Atlapulco / México

As comunidades mexicanas, objeto desta pesquisa possuem traços comuns, mesmo estando em regiões e estados diferentes. Os traços comuns envolvem principalmente o senso de pertencimento em relação ao seu território por parte dos sujeitos locais, embora tenham algumas características socioambientais bem distintas.

4.2.1 Comunidades do povoado Puerto Morelos

O estado de Quintana Roo, devido a sua posição geográfica agrega em seu território uma diversidade de ecossistemas desde densas florestas, manguezais, restingas, até arrecifes. Segundo Marin (2010), associando tais aspectos à riqueza sociocultural deixada, sobretudo pelos povos Mayas o estado tornou-se, na década de 1970, um dos lugares que atraiu relevantes investimentos para o desenvolvimento do turismo advindos dos setores públicos e privado. Cancun foi o lugar mais privilegiado em termos de destinação de recursos. Contudo, outras localidades do estado também foram impactadas pela atividade econômica em questão, a exemplo do povoado Puerto Morelos.

A 35 km do sul de Cancun e 34 km ao norte da praia Del Carmen está o povoado Puerto Morelos, localizado no município de Benito Juárez (figura 56). Este povoado se constitui em uma comunidade formada por migrantes de distintas partes do México e do mundo.

Figura 56 – Puerto Morelos: Localização da área de estudo



Fonte: Instituto Nacional de Geografía e Estadística/ INGE, 2000.

De acordo com Cruz-Coria, Zizumbo Villarreal (2011), assim como demais povoados da costa quintanarroense, Puerto Morelos começou a se configurar com a presença das companhias exploradoras de chicle e madeiras preciosas existentes em Quintana Roo: a Companhia Colonizadora da Costa Oriental de Yucatán e a Companhia de Santa María, pertencente ao Banco de Londres e México. Durante o período de 1902-1936, a exploração chiclera transformou a paisagem original deste território caracterizado na época por ser inóspito e povoado por rebeldes Mayas cuja base econômica se caracterizava pela prática das atividades de subsistência (agricultura, pesca e extrativismo).

As autoras ainda abordam que para amenizar os conflitos que existiam na região da península de Yucatán e para garantir a soberania mexicana na fronteira sudeste do país, o presidente Porfirio Díaz decretou, em novembro de 1902, a fundação do território de Quintana Roo. Naquela ocasião, Puerto Morelos esteve sob a administração política do município de Isla de Las Mujeres durante um longo período. Posteriormente, conforme Dachary, C. A; Estella M. A. B (1985), o povoado foi transferido para Cozumel, ficando sob sua administração durante várias décadas.

De acordo com a fonte acima, Puerto Morelos passou então a ser um dos centros produtores de chicle, assim como um dos portos mais relevantes implantados pelas ditas companhias em Quintana Roo. A intervenção do Estado sobre Puerto Morelos, dando concessões florestais às companhias estrangeiras, se fundamentou pela necessidade de evitar e conter a crescente autonomia Maya no território. Outro fator foi o interesse em lucrar com a exploração florestal de determinados recursos, neste caso, madeiras consideradas de alto valor econômico que tinham até então uma ampla demanda nos mercados internacionais como os da Inglaterra e Estados Unidos, conforme Cruz-Coria; Zizumbo-Villarreal (2011, p.55):

La extraordinaria riqueza forestal de Puerto Morelos propició que el capital extranjero centrara su atención en este pequeño poblado costero: el chicle - materia prima que se extrae del árbol de chicozapote- adquirió funcionalidad y valor en la producción de países como Estados Unidos y Inglaterra.

A concessão florestal feita pelo governo mexicano à Companhia Colonizadora da Costa Oriental de Yucatán e, posteriormente, a de Santa Maria, além da estadunidense *United Fruit*, constituiu a estratégia inicial que permitiu a inserção da dominação dos recursos puerto morelenses. Estas exerceram o controle efetivo sobre o território criando uma infraestrutura para efetivação da exploração florestal. Assim, as companhias foram se favorecendo também da localização geográfica do povoado, que se situava próximo do centro

de transações comerciais mais relevantes da região caribenha, consistindo em condição favorável para a construção do porto para escoamento extrativista. A presença das citadas companhias foi responsável pela organização econômica, assim como pela organização de uma estrutura social em função das atividades econômicas que caracterizava Puerto Morelos no início do século XX.

Segundo Cesar y Stella (1998), as companhias operavam no povoado por meio de pessoas contratadas e designadas para comandar os trabalhadores braçais que realizavam o extrativismo nas florestas tropicais lá existentes. Assim foram surgindo acampamentos para este contingente de trabalhadores denominados chicleros.

Foi neste contexto que se iniciou a formação do núcleo populacional de Puerto Morelos no decorrer da exploração estrangeira consentida pelo Governo mexicano. Este episódio foi marcado pela mobilidade de pessoas que transitavam entre os acampamentos chicleros e os seus lugares de origem. As condições de vida nestes acampamentos eram muito instáveis, sem a segurança e comodidade para as famílias. Somava-se a este fator as condições precárias de trabalho. Tais fatores favoreceram para que a população de migrantes consumisse uma elevada quantidade de álcool e para a contração de várias doenças, entre as quais, doenças venéreas.

Contudo, surgiu por parte das companhias colonizadoras e exploradoras a necessidade de fixar os trabalhos na região de exploração. Desta forma, estas companhias asseguravam posse do território, evitando que outros exploradores ilegais extraíssem os recursos da floresta. Para tanto, as companhias começaram a construir uma infraestrutura mais adequada para que os chicleros com suas famílias pudessem fazer de Puerto Morelos o seu lugar de moradia.

O resultado da melhoria de infraestrutura, de acordo com Cruz-Coria e Zizumbo Villarreal (2011), foi sentido no primeiro censo populacional de Puerto Morelos que se realizou em 1910, sendo registrado o total de 76 habitantes neste ano. Refletiu, outrossim, na prestação de alguns serviços, pois o povoado era a única localidade em que havia serviços de telecomunicações (telefone e correios). Tais condições facilitaram o desenvolvimento econômico de Puerto Morelos e, conseqüentemente, impactaram na vida dos diversos trabalhadores ao longo dos acampamentos localizados ao redor das florestas.

Contudo, ainda de acordo com Pérez Villegas (2000), no ano de 1921 houve uma diminuição da população, chegando a apenas 28 habitantes (18 homens e 10 mulheres). Este

declínio se deu em decorrência de uma epidemia do vírus da gripe que se manifestou com maior impacto na zona Maya do centro do estado de Quintana Roo.

No ano de 1923, conforme Oehmichen (2010), o extrativismo de madeira já não tinha tanta procura no principal exportador que era o continente europeu. É justamente neste ano, por decreto presidencial que é realizada uma nova concessão ao Banco de Londres e de México para explorar a zona norte do estado. Ou seja, é cada vez mais constante a intervenção de agentes externos na implementação de infraestrutura para fixação de pessoas em Puerto Morelos.

Dadas as transformações transcorridas durante todo o período exposto, e a fixação de trabalhadores extrativistas com suas famílias, o novo território começa de ter residências com características melhores, sendo estas construídas pelos próprios moradores. Houve ainda, a construção de um molhe, de ruas paralelas à linha de costa e se consolidando a aglomeração populacional constituída por pessoas que vislumbraram Puerto Morelos como palco da materialização do seu novo modo de vida.

Esta população começava a desenhar o seu cotidiano no território. Enquanto os chefes de família trabalhavam na atividade chiclera, as suas mulheres, juntamente com os seus filhos realizavam algumas atividades de subsistência que constituíam no cultivo de milho e feijão, na criação e caça de animais como galinhas, peru e veado para a complementação alimentícia.

Eles Praticavam também a pesca para auto consumo e venda do excedente. Posteriormente, a pesca é inserida no modo de vida dos sujeitos locais como um aspecto identitário, favorecido pela riqueza dos ecossistemas costeiros que fazem parte dos arrecifes localizados há poucos metros da linha de costa do povoado.

É relevante frisar que a infraestrutura construída, não incluiu serviços essenciais para a nova população como educação, saúde e saneamento básico. Não havia equipamentos de lazer. O comércio era extremamente limitado. Ainda assim, as famílias assentadas fizeram de Puerto Morelos o seu território, com a perspectiva de que as mudanças iriam continuar se processando para a melhoria de suas condições de vida.

Com a crise que assolou o mundo durante o ano de 1929, a atividade extrativa sofreu forte impacto, o que culminou em 1931, na extinção do território de Quintana Roo, feita pelo então presidente Pascual Ortiz Rubio, passando a ser anexado aos estados de Yucatán e Campeche. No ano de 1935, durante a gestão do Presidente Cárdenas, é decretada a recriação do território de Quintana Roo. Tais fatos, provocaram uma certa estagnação tanto nos avanços

da melhoria da estrutura que se instalava no povoado assim como na sua economia (DACHARY, et.al., 1986).

Com a abertura de Cancun, nos anos de 1970 e a promoção do turismo, a comunidade em formação passa por uma nova fase de crescimento populacional e econômica influenciada pela proximidade da cidade de Cancun e pela imigração nacional e estrangeira. Os estrangeiros advinham, sobretudo, do Canadá e Estado Unidos. Eram pessoas idosas, com uma posição econômica estável que elegeram o povoado para desfrutar da tranquilidade e da paisagem aconchegante do litoral.

De acordo com Córdoba (2001) para facilitar a consolidação da atividade turística no sudeste mexicano, o Governo Federal decreta, em 1974, o estado de Quintana Roo, com sete municípios entre os quais o município de Benito Juárez, onde se encontra Puerto Morelos, que deixa de ser o palco das explorações florestais e assume a característica de um território com a paisagem favorável para apropriação e consumo pelo turismo.

A partir de então, o Estado começa assumir as rédeas para a implantação de serviços básicos para a população local. Começou também a ser instalado no território puertomorelense órgãos públicos para gerir, investigar e explorar os recursos ecossistêmicos de acordo com os seus interesses. Como exemplo, no ano de 1978 a Secretária Federal de Pesca criou no povoado o chamado Centro de Investigações em Aquicultura, que segundo Instituto Nacional de Ecologia (INE), (2000) sua criação se deu no intuito de conhecer melhor os aspectos da flora e fauna marinha e o manejo da atividade no litoral norte de Quintana Roo. Atualmente, é chamado de *Centro Regional de Investigaciones Pesqueras del Instituto Nacional de la Pesca*.

Nas décadas de 1980 e 1990 se ratifica a nova configuração socioespacial no território puertomorelense. Este deixa de ser dominado pelos agentes estrangeiros e passa a ser controlado pelo Estado por meio de políticas de desenvolvimento regional dirigidas pelos governos federal, estadual e municipal. Segundo Cruz-Coria; Zizumbo-Villarreal et. al., (2011), a nova configuração de Puerto Morelos excluiu a extração de árvores, abrindo espaço para outros tipos de exploração, sendo a atividade turística o motor da economia desta localidade.

A história de Puerto Morelos é fortemente marcada pela presença e fixação de pessoas e empresas advindas outros lugares. No referente aqueles que depositaram no povoado o senso de pertencimento, transformaram o espaço em um território que conforme Tuan (1980),

se configurou a partir de uma relação afetiva e toponímica. Mostraram-se capazes transformar o espaço em território que até então era vislumbrado apenas como espaço de consumo por parte do Estado e empresas privadas que tiveram e têm a intenção meramente mercadológica. Para uma melhor compreensão do cotidiano de Puerto é necessário refletir sobre os seus aspectos socioambientais, tal qual fizemos com as comunidades brasileiras.

De acordo com Instituto Nacional de Ecologia (2000), o povoado Puerto Morelos apresenta um relevo de altitudes baixas, composto por afloramentos calcários datados do período Paleozóico. A sua hidrografia é escassa, não sendo banhado por rios superficiais. Devido à natureza carstica dos solos, a água da chuva se infiltra por meio das rochas calcárias, formando um aquífero que abastece a população local. São por estas rochas que ocorre o escoamento pluvial que seguem percurso até o encontro com o mar. Segundo Back (1985, p.35):

La acumulación de aguas pluviales en la matriz rocosa de la península, ocasiona una diferencia de niveles hidrostáticos que determina un flujo subterráneo de tierra al mar. El promedio anual de descarga de agua subterránea en la Península de Yucatán, por encima de los 20 de Latitud Norte, se ha estimado en 8.6 millones de m³ por km de costa al año Sin embargo, por la escasez de sólidos en suspensión la influencia terrígena sobre el arrecife es mínima.

A vegetação é formada pela Floresta Tropical, tendo como uma das espécies dominante a *Thrinax radiata* e *Manilkara zapota*; pela Restinga arbóreo-arbustiva; manguezal predominando as espécies *Rhizophora Manglee* a *Conocarpus Erectu*, (figuras 57 e 58).

Figura 57 – Puerto Morelos: vegetação de manguezal e restinga respectivamente



Fonte: Duran e Dorantes (2000)

Figura 58 – Puerto Morelos: vegetação de manguezal e restinga respectivamente



Fonte: Duran e Dorantes (2000).

Estes ecossistemas, assim como os arrecifes necessitam de proteção. Já foi registrado um elevado grau de degradação destes e o principal motivo está no uso inadequado de seus recursos, o que constitui um dos principais agentes de desequilíbrio a expansão urbana, assim como o turismo. Em relação ao manguezal, nos chama atenção o fato de que, na literatura sobre os aspectos fisiográficos do povoado, é relevante as análises sobre os impactos sofridos por este ecossistema.

Estes impactos estão estreitamente ligados ao crescimento do turismo no território sem nenhuma restrição, ou efeito compensatório. De acordo com NOM-059-SEMARNAT (2010) é em Puerto Morelos onde o manguezal mais sofre ameaças extinção. Este vem sendo explorado desde a época da instalação de acampamentos para alojar os chicleros extrativistas que ocupavam as florestas tropicais do povoado e entorno, sob comando das companhias colonizadoras já mencionadas neste tópico.

No que se refere às florestas, Carrillo-Bastos (2008) afirma que as mesmas se encontram na porção mais elevada do povoado e caracterizam-se por apresentar um dossel arbóreo fechado em uma altura que varia entre 10 e 12 metros. As espécies mais expressivas são chicozapote (*Manilkara zapota*), o ramón (*Brosimum alicastrum*), o caracolillo (*Sideroxylon foetidissimum*), o guayabillo (*Myrcianthes fragans*), as palmas de chit (*Thrinax*

radiata) e nacax (*Coccothrinax readii*); entre as arbustivas se encontram o tupkin (*Malvaviscus arboreus*) e a palma de xiat (*Chamaedorea*). Em relação à herbácea, predomina o Bob tún (*Anthurium schlechtendalli*). É notória a presença de epífitas e trepadeiras. Entre as que se sobressaem estão a bromélia *Aechmea bracteata*, a orquídea *Myrmecophyla tibicinis* e as *cactáceas* (*Selenicereus donkelarii* e *S. testudo*) (INE, 2000). Parte destas espécies, foram abusivamente exploradas pelas companhias colonizadoras do fim do século XIX até a década de sessenta aproximadamente.

Em relação ao tipo de solo, segundo Carrillo B.; Elizalde R. *et al* a localidade apresenta aspectos siltooso/arenoso, composto de matéria orgânica, sendo marcado pela presença de vários afloramentos rochosos que dentro da qualificação atribuída pelos Mayas, este solo é denominado *tsek'el-ek'lu'um*. Já de acordo com Duran e Dorantes (2000), é denominado de Litosol-Rendzina.

Já o tipo climático que caracteriza o povoado, segundo Espinoza-Avalos; Ríos (2009) é o quente e subúmido, com chuvas concentradas no verão e parte do inverno. A temperatura média anual é de 7°C e uma precipitação média anual e 1 200 e 1 300 mm. O clima apresenta uma estação seca bem definida entre março e abril. Predominam os ventos alísios de sudeste e norte que adentram a península de Yucatán depois de ter se originado no Canadá (normalmente de outubro a março), fazendo um percurso no sentido norte-sul. Estes ventos trazem consigo ventos e ondas de grande intensidade.

Segundo Muñoz-Pedrerros (2004), os meses mais quentes são junho e agosto, com temperaturas médias de 29.2° C e 29.0° C respectivamente. Os meses mais frios são janeiro e fevereiro, com temperatura média de 24.6° C e 24.8° C, respectivamente. A umidade relativa do ar é de 84%. É relevante externar que o clima puertomorelense é afetado pela formação de furacões. A temporada em que este fenômeno climático ocorre é de junho a novembro, sendo nos meses de agosto e setembro em que se registram as maiores incidências.

Sobre os furacões, Lara-Lara *et. al.* (2008) afirmam que o arrecife serve como barreira de proteção ou até mesmo minimização dos impactos causados pelas tormentas e furacões. Os autores Lawrence; Gross (1989) relatam que o furacão “Gilberto”, ocorrido em setembro de 1988 é considerado um dos mais intensos registrados até a década de 1980 no hemisfério ocidental, atingido o povoado e causando sérios problemas para a comunidade e seu entorno.

Outro furacão que atingiu a região onde se localiza Puerto Morelos foi o “Roxana”, em outubro de 1995. Este passou a uma distancia de 70 Km ao sul do povoado, causando

poucos danos na comunidade graças a barreira arrecifal. Contudo, Carrilo-Bastos (2008) afirma que o furacão “Wilma” que atingiu o estado de Quintana Roo no ano de 2005, foi considerado o mais devastador da história, causando um forte impacto em todo o litoral do estado, incluindo Puerto Morelos. Este fato está registrado na memória da população local, representando temor e respeito por parte dos sujeitos locais.

O arrecife, além de amenizar alguns impactos oriundos dos furacões, favorece também ao desenvolvimento das praias, dunas e manguezais. O arrecife constitui o recurso mais importante da comunidade puertomorelense. Contribui, todavia, para a pesca de subsistência, comercial, e desportiva. Os principais recursos pesqueiros são a lagosta e várias espécies de peixe que passam pelo menos uma fase de sua vida no arrecife. A praia e o ecossistema coralino são as atrações principais para os turistas que visitam o povoado.

Acerca do Parque Nacional Puerto Morelos, a barreira arrecifal é considerada a segunda maior do mundo depois do arrecife da Austrália, estando a apenas 500 metros da praia de Puerto Morelos (CONANP, 2010). Este ecossistema é um dos elementos mais expressivos que conforma a paisagem do povoado e vem sendo explorado ao longo dos anos com atividades pesqueiras e turísticas. Também é alvo da realização de diversas pesquisas e monitoramento desenvolvidos pelas instituições acadêmicas como a *Universidad Nacional Autónoma del Estado de México* (UAEM). Contudo, este ecossistema se encontra ameaçado por conta da pressão proveniente do crescimento econômico e populacional (centro receptor de migrantes), além da forte influência da infraestrutura urbana da cidade de Cancun que rebate diretamente em Puerto Morelos.

Diante do perigo que estes fatores representam à manutenção dos seus recursos naturais, a comunidade puertomorelense se organizou no sentido de tentar proteger o seu patrimônio paisagístico. Desde o ano de 1995, foram realizadas reuniões entre os diversos setores comunitários no sentido de criar, discutir e desenvolver estratégias que permitissem assegurar o uso sustentável deste ecossistema.

Segundo Lejandro; Zizumbo Villarreal (2012), a ação social exercida pela comunidade de Puerto Morelos adquiriu tanta força que em fevereiro de 1998 foi publicado no diário oficial o decreto presidencial que oficializou a criação do Parque Nacional Arrecife de Puerto Morelos (figuras 59 e 60).

Figura 59 e 60 - Parque Nacional de Arrecife de Puerto Morelos



Fonte: GOMES, R. C. S. (junho/2012).

Este fato foi um marco na vida dos sujeitos locais, uma vez que os mesmos externaram a sua capacidade de mobilização e de luta para se proteger dos agentes externos aquilo que faz parte do seu território. Conforme podemos perceber a relação da comunidade com os ecossistemas que conformam a paisagem do povoado é a base para a sobrevivência e para mobilização entorno da busca pelo bem-estar coletivo.

Para Cruz-Coria; Zizumbo Villarreal (2011) é alvo também de interesses de agentes estatais e privados. Estes últimos, representam perigo para a manutenção destes ecossistemas uma vez que, o interesse está pautado na obtenção de lucro com a sua exploração e não de sua conservação. Um exemplo está no turismo exercido por estes agentes, o que difere do turismo realizado pela comunidade. Enquanto os agentes exploram a paisagem como mercadoria, como valor de troca, para a comunidade ela é vislumbrada como valor de uso e reprodução de suas territorialidades.

É neste substrato físico que a comunidade desenvolve suas atividades econômicas e exercem a suas práticas cotidianas, externam suas angustias e perspectivas em relação a dinâmica socioespacial que envolve o seu território.

No que diz respeito aos aspectos populacionais, segundo o Instituto Nacional de Estadística y Geografía (INEGI, 2010), Puerto Morelos possui uma população de 3.200 habitantes, composta predominantemente de migrantes de outros estados mexicanos. As

atividades econômicas predominantes são o turismo, a pesca e comércio. Há ainda a prática da agricultura, porém de forma incipiente.

Em relação ao turismo, o povoado conta com uma estrutura razoável para atender a demanda oriunda desta atividade: nove hotéis de luxo, quatorze hotéis de pequeno porte e três pousadas (figuras 61 e 62).

Figura 61 e 62 –Puerto Morelos: Zona Hoteleira



Fonte: GOMES, R. C. S. (junho/2012).

Conta ainda com cerca de 50 restaurantes que ofertam cardápios variados, já que recebem vários turistas estrangeiros. Porém é valorizada a culinária regional (tacos, rellenos, enchiladas, pescados e mariscos, entre outros). Estes se encontram distribuídos por todo o povoado, sendo a maioria de características mógicas, dirigidos por famílias residentes no povoado (figuras 63 e 64).

Figuras 63 e 64– Puerto Morelos: Restaurantes diversos



Fonte: GOMES, R. C. S. (junho/2012).

Outra atividade ligada ao turismo é a oferta de passeios e roteiros de visitação a lugares paisagisticamente atrativos como é o caso do arrecife e do jardim Botânico. É relevante frisar que somente os sujeitos locais têm o exclusivo direito de aproveitara paisagem economicamente, conforme Alejandro; Zizumbo Villareal (2012) e para tal fim se organizam em associações de acordo com a atividade a ser exercida. Este aspecto será melhor evidenciado no capítulo cinco.

Além do turismo, a pesca marinha também se constitui como fonte de renda, porém atualmente sua prática está predominantemente atrelada à demanda turística. Os pescadores ainda pescam para subsistência e comercialização do excedente na própria comunidade. Apesar da intensificação de serviços urbanos é possível verificar a prática da agricultura voltada para subsistência e comercialização dos excedentes por algumas famílias.

Mesmo atrelada ao turismo, a pesca assume papel relevante na economia local. Esta atividade é baseada principalmente na captura de mariscos como a lagosta e o caracol rosado e diversas espécies de peixe. A grande demanda pelos dois mariscos deu origem a uma intensa exploração durante quase 25 anos, o que culminou em medidas de contenção da pesca da lagosta e a restrição total da captura do caracol rosado em Quintana Roo.

Atualmente, de acordo com Cruz-Coria; Zizumbo Villarreal et al (2012), a prática da pesca (figura 65) está organizada pela *Sociedade Cooperativa de Producción Pesquera Pescadores de Puerto Morelos* criada no ano de 1981, sendo a primeira do município de Benito Juárez.

Figura 65 – Puerto Morelos: prática da pesca no Caribe mexicano



Fonte: GOMES, R. C. S. (junho/2012).

As autoras ainda afirmam que os pescadores associados são os únicos autorizados pela *Secretaría de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación/ SAGARPA*, para realizar a atividade pesqueira na área descrita (figura 66).

Figura 66 – Puerto Morelos: prática da pesca no Caribe mexicano



Fonte: GOMES, R. C. S. (junho /2012).

Ainda sobre os aspectos econômicos o povoado possui um comércio local, com lojas de pequeno e médio portes que ofertam produtos variados, desde vestuários, a produtos alimentícios, que abastecem a comunidade e algumas das necessidades de turistas e veranistas (figuras 67 e 68).

Figuras 67 e 68 - Comércio de Puerto Morelos



Fonte: GOMES, R.C. S. (junho/2012).

Há lojas que ofertam serviços turísticos (figura 69) a exemplo de aluguel de equipamentos de mergulho, aluguel de quadriciclos, de cavalos para passeio nas trilhas da floresta tropical, aluguel de bicicletas, entre outros.

Figura 69 – Puerto Morelos: serviços turísticos



Fonte: GOMES, R. C. S. (junho / 2012).

Outra atividade que faz parte do cotidiano dos sujeitos locais é a produção e comercialização de produtos artesanais (figuras 70 e 71). Muitos destes são símbolos da cultura Maya predominante na região da península de Yucatán. Os puertomorelenses ligados a esta atividade comercializam os seus produtos no mercado chamado KunasKu, construído para este fim. Para comercialização, é necessário está inserido na Associação de KunasKu que existe há 15 anos.

Figuras 70 e 71 – Puerto Morelos: comercialização de artesanato



Fonte: GOMES, R. C. S. (junho/2012).

Em relação a formas de organização comunitária, além das citadas (pescadores e artesanato) há, ainda a *Asociación de Prestadores de Servicios Ecoturísticos Náuticos de Puerto Morelos*. A comunidade ainda conta com oferta de serviços fax, telefone, banco, correios, internet, transporte, feito por vans e ônibus que circulam no povoado até por volta das 20 horas.

Sobre serviços de saneamento básico, o povoado apresenta os seguintes aspectos: quanto a distribuição de água, a empresa Aguakán, S.A. tem a concessão do serviço, sendo responsável por cerca de 90% do abastecimento na comunidade. De acordo com os sujeitos locais, a água extraída pela empresa vem do aquífero já mencionado, porém para consumo orgânico (beber e preparo de alimentos) a comunidade não se utiliza muito do serviço. Para suprir tais necessidades os sujeitos locais compram água purificada, o equivalente a água mineral brasileira. Durante o verão há deficiência no serviço de distribuição de água tal qual se observa nas comunidades brasileiras estudadas.

No tocante a rede de esgoto, o que predomina é o sistema de fossa séptica, comprometendo os rios subterrâneos que alimentam o aquífero. Há também o escoamento superficial dos efluentes feitos a partir de escavações rudimentares para direcioná-los ao manguezal, o que compromete também a sustentabilidade deste ecossistema. O serviço de coleta de lixo é realizado pela prefeitura de Benito Juárez que disponibiliza um transporte para a coleta durante quatro vezes por semana.

No referente ao serviço de educação, Puerto Morelos conta com 7 escolas, todas ofertando o ensino básico (infantil, primário e secundário) (figura 72), sendo 2 privadas e 4 públicas.

Figura 72–Puerto Morelos: escola pública de ensino Primário Adolfo Lopez Mateos



Fonte: GOMES, R. C. S. (junho / 2012).

O povoado ainda conta com dois centros de saúde. Há em cada centro um médico e um enfermeiro que segundo relatos informais, não supre a necessidade da população local, tendo os moradores que deslocar até a cidade de Cancun para prover tal demanda, ou ao menos tentar supri-la. O serviço de energia elétrica do povoado fornecido pela *Comisión Federal de Electricidad* (CFE) e advém da cidade de Cancun. Sobre serviço de segurança pública, a prefeitura municipal tem disponibilizado um efetivo policial que faz ronda periodicamente na comunidade.

No tocante aos aspectos culturais ligados a festas, a comunidade tem como principais eventos o torneio de pesca – evento internacional que mobiliza dezenas de embarcações de diferentes características. É realizada geralmente no mês de junho em homenagem ao dia da marinha que se dá em 01/06. Outra comemoração importante é a do padroeiro *San José*, comemorado no dia 19 de março, sendo festejado com procissões e missa na única igreja católica da comunidade, (figura 73). Festeja-se também o dia dos mortos e o carnaval. É importante frisar que a maior parte da população local segue a religião católica.

Figura 73 –Puerto Morelos:Paróquia Católica de San Jose



Fonte: GOMES, R. C. S. (junho/2012)

De acordo com a descrição dos aspectos socioambientais, a comunidade do povoado Puerto Morelos, possui uma riqueza ecossistema que serve de base para a mobilização da comunidade e manutenção do seu cotidiano. Desde seu processo de formação territorial, o povoado vem passando por mutações que giram entorno de seus recursos naturais.

A exploração da madeira pelos estrangeiros, a construção de infraestrutura para dar sustentação a atividade extrativista, a chegada e fixação de trabalhadores assalariados contratados pelas companhias exploradoras que culminou na formação da comunidade, as novas funções atribuídas ao território puertomorelense, incluindo a atividade turística.

Estas mutações dão a dinamicidade às relações que se estabeleceram para a conformação das territorialidades que hoje caracterizam a comunidade. Atualmente, o povoado conta com uma infraestrutura básica que assim como nas comunidades sergipanas apresentam algumas fragilidades, como a oferta de serviço médico, destino que é dado aos efluentes e a preocupação por parte da população local frente a este problema. Por outro lado, a comunidade tem um elemento relevante que a potencializa frente aos problemas enfrentados, é a chamada força de mobilização.

A população de Puerto Morelos, mesmo sendo formada por migrantes advindos de várias partes do México, em especial da planície de Yucatán, traçou laços de convivialidade.

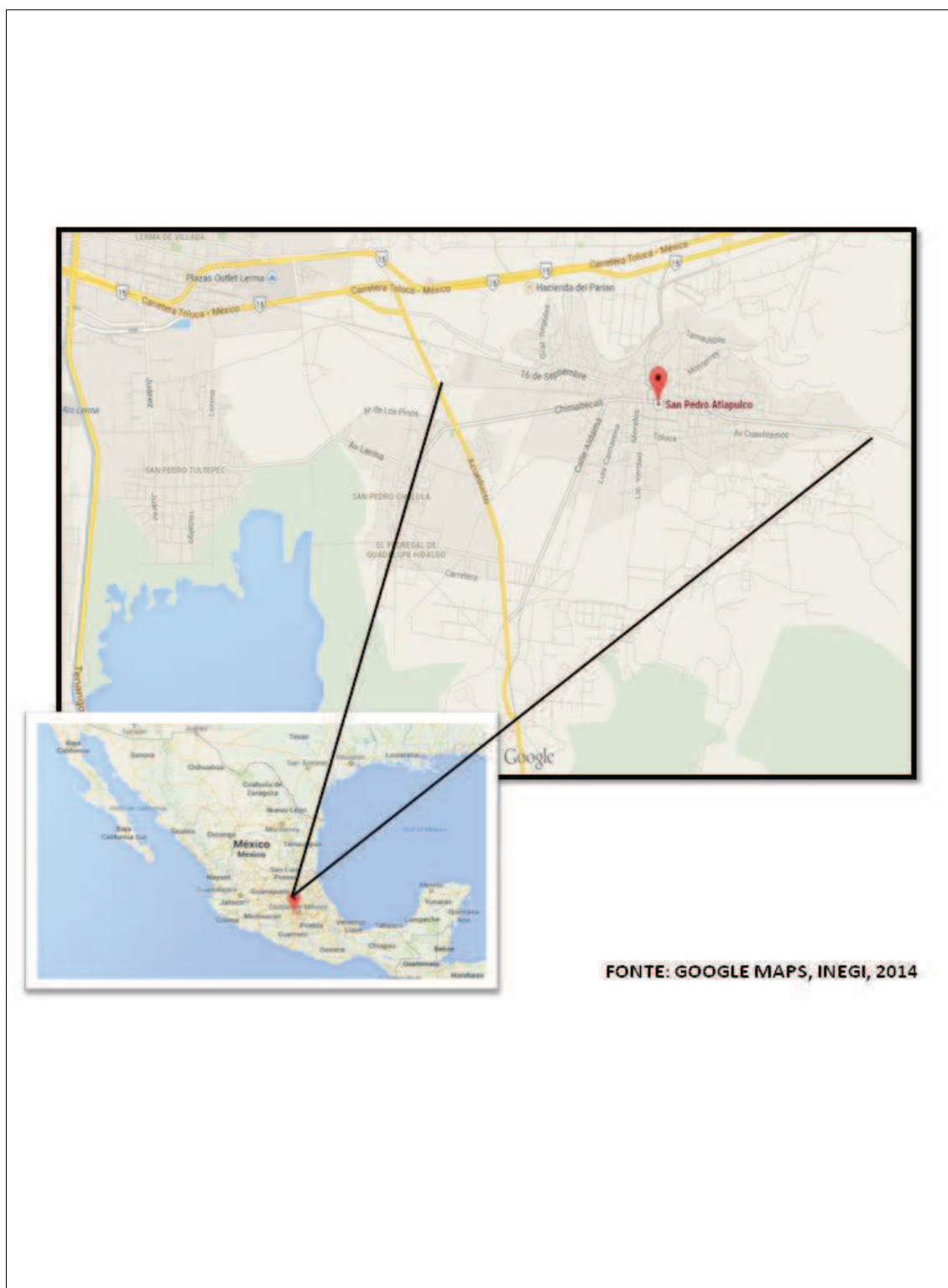
Segundo Almeida (2008) a convivialidade é definida como uma espécie de relação social, política e simbólica que liga o homem à sua terra enquanto constrói sua identidade cultural. Estes traços deram coesão e força para que os sujeitos locais lutassem em prol de melhorias no seu território.

Um exemplo evidente foi a mobilização para a proteção dos ecossistemas costeiros e administração dos recursos inerentes ao mesmo. A comunidade também se mobilizou para exercer as atividades econômicas de forma que os recursos fossem aproveitados equitativamente por todos. São estas relações que conduzem os sujeitos a mobilizarem-se e agirem no campo das lutas para legitimarem suas práticas sociais e com isso, garantir sua existência coletiva.

4.2.2 Comunidades de San Pedro Atlapulco

A comunidade de San Pedro Atlapulco está localizada no município de Ocoyoacac/ Estado de México, estando a 43 km de distancia da Ciudad de México e 39 Km da cidade de Toluca de Lerdo, capital do Estado (figura 74). A principal via de acesso é a rodovia La Marquesa-Atlapulco-Chala e a Rodovia La Marquesa-Ixtapan de La Sal-Toluca. Esta ultima interliga o povoado aos municípios de Capulhuac e Santiago Tianguistenco.

Figura 74 - Localização do povoado San Pedro Atlapulco



Segundo Zizumbo Villarreal (2006), o povoado tem uma extensão territorial de 7110 hectares, sendo que a maior parte está sob regime comunal e compreende os vales para a utilização da atividade turística. A dotação de terras comunais foi feita em 1947. Cruz Coria; Zizumbo Villarreal (2012) afirmam ainda que atualmente a população estimada é de 3250 habitantes.

A comunidade do San Pedro Atlapulco está inserida no Parque Ecológico-Turístico y Recreativo Zempoala-La Bufa, também conhecido como *Parque Otomí-Mexica del Estado de México* e *La Marquesa*. Ainda compreende a zona de manejo, conservação e aproveitamento dos topos de montanhas e colinas do Estado de México denominados “*Cerro el Gavilán, Cerro El Muñeco y Cerro Mateo El Muñeco*”. A fundação de San Pedro Atlapulco se deu em 1872. A origem do nome de acordo com Gutiérrez (1997), Atlapulco é proveniente da língua náhuatl e seu significado é “*el lugar que se perdió en el agua*”

Segundo Baltasar (2002), mais precisamente, no ano de 1473, o Vale de Toluca foi conquistado à força pelos Aztecas desde Clixtlahuaca até Tenancingo e desde o Vale de La Marquesa até o vulcão Xinantécatl, o que inclui o território de San Pedro Atlapulco. O interesse dos povos dominadores pela área de conquista se dá em decorrência da abundância de recursos naturais como carvão vegetal (carbón de leña), ixtle e milho, produzidos pelos seus moradores conquistados. O domínio durou aproximadamente de 45 anos.

O senso de pertencimento e de defesa pelo território por parte dos habitantes de San Pedro Atlapulco se manifesta desde aquele período de conquista. Destaca-se que este povoado representou uma fronteira cultural entre os impérios Matlazinca e México (figura 75).

Figura 75 - Evidência do império Mexica –
Centro Histórico de Ciudad de México



Fonte: GOMES, R.C. S. (março/2012).

Este último localiza-se atualmente no chamado centro histórico da Ciudad de México e o império Matlazinca na importante zona do Vale de Toluca.

Com a chegada dos espanhóis, depois da conquista de Tenochtitlán, em 1521, houve também a conquista do território dos Matlazincas. Ao término desta etapa, começa a evangelização, e consequentemente a imposição da cultura do outro. A religião cristã foi uma latente neste processo de imposição cultural, sendo que em Atlapulco inicialmente não foi muito significativa porque os habitantes estavam influenciados pela cultura Teotihuacana, Mexica y Matlazinca (GUTIÉRREZ, 2008).

Ao destruir os deuses de barro cultuados pelos povos locais, os espanhóis construíram no centro do povoado uma capela que foi denominada San Pedro. No século XX esta foi elevada a categoria de paróquia Atlapulco. Neste mesmo íterim se inicia por parte da população local um movimento de resistência a presença dos espanhóis, que resultou na perda de força destes últimos no território atlapulquenho (IRRACHETA, 1998). Já no ano de 1810,

quando se estabelece a guerra da independência, a localização de San Pedro Atlapulco acabou sendo uma posição estratégica para as ações militares na batalha *del monte de lãs Cruces*.

Uniram-se então, ao movimento revolucionário e se estabeleceram em San Pedro Atlapulco quartéis militares. Foi assentado também um cemitério revolucionário. A repartição de terras se deu com o término da revolução, que com as mudanças processuais pelas quais passaram o setor agrário, se converteram em terras comunais e ejidais para o desenvolvimento agrícola da região. A fundação Atlapulco é oficializada em 1872, quando a população local é reconhecida como uma população espanhola, com o nome de San Pedro e San Pablo, nome da atual paróquia (GUTIÉRREZ, 1986).

Em 1883, é decretada a lei sobre a demarcação de terrenos e colonização, autorizando o aproveitamento de terrenos em desuso pelo governo por parte dos colonos. Neste período foi repartido mais de 600 milhões de hectares que se converteram em enormes latifúndios concentrados nas mãos de poucos em detrimento da miséria de muitos. Contudo, San Pedro Atlapulco foi o menos afetado por este processo de partilha desigual da terra.

O resultado deste contexto histórico é a organização social atual, com o regime de propriedade comunal e o fortalecimento de laços identitários com o território marcado pela construção de um modo de vida particular.

San Pedro Atlapulco tem uma história de luta marcada pela defesa do seu território contra os agentes externos a ele. É por este motivo que atualmente a população local restringe a possibilidade de que pessoas externas ao território possam habitar na comunidade. Tais resistências se configuram na ratificação das territorialidades e a manutenção do modelo de desenvolvimento local comunitário baseado no uso e manejo dos recursos naturais que conforma a paisagem deste território, segundo relato abaixo:

Se conoce que un habitante suizo adquirió un terreno cerca de las colindancias de la comunidad, como se convirtió en propiedad privada los pobladores de San Pedro, no podían caminar libremente por el lugar, no podían usar los bienes naturales. Entonces los pobladores iniciaron un juicio agrario para que esta propiedad fuese devuelta al pueblo, una vez que ganaron el juicio, el predio le fue expropiado y se le otorgó al Comisariado Comunal para su administración y éstos mediante anuencia de la Asamblea General deciden qué, cómo y cuándo se puede usar esta propiedad y de esta forma beneficiar a todos, es utilizado como un lugar de arrendamiento para eventos, reuniones en periodos cortos. (Entrevistado D, Atlapulco).

San Pedro Atlapulco é uma comunidade com uma história de luta, sobrevivência e por uma paisagem que foi alvo de cobiça por outros povos. Esta paisagem possui uma diversidade relevante e acima de tudo significado de sobrevivência para outras comunidades nela

inseridas. Portanto se faz fundamental conhecermos os componentes que fazem da paisagem enquanto fonte de vida e de manifestação da cultura Otomí.

De acordo com Indesol (2010), San Pedro Atlapulco se encontra em uma altitude de 3.010m, o que permite visualizar a paisagem do Vale de Toluca destacando o vulcão Xinantécatl, assim como a zona urbana da região na qual está inserida a comunidade. A geomorfologia é muito acidentada, marcada pela presença de dobramentos modernos (figura 76). A grande dinamicidade geomorfológica representada por um relevo íngreme e acidentado, permite a formação de quedas d'água que se convertem em afluentes que atravessam os vales turísticos.

O povoado ainda possui uma grande extensão de bosques, uma rica hidrografia que abastece não só a comunidade, como também os municípios de Huixquilucan, Lerma e a Ciudad de México, (GUITÉRREZ, 1986). Seus principais rios são La Marquesa-Huixquilucan-Los e Remedios-Moctezuma-Pánuco.

Figura 76 –Atlapulco: aspectos geomorfológicos – relevo acidentado coberto por bosques



Fonte: GOMES, R. C. S. (junho/2012).

Segundo Zizumbo-Villarreal; Ramírez Pérez (2006), o tipo climático é o temperado subúmido, com temperaturas que oscilam entre os 30 e -7 C. A média térmica anual é de 18 graus. As temperaturas mais baixas ocorrem entre os meses de outubro e março. Sobre as

precipitações, as chuvas mais intensas caracterizadas como tempestades que acometem a região onde está localizado o povoado, ocorrem entre os meses de junho e agosto. A precipitação média anual é de 1.400 a 1800 mm. O solo que caracteriza o povoado é o argiloso, calcário rochoso. As atividades mais utilizadas para o aproveitamento econômico do solo são a agricultura, pecuária.

Com base nas descrições acima, entendemos que a paisagem física do território atlapunquenho apresenta aspectos diferenciados em relação ao quadro paisagístico das comunidades anteriores. É neste substrato físico que os sujeitos locais de San Pedro Atlapulco constroem os seus laços territoriais. Eles Imprimem deste modo, as bases culturais que emergem das territorialidades. Incluem-se neste contexto, as lutas e conquistas para a manutenção e defesa do seu modo de vida.

Destas conquistas, a lei de terras instituída em 1992 pelo Estado se constitui em um elemento basilar na vida dos atlapulquenhos. O envolvimento de toda a comunidade em assuntos que dizem respeito ao uso e manutenção do seu território é reflexo da luta, do grau de empoderamento dos sujeitos locais. É fruto da articulação para que todos possam usufruir dos benefícios que envolvem o desenvolvimento de atividades de uso e ocupação do solo. De acordo com Contreras; Castellanos et.al. (2000) a lei garante o sustento econômico da vida em comunidade.

Em San Pedro Atlapulco foi reconhecido o direito dos sujeitos locais de exercerem autonomia sob o seu território, administrando-o e gerindo os seus recursos naturais, porém, impossibilitados de vender qualquer fração deste território, como se lê a seguir:

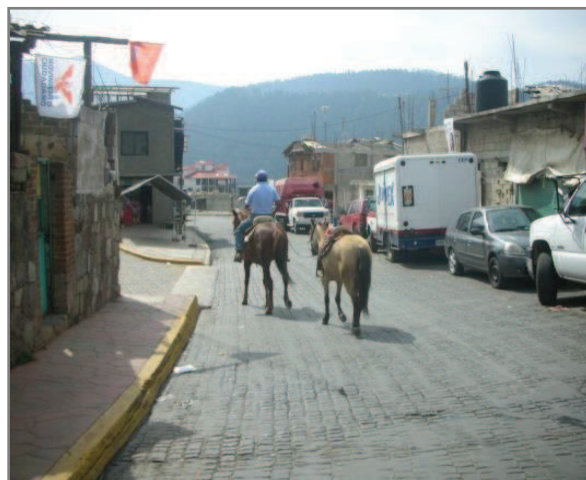
A Atlapulco se le otorgaron 7,110 hectáreas de extensión territorial, La mayor parte bajo el régimen de propiedad comunal. A cada jefe de familia se le dio posesión de una parcela para su consumo individual. Un total de 3,800 hectáreas se encuentran conformadas por bosques; debido a esa extensión boscosa, existen abundantes fuentes de agua cuyo líquido les permite abastecer sus propias necesidades y ofrecer en usufructo agua a los municipios de Huixquilucan, Lerma y la Ciudad de México. (SALVITIERRA y ZIZUMBO VILLARREAL, 2009, p. 148).

De acordo com Ramírez Pérez; Zizumbo Villarreal (2012) o território atlapulquenho se constitui em três zonas: boscosa, urbana e agrícola. A primeira é formada por três vales turísticos: *El Potrero*, *El Conejo*, *El Silencio*, *Rancho Viejo*, *Las Carboneras* y *las Monjas*. As principais árvores que os caracterizam são oyamel, ocotes, pinho, carvalhos, assim como uma grande variedade de coníferas com nomes conhecidos popularmente. Algumas espécies faunísticas destes bosques são os também popularmente conhecidos veados de cauda branca,

gatos selvagens, coiotes, jaguatirica, gavião, águia silvestre, corvo, entre outros. (GUITIÉRIZ, 1997, p. 27). Esta zona passou a ser uma das mais importantes para os sujeitos locais pelo fato de nela, se materializar o turismo, sendo considerado uma das principais atividades econômicas para o território em evidência.

A zona urbana (figuras 77 e 78) está baseada no comércio local que funciona de segunda-feira a sexta-feira. Nos fins de semana, a atividade comercial e de serviços se concentram na zona boscosa. Além dos aspectos citados, esta zona possui um contingente populacional denso. A zona possui ainda, casas aglomeradas umas próximas as outras, diferentemente das demais zonas. Em geral, são de alvenaria ou madeira. As ruas são pavimentadas. A comunidade ainda conta com serviços de energia elétrica e água potável oriunda dos vales deste território.

Figuras 77 e 78 - Zona urbana – San Pedro Atlapulco



Fonte: GOMES, R. C. S. (junho/2012).

É nesta zona em que se concentram os principais serviços prestados à comunidade como os ligados a educação, saúde e saneamento básico. No tocante a educação, o povoado possui três escolas que atendem a educação infantil, ensino primário, ensino secundário técnico e ensino médio preparatório, com nível técnico (figura 79).

Figura 79 – San Pedro Atlapulco: Escola de Ensino Técnico Preparatório



Fonte: GOMES, R. C. S. (junho/2012).

No referente à saúde, a comunidade dispõe de um centro médico ambulatorial que funciona de segunda a sexta-feira das 08 às 18 horas. O centro conta com clínico geral, enfermeiras e tratamento odontológico, sendo estes serviços subsidiados pelas esferas públicas municipal, estadual e federal. Contudo, para ter acesso aos serviços médicos a comunidade paga uma taxa correspondente ao valor de 70 pesos, o equivalente a 19 reais. Porém de acordo com relatos informais existe o denominado seguro de saúde, oriundo do governo federal que beneficia os moradores que não possuem condições financeiras para consulta. É o chamado pelos atlapulquenhos de seguro popular. As pessoas contempladas ficam isentas da cobrança da taxa descrita. Nos casos de saúde mais complexos, os sujeitos locais se dirigem até Cidade de México, ou até a capital do estado- Toluca de Lerdo. Na zona urbana ainda possui um abrigo para idosos e um cemitério.

Na zona urbana uma diversa quantidade de lojas, mercearias, restaurantes de cardápios variados desde pizzaria até ‘comida rápida’ - termo muito utilizado em todo o México para pratos que não demoram em serem servidas aos consumidores. O povoado ainda conta com açougues, casa de bolos de festa, serviço de telefonia celular e fixo. Há também serviços de táxis, feira - livre uma vez por semana, locadoras de vídeos, e serviço de distribuição de gás

para consumo doméstico. Foi observada a presença de vários automóveis de diferentes marcas e modelos, a existência de locais de venda de combustível para automóvel.

As vias de acesso de San Pedro Atlapulco estão vinculadas em sua maioria a *Ciudad de México* que a *Ciudad de Toluca*, basicamente pela variedade de transportes que convergem para o Distrito Federal do país que, como já exposto se localiza bem próximo ao povoado.

Sobre o serviço de saneamento básico, a comunidade apresenta a seguinte situação: coleta de lixo, há cinco anos, o serviço era realizado pela prefeitura municipal de forma gratuita. Atualmente, é realizado por pessoas contratadas pelos membros da comunidade para tal fim. A coleta é feita duas vezes por semana. Segundo relatos informais, o lixo é despejado em um terreno baldio que fica próximo do povoado, não recebendo nenhum tratamento.

Em relação aos aspectos ligados a prática religiosa, o povoado dispõe de duas igrejas, ambas localizadas na zona urbana, sendo uma de origem católica (figuras 80, 81 e 82) e outra evangélica. A religião predominante entre os sujeitos locais é a católica

Figuras 80, 81 e 82 –San Pedro Atlapulco: Templo católico



Fonte: GOMES, R. C. S. (junho /2012).

De acordo com relatos informais, as festas mais importantes da comunidade também estão ligadas a religiosidade. Entre as quais está a comemoração do padroeiro San Pedro

Atlapulco, que se dá no dia 24 de junho. Outras comemorações estão ligadas a relação dos sujeitos locais com a terra, a exemplo da benção do milho. Há ainda a peregrinação ao santuário das montanhas sagradas de Chalma, se constituindo em uma das heranças dos antepassados indígenas que habitaram os vales do povoado.

Na terceira zona, chamada de zona agrícola, há a prática da criação de animais para uso doméstico, a exemplo bois, vacas, porcos, burros, galinhas, perus, ovelhas, peixes, em especial a trucha para consumo e comercialização. O trabalho agrícola na comunidade continua sendo um dos principais componentes do modo de vida da população local. E mesmo com a inserção de outras atividades no território e consequentemente no cotidiano dos atlapuquenhos, o trabalho de manuseio com terra na zona agrícola (figura 83) é parte referencial de sua identidade.

Figura 83 –San Pedro Atlapulco: Zona agrícola –povoamento disperso



Fonte: GOMES, R. C. S.(junho/2012).

Dentre os cultivos que se pratica na comunidade, o de milho é o mais expressivo. Este se constitui na principal fonte de alimentação dos sujeitos locais, sendo, portanto produzido para auto-subsistência e comercialização do excedente. Aliado a este, são realizados outros cultivos como feijão, pimenta, trigo, aveia, cevada e batata. É cultivado também ferragens para alimentar os cavalos utilizados no fim de semana para a prática do turismo nos distintos vales que conformam o território atlapulquenho.

Segundo relatos informais coletados em trabalho de campo realizado nos meses de abril e junho de 2012, a prática da agricultura em períodos anteriores se configurou como principal modo de sobrevivência da comunidade. Atualmente, cerca de 60% das terras cultiváveis se encontram abandonadas em decorrência da inserção de outras atividades mais lucrativas, como o comércio e turismo.

Os sujeitos locais relatam que a agricultura era considerada uma prática difícil até mesmo pelas condições climáticas da região. Porém, todo o núcleo familiar se envolvia na atividade, desde crianças até os idosos com força para desenvolver o trabalho. Hoje, apesar das mudanças que ocorreram, a agricultura principalmente ligada ao cultivo de milho ainda é praticada e segundo Cruz-Coria e Zizumbo-Villarreal (2012, p.160):

Sigue siendo el articulador de la vida social ya que solo es el corazón de La agricultura sino el nutriente básico y ancestral de los pobladores, representada como el alma de la vida rural, en grano que alimenta al ganado y La semilla que reproduce tanto los procesos de cultivo como las relaciones comunitarias. Es por ello, que actualmente aunque este devaluado el precio del maíz, su producción tiene gran significación para la vida de la población.

A decisão para o exercício da prática agrícola é tomada por cada chefe de família. Este decide o que, quando e quais pessoas realizam as tarefas. Para a tomada de decisões são consideradas as habilidades e destreza de cada membro da família para o desenvolvimento da atividade. Atualmente, a busca de alternativas econômicas para aumento da renda familiar incorporou a combinação da atividade agrícola com a atividade turística, sendo que esta última tornou-se a força motriz da economia da comunidade. De acordo com relatos dos sujeitos locais, o turismo começou a ter relevância para a comunidade a partir do ano de 1958, devido a abertura da rodovia planejada já citada neste capítulo. Este fato contribuiu relevantemente para que o turismo fosse vislumbrado como locus do lazer e descanso nos fins de semana pelos visitantes. Advindos, sobretudo do Distrito Federal (*Ciudad de México*) e da capital do estado – Toluca e municípios circunvizinhos.

Foi também neste ano que se construiu a rodovia que liga os municípios de Tenango a Ixtapan (figuras 84 e 85), aspecto que fortaleceu o desenvolvimento do *Valle Del Potrero*. Os sujeitos locais começaram a utilizar dos recursos que dispunham para aproveitar o cenário montanhoso e boscoso que caracteriza os vales do seu território.

Figuras 84 e 85 - Rodovia de acesso a Toluca-DF



Fonte: GOMES, R. C. S. (abril/2012).

Nestes vales que conformam a zona boscosa: (*EL Potrero, El Conejo, El Silencio, Rancho Viejo, Las Carboneras e las Monjas*) são ofertados serviços turísticos variados: aluguel de cavalo (figura 86) e de quadriciclos para passeio pelos bosques, aluguel de quiosques e churrasqueiras para aqueles que pretendem passar o dia no campo.

Figura 86 - Oferta de serviços turísticos nos vales que circundam San Pedro Atlapulco



Fonte: GOMES, R. C. S. (abril/2012).

Há serviço de restaurantes que tem como principal característica a culinária típica da região (coelho, trucha, tortilhas, tacos, entre outras especialidades – figuras 87 e 88). São ofertados ainda passeios de lancha nos lagos existentes nos vales e recreação com Tirolesa.

Figuras 87 e 88 - Restaurantes e artesanato de San Pedro Atlapulco



Fonte: GOMES, R. C. S. (abril/2012).

Os sujeitos locais também produzem uma variedade de artesanato feito principalmente com argila que é comercializado junto aos turistas que visitam o povoado (figura 89 e 90).

Figuras 89 e 90 – San Pedro Atlapulco: Artesanato



Fonte: GOMES, R. C. S. (abril/2012).

Existe uma divisão social do trabalho bem definida prestação de serviços turísticos. As mulheres se dedicam à culinária, enquanto os homens ocupam-se dos demais serviços como passeios e recreações. As crianças geralmente ajudam as mulheres no preparo do alimento que irão disponibilizar para os turistas, conforme relato abaixo:

Yo trabajo unas lanchitas en el Valle del Potrero, cinco lanchas que están en un lago. Llega el turista y les proveemos el servicio, en la verdad es que de eso solo trabajamos dos días a la semana y a veces quisiéramos tener otra clase de trabajo pero a mi edad es algo difícil, trabajamos viernes y sábados y días festivos, con ansiedad lo esperamos porque en lo particular yo no hago otra cosa, pero hay otras personas que se dedican a otra cosa entre semana. No se dedican solamente al valle, pero la mayor parte sí se dedican al valle y toda la semana están en sus casas. Pero a lo mejor nos hacen falta fuentes de trabajo para tener otros ingresos. (Entrevistado E - Atlapulco).

A organização social obedece a uma medida legal que estabelece o regime de propriedade comunal e está constituída por um órgão legal intitulado comissariado de *Bienes Comunales* entendido como aqueles cujo uso é direito de todos os sujeitos que partilham o território. Segundo Cruz-Coria, ZizumboVillarreal (2012), é uma entidade que permite o desenvolvimento e cuidado do território atlapulquenho, e que em conformação com as outras instancias internas se busca a funcionalidade e fortalecimento de sua própria organização social.

Os antecedentes da atividade turística envolvendo a comunidade data da década de sessenta, quando o parque foi declarado oficialmente como uma área natural protegida, aumentando assim, o número de visitantes que demandavam uma série de serviços para satisfazer suas necessidades recreativas (GUTIÉRREZ, 1997); (HERNÁNDEZ y WALDO, 2001). Como resposta, os homens da comunidade começaram a proporcionar passeios curtos de cavalo, enquanto as mulheres começaram a improvisar pequenos locais onde eram oferecidos produtos gastronômicos da culinária regional.

Com o passar do tempo, a incorporação de famílias na atividade turística foi aumentando tornando-se relevante para a economia da comunidade. O parque e os vales vizinhos se constituíram então em territórios turísticos que englobou além de San Pedro Atlapulco, outras comunidades como a de San Gerónimo Acazulco. Hoje, o turismo é a principal fonte de renda das populações que fazem parte deste território (IRACHETA, 1998), (MONTERROSO, 2003).

O desenvolvimento local é planejado pela comunidade que busca a geração de renda, sendo realizado pelas próprias famílias, formando uma organização que possibilite a

integração dos membros da comunidade na atividade turística. Para tal fim, são eleitos representantes escolhidos pela própria comunidade a partir de uma relação de confiança mútua. Estes propõem uma estrutura econômica organizada a fim de gerar emprego e renda, baseando-se na potencialidade que o seu território possui e conforme vão crescendo, se amplia a oferta de serviços turísticos, ao mesmo tempo em que buscam capacitação para oferecer melhor os serviços (VELTMEYER, 2003) e (O'MALLEY, 2003). Isto permite aos sujeitos locais o incremento de sua renda que é empregada na aquisição de melhores condições de moradia, na ampliação da cobertura de serviços públicos, na melhoria das condições do trabalho doméstico e a oportunidade de estudo mais qualificado para os seus filhos. É relevante enfatizar que o senso de empoderamento dessa comunidade, perpassa pelo associativismo, cooperação que se mostra denso. Inclusive, estes aspectos são preponderantes na prática do TBC, segundo autores já analisados.

Vale ressaltar que a participação do poder público no fomento ao turismo, na comunidade se deu de forma indireta, com a construção de rodovias e estradas que deram visibilidade aos povoados inseridos nos vales boscosos. A comunidade, sentindo a necessidade de buscar alternativas de melhoria socioeconômica, vislumbrou o potencial turístico no cenário paisagístico, nas suas territorialidades, assim como na abertas vias de acesso aos povoados.

Até o período de realização da pesquisa não houve nenhuma política de fomento ao turismo que considere o saber fazer das comunidades que inseriram esta atividade em seus territórios. No Brasil ao menos, mesmo que tardiamente, existe um planejamento proposto pelo MTur que procura incluir as experiências de turismo comunitário emanadas pelos sujeitos locais, a exemplo do Edital 001/2008, que contemplou várias comunidades de todas as regiões brasileiras, ao mesmo tempo em que excluiu outras.

Os sujeitos locais de San Pedro Atlapulco sentem-se excluídos pelo Estado e por outro lado consideram que a forma de conduzir o destino de suas vidas, mesmo com os percalços que surgem ao longo da história os torna mais fortes pela manutenção dos seus territórios, dos seus recursos.

As cinco comunidades: Terra Caída/Indiaroba, Crasto/ Santa Luzia do Itanhy- Sergipe /Brasil; Prainha do Canto Verde/Beberibe/Ceará e Puerto Morelos/Benito Juárez-Quintana Roo, San Pedro Atlapulco/ Ocoaycoc/Estadode México/México, são comunidades que, embora tenham histórias distintas, possuem traços comuns em se tratando de aspectos que

delineiam os seus modos de vida: a atividade pesqueira, prática de cultivos de subsistência, o senso de apego ao território, os laços de solidariedade, a luta pela manutenção dos seus territórios, embora umas se apresentem mais organizadas em relação a outras; problemas sociais decorrentes do processo de exclusão socioespacial, entre outros aspectos que suscitarão as reflexões do próximo capítulo.

São comunidades que, embora estejam localizadas em porções diferentes do continente americano, que apesar de terem sido colonizadas por diferentes grupos europeus, possuem uma proximidade marcada pela forma como construíram suas territorialidades. O TBC se relaciona a este contexto por entendermos que nestas territorialidades se encontram também estratégias de sobrevivência por parte dos sujeitos locais na busca por melhor qualidade de vida por meio do desenvolvimento local. Este fato justifica a necessidade e relevância do conhecimento das territorialidades por parte de agentes que concebem as políticas de fomento ao turismo. Isto porque as comunidades são territórios que possuem valores, manifestações culturais e identidade, tendo vida própria, história, intencionalidades e dinâmicas.

Estas políticas devem estar voltada para as comunidades priorizando alternativas que se voltem aos interesses da coletividade. Segundo Coriolano *et. al.*, (2009) a estruturação de atividades econômicas pelas comunidades mantendo o tradicional e aderindo ao moderno, como o turismo, faz-se necessária à sobrevivência e manutenção das territorialidades. Representam formas de fortalecimento de territórios a exemplo das organizações comunitárias em que predomina a agricultura familiar, a pesca artesanal, o artesanato e o turismo comunitário.

O TBC em expansão na América Latina tem como característica as comunidades que se organizam em seus territórios para gerenciar atividades, objetivando complementar renda ou até mesmo tê-lo como matriz econômica. Esta característica é bem notória nas comunidades mexicanas estudadas, a exemplo de Atlapulco. No caso das estudadas no Brasil, a Prainha do Canto verde e em parte, o povoado Terra Caída apresentam traços do exposto. No caso de Terra Caída, afirmamos em parte, uma vez que ao procurar a melhoria do TBC via políticas públicas a comunidade entra em um contexto de passividade frente ao senso de empoderamento, organização e associativismo. Isto se dá em decorrência do envolvimento de agentes externos ao território que não tiveram o compromisso de ratificar o que já estava em andamento e da própria fragilidade das organizações locais. Daí a importância da coesão

coletiva para que os sujeitos não se tornem sujeitos sem vozes e sim sujeitos ativos e atuantes na luta e manutenção dos seus territórios.

Acreditamos que os sujeitos produzem a ação coletiva, porque são capazes de se auto definir coletivamente, assim como politizam seu relacionamento com o meio ambiente dado pelo acesso e uso aos recursos naturais, mediado pelos seus modos de vida. Não se trata de um processo linear, mas de interação, negociação, e de oposição de diferentes orientações.

No próximo capítulo, o pilar da reflexão será os caminhos trilhados por cada comunidade para dar singularidade aos seus territórios. Também, como cada grupo constrói suas relações cotidianas dentro destes territórios e como o turismo e políticas de fomento ao turismo são representados nesta teia de relações pelos sujeitos locais. Com esta reflexão teremos condições de avaliar como o turismo se insere em cada comunidade.

Buscaremos, também, desvelar forças que emanam nestes territórios para tal feito. Só assim poderemos avaliar se o turismo se manifesta nas comunidades de forma convencional, frustrada ou comunitária. Avaliaremos também os impactos (sejam eles positivos ou negativos) provocados pelo turismo nestas comunidades. Desta forma, atingiremos o propósito da pesquisa de tese que se pauta na análise das relações socioespaciais envolvendo o os sujeitos locais, políticas de fomento ao turismo e o TBC.

CAPÍTULO 5

**CRASTO, TERRA CAÍDA, PRAINHA DO CANTO VERDE,
SAN PEDRO ATLAPULCO E PUERTO MORELOS:
(DES) CAMINHOS E PERSPECTIVAS DO TBC**

CAPÍTULO 5: CRASTO, TERRA CAÍDA, PRAINHA DO CANTO VERDE, SAN PEDRO ATLAPULCO E PUERTO MORELOS: (DES) CAMINHOS E PERSPECTIVAS DO TBC

Para o desenvolvimento deste capítulo recorreremos às definições de comunidade, memória coletiva, cotidiano, singularidade e percepção, assim como as territorialidades construídas pelos sujeitos locais das comunidades estudadas. Serão utilizados relatos extraídos das entrevistas semiestruturadas, relatos informais realizados durante todo o trabalho de campo, as observações realizadas, assim como registro e levantamento fotográficos. O nosso intuito é refletir como se dá a relação dos sujeitos locais com os elementos tangíveis e intangíveis que permeiam os seus territórios e a paisagem contida nesses, assim como a inserção do TBC nesta dimensão. Para tanto, será necessário descrever e analisar as relações que se processam entre sujeitos locais e os seus territórios, políticas de planejamento do turismo e o TBC. Consideramos que a referida relação é entremeada de intencionalidades que se manifestam com o poder, seja ele material ou simbólico.

5.1 Território, paisagem e turismo: o olhar dos sujeitos locais

Estudar as interfaces das relações cotidianas que permeiam as percepções dos sujeitos requer a inserção de conhecimentos considerados fundamentais para uma ampla compreensão da dimensão subjetiva que esta pesquisa exige. O significado do termo comunidade neste estudo é baseado nas características individuais de um determinado grupo que se encontra em um ambiente em que são construídas suas relações cotidianas, laços de ajuda mútua, de trabalho, e que faz face à necessidade de transformações no seu território em favor do bem comum (ORNELAS, 2008). A comunidade é reflexo da experiência dos sujeitos com o seu território consubstanciada de alteridade, de cumplicidade e solidariedade. Deste modo, considera-se a alteridade, o reconhecimento da interdependência com os outros, dando ou fazendo pelos outros, o que se espera deles.

Ao debruçar o nosso olhar em uma determinada comunidade, há que atentarmos para os significados que o termo comunitário possui para os sujeitos locais. Por este motivo as representações que estes sujeitos possuem sobre as relações entre eles, o seu território, a sua paisagem e os agentes que influenciam na dinâmica que os envolve, são de fundamental

relevância. Com base no exposto, o sentido de comunidade que os sujeitos locais em seus relatos expressam, remete a um sentimento de pertença entremeado em uma rede de relações; expressam também a interdependência voluntária e a mutualidade, segundo relatos que seguem:

Viver em comunidade é você ajudar a comunidade, é viver bem com a comunidade, ajudar, juntar força, é lutar junto. Pra mim é isso viver em comunidade. É um ajudando o outro, ser solidário (Entrevistado C - Crasto).

Vivir en esta comunidad es estar con personas que se conoce, que no tiene miedo de ella, de cuando se pasa alguna cosa que nosotros no gustamos, nosotros tenemos fuerza para lucha, como acá que las personas luchan para proteger los arrecifes. (Entrevistado F - Puerto Morelos).

Minha filha, a comunidade é isso. Todo mundo conhece todo mundo! Os vizinhos é como se fosse nosso irmão. Aqui todo mundo ajuda todo mundo. A gente aqui tem problema de água e no sufoco a gente pede na casa do vizinho e até eles oferece pra gente. Aqui é assim. (Entrevistado D - Terra Caída).

Para mi es compartir los recursos para que todas las personas tengan derecho de manejar los recursos. En nuestra comunidad es así. Todo es compartido. (Entrevistado B - San Pedro Atlapulco).

A Prainha é uma família! Se você mexer com uma pessoa, mexe com todo mundo. Por mais que tenha raiva um do outro, mas na hora de estar junto, todo mundo chega. Isso é muito positivo aqui! (Entrevistado A – Prainha do Canto Verde).

No sentido de comunidade atribuído pelos sujeitos locais, foram identificadas características como quantidade e qualidade da interação, desfecho positivo de acontecimentos, partilha de eventos em conjunto, importância dos membros para a história do grupo, recompensa dos membros a partir de honra e ligação espiritual à comunidade e aos seus membros. Para estar em comunidade, o contato em si não é suficiente. Este deve ter determinada qualidade para se tornar uma memória coletiva, a comunidade deve partilhar o destino das suas experiências comuns em algum sentido, como o sentimento de “um por todos e todos por um”.

A memória por sua vez, pode se traduzir como as recordações do passado, que afloram no pensamento dos sujeitos sociais, tanto no presente, como na capacidade de registrar informações de fatos vividos no passado. Ela ratifica o senso de identidade do indivíduo substanciado em uma memória compartilhada não só na esfera do histórico, da realidade, mas, sobretudo na esfera simbólica. De acordo com Halbwachs (2006, p.51) “na memória de um grupo se destacam as lembranças de eventos e das experiências que dizem

respeito à maioria de seus membros e que resultam de sua própria vida e de sua relação com os grupos mais próximos, os que estiveram mais frequentemente em contato com ele”.

Com base no exposto, recorreremos à memória coletiva dos sujeitos locais que formam as comunidades de Terra Caída, Crasto e Prainha do Canto Verde/Brasil, assim como Puerto Morelos e San Pedro Atlapulco/ México para adentrarmos nas representações que os mesmos possuem sobre o seu território e tudo o que faz parte dele, incluindo a paisagem. O território se configura nas marcas deixadas pelas dinâmicas das relações destes com todos os aspectos que definem a territorialidade de cada comunidade. Isto requer adentrarmos na vida cotidiana destes sujeitos. Também se dá no intuito de nos situarmos em relação a sua representação sobre o TBC, como eles concebem esta modalidade do turismo em seus territórios.

No capítulo anterior, destacamos os aspectos socioambientais dos territórios e nos remetemos a história sobre o processo de formação das comunidades, identificamos ainda, vários elementos que indicam o senso de solidariedade e de coesão comunitária, mesmo em momentos de dificuldades, como podemos constatar nos depoimentos abaixo:

Antigamente aqui, a gente passava muita dificuldade. Mas a gente sempre se ajudou. (Entrevistado C - Crasto).

A vida aqui era muito difícil, mas sempre o que um tinha, dividia com o outro. A vizinha perguntava pra minha mãe: “Mariquinha a senhora já tomara o café com os meninos”? Se já tomara, bem! Se não tomara, ela tirava um pouco do dela e oferecia; fora a intimidade que a gente tinha aqui que era de comadre e compadre que a gente se tratava. (Entrevistado B, Crasto).

As casas eram de palha; era o maior sofrimento. Com o tempo foi para taipa, e assim o povoado foi se modificando, foi crescendo [...] não tinha energia. Era de candeeiro. O que tinha aqui era muita humanidade (Entrevistado A - Terra Caída).

Aquí nuestros antepasados lucharon mucho por la tierra y con la lucha se obtuvo derechos. Todo que nuestra comunidad tiene es con esfuerzo de toda la gente que vive aquí. (Entrevistado B - San Pedro Atlapulco).

Aqui, era pouquíssimas casas! [sic] Era tudo de taipa! As coisas eram mais difíceis pra nós, mas a gente sempre gostou daqui. Quando a gente era criança brincava tudo junto, tomava muito banho de lagoa. Sempre a gente foi muito unido aqui na Prainha! [...] Se alguém disser que passou fome aqui, eu digo que é mentira! Sempre todo mundo aqui se ajudou! (Entrevistado A – Prainha do Canto Verde).

A busca pela superação dos limites na vivência cotidiana, tendo como elo o sentido de comunidade nos reporta ao pensamento de Berger e Luckmann (2000), pois estes autores sinalizam que o mundo da vida cotidiana origina-se no pensamento e na ação dos homens

comuns e, é confirmado por eles na realidade. Segundo esses autores a reflexão do mundo cotidiano envolve a compreensão do experienciar a subjetividade por parte dos indivíduos comuns, isso considerando que a consciência possui intencionalidade e esta evidentemente está no substrato da ação social. A realidade cotidiana constitui-se por uma reunião de subjetividades, em que vários indivíduos partilham a mesma “definição”, ou “construção” da realidade.

Na união de suas várias subjetividades se dá a construção social da realidade, seja ela permeada de acontecimentos positivos ou negativos. É importante frisar que o TBC tem como uma de suas premissas a valorização do cotidiano, no qual os sujeitos se destacam enquanto construtores e condutores do seu modo de vida, tornando-o visível com a inserção do TBC, para aqueles que se interessam em adentrar na subjetividade do outro. No caso, os visitantes que estão abertos a troca, ao conhecimento e a experienciar a riqueza do cotidiano daqueles que têm no território a sua base de reprodução da vida que têm o território como valor de uso.

É neste sentido que Tuan (1980) fala do enraizamento como sendo fruto e palco das relações mais íntimas do sujeito com o território, onde ele se identifica. São os laços interligados pela topofilia, termo criado por Bachelard, mas muito divulgado e utilizado por Tuan (1980) para expressar os vínculos afetivos que o homem desenvolve com o lugar. *Topo-* lugar, e *filia* - afeição, imprimem na relação sujeito-lugar um tom de cumplicidade, de indissociabilidade. Os sujeitos locais entrevistados das cinco comunidades estudadas, em seus depoimentos deixaram transparecer um sentimento de topofilia, de apego aos seus territórios conforme relatos expostos:

Para mim o meu povoado é tudo em si, porque eu nasci aqui e me criei aqui. Meus pais são filho de pescador, eu sou filho de pescador. Ele é importante porque oferece uma paz [...]. Na situação econômica não tem essas coisas, mas também a gente vive melhor, sem preocupação. (Entrevistado A - Crasto).

Es un privilegio vivir aquí, porque no hay otro lugar donde ha vivido tenía un ambiente así. Es mi casa [...]. Todos lo que conozco siento como mi familia, era muy familiar, porque tiene llegado mucha gente nueva acá. (Entrevistado E - Puerto Morelos).

Puerto Morelos es mi paraíso, es mi casa. (Entrevistado C - Puerto Morelos).

Essa minha terra, é minha vida! Tudo o que eu sou eu devo ao que vivi aqui. (Entrevistado E - Terra Caída).

Es muy importante para mí porque es aquí donde aprendí a ser gente. (Entrevistado F - San Pedro Atlapulco).

Prainha é um lugar que a gente tem que admitir que é outra realidade. A gente tá aqui [sic] e não tem essa preocupação que os outros têm na cidade grande. Se tiver o peixe, a gente tá feliz da vida e se não tiver, a gente vai comer na casa do vizinho. A gente acaba vivendo diferente! Aqui, a gente não fica preocupado com o dia e com a hora. Então, a gente tem uma liberdade diferente! (Entrevistado C – Prainha do Canto Verde).

Os sujeitos locais remeteram-se ao passado, à sua infância, consideraram as experiências adquiridas a partir da vivência com o território, com a paisagem. Os elementos da natureza que formam a paisagem natural também representam o senso de apego ao seu território cotidiano.

[...] Pra mim Crasto representa essa paz, a natureza que é ótima para gente aqui; aquele estresse que tem na cidade grande, aqui não tem. Oferece para gente isso! E o habitat natural da gente é esse aqui. Eu acho que se fosse para viver na cidade, eu mesmo não ia acostumar nunca, porque eu já tentei, mas não consegui. Aqui é muito importante para gente. (Entrevistado A - Crasto).

Para mí representa algo muy precioso, por la playa, la naturaleza [...] estoy desde pequeño acá y me acostumbré a cá. [...] la tranquilidad que hay, los que es la belleza, a la naturaleza, el mar. (Entrevistado B - Puerto Morelos).

Me gusta mucho de acá. Es mi paraíso [...] por la playa, por el ambiente y por lo trabajo, las personas [...] no regresaría para mi estado. (Entrevistado C - Puerto Morelos).

Atlapulco representa mi vida, porque todo de lo que necesito yo tengo acá. Mi familia, mis amigos, mi trabajo, todo! (Entrevistado F - San Pedro Atlapulco).

A natureza aqui era mais viva, a gente tinha muita lagoa aqui na época do inverno. Era uma festa só! Era um dos nossos lazer! Aqui chamava de barro vermelho, porque de baixo dessa terra, tinha muita areia vermelha. Hoje, a natureza tem mostrado do que é capaz se a gente não cuida! (Entrevistado C – Prainha do Canto Verde).

Os sujeitos locais expuseram suas referências afetivas construídas espaço-temporalmente, a partir da convivência com/no território e com o outro, no sentindo de alteridade. Esses referenciais são permeados de sensações que envolvem a emoção, o subjetivo, sobretudo em decorrência do sentimento de segurança, proteção por parte dos sujeitos em relação ao território. Este por sua vez, transmite/representa boas lembranças quanto à sensação de lar, de abrigo.

Mi gusta de mi pueblo. Quedamos con nuestras cosas en la casa y salimos para hablar con nuestros vecinos y no se pasa nada. Em DF no se pode hacer eso. (Entrevistado H - San Pedro Atlapulco).

Aqui é a minha casa, é a minha vida. Não sairia daqui pra o outro lugar não. Nem pra Aracaju. Aqui tem tudo que preciso. Aqui é tudo irmão. A gente sai deixa a lanchonete aqui aberta, e quando volta tá tudo no mesmo lugar. Em outro lugar você ver isso? Não ver! (Entrevistado F - Terra Caída).

Acá yo tengo mi casa, yo dormo y cuando saigo y miro la naturaleza es como se fuese el patio de mi casa [...] La cercanía con el mar, me encanta! Todos los que conozco son mis vecinos, mi familia. Pero, tiene cambiado un poco. (Entrevistado E - Puerto Morelos).

Eu gosto daqui. Tem o rio, a minha família, meus amigos. Todo mundo conhece todo mundo. A gente sabe quando a pessoa é de fora. Os daqui a gente conhece tudo e aí a gente não tem medo, porque tá todo mundo em casa. (Entrevistado C - Crasto).

Às vezes quando eu vou para Fortaleza fazer compras, eu fico louca para vim embora. Quando a gente chega aqui, sente o ar puro! Eu estou em minha casa! Na minha terra! Isso aqui não tem dinheiro no mundo que compre! Eu me sinto bem! É meu! Nossa! (Entrevistada B – Prainha do Canto Verde).

O território é vislumbrado como o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas. Este só adquire identidade e significado por meio da intenção humana e da relação com os atributos materiais e as atividades ali desenvolvidas. Conforme Castells (1999, p.22), “a identidade é um processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significado” O senso de pertencimento a um território é construído a partir das práticas e representações espaciais que envolvem a apropriação simbólica e afetiva deste território. Para compreendermos a identidade das comunidades em questão, é primordial conhecer suas experiências culturais, seus modos de vida, suas territorialidades e seus saberes e fazeres vividos cotidianamente.

As comunidades estudadas possuem traços comuns que caracterizam o cotidiano dos seus sujeitos. A paisagem natural, a presença do pescador e dos instrumentos de pesca, o plantar e colher, o extrair da natureza o que é necessário para sua sobrevivência são fortes elementos representados como marca das territorialidades. São, segundo Almeida (2003, p. 72) “os significados ligados a uma história, à produção social e simbólica dos seus habitantes”. Os relatos dos sujeitos locais das cinco comunidades latino-americanas estudadas expressam claramente as marcas das territorialidades criadas, conforme relatos abaixo:

As pessoas vivem aqui da pesca. A pessoa acorda pela manhã, vai pescar - os homens. Quando chega da pesca, as mulheres vão cuidar do peixe para vender. As mulheres vendem na feira. O dia a dia é esse, é nessa situação o nosso convívio. (Entrevistado B - Crasto).

[...] também tem as marisqueiras que vão para o mangue pegar o aratu, de gaiteiras, sobe nas gaiteiras para pegar o aratu, tem umas que pega sururu. As que pega o sururu de mão que tá indo direto. Sai de casa cinco horas da manhã e volta agora de tardezinha, quando a maré está enchendo. (Entrevistado C - Crasto).

La gente de aquí vive de la pesca de langosta y peces. Tiene el turismo pero llegó después. Tiene muchos pescadores. Todos los días nosotros vamos a llamar. En este momento nos hemos reunido aquí para tomar una cerveza y contar historias. (Entrevistado E- Puerto Morelos).

En nuestra comunidad, cuando tenemos alguna cosa que es para el bien de todos, las diferencias no existe [...] lo que hay es la unión para llegamos en un camino. (Entrevistado D – San Pedro Atlapulco).

Olhe menina, a gente aqui vive na tranquilidade, cada um fazendo suas coisas e quando precisa se ajuda. Eu e os outros pescadores muitas vezes, a gente sai tudo junto para a pesca [...] se acontece alguma coisa com um, os outros tudo ajuda[sic]. É assim a nossa vida aqui. (Entrevistado G – Terra Caída).

Aqui a gente tem um modo de vida tradicional! A pesca ainda é a principal atividade e isso não tem mudado. O modo de vida tradicional das mulheres dos pescadores esperando os seus maridos quando chegam da pesca com o peixe do mar! (Entrevistado B- Prainha do Canto Verde).

As territorialidades construídas pelas comunidades estudadas estão circunscritas no cotidiano e se manifestam por meio de vários aspectos, conforme descrito acima. Os atos corriqueiros como o despertar ao amanhecer e ter o primeiro contato com os elementos da paisagem, a lida com a pesca, com a terra, com a natureza e com os outros são elementos comuns nos depoimentos. Estes tendem a fortalecer os laços territoriais das comunidades em questão.

Almeida (2008, p. 59) afirma que “a territorialidade, considera tanto as questões de ordem simbólico-material como também o sentimento de pertencimento a um dado território [...] resultado de uma apropriação simbólico expressiva do espaço, sendo portador de significados e relações simbólicas”. A territorialidade é um forte elemento de identificação do sujeito com seu grupo, representa para os sujeitos locais defesa, abrigo, força e laços de solidariedade. Estes aspectos firmam a base física, comum, essencial e inalienável para a comunidade.

As territorialidades expressam elementos da cultura destas comunidades que por sua vez, representam um sistema de significados que dão sentido ao mundo, enfatizando a relevância de interpretar os símbolos que asseguram o modo de vida e a relação entre os sujeitos ou grupos de sujeitos com os seus territórios. Os sujeitos, ao inserirem o TBC em suas comunidades, consideram a relevância dos aspectos inerentes as suas territorialidades como impulsionadores do desenvolvimento local. O visitante que se interessa pelo TBC, se interessa também por (re) conhecer a comunidade como ela de fato se apresenta, com todos os seus atributos (in) materiais.

Retomando o conceito de TBC construído por Irving, a autora afirma “que este a tende a ser aquele tipo de turismo que, em tese, favorece a coesão e o *laço social* e o *sentido coletivo* de vida em sociedade, e que por esta via, promove qualidade de vida, o sentido de inclusão, a *valorização da cultura* local e o *sentimento de pertencimento*” (IRVING, 2009, p.111 grifo nosso). Neste conceito estão embutidos aspectos inerentes as territorialidades dos sujeitos, o que significa que o TBC está para se somar aos elementos que são basilares para a manutenção dos territórios, a exemplo da valorização da cultura e do senso de pertencimento. O TBC é uma prática passível de construção e consolidação exitosa quando considerados os aspectos que consubstanciam as territorialidades dos grupos sociais.

Como afirma Claval (2007), cada cultura é original, mas alguns componentes fundamentais estão sempre presentes. O autor ainda alega que os membros de uma comunidade comungam de práticas cotidianas semelhantes e têm como traço comum técnicas de produção que garantem sua sobrevivência e (re) produção, estando estes fatores visíveis no território e na paisagem, conforme identificamos nas falas a seguir:

Es un privilegio vivir en este lugar [...] mira la naturaleza! Acá toda la gente vive de la naturaleza, del bosque, del turismo que el paisaje ofrece para nuestra gente. El cultivo de avena, maíz, tudo es de la naturaleza. (Entrevistado A - San Pedro Atlapulco).

[...] a gente sai daqui cedo, cinco horas da manhã para quando a beira da maré estiver seca pegar o siri de pau, e quando a maré está seca a gente faz a isca e joga para pegar o siri de gererê. (Entrevistado A - Terra Caída).

Porque aqui tem tudo - a natureza! Nem todo lugar tem essa riqueza assim natural. Você está vendo ai paisagem natural da mata, desde quando você entra aqui até você chegar aqui, você ver a natureza você sente a natureza em si. (Entrevistado C - Crasto).

Você consegue sobreviver com pouco dinheiro! Aqui todo mundo se ajuda! Na cidade não tem isso. Aqui a gente tem! (Entrevistado A – Prainha do Canto Verde).

Para os sujeitos locais, a natureza (que também conforma a paisagem dos territórios estudados), é representada como porto seguro, fonte de sobrevivência, ora como paraíso, ora como lar. Diante das várias representações toponímicas construídas no imaginário dos sujeitos locais, há por parte destes a preocupação com o uso desenfreado dos elementos que compõem esta paisagem. Há também receio sobre o destino dos seus ecossistemas. Os sujeitos locais se remetem ao passado para trazerem para o presente, elementos uma natureza mais viva, mais exuberante, mais cuidada, conforme exposto a seguir:

Antes a natureza aqui era melhor, porque tinha as árvores que foram cortadas para aumentar o colégio. Fez o posto médico derrubou um monte de árvores para fazer a pista. Antes era melhor, era o ar fresco. Agora está tudo poluído, está quente! Antes não era assim. Foram derrubadas muitas árvores. (Entrevistado A - Terra Caída).

La naturaleza de Puerto Morelos es como una botella de cristal, muy frágil de romper. Si no tenemos cuidado, la vamos a romper y se vá acabar. (Entrevistado E - Puerto Morelos).

Os resquícios de mata atlântica foram destruídos pela especulação imobiliária. Já os manguezais estão na melhor fase de preservação nesses últimos 30 anos. Os nativos deixaram de desmatar, porque antes desmatavam para construir suas casas ou vender. Os rios ainda sofrem com esgotos e dejetos que são jogados pelo município de Estância e com a construção de atracadouro e pontes. Essa ponte aí provocou a escassez do pescado aqui na nossa terra. (Entrevistado C - Terra Caída).

Era uma paisagem muito bonita! Hoje está uma paisagem totalmente destruída. Só essa ponte que construíram na beira do porto esbagaçou a beirada, que antes era tudo areia e agora é tudo lama. Botaram uma balsa, a balsa fez um monte de buraco na maré. (Entrevistado B - Terra Caída).

Nosotros tenemos el bosque y tenemos una riqueza del agua y nuestras tierras. Manejamos la tierra, el bosque, pero necesitamos hacer todo con cuidado, porque la naturaleza nos alimenta y por lo tanto siempre debemos cuidar de ella. (Entrevistado A - San Pedro Atlapulco).

A questão da luta pela terra fez com que a comunidade se sentisse diferente, por conta de garantir a terra para as futuras gerações, de lutar contra a especulação imobiliária; desenvolver o turismo, a pesca por pessoas da comunidade. Isso diferencia a Prainha de muitas comunidades. (Entrevistado D- Prainha do Canto Verde).

A forte relação com a paisagem natural marca um dos aspectos da territorialidade. Além disso, as comunidades são reconhecidas pelas características atribuídas por Diegues (1996) como culturas e sociedades com o modo de vida tradicional. Uma dessas atribuições está na interdependência das comunidades com a natureza. Estas possuem um conhecimento denso dos ciclos natureza que se expressa na forma de manejo e uso dos recursos naturais.

Esse conhecimento é herança cultural que se transmite para as gerações seguintes de diversas formas entre elas a oral, pelo trabalho, pela relação de familiaridade e confiança e lembranças que se perpetuam na memória daqueles que são agentes transmissores e difusores destes aspectos.

Nas comunidades, há também uma divisão social do trabalho diferenciada, em que predomina técnicas artesanais, em que os envolvidos dominam o processo de produção. Há, outrossim, a consciência de pertencer a uma cultura particular que as diferencia dos demais grupos sociais. Os valores historicamente constituídos e os vínculos sociais com o território estão permeados pelos laços identitários e de proximidade entre os sujeitos locais. Todos estes aspectos estão visíveis nos depoimentos e observações realizados durante a pesquisa de campo, a exemplo dos depoimentos já expostos e do que segue abaixo.

Nosotros hacemos artesanías tejidas con hoja de palma, algunas bordadas a mano con punto de cruz y muchos visitantes quieren lo que hacemos, y quiere conocer cómo hacemos. Es la nuestra herancia que las personas quieren conocer. (Entrevistado H - San Pedro Atlapulco).

Os grupos que compõem tais comunidades desenvolvem ao longo da história, técnicas de convívio com os ambientes delicados, por meio de conhecimentos que são transmitidos de uma geração para outra. Esses saberes, técnicas e práticas são constituídos e significados em uma correlação do indivíduo com o coletivo, com a natureza e com os processos produtivos artesanais, o que origina a base para a reprodução territorial.

Neste sentido, Andrade (2002, p. 214) afirma que “a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre os mesmos”. Os territórios têm um forte significado, que são para os residentes das comunidades, pois deles dependem sua moradia, seu trabalho e sua orientação ao regressarem do trabalho. A perda do território pode significar perda da sobrevivência, o desassossego, a desunião, enfim, o conflito. A relação das comunidades com a natureza apresenta uma série de normas e critérios de uso comum da terra, da água, das florestas, da extração e plantio, desenvolvidos no contexto sociocultural que tem como base a solidariedade, a partilha.

Contudo, não podemos deixar de apontar aspectos que mesmo não fragilizando a relação dos sujeitos locais com os seus territórios, causam impactos em suas vidas. Estamos nos referindo ao direito garantido por lei aos serviços básicos de saúde, educação e saneamento básico. Em todas as comunidades foram relatados problemas na prestação destes

serviços. A questão da distribuição da água e oferta de serviços de saúde foi unanimidade entre os sujeitos locais das comunidades pesquisadas:

Às vezes a água vem muito amarela do cloro e o preço também é alto. (Entrevistado C - Crasto).

O povoado é bom de morar, só que falta estrutura. Falta água, que a água aqui é crítica. O caso é muito sério. (Entrevistado A - Terra Caída).

Nosotros quedamos responsables por el agua. Tiene conflictos porque nuestros valles tiene mucho agua que abastece la población de otros municipios e parte de DF y nosotros manejamos el nuestro recursos. (Entrevistado A - San Pedro Atlapulco).

Crasto está sem médico. Dentista não tá fazendo tudo! Só tem extração e limpeza. Está sem obturação por conta dos equipamentos. (Entrevistado C - Crasto).

Acá tiene dos centros de salud, pero no tiene médico. Nunca tenemos médico. (Entrevistado I - Puerto Morelos).

Médico pra gente, vixe! Uma vez por mês. O pediatra, a gente paga 150 reais para consultar nos filhos, porque em Indiaroba tem, mas a gente do povoado não tem acesso. Se a gente quiser tem que pagar uma pessoa para marcar a consulta em Indiaroba às cinco horas da manhã, e olhe lá se conseguir! Pra vacina a gente tem que sair do povoado, pois a vacina não vem. (Entrevistado B - Terra Caída).

Aqui não tem saneamento básico, o esgoto às vezes é jogado aí no rio, e o lixo também. Não tem coleta de lixo, não tem o lugar ideal para desovar o lixo. (Entrevistado C - Crasto).

O governo acha que a gente é rico, porque somos organizados! Acha que a gente não precisa de nada e não é bem assim! [...] aqui não tem posto de saúde porque a duna enterrou. Tem uma casa alugada pela prefeitura [...] a água não é encanada, é de poço. (Entrevistado E - Prainha do Canto Verde).

Todas as fragilidades descritas pelos sujeitos fazem do papel do Estado enquanto agente que assegura condições básicas para a reprodução socioeconômica e cultural da vida humana, conforme estabelecido na declaração dos direitos universais do cidadão: “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis [...]” (<http://portal.mj.gov.br/>), que de acordo com os relatos acima foram e são negligenciados ou são assegurados de forma precária.

Os sujeitos locais relatam que em períodos anteriores tais serviços sequer existiam. Narram que as dificuldades eram muitas. Em contrapartida, afirmam que a paisagem natural era diferente, mais exuberante, dispunham de mais recursos para sobrevivência. Os sujeitos

locais das comunidades viviam em um território híbrido em que os recursos estavam a disposição para suprir as suas necessidades recreativas, de contemplação e, sobretudo, necessidades alimentícias. Este mesmo território sofreu transformações discretas em relação a oferta de serviços básicos, porém sentidas pelos sujeitos locais, conforme depoimentos abaixo:

Então era tudo difícil antigamente! a mais meu pai [...] Nós era em dez irmãos, e a vida, como era pesada assim no financeiro. Meu pai saía com uma tarrafinha e um bogó e dizia para minha mãe: Mariquinha, não deixe os meninos dormirem não, que eu vou pegar um peixe que é pra quando eu chegar, fazer um pirão para eles"! E nós ficava com um foguinho de lenha ali com minha mãe junto incentivando a nós não dormir. Quando chegava nove horas, dez horas, o quer que ela fazia? ele e ela ia tratar aquele peixe para fazer um pirão de água e sal, que é só água mesmo, o sal e a farinha. Ai, a gente ia comer pra depois dormir. (Entrevistado B - Crasto).

El gobierno no hace mucho por nuestra comunidad. Tiene servicio básico que el gobierno no ofrece. El servicio de basura la gente de la población tiene que pagar entre 5 y 10 pesos para que se lleven la basura [...] antes, el municipio mandaba el auto al pueblo y el servicio era gratuito, pero ya no es así. (Entrevistado E – San Pedro Atlapulco).

Aqui era tudo casa de taipa, palha. Não tinha médico, escola. A gente aqui vivia da pesca. Eu sustentei minha família quando o meu marido morreu, da pesca [...] Não tinha energia. Era tudo no candeeiro. Hoje tá tudo moderno. A vida da gente melhorou muito, mas ainda tem coisa pra fazer, né minha fia! (Entrevistado D - Terra Caída).

Antes aquí tenía muchas palafitas, hace 15 años, más o menos que se fueran cambiando. Ahora mejoro, pero en nuestra comunidad el gobierno tiene hecho mucho poco. Los servicios de salud no es Bueno [...] tenemos que pagar para tener acceso a los servicios médicos con buena calidad. Así es. (Entrevistado B - Puerto Morelos).

Antes de se pensar ou de se criar políticas para a promoção de qualquer atividade econômica, em espacial o turismo, há de se levar em consideração as brechas deixadas pelas políticas de desenvolvimento social, uma vez que há um descompasso entre o que se constrói em termos de estratégias, projetos e programas de cunho social e o que sem tem em termos de materialização da oferta de serviços básicos para a promoção do desenvolvimento social.

Ainda em relação ao Estado, afirmamos que este vem assumindo funções que rebatem na sociedade de forma a negar sua própria função, enquanto agente promotor do bem estar social. No atual contexto em que se encontra o processo de globalização, do progresso da técnica, tecnologia e informação, o Estado assume outro papel, passando de produtor direto de bens e serviços para indutor e regulador do desenvolvimento de cunho mercadológico. Não podemos esquecer de que o Estado é o poder institucionalizado, legitimado (no caso da

sociedade brasileira e mexicana) pelo povo a partir de um processo democrático (nesse caso, o voto, seja ele obrigatório ou facultativo).

Outra forma de legitimação se dá na externalidade dos serviços que presta a uma coletividade. Diante da demanda coletiva existente em determinado momento, o Estado elege as atividades que serão consideradas serviços públicos. Estas são efetivadas em forma de projeto, leis, programas. Quando o Estado não materializa o seu poder focando na função social e sim na manutenção de relações Estado - Sociedade dentro de uma lógica desenvolvimentista, podemos inferir que estamos diante de um Estado prestador de serviços, empresário e investidor.

O exemplo está nas políticas públicas de promoção do turismo, em que fica evidenciado uma atenção voltada para a obtenção de lucros e divisas, tendo o território das comunidades como um meio (produto) para se chegar a um fim (atração de turistas para a obtenção de receitas e divisas, o Estado nega a sua função social de proporcionar caminhos viáveis para que as comunidades busquem o desenvolvimento condizente com as suas necessidades.

Este negligenciamto está evidenciado também nos depoimentos dos sujeitos quando os mesmos trazem à tona suas percepções sobre a ação dos representantes do Estado (no caso, os governos) nos seus territórios. Os sujeitos locais externam a insatisfação quanto à efetivação de prestação de serviços ou mesmo ausência destes para a melhoria das condições de vida de suas comunidades. O sentimento de exclusão é notório, conforme depoimentos abaixo:

La participación del gobierno es pobre. Puerto Morelos es un lugar que renera mas dinero para el gobierno con la entrada del turismo. El dinero que se va, no regresa si quiere la mitad. (Entrevistado E - Puerto Morelos).

Siempre tuvimos problemas con el gobierno. Desde el comienzo de nuestra historia que hemos excluido. Lo que tenemos aquí en la comunidad es resultado de la lucha. (Entrevistado B – San Pedro Atlapulco).

Aqui pessoas do governo só vem quando precisa da gente pra votar. Depois que passa eleição, ninguém quer nem saber de nós aqui. Nós precisa de médico, de uma praça, de água decente, mas cadê? Nós não tem. A gente nem conhece esse povo da política. Só na televisão. (Entrevistado E - Terra Caída).

Olhe, vem representante do governo aqui, consulta a gente pra algumas coisas, mas tudo só fica no papel. É sempre assim. (Entrevistado A - Crasto).

Mesmo com as dificuldades de ontem e de hoje, as comunidades possuem uma riqueza cultural evidenciada em vários aspectos do seu cotidiano. A riqueza está na música, na dança, na culinária, na religiosidade, na toponímia, nas histórias contadas pelos mais antigos sobre a construção do território, conforme exposto a seguir:

Aqui a gente comemora carnaval e réveillon. São as festas mais agitadas da comunidade. Temos também a Regata Linha Verde. Tem as festas dos padroeiros. Em 19 de março, São José; 29 de junho, São Pedro; 12 de outubro, Nossa Senhora de Aparecida; 8 de março, Nossa Senhora da Conceição. No carnaval tem bloco de rua. No réveillon comunitário tropical tem show pirotécnico. A Regata é feita com pescadores locais e das cidades vizinhas. Nas festas religiosas têm novenas, missas e procissões nas ruas e nas águas que são os embarcados. (Entrevistado C - Terra Caída).

Tiene la fiesta de la virgen de Guadalupe, en 12 de diciembre. Tiene la procesión, pirotecnia, las personas se van cantando, rezando. Todos se involucran en la fiesta. Conmemoramos el día de los muertos que es 31 de noviembre. Se prepara un guiso típico de aquí que es la cochinita, que es con carne de cerdo, el rejeno negro para la fiesta de los muertos. Es comida muy típica de aquí. Hace también para los muertos el pibe poyo que es como una torta grande con relleno de pollo, carne de res y carne de cerdo [...] Se hace especialmente para los muertos. Es como una ofrenda. En el primero día se ponen para los niños y en segundo día se ponen para los adultos. Se le pone también cerveza, cigarros, que ellos fumaban en la casa. En una mesa se ponen flores, fotos del fallecido e su comida favorita. [...] el significado es que en estas fechas ellos vienen visitarnos y hacemos esto para que vengan con gusto[...] Tiene también el torneo de pesca deportiva que san más de 100 embarcaciones acá en Puerto Morelos. (Entrevistado B - Puerto Morelos).

A festa mais importante aqui é a festa dos pescadores. Dia de sábado e dia de domingo; dia de sábado é festa à noite com bandas regionais e no domingo tem a corrida de barco, canoas aqui no rio e manhã de sol. Tem recreação. Vem muita gente dos povoados aqui perto. A festa ocorre no mês de setembro, na maré grande. Tem também a festa de São Pedro que é em junho. Tem procissão, missa. (Entrevistado D – Crasto).

La comida típica de la comunidad es el tradicional Mole rojo y comida hecha a base con ingrediente locales como el hongo, huitlacoche, flor de calabaza para quesadillas y el atole de pinole hecho con maíz además de que no pueden faltar las tortillas de maíz hechas a mano. (Entrevistado E - San Pedro Atlapulco).

Na Prainha, tem a festa de São Pedro, Semana Santa e temos a regata ecológica que sempre acontece no final de novembro e início de dezembro. Acontece tem uns 20 anos. A regata é um evento com jangadas, né! Ai vem jangadas de outras praias e a comunidade organiza. Já ta com 3 anos que é uma semana toda de festejo. Tem festival de vela; cada noite tem uma apresentação, tem jogos. (Entrevistado A – Prainha do Canto Verde).

A importância de externarmos a forma como as comunidades manifestam a sua cultura está no fato de entendermos a cultura como mediação entre sociedade-natureza. É uma

herança que é transmitida de uma geração para outra. A transmissão dos saberes é feita graças à comunicação em suas diversas formas seja ela gestual, oral, constituída pela escrita ou por desenhos, assim como feita pelos diferentes tipos de mídias. Os gestos, ritos, valores, teorias e religião são transmitidos desde a nossa infância.

A cultura carrega uma dimensão simbólica, pois é permeada de signos e significados que são criados para enfatizá-la e torná-la visível. Quando os sujeitos de uma comunidade compartilham de todos os traços que caracterizam sua cultura, estes estão territorializando o espaço, pois para Almeida (2008, p. 58) o território é “uma convivialidade, uma espécie de relação social, política e que liga o homem à sua terra e, simultaneamente, estabelece sua identidade cultural”.

O TBC nas comunidades investigadas demanda uma relação densa, coesa entre os sujeitos e os seus territórios, sendo este pressuposto outra condição importante para que o mesmo se dê no sentido de contemplar as territorialidades de cada grupo social. Tal afirmação está legitimada nos conceitos apresentados e discutidos nesta tese a exemplo do que discute Benevides (2002) que em seu conceito traz elementos que são externados por Almeida quando se refere ao território. Segundo este autor o TBC nos conduz para uma viabilidade de se realizar o desenvolvimento local por meio do turismo, que dependeria da equalização de cinco objetivos: preservação/conservação ambiental; manutenção da identidade cultural; geração de ocupações produtivas de renda; desenvolvimento participativo e qualidade de vida das comunidades, valorizando suas potencialidades ambientais e culturais, com a participação da população local na construção ativa desse processo.

Outro aspecto que está presente nas territorialidades construídas pelos sujeitos locais é a toponímia, entendida como um reflexo de uma história que permeia o território. Ao atribuir nomes aos lugares que elegeram para a reprodução do seu modo de vida, os sujeitos também estão incutindo marcas culturais no seu território. A toponímia é também um traço da cultura e uma herança cultural. De acordo com relatos dos sujeitos locais os nomes atribuídos aos seus territórios são repletos de significados:

Indiaroba, eu já ouvi dizer que é índia bela. É um nome indígena, porque aqui foi habitado por Tupinambá. E o nome Terra Caída, tem várias estórias. Uma é que na época que a Igreja governava, um padre veio rezar uma missa e aí, pouca gente foi pra essa missa. Então, o padre ficou chateado e quando ia embora rogou uma praga. Depois entrou na canoa, batendo os chinelos e dizendo que estas terras iam continuar sempre caídas. Outra estória que os pescadores mais antigos contam é que antes, aqui tinha dois vilarejos um com o nome de Cajueirinho e outro com o nome de

Coqueiro. Os pescadores desses dois vilarejos eram rivais e, então para humilhar os adversários, os pescadores do Cajueirinho, os moradores do coqueiro diziam que as terras deles era Caída. (Entrevistado C - Terra Caída).

O nome Crasto tem duas teorias, mas a origem, dizem que é um pássaro. Que tem um pássaro aqui que faz um buraco na madeira, assim! Que o nome dele é Crasto, mas tem outra ideia que foi os franceses. No decorrer da historia teve franceses, porque quem expulsou os franceses e os holandeses foram os portugueses. Aqui era terra de índio e negros, de pessoal de engenho e os portugueses mataram os índios todinho. [...] teve catequização dos jesuítas, aonde os índios mataram um jesuíta desse, e aí uma ordem do governador da Bahia Luiz de Brito, para o fundador de São Cristovão que eu não sei o nome de dele. A ordem era pra que o soldado vim e sair junto com jesuíta. [...] Outra história diz que tinha um governador que tinha esse nome Crasto, eu não sei se foi devido a isso, mas a certeza que eu tenho é que meus avós falavam que o nome era por causa do pássaro. (Entrevistado B - Crasto).

Nuetros abuelos dicen que el nombre Atlapulco es de origen Otomi y la lengua que nuestros antepasados hablabam es Hñanñu. Entonces, Atlapulco viene de esta lengua que significa lugar donde brota el agua. Pero también se tiene otra versión de que acá ya se lamo N'odonhuani que significa el gran mirador porque donde las nuestras tierras están ubicadas se aprecia el Valle de México y de Toluca. (Entrevistado G - San Pedro Atlapulco).

El nombre Puerto Morelos es porque aquí ya fue el puerto de embarcaciones más importante de todo el estado de Quintana Roo. El nombre Morelos es el apellido de José María Morelos, que fue un insurgente de la guerra de la Independencia de México. Tú vas a mirar muchos lugares con este nombre en México, porque este hombre fue muy importante para la historia de la Independencia del país. (Entrevistado A - Puerto Morelos).

Existem casos em que os nomes originais das localidades vão sofrendo alterações a depender as disputas sociopolíticas e culturais pelas quais as mesmas enfrentaram ou enfrentam. Isto, quando é invadido por sujeitos de outras culturas que tentam impor as suas características ao território conquistado. A toponímia destas comunidades reflete outro traço comum. São comunidades que carregam heranças indígenas. Umas com traços mais evidentes que outras como é o caso de Puerto Morelos, que apesar de o nome que intitula a comunidade não estar diretamente relacionado à língua indígena, as marcas estão no estereótipo dos sujeitos locais, na culinária, em alguns rituais como o dia de finados e no dialeto que os grupos falam em família ou entre amigos.

Foi observado que os habitantes se comunicam entre si na língua Maya. Mesmo o povoado sendo caracterizado como um território de migrantes, veranistas europeus e pelo turismo internacional, signos e símbolos dos seus antepassados são resistentes à dinâmica territorial, influenciada pela presença do outro (sujeitos externos ao território). Os sujeitos

buscam formas de conservar e transmitir a cultura Maya tão expressiva em termos de história mundial.

Assim também se passa com Atlapulco, comunidade de origem Otomí e que tem como uma de suas principais características a resistência para a manutenção da sua identidade indígena, para a conservação dos hábitos e costumes herdados pelos seus antepassados, resistência à dominação do outro. Das comunidades estudadas esta é a que se mostra mais coesa em termos de luta para a manutenção dos seus territórios e luta contra o processo de exclusão socioeconômica. Um exemplo desta coesão é a organização comunitária que possui um governo autônomo. Contudo, os sujeitos locais se mostram preocupados, pois temem a extinção desta forma de governo, conforme identificamos nos relatos a seguir:

Nosotros quedamos bien cerca de DF y de Toluca. Esto es una especie en peligro porque han querido devorarse a esta comunidad. Pero, pedimos apoyo de algunas instituciones para poder cuidar de la comunidad y poder enseñar a las otras comunidades para que sigan manteniendo sus costumbres, siga cuidando de sus recursos. (Entrevistado C - San Pedro Atlapulco, Atlapulco).

A língua Otomí, falada entre os membros da comunidade, também está em perigo segundo o relato abaixo, em decorrência do forte contato com as Ciudad de México e Toluca de Lerdo:

Yo no hablo Otomí, pero mi mamá habla, mis tíos. Yo siento que este idioma está cada vez más se perdiendo en la comunidad. Pero los niños tiene más interese en aprender inglés. Quedo entonces preocupada com esto, porque estamos hablando de nuestra raíces, que tenemos que conservar. (Entrevistado E - San Pedro Atlapulco).

No caso das comunidades Crasto e Terra Caída, não há indícios de que a língua tupi seja falada pelos membros da comunidade, tampouco se tem uma organização de poder local como em Atlapulco. Contudo, ambas comunidades sergipanas reconhecem o legado cultural herdado pelos seus antepassados. Legado este que possui uma heterogeneidade de valores, pois além dos indígenas, estiveram presentes no processo de formação socioespacial dos povos sergipanos o europeu e o africano. Nas comunidades estudadas não poderia ser diferente.

O povoado Crasto é uma comunidade que além de reconhecer a herança indígena tupinambá, se auto-reconhece enquanto quilombola. A miscigenação dos traços físicos, as palavras utilizadas cotidianamente, a culinária, os hábitos, as músicas, as danças, os rituais são um misto que transita entre o negro e o índio.

Crasto tem um passado circunscrito na existência de escravos africanos que vieram para trabalhar nos vários engenhos que cercavam a comunidade. Escravos que lutaram pela liberdade, se organizaram em quilombos para se fortalecerem enquanto um grupo que não tinha seus direitos reconhecidos se quer na essência humana.

Nós somos uma comunidade quilombola. Já está no diário da união. Foi em 2005 que nós recebemos a titulação não das terras, mas sim o reconhecimento antropológico. (Entrevistado A - Crasto).

De acordo com o que foi exposto, conclui-se que as comunidades estudadas guardam traços marcantes comuns que fazem parte do seu cotidiano, que permeiam o imaginário dos sujeitos locais. São comunidades que estão distantes em termos de localização geográfica, mas muito próximas em relação aos significados que atribuem à paisagem e aos seus territórios. Estes significados estão embutidos na subjetividade. E, são entendidos enquanto processo que possibilita ao sujeito apropriar-se das produções que sua sociedade constrói, a partir de determinadas condições de vida (particularidade), que constituem indivíduos únicos (singularidades), mesmo quando compartilham a mesma particularidade. A singularidade é o que distingue um sujeito social de outros, é o que o torna único. Esta é fruto de um processo histórico, da teia de relações e das condições sócio-materiais do sujeito, a forma como ele se relaciona com a natureza, como o seu território e com o seu semelhante.

Todos os aspectos abordados nesta seção estão intimamente relacionados à atividade turística, pois a modalidade de turismo que esta pesquisa enfatiza – o TBC, prega a valorização das particularidades, singularidades, do saber, do fazer e do experienciar de um grupo. Enfatiza-se a riqueza cultural intangível destas comunidades marcadas pelo modo de vida tradicional. Sobre modo de vida tradicional Almeida (2005, p. 332) afirma que, constitui “parte integrante das condições gerais da produção e a preservação das identidades e dos valores culturais inscrevem-se nos territórios, deixando marcas pela história e pelo trabalho”.

As comunidades aqui descritas, além dos traços em comum elencados durante toda a discussão entre eles suas fontes de sobrevivência, possuem também na atividade turística, outro aspecto que as estreitam. Sobre este aspecto é relevante levarmos em considerações as angustias, os anseios, perceptivas que cada comunidade expressa nesta atividade. A forma como o turismo foi inserido nas comunidades, as representações construídas sobre o turismo e as políticas de fomento ao turismo rebatem diretamente no território e, conseqüentemente, no cotidiano das comunidades.

Tendo em vista todos os aspectos ligados a territorialidade de cada comunidade, o turismo enquanto agente potencializador do desenvolvimento local (TBC) é capaz de se relacionar com o cotidiano e as singularidades de cada população aqui em evidencia. Para tanto devemos considerar as mudanças, conflitos e perspectivas que esta atividade pode causar nos territórios estudados. Devemos considerar ainda o grau de empoderamento dos sujeitos locais para a condução do TBC de forma autônoma e democrática.

5.2 TBC em comunidades latino-americanas: experiências frustradas, exitosas ou turismo convencional?

5.2.1 O TBC nas comunidades dos povoados Crasto e Terra Caída

No povoado Crasto, segundo relatos, a atividade turística começou a materializar-se no território no final dos anos oitenta, quando os primeiros visitantes advindos do estado da Bahia, das cidades sergipanas de Estância, Boquim, Aracaju, Umbaúba, entre outras começaram a visitar as belezas paisagísticas existentes na comunidade. Como no povoado não havia equipamentos de hospedagem, os visitantes geralmente ficavam hospedados nas residências dos próprios moradores. Alguns visitantes iam para a comunidade veranejar na casa de pessoas conhecidas que cediam suas residências para temporada de trinta dias. Nos finais de semana o povoado recebia muitos visitantes, que segundo os sujeitos locais eram atraídos pelas características do território, conforme depoimentos abaixo:

A praça ali era cheia. Era de gente jovem, [...] tinha um tocador, meu Deus, deixe vê, Luizinho! Ele fazia seresta ali na praça e ficava cheio de gente. Então o Crasto tem um desenvolvimento há muito tempo de turismo. [...] dia de domingo de manhã era que isso aqui era tudo cheio de carro desse município todo. A falta daqui foi que cresceu o Abais e o Saco. (Entrevistado B - Crasto).

Esse pessoal vinha de Estância, Salvador e nunca deixou de ser presente aqui. Eu não sei se era por causa das características daqui. Só sei que o pessoal vinha muito para aqui, passear aqui. Então, a gente tinha esse contato. Eles traziam lancha pra passear aqui no rio e ir para as praias aqui perto. (Entrevistado A - Crasto).

No primeiro relato, nos chamou atenção o fato de ser atribuído ao crescimento dos povoados Santa Cruz do Abais e Saco do Rio Real a falta de expansão do turismo na comunidade. Contudo, os sujeitos não se limitam apenas a este aspecto para externar a sua percepção sobre a estagnação do Crasto. De fato, o povoado Santa Cruz do Abais e Saco do

Rio Real, localizados no município de Estância (fronteira com Indiaroba) possuem outra dinâmica turística, caracterizada por uma maior infraestrutura (no caso do primeiro povoado) que favorece uma maior demanda turística. Já o caso do segundo povoado, este está para os veranistas, predominando a segunda residência e um turismo de fim de semana. Contudo, a lógica de atração turística está dentro do turismo convencional. Não se tem conhecimento de propostas ou projetos, ou até mesmo organização comunitária que focalizem no TBC nestas comunidades.

Vale salientar também que em termos de políticas públicas, os investimentos começaram a chegar com o PRODETUR/NE, conforme exposto no capítulo dois. Contudo, foram investimentos destinados, sobretudo, para melhoria de acesso às praias do Litoral Sul, o que engloba os povoados citados nos relatos anteriores, facilitando a mobilidade entre os turistas das capitais Aracaju/SE e Salvador/BA. Nota-se o incentivo ao turismo convencional neste segmento. Este não prioriza o desenvolvimento das comunidades, embora, nos conteúdos que consta nos documentos da políticas públicas de fomento ao turismo seja fato, conforme descrito e analisado no capítulo dois. De acordo com observações de campo, os equipamentos turísticos são muito incipientes no povoado. Os sujeitos locais externam a necessidade de melhorar a estrutura existente no sentido de ampliar os equipamentos e ofertas de produto turístico; sentem a carência de política de planejamento que contemplem tais necessidades, alegam que nos últimos anos, o número de turista tem diminuído no povoado e entendem que é em decorrência de investimentos realizados nas orlas das praias da Caueira/Itaporanga D'Ajuda e Abaís/Estância e com a construção de vias de acesso a outros povoados como Porto do Mato e o Saco do Rio Real/Estância.

Para os sujeitos locais, Crasto estacionou no tempo e, embora os turistas não tenham deixado de visitar o povoado, eles acreditam que o mesmo necessita ser contemplado pelas políticas de planejamento do turismo, conforme depoimentos abaixo:

Não cuidaram do Crasto. Nós acreditamos que o Crasto pode voltar a ter a atividade do turismo, de crescimento de renda e de emprego, porque não é só uma pista; é a conservação de tudo de bom para aqui. É construir pista, orla, fazer um planejamento bonito para a atividade, dar educação pro povo, pra receber as pessoas. Ai eu tenho certeza que o Crasto volta à atividade do turismo. (Entrevistado B - Crasto).

Os sujeitos locais acreditam que o turismo nos moldes atuais (convencional) não contempla as necessidades da comunidade de associar o seu modo de vida com a atividade em busca da qualidade de vida. Percebem que a infraestrutura implementada pelo Estado nos

arredores do povoado para favorecer o turismo, não trouxe melhorias consideráveis para o Crasto. Alegam ainda que algumas poucas pessoas se beneficiam da atividade:

O turismo melhorou a vida de algumas pessoas, não mudou para todos, mas para os donos de bares mudou a situação de vida deles. Melhorou porque as rendas deles são melhores, porque aqui no final de semana tem um movimento de turista a mais do que na semana. (Entrevistado C - Crasto).

O turismo sempre existiu aqui. Por exemplo, existe esses barcos de passeio e antes tinha um catamarã aqui, mas ele foi tirado, foi pra Terra Caída. Essa ponte que vocês está vendo ai era o atracadouro do catamarã, mas só esse pessoal que lucra. É essa forma de turismo que vem se executando e não está trazendo ainda o benefício em si aqui, porque fica fechado entre eles que mexem com o passeio pra levar turista pra um lado e para outro. (Entrevistado A - Crasto).

O turismo no Crasto é caracterizado como um turismo de passagem, conforme observações realizadas durante a pesquisa de campo. Os visitantes que chegam da Bahia por exemplo, procuram serviço de barcos, lanchas, catamarãs para fazerem o traslado do povoado Crasto para as praias já mencionadas. Alguns visitantes aproveitam o tempo de espera para o traslado e usufruir dos serviços de bares e restaurantes que se localizam em frente ao rio Piauí. Nos relatos é externalizado o turismo que é feito por poucos, por aqueles que possuem condições materiais de adequação ao convencional. Não tem o sentido de comunitário.

Os sujeitos consideram que a comunidade possui um potencial muito grande em virtude da paisagem, da cultura, da disponibilidade da população local e das suas territorialidades já enfatizadas. Contudo, a comunidade apresenta alguns problemas de ordem socioeconômica que segundo relatos contribuem, entre outros fatores, para inviabilizar o turismo, conforme relatos abaixo:

O principal problema daqui é a locomoção, que é uma dificuldade, mas não é tanta por tem circulação, tem movimentação para gente se locomover. Mas aqui eu acho que o pior problema é a questão econômica de renda, porque nós vivemos, somos pescador, temos um peixe, tenho uma coisa, mas o básico, a maioria vive de bolsa família do governo; questão também de água; a questão do lixo é um problema sério aqui e a questão também, porque eu não vou dizer aqui que existe uma violência. Existe, mas tem que se preparar para dar uma segurança. (Entrevistado A - Crasto).

A gente quer uma melhora. O que nós queremos é valorizar o que nós temos para oferecer; queremos também um suporte dos gestores municipal e também federal, pra não ficar só no papel. A gente quer que eles tenham uma conscientização de que aqui a gente tem poder pra botar o turismo pra frente. (Entrevistado C - Crasto).

A discussão sobre o papel do Estado, mais uma vez torna-se necessário, pois a falta de suporte para que as comunidades tenham condições de ‘caminhar com os próprios pés’ se constitui em um dos fatores relevantes e recorrentes nos relatos, quando se trata de desenvolvimento local. Os sujeitos têm a percepção de que o território é rico em termos ambientais e socioculturais, mas que a falta de políticas públicas que contemplem as suas necessidades básicas ou a não efetivação delas em seu território constitui um empecilho para lograr melhoria nas condições de vida, inclusive com o turismo.

Por outro lado, os moradores do Crasto vislumbram o desejo de que a partir do senso de solidariedade e de cooperativismo, o turismo possa se materializar de forma diferente da convencional. Acreditam que o TBC pode envolver todos os sujeitos que fazem parte da comunidade e a partir de parcerias firmadas entre agentes públicos e organizações não governamentais, podem transformar o Crasto em uma rota turística que valorize os saberes e fazeres da comunidade reconhecida antropológicamente como quilombola. A comunidade do Crasto tem conhecimento acerca do significado do TBC. Esta forma de pensar o turismo chegou na comunidade por meio de uma ONG denominada Instituto de Pesquisa Tecnologia e Inovação (IPTI) e de gestores públicos ligados ao turismo, conforme depoimento abaixo:

Essa ideia quem trouxe foi o pessoal do governo, a IPTI na pessoa de Saulo e Renata, IPTI e o governo do estado também até antes eles falavam dessa questão desse turismo comunitário aqui, que aqui tem o potencial para desenvolver o turismo comunitário na pessoa do secretário anterior do turismo. Antes do Governador Deda, existiu o Governador João Alves, tinha um plano para desenvolver o turismo em cima da Religião, porque tem uma igreja aqui um marco histórico. Ela é de 1915. Então se falava de trabalhar a história da religião, da cultura, da festa, porque tem o folclore, o samba de coco o pastorinho e também o potencial daqui sempre foi à natureza; corrida de barroco de pescadores. Ai o governo vendo esse potencial vamos desenvolver isso aqui. Isso aqui tem um potencial para desenvolver o turismo comunitário, ai veio Renata o IPTI, trazer e formalizar o plano de turismo base comunitária. (Entrevistado A - Crasto).

Temos a concepção que atrelado aos aspectos mencionados para a efetivação do TBC deve-se somar o senso de empoderamento, associativismo e cooperativismo. Não é somente o substrato material e imaterial que fazem parte do TBC. É o poder emanado da e pela comunidade quando se tem um senso de coletividade denso, coeso, que dá alicerce para a manutenção do próprio território. É o poder de decidir em conjunto o que é ou não coerente com suas práticas cotidianas, com sua identidade, com sua cultura, enfim, com o seu universo imaterial, simbólico e afetivo. Assim como o que é condizente para a conservação da sua paisagem socioambiental.

A propósito da decisão sobre o destino dos seus territórios, frisamos que a proposta de inserção do TBC não emanou da própria comunidade. Foi inserida por agentes externos ao território com propostas pré-formuladas e com a participação de apenas um grupo de moradores.

Apenas algumas pessoas foram convidadas para participar da proposta. No caso a gente aqui. Ai nós chamamos outras pessoas. Convidamos o pessoal do colégio, convidamos de dono de bares e vizinhos casas para participar desse plano. (Entrevistado C - Crasto).

Não foi convidada toda a população, agora quem se dispôs a ir foi nos quatro, aqui tem três mais falta um. Então passamos um ano estudando atrativos, falando sobre a história, fizemos um plano para o Governo Federal, depois fizemos outro plano para o IPTI. (Entrevistado B - Crasto).

Este processo iniciou-se no ano de 2009, quando o presidente do IPTI, procurou algumas lideranças locais para falar sobre as potencialidades do território e assim propor um plano de gestão baseado na participação comunitária para o desenvolvimento do turismo no Crasto, pautado nas seguintes premissas:

Construir, de forma participativa, um Plano de Gestão do Turismo para o município de Santa Luzia do Itanhy, baseado nos principais ativos imateriais locais, e sistematizar o processo de forma que ele possa ser reaplicado em outras regiões. A metodologia empregada neste projeto foi desenvolvida com base no modelo de economias criativas, o qual leva em conta as questões de identidade e cultura local e o fortalecimento da comunidade local, para que esta seja a principal protagonista da exploração econômica de seus ativos imateriais. Considera os elementos imateriais (cultura, meio-ambiente) como o principal ativo econômico e trabalha para atrelar estes elementos aos produtos locais e, a inovação e o design, como meios fundamentais para agregar valor a estes produtos. (IPTI, 2010)⁷.

O IPTI é uma instituição privada, sem fins lucrativos, fundada em outubro de 2003, na cidade de São Paulo/SP, com o objetivo de desenvolver soluções integradas entre tecnologia e processos humanos, tendo como áreas prioritárias a educação, saúde pública e economias criativas (IPTI, 2010). O primeiro contato no estado de Sergipe se deu no ano de 2006, quando o IPTI buscou parcerias com o Governo do Estado, no intuito de instalar neste estado um centro de Tecnologias Sociais, associado à uma experiência de promoção de

⁷ Informações contidas no plano de gestão participativa do turismo em Santa Luzia do Itanhy, elaborado no ano de 2010. Disponível em: http://www.ipti.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=113&Itemid=72&lang=pt. Acesso em 02 Dez. 2012.

desenvolvimento social e econômico, com base numa integração entre arte, ciência e tecnologia. Já no ano de 2009, a instituição implantou uma sede no município de Santa Luzia do Itanhy, mais precisamente no povoado Crasto para o desenvolvimento de metas traçadas para implantação do TBC (IPTI, 2010).

O primeiro contato com a comunidade se deu a partir de conversas informais com sujeitos locais na Orla do povoado Crasto. Após esse diálogo foi lançada a proposta de aproveitamento das potencialidades locais para que a comunidade tivesse condições de aproveitá-las melhor e incrementar sua renda. Assim, os membros da comunidade que participaram do dialogo passaram a se interessar pela proposta, o que desencadeou outras reuniões entre o presidente e alguns membros da comunidade.

De acordo com relatos informais dos sujeitos locais, nesses encontros, surgiu a necessidade de se pensar em uma sede para oficializar a interação entre IPTI e comunidade. Foi pensada a possibilidade de alugar o prédio que abrigava a antiga colônia de pescadores do povoado. Segundo os sujeitos locais isso gerou certa tensão até se chegar a um denominador comum que culminou no acordo entre pescadores e IPTI em alugar o prédio durante o período de dois anos. Conforme observação de campo, a sede hoje abriga um centro de informática, com vários computadores distribuídos para ofertar cursos para a comunidade. O IPTI ainda possui um escritório no bairro Coroa do Meio /município de Aracaju.

Desse modo o IPTI, em parceria com membros da comunidade, gestores públicos Federal, Estatal e Municipal, formulou o Plano de Gestão Participativa do Turismo do Município de Santa Luzia do Itanhy. De acordo com entrevista realizada com representantes do IPTI, a parceria com a esfera federal se deu diante da abertura de Edital, em 2009, por parte do Ministério do Turismo / Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, que teve como consequência o convênio Nº 750337/2010 processo: 72031.015336/2010-09 entre a União, por intermédio do Ministério do Turismo e o IPTI. Este convênio forneceu condições financeiras por meio de cotação prévia de preços para contratar a empresa Oficina Alternativa que formou uma equipe de profissionais destinados a:

- Realização de oficinas de sensibilização e de mobilização da população local sobre a proposta;
- Produção de diagnóstico e reconhecimento das pessoas envolvidas, suas histórias, como vive e os seus potenciais de trabalho e produção, buscando uma identificação do

grupo e de comportamentos individuais e coletivos instalados e a serem trabalhados. (TERMO DE REFERENCIA Nº001/2011, p. 01, 2011).

Com base nas informações contidas no site oficial do IPTI, houve a intenção de criar uma rota turística até o final do ano 2013 para ser materializado até o final do ano de 2015 que contemplasse tantos aspectos culturais como os ambientais. No mês de abril teve início a realização das oficinas de sensibilização e de mobilização do Plano de Gestão Participativa do Turismo no município de Santa Luzia do Itanhhy em uma escola cedida pela Secretaria de Educação do município. As oficinas foram destinadas para todos os interessados em conhecer experiências ligadas ao TBC em várias partes do Brasil, com ênfase no chamado projeto ‘Acolhida na Colônia’, em Santa Catarina. De acordo com levantamento bibliográfico realizado pela equipe foram identificadas 14 formas coletivas de organização em Santa Catarina.

As oficinas foram realizadas, com o intuito de identificar aspectos relacionados aos modos de vida da comunidade a ser beneficiada pelo TBC. A proposta teve como pauta: como estes agentes vivem; a que se dedicam; que aspectos positivos destacam de seu dia a dia; os principais problemas enfrentados; a ideia que possuem acerca do cooperativismo e de sua importância; o que sugerem para melhorar as condições em que vivem; a abertura e a predisposição a trabalhar com o turismo; interesse em participar das oficinas e disponibilidade de tempo (2010).

No decorrer do processo descrito, foram convidados para fazer parte das oficinas as Secretarias de Estado do Meio Ambiente e Turismo, Secretaria Municipal de Cultura do município de Estância. Foi firmado também um convênio com a Faculdade Estácio de Sá no sentido de promover a concessão de estagiários do curso de turismo para auxiliar a equipe envolvida na elaboração do plano de gestão.

Os trabalhos se dividiram em duas fases: o processo de sensibilização que ocorreu durante seis encontros, todos realizados em uma escola pública da rede municipal de ensino envolvendo vários sujeitos de diferentes povoados e municípios. O segundo momento se efetivou com a visita aos pontos considerados potenciais para o desenvolvimento do TBC expostos a seguir:

- Visita aos antigos engenhos do município de Santa Luzia do Itanhhy.

Segundo Loureiro (1999), os engenhos de Santa Luzia evidenciam o auge da economia sergipana no século XVI. Este município foi considerado o maior produtor de farinha de

mandioca da província. É no século XVII que inicia o crescimento da produção de açúcar que se transformou na base econômica de então Vila de Santa Luzia. Hoje os engenhos ainda presentes retratam a veracidade dessa história. Ainda conforme Loureiro (1999), neste município existiu sete engenhos, entre os quais o Engenho São Felix, o Engenho Cedro, o Engenho de Antas (figura 91), o Engenho de Ferro, (sendo este muito antigo), o engenho Priapu (figura 92) e o Engenho Castelo, sendo um dos mais preservados atualmente.

Figuras 91 e 92 - Engenho Antas e cachaçaria da fazenda Priapu de Feira



Fonte: IPTI (2010).

A comunidade do Crasto é auto reconhecida quilombola em decorrência da evidência forte de resistência e lutas dos escravos que foram levados para sustentar os engenhos que circundavam o então povoado. Muitos membros da comunidade sabem da história dos seus antepassados e sentem-se orgulhosos com a herança deixada por eles. Com base no exposto, a equipe vislumbrou um forte potencial para exploração da memória coletiva e das marcas materiais deixadas pelo tempo.

- Trilha na Mata do Crasto.

Segundo IPTI (2010), a reserva Mata do Crasto é de propriedade particular. A visita foi realizada por alguns membros da equipe contratada e pelos sujeitos locais envolvidos. O percurso foi realizado pelas trilhas acessíveis na mata e contou com a presença de dois sujeitos participantes do Plano de Gestão Participativa do Turismo do município de Santa Luzia do Itanhhy. A trilha, assim como a diversidade de ecossistemas da fauna e flora (figuras 93 e 94), foram vislumbradas como elementos em potencial para a realização do ecoturismo e realização de projetos focando na educação ambiental. Para tanto, foi idealizada a contratação

de profissionais de diversas áreas que dessem suporte científico à realização desta modalidade de turismo.

Figuras 93 e 94 - e flora e fauna do povoado Crasto/Santa Luzia do Itanh



Fontes: Gomes, R. C. S. (2012); IPTI, (2010).

- Gastronomia do Crasto baseada em mariscos, crustáceos e peixes preparados de diversas formas.

A base da alimentação da comunidade está no seu modo de vida e nas territorialidades construídas entorno deste. A moqueca de camarão, a fritada de aratu, o pirão de peixe, fazem parte do cotidiano da comunidade, sendo percebido também como um atrativo para os turistas (figura 95).

Figura 95 – Povoado Crasto: Gastronomia à base e mariscos e pescados



Fonte: IPTI (2010).

- Ruínas da Igreja do Senhor do Bonfim, datada do século XIX (figura 96).

Figura 96 - Povoado Crasto: Ruínas da Igreja Senhor do Bonfim



Fonte: GOMES, R. C. S. (fevereiro/2012).

- Reisado Infantil

De acordo com o que foi investigado, o grupo infantil se organizou exclusivamente para a equipe de consultoria do plano de gestão participativa (figura 97). O mesmo encontra-se inativo, assim como o samba de coco do povoado. Contudo, com a efetivação do TBC, a equipe teve a expectativa de estimular a reativação de ambos os grupos. Consideramos que esta necessidade deve partir dos sujeitos locais, e não de agentes externos ao território.

Figura 97 – Povoado Crasto: Reisado mirim



Fonte: IPTI (2010).

- Rio Piauí

A equipe de consultoria identificou este rio como sendo um dos principais atrativos do povoado. Neste, poderia ser realizado passeios de barco, conduzido pelos pescadores da comunidade com alguns pontos estratégicos de parada, a exemplo dos locais chamados Olhos D'água, onde se reúnem vários pescadores com os seus barcos para a realização da pesca. Foi apontado também um local no rio para a prática da tirolesa. Foi visualizado o chamado local em que podem ser encontradas ostras onde o turista poderia usufruir deste cretáceo e conhecer as histórias do antigo trapiche (figura 98).

Figura 98 – Povoado Crasto: antigo trapiche



Fonte: IPTI (2010).

Ainda foi proposto pela equipe do plano de gestão participativa o chamado turismo noturno, em que os turistas poderiam contemplar as belezas da paisagem ao fim do pôr do sol.

A equipe também vislumbrou oferta de acomodação para os turistas em um espaço que seria planejado para camping, com infraestrutura adequada para atender as demandas turísticas. Atualmente o povoado conta com apenas um meio de hospedagem- a Pousada e Cia. Crasto. Foi cogitada também a opção de hospedagem domiciliar, em que os moradores poderiam receber os visitantes em um dos cômodos de suas casas estreitando assim, a troca de experiências entre visitantes e visitados.

Segundo registro no site oficial do IPTI, no qual consta todas as etapas do processo de construção do plano de gestão participativa, os sujeitos locais participantes ativos da proposta se comprometeram a fazer um levantamento junto à comunidade, das famílias interessadas em ofertar este tipo de hospedagem. Depois de encerrado o processo de reconhecimento dos possíveis roteiros turísticos, houve a necessidade de sistematização e apresentação para todos os participantes, incluindo os representantes das comunidades envolvidas.

Ainda, segundo informações extraídas do IPTI (2010), no mês de novembro de 2011, o povoado Crasto recebeu a visita técnica de representantes da Coordenação Geral de Projetos de Estruturação em Áreas Priorizadas do Ministério do Turismo/ MTur com a intenção de verificar e acompanhar parte da construção do Plano de Gestão Participativa do Turismo no município de Santa Luzia do Itanhy. Representantes do MTur reuniram-se com todos os participantes do plano de gestão participativa para que estes expusessem suas percepções acerca do trabalho que estava sendo desenvolvido.

Neste ínterim, os sujeitos locais representantes do povoado em questão, externaram os seus anseios e perspectivas frente ao novo – a modalidade Turismo de Base Comunitária. Um dos sujeitos locais da comunidade do Crasto fez uma abordagem acerca de como o turismo seria atrelado à pesca, assim como outro sujeito local externou a necessidade de se resgatar as manifestações folclóricas do povoado e da valorização da produção de artesanato local, entre outros.

Posteriormente, após sistematização de todas as atividades desenvolvidas foi apresentado o Plano de Ações esboçado para efetivação do TBC em Santa Luzia do Itanhy. Este foi fragmentado em três etapas: curto, médio e longo prazo. Dentre as principais ações seguem:

- Acompanhamento das ações do PRODETUR-SE no que diz respeito à implantação de infraestrutura básica e turística na região;
- Análise das ações que deverão ser tomadas para a gestão ambiental do destino turístico, seguindo os princípios estabelecidos pelo Conselho Brasileiro para o Turismo Sustentável (CBTS);
- Apoio a reativação de grupos artísticos como o Pífano de Priapu e o Reisado do povoado Crasto;
- Cadastramento dos Prestadores de Serviços Turísticos no CADASTUR;
- Ações para qualificação e certificação de equipamentos e serviços por meio de cursos técnicos;
- Capacitação para agentes de desenvolvimento turístico;
- Apresentação de linhas de financiamento como a fornecida pelo PRONAF;
- Apoio a organização das associações agrícolas locais para que atendam a demanda de alimentação por parte dos futuros turistas, (IPTI,2010).

De acordo com relatos informais junto aos sujeitos que estiveram envolvidos no processo, a participação do Mtur se deu apenas com a presença dos seus representantes institucionais. Em termos de efetivação de alguma ação que viesse a contribuir com a materialização do TBC, com base no diagnóstico realizado pelo IPTI, ainda não foi constatada nenhuma evidência que dê efetividade ao acompanhamento deste ministério junto as comunidades em questão, o que coloca os sujeitos locais em uma situação de descrença no que diz respeito ao papel do Mtur frente ao plano de gestão participativa.

Nenhuma das ações pensadas foram realizadas. Contudo o plano de ação para o fomento ao turismo de base comunitária no município despertou inicialmente nos sujeitos locais o anseio da materialização do TBC no seu território. Posteriormente gerou um misto de sentimento, ora de crença no TBC que, se desenvolvido na comunidade viria a se somar aos seus atributos físicos e socioculturais, ora como frustração uma vez que foram realizadas estratégias com presença de ONGs, Estado e até então nenhuma efetivação do que foi pensado, discutido e planejado.

No mês de dezembro de 2011, ocorreu o encerramento das atividades referentes a formalização do plano de gestão participativa para o fomento ao TBC. Foi elaborada também duas propostas a serem submetidas por meio de editais, que caso fossem aprovadas, possibilitariam a realização de alguns objetivos propostos para o desenvolvimento do turismo nas localidades envolvidas.

Passado todo este processo acima descrito, pautado em documentos e relatos postados no site oficial do IPTI e com base em relatos formais e informais dos sujeitos locais que participaram assiduamente de todas as etapas envolvendo o plano de gestão citado, a comunidade externa a frustração da não materialização do turismo comunitário. Apesar de não ter sido uma iniciativa que partiu da própria comunidade, foi uma proposta que veio arraigada de expectativa, de ansiedade e esperança no sentido de se transformar em um símbolo de fortalecimento e luta e acima de tudo de melhoria da qualidade de vida da comunidade.

O projeto, todavia, não se materializou na comunidade e os sujeitos locais, cansados de promessas, de visitas de agentes públicos e privados já não depositam mais a esperança de ver o acontecer das promessas, dos anseios criados com a chegada do novo, de agentes que entraram em seus territórios com propostas atrativas, mas que se perdem no percurso para a sua efetivação. Este fato tem como consequência as incertezas por parte dos sujeitos no que tange as políticas, aos projetos e nos discursos daqueles que instigam uma perceptiva de melhoria da qualidade de vida. A comunidade se mostrou interessada, depositou a confiança naqueles que discursaram sobre o TBC, sobre os modelos tangíveis de desenvolvimento local e participativo do turismo. Os sujeitos envolvidos no projeto acreditam ser possível que esta forma de turismo é geradora de benefícios para a sua comunidade, conforme depoimento abaixo:

Eu acredito que o turismo comunitário pode nos ajudar muito de ter uma vida melhor. Acho que sim, se as pessoas forem orientadas a fazer as coisas de maneira correta. (Entrevistado C - Crasto).

Hoje a comunidade continua à espera de ações que não se concretizaram, mas a confiança no outro, no externo, se fragilizou diante da não materialização do tão esperado TBC. A comunidade do Crasto acreditou em um poder que na verdade não está, todavia em suas mãos, pelo menos os sujeitos locais não acreditam que esteja, pois os mesmos esperam passivamente que todas as ações traçadas sejam efetivadas pelo Estado, Município e pela ONG.

Quando tem reunião aqui do IPTI, as pessoas aparecem meio desconfiadas, mas aparece (Entrevistado C - Crasto).

Deles chegarem e ver o potencial da comunidade, a beleza natural que o povoado oferece e também a questão da pesca, aí chegaram e conversaram com a gente, para tentar fazer um projeto de turismo, mas só que nunca levou avante. Nunca! Eles chegaram assim, ah isso aqui é bonito! Isso aqui dá para se desenvolver turismo! Mas nunca chegou assim para dar um

suporte, para dá um ajuda; mais isso depende também do governo municipal a maioria deles não tem esse interesse, só agora com Adalto que passou, que houve essa questão do pessoal da IPTI, que veio e articulou e trouxe o secretário de Estado; já teve aqui também o representante do turismo de Brasília a gente tivemos; mostramos os ponto principais, descobrimos o atrativo, roteiros. Fizemos o trabalho dessa maneira para mostrar para ele o potencial da comunidade, mas só que até agora, nada. (Entrevistado B- Crasto).

Os sujeitos se mostram muito dependentes das ações dos agentes externos, das políticas de fomento ao turismo. No nosso entendimento esse aspecto tem os seus meandros negativos, pois denota fragilidade no tocante ao senso de coletividade por parte destes sujeitos para gerir o seu território. Para eles, a responsabilidade tem um maior peso para os que gerem o Estado. Já discutimos acerca de seu papel e suas prioridades dentro de um modelo desenvolvimentista, mas não podemos olvidar que a deficiência do Estado nas comunidades no tocante a falta de prestação de serviços e efetivação de programas que não condizem com as necessidades deles, não deve ser justificativa para a passividade, ao contrário, pode servir de motor para desencadear um senso de luta em defesa do seu território como ocorreu com a comunidade de San Pedro Atlapulco/México.

Acreditamos que caso o turismo comunitário tivesse sido gerado e dirigido no seio da própria comunidade, o desfecho poderia ser outro. Como é o caso de San Pedro Atlapulco em que o TBC foi inserido no território tendo como protagonismo os sujeitos locais e não agentes externos ao território, que muitas vezes não conhecem a realidade, necessidades e singularidades destes sujeitos.

Acreditamos ainda que, pelo fato do protagonismo não ser dos sujeitos do povoado Crasto, o processo de inserção ficou fragilizado, uma vez que a comunidade ficou sujeita à vontade alheia, aos ditames estabelecidos pelos de fora, os agentes externos ao território. Devido ao processo de exclusão socioespacial os sujeitos da comunidade em questão, se veem sempre dependentes da ajuda do outro, conforme relato a seguir:

A comunidade, ela precisa acreditar mais em si no potencial dela porque não é só o governo; se for depender do governo não vai sair nada, mais se a comunidade quer fazer alguma coisa para executa para turismo comunitário quem já vem sido de uma forma não profissional, de forma inconsciente eles vêm executando, a comunidade executa mais isso para melhoria, mais precisa que a comunidade se inteire como comunidade para poder funcionar a coisa. (Entrevistado A - Crasto).

No caso do povoado Terra Caída, a diferença reside no fato de que esta comunidade chegou a exercer o TBC, e a partir desta experiência buscou parcerias para desenvolver de

forma mais abrangente da atividade turística com base nas territorialidades construídas ao longo do processo histórico. Os sujeitos locais, de acordo com relatos registrados em entrevistas durante os períodos de dezembro de 2011 a janeiro de 2013, expuseram que desde a década de 1980, recepcionavam em suas residências visitantes advindos dos municípios de Aracaju, Estância, Umbaúba, entre outros lugares.

Geralmente, os visitantes chegavam até o povoado indagando aos moradores sobre a existência de alguma pousada na comunidade e como não havia, os moradores começaram a oferecer o serviço que incluía alimentação, hospedagem e passeio para contemplar as belezas paisagísticas do local.

Em contrapartida, os visitantes pagavam um valor que geralmente não era acordado entre as partes, prevalecendo sempre o bom senso daqueles que usufruíam do aconchego nas residências dos sujeitos locais. Acreditamos que tal prática se configurou no eixo norteador para que, na década de 2000, a comunidade se mobilizasse para incluir o TBC de forma mais ordenada, tendo como pilar os saberes e experiências impressos no seu território.

Ressaltar o modo de vida particularizado da comunidade do povoado Terra Caída significa enfatizar que essa maneira de viver em territórios e recursos de uso comum pode contribuir para a manutenção das relações entre os indivíduos e o meio ambiente, na perspectiva dinâmica pautada segundo Sachs (2000) na sustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental, primando pelo desenvolvimento local.

No povoado Terra Caída, o turismo está materializado dentro do contexto híbrido. Temos o turismo convencional, com intervenções governamentais, assim como iniciativas de turismo comunitário.

Coriolano (2008) discute sobre os dois eixos sinalizados no povoado Terra Caída e presentes em várias partes do Brasil: o convencional ou globalizado, que se movimenta de fora para dentro, vem do grande polo emissor para o polo receptor em que, em muitos deles, o local não participa da cadeia produtiva. O outro eixo é o alternativo com o TBC, considerado de baixo para cima, em que comunidades periféricas também usufruem das condições comerciais do mundo globalizado por redes turísticas, tendo em vista o fortalecimento da atividade e o atendimento das necessidades locais.

Na comunidade de Terra Caída o processo ainda não está consolidado. Contudo, cabe na nossa reflexão, pois de acordo com relatos informais e entrevistas semiestruturadas realizados juntos aos sujeitos locais envolvidos com o TBC, estes se mostram receptivos ao

turismo, percebem a atividade como uma maneira de fortalecer a sua renda, como uma atividade que venha a somar com as características do seu território.

Os sujeitos locais reconhecem também a deficiência do planejamento territorial elaborado e efetivado pelo Estado no tocante aos aspectos ligados a oferta de serviços básicos e infraestrutura como fator que desfavorece a estruturação do turismo nos moldes que eles almejam. Terra Caída, conforme já exposto, possui características que favorecem a materialização do turismo, tanto em termos de seus atributos naturais, como em seus aspectos imateriais, construídos na relação homem-natureza. A esse respeito:

A estruturação do turismo de base comunitária no povoado Terra Caída está diretamente relacionada à principal atividade econômica da região, a pesca artesanal, uma cadeia que se apresenta organizada em forma de associação, facilitando a transparência e envolvimento dos agentes locais no desenvolvimento do projeto. (ALMEIDA; VIEIRA, 2011b, p. 287).

Ainda com base nos autores acima e nas pesquisas de campo realizadas nos meses de janeiro, fevereiro, junho, julho, outubro e dezembro de 2012, o turismo comunitário começou a se materializar com o incentivo de membros da Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores de Terra Caída/ASPECTO. Esta associação fundada há treze anos atua na comunidade motivando o turismo comunitário, a proteção ao meio ambiente, a praticada cidadania, o desenvolvimento da atividade pesqueira, a capacitação profissional, atividades com a terceira idade, a educação ambiental, a musicalização e resgate cultural.

As primeiras práticas para a materialização TBC envolvendo a ASPECTO se iniciaram quando a mesma tinha seis anos de criação, com projetos que tinham como pilar o cooperativismo e associativismo, essenciais para a prática do TBC. Os projetos motores foram: “Almoce na casa do nativo e conheça a história dos pescadores”. O projeto teve como objetivo orientar as pessoas interessadas a receber o turista de acordo com a culinária local, bem como aproximar o turista do pescador, das pessoas da comunidade, do cotidiano, bem como de suas raízes culturais que forma a sua territorialidade.

Os sujeitos buscaram também a valorização da memória coletiva, que faz parte da identidade das pessoas do povoado e das características do território. Enquanto o turista almoçava, escutava a história passada pelos pescadores, ou se preferisse, em outro momento, enquanto estivesse na comunidade. Segundo entrevista com o presidente da Associação de Pescadores, é um momento em que o turista tem para vivenciar o povoado, a sua riqueza cultural, conforme relato abaixo:

[...] é o que dá significado ao turismo em nossa comunidade. Só a nossa gente pode fazer isso, passar a nossa riqueza para que outras pessoas tomem conhecimento. (Entrevistado C - Terra Caída).

Ainda de acordo com relatos dos sujeitos locais, no povoado existem restaurantes que recebem turistas, porém dentro dos moldes convencionais e poucos lucram com a atividade. Com intuito em integrar mais pessoas à cadeia produtiva, foi pensado o turismo que envolvesse desde o pescador até a dona de casa. O projeto partiu do saber e fazer da comunidade, do seu cotidiano encabeçado por integrantes da própria comunidade.

Para que o turista tomasse conhecimento da culinária local e do projeto, a ASPECTO passou a entrar em contato com agências de turismo, para que, ao surgir o interesse da visitação ao Litoral Sul sergipano, fosse sugerido a opção de almoço na comunidade de Terra Caída. Para este feito foi formulado um cardápio que ficava a disposição na ASPECTO para que o turista escolhesse o que comer e em que residência estaria disponível o que escolheu.

A partir da escolha era disponibilizado um guia para conduzir o turista até a residência eleita. Como exemplo, podemos citar: na casa de dona Inquinha, moradora e originária do povoado, uma das especialidades é a galinha caipira e a salada de produtos orgânicos, além do suco com frutas da restinga e da mata Atlântica presentes na comunidade. Se esta residência fosse escolhida por um turista, ou grupo de turista, um guia oriundo da comunidade era indicado pela Associação para conduzir o (s) turista (s) para o endereço solicitado, conforme depoimento abaixo:

Esse projeto ocorreu em 2008, nós fizemos camisas para participar e ser identificado pelos turistas. A gente trabalhava em grupo e dividia o pessoal, fazia o cardápio. Quando os turistas chegava [sic], a gente dizia qual era o cardápio que ia ter na casa de quem. Era muito bom o projeto. (Entrevistado B - Terra Caída).

Tinha a organização da economia solidaria de Aracaju, ele e Dra. Lurdes que organizava, trazendo os turistas para cá. O turista já vinha certo. Quem quisesse comer uma moqueca de peixe, ia para uma determinada casa, quem queria comer outros tipos de comida ia para outra casa. Isso funcionou mesmo. (Entrevistado A - Terra Caída).

Outro projeto dentro dos moldes do TBC foi o intitulado “Artesanato e Comidas Típicas”. Este se realizava nos fins de semana na praça do povoado, onde tinha barracas para que fossem comercializados produtos locais, como artesanato, doces caseiros e demais comidas típicas.

A gente mostrou o artesanato que nós fizemos, que foi as coisas de caco de coco, tinha as lembranças de casca de massunin (crustáceo da região) que nos fazíamos. (Entrevistado B - Terra Caída).

O espaço, além da comercialização dos produtos, também propiciava o encontro entre as famílias e os visitantes. Para a comercialização dos produtos, foi criado um selo e para o artesanato, uma logo marca, informando a origem, forma de produção, significado e o contato de quem produziu.

Para dar visibilidade à comunidade e ao que ela tinha para oferecer com base no TBC, os moradores passaram a participar de feiras que aconteciam em Sergipe e em outros estados (feira de economia, solidária, de turismo, entre outras). Os sujeitos procuravam participar de os eventos destinados a mostra de turismo, conforme relato a seguir.

A gente levava o que a gente fazia pra feira da economia solidaria em Aracaju, no SESI, a feira que tem do estado de Sergipe na Orla. Tinha a baiana, tinha a tartaruga, um monte coisa que a gente produzia. (Entrevistado A - Terra Caída).

Os projetos descritos se desenvolveram durante seis anos. Posteriormente a comunidade tomou ciência do Edital de chamada pública 001/2008, realizado pelo Ministério do Turismo – MTur para o fomento ao turismo de base (anexo 1). Como foi demonstrado interesse de participação no referido edital lançado no ano de 2008, as pessoas envolvidas com o turismo na comunidade se engajaram para seguir as exigências contidas no edital e assim concorrer ao financiamento para o desenvolvimento do TBC. Para sistematizar a proposta que iria concorrer aos recursos financeiros, a comunidade recorreu a ONG Sociedade Semear – ou seja, colocar no papel, sistematizar a prática, o que a comunidade já desenvolvia em termos de TBC, bem como os possíveis avanços. Para a participação neste edital do MTur as comunidades interessadas teriam que comprovar experiências de TBC já materializadas em seus territórios, mesmo que de forma incipiente (anexo 2).

O recurso financeiro que seria disponibilizado pelo MTur para os projetos eleitos, seria entre 100 e 150 mil Reais, para que, no prazo de 18 meses fosse destinado a estruturação do turismo que enfatizamos neste estudo. A comunidade de Terra Caída foi a única do estado de Sergipe selecionada pelo MTur, cujo resultado foi divulgado em agosto de 2008. Porém, em decorrência da falta de alguns requisitos para que o projeto fosse colocado em prática, o recurso não foi disponibilizado, o que deixou a comunidade frustrada.

Posterior a esse fato, foi iniciada a construção da ponte Gilberto Amado, já mencionada no capítulo dois, o que, de acordo com entrevistas realizadas, foi um dos agentes desarticuladores da atividade turística desenvolvida pela comunidade.

As pessoas que foram contratadas eram quase todas daqui de Terra Caída e a gente já estava desanimado porque o MTur fez exigência de a gente ter 20.000,00 reais de contra partida e a gente não tinha esse dinheiro. A gente nem sabia disso. Foi quando a gente foi procurar ajuda no governo do Estado e na prefeitura de Indiaroba e não conseguiu. Depois, veio essa ponte e os pescadores quase todos foram trabalhar nela pra receber o salário e aí agora a ponte está no fim e eles estão voltando a se dedicar só a pesca, mas tá difícil. A ponte veio pra desanimar a gente ainda mais. (Entrevistado C - Terra Caída).

Ainda com base nos relatos colhidos juntos aos sujeitos locais, a referida ponte desde o início de sua construção impacta o modo de vida da comunidade, pois a mão de obra contratada advém predominantemente do povoado Terra Caída e dos povoados circunvizinhos. Pescadores, marisqueiras, artesãos, todos foram contratados para o trabalho assalariado de cunho temporário, o que contribuiu também para a desarticulação do TBC, assim como para a desvirtualização das atividades ligadas a pesca.

A ponte Gilberto Amado é resultado de políticas de fomento ao turismo em Sergipe, que segundo documento do BNB teve uma preocupação relevante com os impactos ambientais, haja vista os impactos causados pela efetivação do PRODETUR I. A ponte edificada no território da comunidade em questão e impactando o seu modo de vida, o seu ambiente que no nosso entender engloba o território, a paisagem e as territorialidades desse grupo social. É a contradição do conteúdo posto nos documentos que regem os programas, ações e projetos ligados às políticas públicas.

Gerou também impacto no tempo de trabalho. De acordo com relatos colhidos junto aos sujeitos locais, devido a carga horária de trabalho exaustiva, os sujeitos locais não mais tiveram estímulo de desenvolver atividades de forma mais rotineira. O trabalho comandado pelo tempo lento, o tempo da natureza foi substituído pelo tempo do relógio, o tempo das máquinas, o tempo do trabalho assalariado, conforme relato que segue:

Muitas pessoas aqui que trabalham no rio e no mangue foram trabalhar na ponte e o serviço lá toma o tempo todo. O meu marido tá lá [...] agora tá quase acabando e estamos com problema até de pagamento e não sei como vai ser depois. (Entrevistado H - Terra Caída).

A referida ponte foi recentemente concluída e inaugurada e os sujeitos locais, deixaram de ser trabalhadores assalariados de contrato temporário e estão tentando voltar ao seu cotidiano. Em relação a esta construção, os sujeitos locais ora percebem como algo que

trará benefício para a comunidade, ora como um elemento que trará insegurança e causadora de impactos negativos no modo de vida da comunidade, conforme relato que segue:

Olhe, essa ponte vai ser boa pra nós aqui, porque a gente vai poder ter mais acesso a Aracaju, e o pessoal vai vim pra cá. Agora não era pra ela ser feita aqui, porque isso prejudicou nós que mexe com pesca, porque onde ela tá agora era onde agente tinha mais peixe e aí com ela (a ponte) a gente teve que catar outro lugar mais longe, porque espantou os peixes tudo[...] essa ponte com as máquina trabalhando fez rachadura no monte casa aqui, e tá aí. (Entrevistado F - Terra Caída).

Assim, vai vim mais gente, gente estranha e o nosso medo é de vim gente que não é do bem e a nossa tranquilidade acabar, porque a gente sabe que tem de tudo nesse mundo, né? (Entrevistado G - Terra Caída).

O território do sossego, dos laços de vizinhança é também o território do outro, o território que se funde em um misto, em uma hibridez; é o território da segurança que passa a conviver com o medo daqueles que não são e nem viveram o território simbólico, repleto de signos e significados para os seus sujeitos locais. A infraestrutura implantada junto à comunidade, oriunda das políticas de planejamento não se somaram aos atributos imateriais da comunidade.

Apesar do discurso propagado dos gestores públicos pautado no desenvolvimento local, o que ocorre é desarticulação de aspectos do cotidiano como a prática da pesca, da sensação de segurança e tranquilidade sentida e externada pelos sujeitos locais que hoje se encontra ameaçada. Ou seja, investimentos que são implementados e travestidos do discurso de desenvolvimento, em nada ou muito pouco vem a contribuir para a potencialização dos saberes local e o fortalecimento das territorialidades ali construídas.

Atualmente, a comunidade passa por um novo processo de reestruturação da vida cotidiana, pois há dificuldade de se readaptar aos moldes anteriores à implementação da ponte. Muitos estão migrando à procura de trabalho assalariado, outros anseiam voltar a trabalhar com o turismo comunitário. Houve, portanto a desmobilização e atualmente está surgindo uma tentativa de reintegrar o TBC na comunidade, levando em consideração o que já tinham realizado em termos de prática do TBC, conforme relato abaixo:

Estamos com projeto de retomar o turismo comunitário e tem muita gente aqui na comunidade que quer, e agora que essa ponte vai terminar, acredito que as pessoas vão querer sim, buscar outras alternativas para complementação de renda, e outras pessoas de ter um novo emprego. (Entrevistado C - Terra Caída).

Acho que seria bom pra gente aqui voltar a fazer o que nós fazia, porque a ideia era muito boa. Se nós tivesse ganhando o dinheiro do Ministério do Turismo, aqui em Terra Caída ia ser um lugar que os turistas queriam passear pra ficar, pra conhecer tudo aqui e ficar o final de semana todo. (Entrevistado B - Terra Caída).

A comunidade é composta por sujeitos que possuem associação comunitária atuante, eles possuem um modo de vida singular, têm um senso de pertencimento, uma relação topofílica com o seu território, uma paisagem sociocultural e física ricas, sujeitos engajados com ONGs, com o poder público municipal e estadual e que possuem a experiência do TBC, que diferentemente do povoado Crasto se deu dentro da comunidade, por iniciativa dos sujeitos locais.

Entendemos que esta comunidade possui muitos atributos que podem culminar na prática do turismo que eles almejam, um turismo que sobressaia ao turismo que se tem, liderado pelas políticas de fomento ao convencional, ao turismo visto como atividade que consome e transforma paisagem e territórios de forma a desterritorializá-los. Reafirmamos que o senso de empoderamento, fundamental nesse processo é o elemento de intermediação entre ações associativistas. Segundo Tubaldini (2009) a valorização do território das comunidades perpassa pela valorização e manutenção de seus conhecimentos adquiridos a partir do seu modo de vida. Com base nesta autora, atribuímos que a inserção do turismo nas comunidades sergipanas, em particular a de Terra Caída, assim como as localizadas nas demais partes do país e do mundo, só é passível de sucesso para os sujeitos locais a partir da valorização do território experienciado, vivido e concebido como lócus da reprodução do cotidiano e das territorialidades. Valorização não somente por parte daqueles que constroem o território. Nas políticas de fomento ao turismo esta valorização que está nos conteúdos de algumas ações estratégicas de programas e projetos se concretizada, poderia se somar ao modo de vida local.

É importante que a inserção do turismo nas comunidades seja permeada pela valorização das experiências, do cotidiano, pelos valores identitários, como já foi discutido nesta pesquisa. Essa inserção associa-se ao sentimento de pertença, resistência e luta daqueles que se sentem excluídos dos resultados da produção da riqueza e desejam incluir-se na cadeia produtiva do turismo. Tanto os sujeitos locais de Terra Caída, quanto os do povoado Crasto, têm ciência do sentido que envolve o TBC, conforme relatos abaixo:

Eu penso assim, que o turismo comunitário, a comunidade toda se reúne para atender o turista sobre as necessidade, pra ter uma estrutura. Eu falo da alimentação, da hospedagem, a canoa para levar o turista para passear e

a casa para o turista ficar na comunidade e alimentação que quem oferece é a comunidade. A gente se reunir pra mostrar que a gente tem valor. (Entrevistado C - Crasto).

A comunidade precisa acreditar mais em si e no potencial dela porque não é só o governo, porque se for depender do governo não vai sair nada, mas se a comunidade quer fazer alguma coisa para que o turismo comunitário exista é preciso que a comunidade se intere como comunidade para poder funcionar a coisa. (Entrevistado A - Crasto).

Nos relatos explicitados, fica claro não somente a percepção dos sujeitos sobre o que essencializa a materialização do turismo. Leva-nos a refletir também sobre a questão do poder de decisão que deve partir do seio da comunidade. A forma como engajar o desenvolvimento local ao seu território, assim como a sua paisagem e de suas respectivas territorialidades pode denotar as sinergias existentes entre os sujeitos e o modo com o qual as relações que estes estabelecem entre si no seu substrato (i) material. Estamos nos referindo a relações de poder pautadas na apropriação que representa um processo muito mais subjetivo, entremeado de marcas do vivido, experienciado e do valor de uso dos territórios e das paisagens e suas manifestações culturais e identitárias peculiares, conforme relatos abaixo:

O turismo comunitário representa pra mim, a elevação da autoestima do nosso povo por meio da valorização da nossa história, do nosso saber fazer, quando essa atividade nos ocupa pela importância e significado que nossos serviços e produtos nos transfere. Uma questão de identidade, de amor aos saberes dos nossos antepassados. (Entrevistado C - Terra Caída).

O turismo comunitário era isso que a gente fazia, todo mundo queria fazer alguma coisa para o turista. Todo mundo se unia pra que o que a gente fazia desse certo. Na feira mesmo, muita gente colocava os produtos pra vender. As coisa que a gente fazia de artesanato, a gente se sentava e fazia tudo junto. Eu acho que comunitário é união. (Entrevistado G - Terra Caída).

Viver em comunidade significa estar em uma relação social de convivência comum, perene fundada nos laços de solidariedade. Estas relações sociais se constituem nos caminhos pelos quais se criam identidades coletivas, laços de vizinhança, que vinculam os sujeitos a territórios físicos ou simbólicos, a paisagem física e sociocultural e o partilhar temporalidades históricas.

Nos relatos, o senso de comunidade foi explicitado, o que nos conduz para outra reflexão relacionada ao associativismo que na nossa concepção, está atrelado a união de um grupo que compartilha um dado território e que possui atitudes e ideais comuns, entrelaçados por um sentimento de topofílicos. É também laços de compartilhamento em conjunto dentro daquilo que se almeja e se materializa no e para o seu território.

Perpassa ainda pelos laços coesos, fruto das relações de poder que emergem como resultado das forças que atuam sobre seus membros para que permaneçam no grupo. Os laços territoriais tendem a ser mais imbricados, quanto mais coeso for o grupo. A coesão tende a ser mais forte quanto mais vontade o grupo tiver de desenvolver o seu território e preservar as suas paisagens física e sociocultural. Mantê-los, faz-se essencial para a tomada de decisões que envolvem o destino do grupo que nele reproduz o seu modo de vida.

Esses aspectos antecedem o associativismo. No caso das comunidades em estudo, em especial as brasileiras entendemos que elas estão em processo para se chegar a laços de coesão e posteriormente, a um grau de associativismo que reflita fortemente no destino dos seus territórios.

A construção de territórios tendo como protagonistas os sujeitos das comunidades pode representar um movimento contra hegemônico que se contrapõe à tendência homogeneizante dos espaços e formas de organização socioespacial. Assim, a organização do turismo nestes territórios pode revelar a busca por uma forma diferenciada de apropriação territorial por meio da atividade turística no sentido de fortalecer o poder local, os valores identitários e de solidariedade presentes nestas comunidades que o processo de globalização periferiza.

Contudo, apresentam elementos muito significativos para o deslanchar do TBC que é justamente a percepção de que é a partir da mobilização, da união entre os membros da comunidade que se pode chegar a materialidade de um turismo que contemple as suas necessidades e, ao mesmo tempo, valorize os aspectos das territorialidades. Infelizmente, quando determinadas percepções são compartilhadas com agentes externos ao território, é gerada uma dependência que inviabiliza o desenvolvimento de ações que os conduzam para um saber fazer independente de ONGs e poder público.

Foi o que aconteceu com as comunidades sergipanas. A comunidade do Crasto iniciou o processo de formalização do TBC a partir de concepções trazidas pelo outro (sujeito externo ao território), porém incorporou a essência do TBC e tentou incrementar a atividade em seu território. Por razões de entraves burocráticos, até o momento não alcançou êxito. Já a comunidade de Terra Caída, o TBC emanou da comunidade e se revelou na percepção dos sujeitos locais, por meio dos saberes e fazeres advindos do seu modo de vida, como uma atividade que viria se somar a suas territorialidades.

No entanto, essa comunidade ao procurar avançar no processo buscando parcerias de gestores públicos e inserção nas políticas de fomento ao turismo, ficou muito dependente das ações dos gestores públicos. Este foi um dos fatores que influenciou na estagnação das práticas do TBC já exercidas na comunidade, dando espaço para o fortalecimento do turismo convencional que mesmo ainda incipiente, tem grandes possibilidades de se fortalecer em decorrência da infraestrutura implantada pelo PRODETUR e outras políticas de fomento ao turismo. A valorização sociocultural e natural de pequenas comunidades como a de Terra Caída, abre espaço para oportunidades de desenvolvimento ancoradas na preservação do território do cotidiano. O turismo que engloba essa vertente, está associado a interação e troca simbólicas das culturas dos sujeitos e seus em seus territórios.

A chegada do turismo em comunidades pequenas como no povoado Terra Caída, pode está provocando um redimensionamento das relações cotidianas vividas neste território, criando assim, uma nova ordem e conduzindo a mudanças funcionais e estruturais, pois este território é, ao mesmo tempo, palco e objeto de uma razão, que dá sentido á sua existência. O turismo que vem se efetivando no povoado, conduzido dentro de uma vertente desenvolvimentista e funcional, desencadeado nas ações dos programas e projetos do MTur sem consonância com os aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais que conformam o território e a paisagem, tende a fragilizar as territorialidades construídas. Já o TBC que está estagnado poderia levar a comunidade a desenvolver ações que fortalecessem o seu modo de vida, o que reflete nas suas territorialidades.

O turismo comunitário iniciado em Terra Caída, também nos faz refletir sobre os fatores externos que podem desmobilizar a iniciativa da comunidade, como também até que ponto é salutar a interferência de ONGs e do Estado nesse processo. Isto porque identificamos naquele povoado o turismo comunitário que durante seis anos foi conduzido pelos sujeitos locais. Posteriormente, a ONG Sociedade Semear e MTur também começaram a fazer parte desta iniciativa como agentes que poderiam dinamizar o que a comunidade já havia realizado em termos de TBC, além da intervenção do Estado que por meio de recursos financeiros federais implantou a ponte tendo como discurso a consolidação do turismo no Litoral Sul sergipano.

Na verdade, esses fatores provocaram uma desarticulação da atividade turística emanada no seio da comunidade. A ponte travestida do discurso de desenvolvimento oriundo de políticas de planejamento do turismo veio como um agente desmobilizador do cotidiano de

Terra Caída. Ela Provocou transformações relevantes na comunidade, como a mudança do local de pesca.

Como já foi citado, a ponte foi projetada para ser construída no rio Piauí e em um trecho em que a abundância de peixe era algo notório para os pescadores. Trouxe transtornos para moradores que residem próximo do local de construção, uma vez que as suas residências foram afetadas pela força das máquinas utilizadas para a construção da ponte, além de doenças respiratórias decorrentes da movimentação de sedimentos para edificação da ponte, segundo relatos informais dos sujeitos. Provocou ainda a transformação mesmo que temporária do pescador em prestador de serviço assalariado.

Contudo, o que se propaga na justificativa de consolidação das políticas de fomento ao turismo é o desenvolvimento local. É evidenciado no conteúdo dos documentos de políticas públicas que a ponte foi construída para que a comunidade pudesse caminhar rumo ao desenvolvimento dirigido pelo viés da sustentabilidade. Ora, soa contraditório o discurso disseminado, uma vez que a ponte Gilberto Amado já se encontra em pleno funcionamento, facilitando a mobilidade entre turistas de sol e praia oriundos da Bahia e Sergipe. A comunidade, por sua vez, sofre com sérios problemas de saneamento básico, já apontado nesta pesquisa.

Além disto, é uma edificação aprovada e financiada pelo poder público em uma Área de Preservação Permanente (APP). Consta nas políticas de fomento ao turismo formuladas pelo o MTur, documentos cujo conteúdos explicita a preocupação para um tipo diferenciado de turismo dentro de áreas com essa conotação. A paisagem que conforma esse território, até então não teve prioridade na materialização dos conteúdos posto em evidência. A paisagem, física é alvo do consumo, sofre transformações agressivas que afetam o funcionamento dos ecossistemas que a conformam, a exemplo dos já citados envolvendo a migração e diminuição de peixe e mariscos na área de estudo.

Conforme mostramos no capítulo três as políticas voltadas para o planejamento turístico sempre privilegiaram obras de infraestrutura como abertura de estradas, construção de orlas, estradas e pontes. Porém não priorizou o saber e fazer, as necessidades e deficiências existentes nos territórios destas comunidades. Embora no discurso e no conteúdo das políticas, conste a preocupação com a participação dos sujeitos locais e satisfação das suas necessidades principalmente no tocante a saneamento, conforme relatos já expostos no capítulo quatro.

Quando há uma proposta efetiva de inclusão dos saberes e fazeres locais para a realização de um turismo que seja orquestrado pela comunidade, a exemplo do Edital de fomento ao turismo de base comunitária, há concomitantemente barreiras a serem derrubadas por aqueles que pleiteiam recursos públicos para o desenvolvimento da atividade. Quando se tem ações que visem o TBC, surgem impondo uma série de exigências que não são condizentes com a realidade existente em muitas comunidades que se submeteram a elas. Foi o que ocorreu com a comunidade do povoado Terra Caída quando se submeteu ao edital, que ao passar pelas várias fases existentes que consubstanciava a sua efetivação, esbarrou na chamada contrapartida.

Aprovada nas etapas que constam no anexo1, a comunidade se viu frustrada no momento que foi comunicada pelos regentes do edital que a mesma teria que ter uma contrapartida de 20 mil reais para que os recursos no valor de 150 mil reais fossem liberados para que a comunidade pudesse melhorar o TBC que já praticavam. Os sujeitos locais envolvidos no projeto buscaram apoio junto aos governos municipal e estadual para levantar a contrapartida imposta. Contudo esbarraram no discurso da falta de recursos para determinado fim. A perspectiva de consolidar TBC estagnou-se justamente na exigência imposta pelo MTur.

Tiveram comunidades que se sobressaíram a este obstáculo da contrapartida, a exemplo da comunidade da Prainha de Canto Verde/Ceará que juntamente com outras comunidades que fazem parte da Rede TUCUM, e sob a orientação do Instituto Terramar organizaram o projeto intitulado “Apoio a iniciativas de turismo de base comunitária por meio do fortalecimento da Rede Cearense de Turismo Comunitário – Tucum”.

O instituto Terramar recebeu montante de R\$ 138.856,00 resultante do convênio firmado com o MTur, com contrapartida da ONG no valor de R\$ 14.020,00. O convênio firmado vigorou no período entre março de 2009 e dezembro de 2010, sendo o valor recebido investido em cursos de especialização, aperfeiçoamento dos sujeitos locais interessados no TBC, visitas de profissionais ligados desenvolvimento local e gestão participativa do turismo, seminários ligados ao TBC e desenvolvimento local, divulgação e marketing da Rede Tucum tanto no Brasil como no exterior.

No caso da comunidade da Prainha do Canto Verde, o Edital veio a contribuir para fortalecer estratégias já inseridas no território dentro de uma comunidade que hoje é uma das referências de TBC no Brasil. Infelizmente, no povoado Terra Caída, houve uma estagnação, e a participação no edital se tornou uma experiência frustrada para os sujeitos locais. Ao

depositar o deslanchar da atividade nas mãos dos gestores e planejadores públicos que lidam com políticas de fomento ao turismo, se depararam com a desconstrução de tudo o que já haviam realizado e que estava passível de obter êxito dentro de um contexto de relação de dependência entre comunidade e políticas públicas. E, para alcançar o sucesso nesta ou em outra atividade que viesse a contribuir para a melhoria da qualidade de vida de todos aqueles que comportam o território aqui explicitado, a essência estaria no senso de empoderamento que falta às comunidades sergipanas.

As comunidades sergipanas estudadas possuem um estilo de vida marcado por saberes, modos de ser e de fazer representados no senso de pertencer a um território repleto de uma paisagem que as singularizam. Este é o cenário oportuno para estratégias de desenvolvimento que buscam aliar seu patrimônio natural, social e cultural as tendências da sociedade contemporânea, não perdendo de vista as territorialidades construídas por estas comunidades.

Esta é a lógica do comunitário, esplanada nos diversos conceitos de TBC apontados e analisados nesta pesquisa. A modalidade de turismo aqui analisada já chegou ao conhecimento das comunidades estudadas (Terra Caída já a experienciou durante seis anos) e infelizmente desarticulada do poder que os grupos sociais possuem para conduzi-la, o que provocou o freio da atividade somada a ações dos agentes externos que atuaram e atuam, no caso das políticas públicas dirigidas pelo MTur.

Por outro lado, temos exemplo de comunidades que desenvolvem o TBC e mesmo com agentes externos atuando de forma a desmobilizar as territorialidades construídas, os seus sujeitos locais conseguem dirigir e articular os seus territórios de forma a conservar o modo de vida tradicional. Comunidades que incorporam também outras vertentes que venham a se somar a realidade cotidiana de forma positiva, como é o caso da comunidade Prainha do Canto Verde.

5.2.2 O TBC na comunidade da Prainha do Canto Verde

A comunidade da Prainha do Canto Verde é caracterizada pelo modo de vida tradicional entorno da pesca. Esta sentiu a necessidade da criação da Resex Prainha do Canto Verde em virtude de todo um contexto histórico envolvendo a defesa e manutenção do território. Defesa contra a pressão de agentes exógenos ao cotidiano, ao seu modo de vida.

Desta forma, de acordo com Almeida. M. (1994) a Resex se caracteriza como uma área de proteção ambiental com intuito de conservar os atributos físicos e socioculturais das populações que nela residem, tendo como base a sustentabilidade do seu substrato (i) material.

Ainda assim, as comunidades que estão inseridas na Resex sofrem pressão e vivenciam situações de conflito que giram entorno da não permissão do uso do território como valor de troca, a exemplo da especulação imobiliária e pesca predatória na Prainha do Canto Verde. Segundo Mendonça (2004) a comunidade em questão é uma referência de organização social no Estado do Ceará. Esta, como já foi citado, é composta predominantemente por pescadores jangadeiros.

Os sujeitos locais possuem uma relação identitária com o mar, com a terra e os demais elementos que consubstanciam o território de vivência. De acordo com informações contidas no site da Prainha do Canto Verde (2011) e relatos coletados junto aos sujeitos locais, foi identificado o histórico de luta da comunidade entorno da pesca predatória da lagosta e em defesa da terra. O senso de luta pela defesa do seu território levou a comunidade a se mobilizar, tornando-se visível àqueles que estiveram à frente dos órgãos relacionados a pesca e ao meio ambiente e a questão agrária. A luta desencadeou um olhar mais atento em relação às potencialidades da defesa do território, o que culminou na criação, em 1989 da Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde (figura 99).

Figura 99 - Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde



Fonte: GOMES, R. C. S (março/2014)

A Associação começou a representar o símbolo de luta da comunidade. Todas as decisões que envolviam o destino da comunidade eram tomadas e encaminhadas pela associação, por meio

de conselhos comunitários criados como os de educação, pesca, saúde, cidadania e ética. Estes constituídos no sentido de contemplar as demandas locais.

O papel central da Associação girava entorno da sensibilização, do adensamento dos sentimentos topofílicos para com o outro e o território no sentido de encorajar os sujeitos locais na luta e defesa pelo território, do cotidiano, da paisagem, do ambiente como um todo contra agentes que visavam esse território como um produto de mercado. No que concerne a relação Associação de Moradores - TBC, como já foi descrito, a comunidade da Prainha do Canto Verde está localizada em uma área de atuação do turismo massivo e de ação de políticas públicas para a manutenção desta modalidade de turismo.

Como exemplo de Praia de Morro Branco, Praia de Canoa Quebrada, das Fontes, entre outras que são destinos turísticos muito procurados pelos visitantes nacionais e internacionais. Além da questão da luta pelo território contra especulação imobiliária, pesca predatória, havia também o receio dos sujeitos da comunidade em se tornarem um produto do turismo mercadológico, como acontecera nas localidades adjacentes. Neste sentido, as conquistas já alcançadas pela comunidade envolvendo a organização social entorno da Associação, influenciou fortemente a inserção do TBC, conforme relato abaixo:

O projeto começou entorno da problemática da Prainha – da especulação imobiliária que queria tomar a terra da comunidade. Ai, a gente tinha o problema dos pescadores que sofriam desigualdade em relação ao preço justo do peixe. A gente só se organizou para o turismo porque as outras coisas estavam organizadas. Com a associação, a gente viu como era que iria fazer para receber o pessoal que queria conhecer Canto Verde, querendo se hospedar. (Entrevistado B – Prainha Canto Verde).

A comunidade iniciou a organização do TBC no ano de 1998, considerando o turismo praticando nas comunidades adjacentes (Canoa Quebrada, Parajurú, Praia das Fontes e Morro Branco) e, sobretudo o senso de pertencimento ao território, considerando a história de conquista, traçada no empoderamento da comunidade frente a questões de interesse comum. Nesse contexto, surge a necessidade do conhecimento de realidades distintas e próximas envolvendo o turismo, conforme relato abaixo:

A gente já ouvia falar: olha, tem uma pousada na Canoa Quebrada, tem um hotel na Praia das Fontes, mas aqui a gente não tinha nenhum local que alguém viesse pra cá e dissesse: olhe eu vou ficar hospedado na Prainha de Canto Verde! Isso em 1998. O que se tinha era um centro comunitário onde alguém que vinha aqui pra as reuniões, ficava lá. Quem vinha, ficava na casa de um pescador ou de um conhecido. Foi quando a gente, discutindo essas questões [...] a gente formou um grupo [...] aí, o primeiro passo de a gente organizar o turismo foi criar um seminário pra dizer como a gente iria organizar esse turismo. Como foi que a gente fez? A Gente disse: olhe, a

gente tem a pesca, a saúde, a educação já encaminhado com alguns problemas sim, mas caminhando. Turismo, a gente não tem nada. O que vamos fazer para organizar o turismo? Ou a gente faz, ou vem alguém de fora e faz! Que tipo de turismo gente quer? (Entrevistado E - Prainha Canto Verde).

A partir de então, foi designado um grupo para realizar um levantamento em localidades cujo turismo já estava materializado. O grupo procurou conhecer os benefícios advindos desta atividade para os sujeitos locais das comunidades visitadas. O resultado os surpreendeu negativamente, pois o turismo praticado nas circunvizinhanças era aquele realizado pelo outro (o estranho ao território, um turismo que fragilizava os laços com o território, que socialmente não beneficiava os sujeitos locais, conforme relato abaixo:

A gente fez uma pesquisa de como era o turismo em Parajuru, Canoa Quebrada, Praia das Fontes e Morro Branco e aí a gente foi lá perguntando aos nativos; e aí, o que você acha do turismo aqui? Você tem empreendimentos? O turismo aqui lhe dá retorno? Tu tem trabalho no turismo? Conclusão: a gente recebeu um choque com as respostas, porque os empregos eram sazonal [...] as pessoas das comunidades não trabalhavam no seu empreendimento. A maioria era de pessoas que não eram da comunidade. Alguns jovens já estavam se prostituindo, muitos deles já nas drogas. Quando a gente trouxe isso para a reunião, a gente disse: olhe gente em Canoa é assim! Vocês querem assim? (Entrevistado B - Prainha Canto Verde).

Dentre várias discussões envolvendo o turismo, realizadas nas reuniões periódicas da Associação, surge o interesse da realização de um turismo diferente daquele percebido nas localidades vizinhas, pois os sujeitos locais da Prainha do Canto Verde começaram a vislumbrar o turismo como uma renda complementar à pesca, como uma perspectiva de ocupação para os mais jovens, e que não trouxesse a carga negativa já observada nos lugares visitados, um turismo inclusivo em que a premissa básica girasse entorno do respeito ao seu território, um turismo em que os sujeitos fossem articuladores, gestores, empreendedores, em que o lucro gerado beneficiasse a comunidade para proporcionar a qualidade de vida da comunidade, um turismo com regras que coadunassem aos preceitos construídos no processo de luta que envolve a comunidade. É nesse contexto que o TBC começa a ser formalizado, conforme relato abaixo:

Porque nós não criar um programa de turismo que seja da própria comunidade? Que a gente desenvolva a comunidade, que a gente seja empreendedor? Se a gente não faz isso, outra pessoa de fora e vai querer colocar um empreendimento grande aqui e nós não vamos ganhar. (Entrevistado E – Prainha do Canto Verde)

Os primeiros resultados das discussões começaram a se materializar com a realização da Primeira Oficina de Turismo, sendo criado também o Conselho de Turismo. De acordo com o que foi verificado sobre o turismo massivo e as perspectivas de turismo da comunidade, os sujeitos locais denominaram o turismo da seguinte forma: O ‘Turismo dos Barão’ realizado pelos de fora que vêm lucrar com a paisagem e potencialidades do território vivenciado e experienciado pelos sujeitos que se tornam sujeitos passivos na lógica do turismo de mercado.

Em contraponto ao primeiro, o denominado pelos sujeitos locais de ‘O Nosso Turismo’, que se traduz em um turismo cujo protagonismo é dos de dentro, dos que vivem o território por meio do cotidiano; em que a decisão é conjunta e independente dos agentes externos ao território. A partir da segunda tipologia de turismo criada na própria comunidade, surge a primeira proposta de Turismo Comunitário tornando-se referência para demais comunidades que comungavam com os ideais de luta e defesa do território.

No ano de 1997 surge o Conselho de Turismo que, em 1998 realizou o primeiro Seminário de Turismo Comunitário. Este evento se constitui no marco do projeto intitulado pela comunidade de “Ecoturismo Comunitário da Prainha do Canto Verde”. É importante frisar que no evento estiveram presentes, além dos sujeitos locais, agentes e sujeitos de diferentes esferas sociais (prefeitura municipal de Beberibe, ONGs, Universidades, pessoas ligadas diretamente a atividade turística, representantes de outras comunidades). Para a efetivação do projeto foi criada no ano de 2001, a partir do conselho de turismo, a cooperativa comunitária de turismo (COOPECANTUR), contando com a colaboração da Universidade Federal do Ceará. Esta foi criada com o intuito de equacionar a renda advinda da atividade turística na comunidade.

Salientamos ainda que, a prática do TBC na comunidade em questão, foi embasada dentro de uma conotação da manutenção da propriedade privada com a gestão coletiva do turismo. A cooperativa surge como um elemento de convergência entre essas duas vertentes. Nesta, participa quem tem interesse em ter uma atividade vinculada ao turismo dentro dos moldes da manutenção do território. É vetada a participação de sujeitos externos ao território em negócio turísticos da comunidade. Todo e qualquer negócio que envolva o turismo, pode ser exercido apenas por sujeitos locais.

No ano de 2003 foi realizado o I Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS), no estado do Ceará e nele, a comunidade da Prainha do Canto Verde apresentou os

resultados benéficos do turismo comunitário. Inspirados no exemplo da Prainha do Canto Verde, os participantes do evento concluíram que o turismo comunitário é uma atividade complementar viável para as comunidades pesqueiras e deveria ser incentivado pelo governo. Já no ano de 2008 foi realizado o II SITS, recebendo apoio do Governo Federal. Este apoio começou a ser materializado com a realização do edital de fomento ao turismo de base comunitária, conforme já exposto. Ainda neste ano é fundada a Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM), sendo esta:

Um projeto pioneiro de turismo comunitário no Ceará voltado para a construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza que busque a sustentabilidade sócio-ambiental. Para o mercado nacional e internacional, oferece um produto turístico genuíno e de qualidade, projetado para a interação entre povos e culturas, atento a proteger e valorizar culturas e territórios, economicamente integrado às atividades tradicionais e com a finalidade de produzir recorrentes benefícios à toda a comunidade. A Tucum é formada por comunidades localizadas na zona costeira cearense e está sendo construída a muitas mãos. Atualmente, conta com a participação de dez comunidades costeiras, entre indígenas, pescadores e moradores de assentamentos rurais, dois pontos de hospedagem solidária em Fortaleza, além de duas ong's que fazem o apoio institucional à rede - Instituto Terramar (Brasil) e Associação Tremembé Itália)

<http://www.tucum.org/oktiva.net/2313/nota/118383>, S/D).

Dentre as 10 comunidades, está a Prainha do Canto que juntamente com parcerias entre instituições públicas e privadas como universidades e ONGs, procura divulgar o TBC e interagir com as demais comunidades que têm o propósito de consolidação do turismo sem colocar em risco os seus territórios.

Com o exemplo da Prainha do Canto Verde, inferimos que este tipo de turismo possui adeptos, sejam eles representados por órgãos internacionais, seja por turistas que estão dispostos a conhecer o modo de vida local e claro, a própria comunidade. Estas ações se configuram como mais uma forma de garantir a manutenção das territorialidades construídas por aqueles que, desde os seus antepassados se apropriaram da Prainha para a (re) produção das relações socioespaciais permeadas pelo senso de pertencimento e alteridade.

O significado que o turismo, assim como o turista têm para os sujeitos da comunidade da Prainha do Canto Verde perpassa pela maneira com a qual a atividade em questão foi inserida no território, conforme relatos abaixo:

Para mim, o turista da Prainha é um caboclo maneiro. Isso pra é bom! Eu gosto de sentar aqui e conversar com o turista desse nível. São pessoas que não vem aqui atrás de prostituir uma filha minha, uma prima. O nosso turista é um turista diferenciado. Ele não é o mesmo turista que vai para

Canoa ou Jericacara. O turismo para mim significa uma renda que entra na família e ajuda. (Entrevistado D - Prainha Canto Verde).

O turista que vem para a Prainha, já sabe que aqui não tem balada, já sabe que aqui é um lugar tranquilo que tem o nativo, o pescador. É um turista que de uma certa forma, vai interagir com a comunidade. O turismo é uma atividade que a cada dia vem surpreendendo os moradores porque a gente achava que aqui não ia ter espaço pra todo mundo, mas tem. Está vingando (Entrevistado B - Prainha Canto Verde).

O turismo vem a beneficiar as pessoas da nossa comunidade [...] com o turismo melhorou a vida de muita gente aqui, mas ainda não atingiu todo mundo. O turista são pessoas que vem conhecer a história da comunidade, pra contar, conhecer os passeios, as trilhas. (Entrevistado C - Prainha Canto Verde).

O turista é um turista que vem conhecer uma praia diferente, a comunidade com pousadas simples, porque se ele quer um 5 estrelas, ele não vem pra cá. Tudo é oferecido por pessoas daqui. O turismo significa muita coisa. A gente vive do turismo. (Entrevista A - Prainha Canto Verde).

O turismo na percepção dos sujeitos da Prainha do Canto Verde se insere no território de forma a se somar as territorialidades já existentes. Este também se insere na comunidade em decorrência da pressão do turismo convencional e como mais uma estratégia de garantir o uso da terra pelos que estabeleceram um vínculo afetivo com ela. Foi emanado na própria comunidade que, apesar de saber que está em processo, tem a consciência de que o mesmo é uma realidade, e se bem conduzida, todos poderão ter acesso.

Algumas famílias inclusive, fez do TBC atividade principal para geração de renda. Outras a tem como complementação, sendo a pesca a atividade primária. O turismo também é vislumbrado como uma forma de interação com o outro, uma troca de saberes dos de dentro com os de fora que chegam para conhecer, apreciar, trocar experiência. Neste sentido, o turista que procura conhecer o TBC também é percebido de maneira diferenciada, pois os sujeitos locais acreditam que estes não procuram o seu território com práticas que são bem características do turismo massivo.

O fluxo de visitantes na Prainha do Canto Verde não tem a mesma intensidade de outras localidades caracterizadas pelo turismo de mercadológico. Segundo Mendonça (2012) o principal fluxo de turistas advém, primeiramente da realização de eventos de pequeno porte, seguido de visita de pesquisadores interessados pela história de organização da comunidade e pelo modelo inovador de turismo que preza pelo saber e fazer da comunidade. A demanda também advém de famílias que procuram uma maior tranquilidade, conforme relatos dos sujeitos também procuram as pousadas localizadas nas comunidades em períodos de finais de

semana, feriados prolongados com a semana Santa. Em menor escala, há também a visita de turistas estrangeiros.

Para receber o visitante que se interessa por esta modalidade de turismo, os sujeitos da Prainha do Canto Verde disponibilizam os serviços de trilha ecológica, com duração de duas horas, realizado por guias oriundos da própria comunidade. Geralmente são pessoas jovens que ofertam este tipo de serviço. Os guias em geral sempre estão envolvidos com cursos de aperfeiçoamento ofertado por instituições como SENAI, SENAC, entre outros. Estão ainda sempre visitando outras comunidades e trocando experiências em relação a oferta de serviços turísticos. É ofertado também o passeio de bugres pela comunidade e praias adjacentes.

Há também o passeio de jangada, com duração de uma hora; passeio de catamarã com capacidade para quatro pessoas, com duração de uma hora; pesca esportiva realizada por embarcações disponíveis (jangadas e catamarã). Todos os serviços disponibilizados que envolvem o contato com mar são realizados por pescadores da comunidade.

Em termos de equipamentos, a Prainha do Canto Verde conta com cinco pousadas em que as diárias custam entre R\$ 80,00 e 100. São hospedagens simples, mas que oferecem conforto necessário aos que a procuram, conforme observação *in locu* (figuras 100 e 101). Ainda disponibiliza artesanato local que é comercializado em pousadas ou residências.

Figura 100 - Pousada Recanto da Maezinha/Prainha do Canto Verde



Fonte: GOMES, R. C. S (março/2014)

Figura 101 – Pousada Sol e Mar

Fonte: GOMES, R. C. S (março/2014)

A associação comunitária, além de servir aos sujeitos locais como espaço de mobilização, está disponível (por meio de locação) para eventos de pequeno porte. A mesma conta com um auditório com capacidade para aproximadamente 50 pessoas, além de equipamentos de mídia eletrônica como TV, DVD, retroprojeter, computador e impressora, tela e data show. Quando há eventos, várias famílias da comunidade se envolvem para disponibilizar serviços de suporte como alimentação. A renda obtida pelo aluguel da associação é revertida em algum benefício para a comunidade. A comunidade conta ainda com dois restaurantes que funciona em duas das cinco pousadas existentes na localidade.

Com base no exposto, podemos inferir que o TBC na comunidade da Prainha do Canto Verde é uma realidade em processo de consolidação. Esta atividade se potencializa na vontade dos sujeitos locais em quererem continuar a expandi-la, não deixando o senso de luta e pertencimento ao território e a conservação da paisagem sociocultural negligenciados. A comunidade construiu relações de poder endógenas que estão contribuindo para a manutenção das territorialidades firmadas entorno da luta e defesa do território. Contudo, a que se externar que neste processo há também relação de conflito incitada principalmente por agentes externos ao território, vinculados a especulação imobiliária que tentam diluir e consequentemente fragilizar os laços coesos construídos em linhas do cotidiano, ao longo da história que data do Século XIX. Atualmente, este constitui o principal problema da comunidade, externado nos relatos dos sujeitos locais.

O principal problema que a gente enfrenta é o conflito entre a comunidade e empresário. A Prainha não precisava passar por isso! Todo mundo se conhece! Todo mundo passou pela luta pela terra! (Entrevistado A - Prainha Canto Verde).

É o conflito convivido entre comunidade e a figura do empresário. Ainda tem a questão dos próprios moradores nativo com nativo, né! A reserva foi feita de forma legal. Tudo que a gente queria para garantir o futuro das nossas gerações era a criação da reserva. O problema é que algumas pessoas não querem garantir esse futuro. Querem na verdade, compartilhar esse presente com qualquer pessoa que se acha dono especulando, vendendo, comercializando e isso tem feito esse conflito com a comunidade. O problema principal é que ele chegou, jogou o conflito na comunidade e a comunidade é que se estoura com esse conflito e ele longe. Quem perde, na verdade somos nós, porque o cara está desfrutando da nossa terra. (Entrevistado B - Prainha Canto Verde).

Este, na verdade se constitui em um conflito histórico envolvendo os mesmos e os agentes externos ao território que o vislumbra com valor de troca. Mesmo com a instituição da RESEX que se deu com a anuência da maioria dos sujeitos da comunidade, há ainda conflitos incitados por aqueles que não se conformam em não poder mercantilizar a terra. Dessa forma, são criadas estratégias de fragilização da organização local, a exemplo da criação, em 2012, da Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências (AIMPCVA) que tem o apoio direto de um empresário envolvido no conflito da luta pela terra desde a década de 1970. (figura 102)

Figura 102 - Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde e Adjacências (AIMPCVA)



Fonte: GOMES, R. C. S. (março/2014)

Esta Associação se encontra em um conflito judicial com o ICMBIO e a União, no sentido de destituir a Resex em área continental para que as construções, reformas,

comercialização de residências e empreendimentos sejam realizadas na comunidade por qualquer sujeito ou agente, seja ele interno ou externo ao território. Diante das observações *in lócus*, é nítido as manifestações contrárias a RESEX, incitadas segundo relatos por agentes externos (figura 103 e 104).

Figuras 103 e 104 – Evidência do conflito envolvendo comunidade e empresário e RESEX



Fonte: GOMES, R. C. S (março/2014)

Mesmo com a problemática externada, a comunidade ainda se sente forte, para dar continuidade ao processo de luta e inserir atividades de geração de renda condizentes com o seu modo vida que venha a consubstanciar os laços culturais e identitários construídos por meio de uma forte ligação com a terra e com o mar (imbuídas de ritos, signos e significados). Salientamos ainda que todas as ações envolvendo a organização comunitária constituída somente por sujeitos locais estão voltadas para a garantia, conservação, fortalecimento dos laços territoriais dos sujeitos e o seu cotidiano. Segundo Santos (2007), as práticas sociais revelam o território não somente em seu substrato físico, mas pelo que ele significa em termos de símbolo, cultura e identidade para os seus sujeitos. Este contexto não é diferente em comunidades com o modo de vida tradicional localizadas em outros países. Para a afirmação acima, nos pautamos na relação entre comunidades mexicanas entorno do TBC no sentido de termos uma maior propriedade para construirmos uma reflexão mais densa acerca do objeto de estudo desta tese.

5.2.3 O TBC nas comunidades mexiquense e quintanarroense

No tocante as comunidades mexicanas de Puerto Morelos e San Pedro Atlapulco a forma como as relações socioespaciais foram conduzidas para que o TBC fosse inserido, seguiu um percurso distinto do que foi explicitado nas comunidades sergipanas. A diferença

reside na participação do Estado na condução de políticas de fomento ao turismo. Foi diante de um quadro de exclusão ao qual foram submetidos os sujeitos locais mexicanos que o TBC emergiu. Os vários programas de desenvolvimento do turismo no México descritos no capítulo quatro, assim como no Brasil, não priorizaram a participação das comunidades receptoras, tampouco consideraram suas mazelas socioeconômicas. Houve, na realidade uma exploração da paisagem e das territorialidades que compõem as comunidades estudadas. Os investimentos aplicados no setor beneficiaram os grandes empresários nacionais e principalmente os estrangeiros.

É propagada para o mundo imagem de um México cultural herdeiro de um legado imaterial deixado pelos povos indígenas, entre os quais os Astecas, Mexicas, Mayas e Otomíes. Associado a riqueza cultural, está a diversidade paisagística que contempla desde vales montanhosos até belas praias situadas em toda sua extensão territorial. Estas características são consumidas pelos mais diversos tipos de visitantes. Os programas de turismo já discutidos são completamente contraditórios, pois ao mesmo tempo em que as qualidades geoambientais e os aspectos que marcam as territorialidades das comunidades são tratados como um produto a ser consumido, os sujeitos locais são desprovidos de estruturas de saneamento básico, ofertas coerentes de serviços de educação, saúde e oportunidade de emprego.

As comunidades de Puerto Morelos e San Pedro Atlapulco são exemplos de comunidades que caminham na contracorrente das imposições estabelecidas pelas políticas de governo, pois buscam conservar os seus territórios e a diversidade de sua paisagem tomando as rédeas de seus destinos. Uma das formas encontradas para se sobressair ao processo de exclusão socioespacial foi investir no turismo como principal atividade econômica.

É desta forma que surge o TBC no México. Surge como uma alternativa relevante iniciada pelas comunidades excluídas dos grandes projetos federais. Estes, embora na atualidade incorporem o discurso do desenvolvimento sustentável, pouco ou nada têm feito no sentido de amenizar os impactos ambientais e valorizar a cultura de povos que ainda mantêm o modo de vida tradicional.

O crescente envolvimento de comunidades rurais na prestação de serviços turísticos pode ser interpretado sob diferentes perspectivas em função da dinâmica de participação e os

diversos interesses que existem sobre o aproveitamento recreativo dos recursos naturais e culturais que fazem parte do território destas comunidades.

O TBC é promovido pelas próprias comunidades como uma estratégia econômica que permite melhorar suas condições de vida, sendo a participação dos sujeitos locais fundamental para o fortalecimento de suas territorialidades. Além disso, buscam soluções para possíveis problemas comuns ao território, com base na sua capacidade de mobilização.

Para tanto ambas se mobilizaram, primeiramente entorno da defesa dos seus recursos. Organizaram-se em cooperativas, associações que começaram a criar as suas próprias regras para o desenvolvimento do TBC. O marco de sua organização, data da década de 1970, época em que o turismo ganha um forte impulso no México. Contudo é na década de 1980 que o TBC se fortalece entre os sujeitos locais.

Podemos afirmar que a forma de organização e os mecanismos que os sujeitos locais utilizam para atingir os seus objetivos frente à demanda e as exigências da sociedade da qual fazem parte, são determinantes para a manutenção do seu território. Deste modo as populações com o modo de vida tradicional foram respondendo ao novo contexto socioeconômico sem deixar de lado os aspectos de sua identidade.

No caso de Puerto Morelos, o maior atrativo está nos arrecifes coralinos. Já Atlapulco tem como principal vetor do desenvolvimento do TBC os seus vales repletos de saliências e reentrâncias. Cada comunidade estabelece a forma como a atividade deve ser conduzida. As regras estão estabelecidas tomando como parâmetro o princípio que rege o uso e ocupação das terras comunais. Cada família residente nos povoados pesquisados tem o direito de exercer atividades de cunho turístico, porém não de forma aleatória.

Todas as decisões tomadas são de cunho coletivo e passa por um conselho formado e eleito pelos membros da própria comunidade. A participação das comunidades no TBC se dá a partir das unidades familiares e das assembleias dirigidas pelos chamados “ejidatários”, nas quais as formas com as quais se vão utilizar os recursos disponíveis nas comunidades são discutidas e sistematizadas.

No caso de San Pedro Atlapulco, o turismo é realizado na zona boscosa, que é denominada pelos sujeitos locais de vales turísticos. São terras comunais que possuem regras de uso, mas que os sujeitos usufruem dos lucros de forma individual. A atividade turística é feita aproveitando os recursos naturais já descritos. Estes em outros períodos foram exclusivamente utilizados para a prática da agricultura e pecuária.

O turismo como atividade econômica na comunidade atualmente tem sido muito explorada principalmente no Vale Potrero, onde a atividade tem uma maior concentração e diversidade: há oferta de serviços de alimentação, passeio de cavalos e quadriciclos, exposição de artesanato, atividades desportivas como a tirolesa e a pesca. Porém mesmo sendo uma atividade exercida dentro do senso de empoderamento e coletividade tem gerado efeitos negativos.

Um exemplo é a falta de ordenamento ecológico que tem provocado uma deterioração nas áreas verdes. Isto se deve a falta de medidas adequadas para determinar o número de visitantes e prestadores de serviços nos vales turísticos. Não há regras para a estadia do turista na zona boscosa. Ao visitar os vales, os turistas estacionam os seus veículos em áreas que melhor lhe convier. A área de alimentação para aqueles que querem fazer piqueniques não é delimitada.

Os passeios com cavalos, assim como os de quadriciclos são feitos sem que haja uma preocupação com as áreas mais vulneráveis dos vales. O uso desordenado já está gerando o desmatamento de algumas áreas de bosque que não se deve exclusivamente ao turismo. Há também o cultivo de alguns produtos e a criação de animais que contribui para a devastação da área verde.

Nas observações realizadas e nos relatos dos sujeitos locais, a comunidade ainda carece de um plano de ação que considere tais fragilidades, permitindo melhorar o manejo dos recursos naturais da zona turística de forma mais harmoniosa. O fato reside na demanda do turismo que aumentou consideravelmente. Atualmente esta é a principal atividade econômica da comunidade. É muito difícil encontrar com alguma família que não esteja inserida nesta atividade, conforme relato abaixo:

Tenemos nuestros ingresos que proviene de la actividad que realizamos en los valles. Cada familia puede participar en dos negocios. Yo y mi familia tenemos el servicio de restaurante y paseo a caballo. (Entrevistado G - San Pedro Atlapulco).

Outro exemplo de fragilidade está no manuseio da água. Segundo Cruz, Coria; Zizumbo Villarreal (2012) 40% desta é para utilização doméstica e 20% é destinado para os tanques de criação de truchas. Somente no vale Potrero há seis tanques criatórios com uma alta produção do pescado. O objetivo é abastecer os restaurantes turísticos e promover a pesca por parte dos turistas para que o peixe pescado seja preparado pelos prestadores de serviços turísticos, gerando assim uma forma diferenciada de tratamento ao visitante que

pesca o seu peixe e depois o degusta ao tempero Otomí. Contudo, esta prática tem provocado a contaminação dos recursos hídricos da comunidade, pois não há uma forma adequada de tratar os dejetos oriundos dos viveiros.

Há ainda uma preocupação com os jovens que cada vez mais tem se interessado muito pouco em aprender a língua nativa Otomí. Eles sentem a necessidade de incorporar o idioma inglês, uma vez que recebem muitos turistas advindos dos Estados Unidos, parte do Canadá e países europeus. De fato, é um fator que preocupa os mais velhos, já que os mesmos consideram o contato da língua nativa fundamental para a manutenção das territorialidades criadas, conforme relato abaixo:

Es común una persona joven tener el deseo de aprender otro idioma. Pero, es preocupante porque no se siente la misma emoción que cuando se trata de nuestra propia lengua. Los visitantes llegan hablando de manera distinta de la nuestra manera y esto encanta los jóvenes. (Entrevistado F - San Pedro Atlapulco).

Outra questão é o fato de que as atividades tradicionais não apresentam mais o mesmo significado que tinha antes da inserção do turismo na comunidade. Muitos agricultores e pastores deixaram tais praticas em segundo plano para se envolver no turismo, conforme relato a seguir:

Hoy en día 80 % de los comuneros se dedican la actividad turística. La actividad agrícola solo siembran para el autoconsumo y alimentar los animales que trabajan en los valles en los fines de semana. (Entrevistado A - San Pedro Atlapulco).

Em contra partida, os sujeitos locais sentem a mudança significativa que o turismo tem provocado em suas vidas. Foi com a inserção do turismo que a comunidade passou a investir melhor em infraestrutura para suprir determinadas carências provocadas pela falta de políticas públicas voltadas para a melhoria da população. A reforma do posto de saúde e a construção de uma escola é um exemplo das melhorias trazidas. Além de cada família envolvida no processo ter seus ganhos individuais, há também investimento no coletivo.

Os proventos arrecadados com a cobrança efetuada para o estacionamento de veículos dos turistas são destinados ao uso comum. É reservada uma quantia mensal para investimentos em serviços comuns a todos, que é administrada por membros eleitos pela comunidade. Houve, todavia, a diminuição de migração dos jovens que saiam em busca de alternativas de empregos nas cidades de Toluca de Lerdo e Ciudad de México. Os jovens

também são envolvidos no turismo, não sentindo mais a necessidade de se desgarrar de suas famílias para tentarem se sobressair ao processo homogeneizante da globalização.

Com base no exposto, o turismo que se desenvolve em San Pedro Atlapulco é pautado nas relações de poder que emanam da própria comunidade. O empoderamento que marca de forma incisiva a comunidade é proveniente de forças externas que estabeleceram a exclusão como forma de negligenciar as necessidades básicas dos sujeitos locais, assim como as suas territorialidades construídas ao longo da história.

A comunidade não tendo atenção e apoio do poder público, foi obrigada a arcar com o seu destino, o que provocou uma reação positiva. Atualmente os atlapulquenhos estão organizados em prol do seu território, possuem poder de mobilização e transformação. Efetivam suas práticas cotidianas e dirigem os seus recursos. Não houve de acordo com relatos nenhuma política de planejamento tanto para o desenvolvimento endógeno ligado a melhoria das condições básicas de sobrevivência, tampouco de incentivo as atividades econômicas criadas pelos sujeitos, a exemplo do turismo.

É notório que a comunidade passa por problemas, como os já citados. Enfrentam também conflitos, como o externado pelos sujeitos locais acerca das disputas de fronteira com comunidades circunvizinhas que possuem o mesmo histórico de luta e sobrevivência. Contudo, nesta comunidade os conceitos de TBC evidenciados nesta pesquisa são materializados, nos fazendo crer que é possível comunidades com um modo de vida tradicional assumirem o protagonismo em seu território. Assim, evitam portanto, que forças externas desmobilizem e desarticulem os laços de topofilia, de solidariedade e de empoderamento que na verdade são fruto de uma construção simbólica, permeadas pela memória coletiva dos que neste território habitam.

As políticas de fomento ao turismo não contribuíram, entre outras, para o fortalecimento das territorialidades construídas. Na medida em que foram excluídas destas políticas, em detrimento da valorização dos mega empreendimentos hoteleiros e favorecimento ao capital privado, as comunidades se fortaleceram mostrando a capacidade de se inserir no processo de globalização de forma a não violentar a essência que rege as relações socioespaciais dos seus sujeitos – a convivialidade.

Esta reflexão nos leva a outra questão: é importante a realização de políticas sociais, territoriais ou alternativas, criadas pela população residente com o intuito de, assim, promover a gestão do território que realmente atenda as exigências e necessidades locais.

Segundo Coriolano (2011), para consolidação desse arranjo político, a organização e articulação comunitária são imprescindíveis, tendo em vista os conflitos e contradições existentes entre classes e estratégias políticas hegemônicas que incidem em diversos territórios.

Portanto, é preciso que haja opção para desenvolver a atividade, iniciativas, planejamento e que o desenvolvimento e a gestão sejam indicados pelas comunidades, priorizando as suas territorialidades, identidades, as práticas do cotidiano. Atlapulco é um exemplo vivo destas práticas, mesmo com todos os percalços que o processo de gestão do território pode provocar.

Já referente a comunidade de Puerto Morelos, o turismo se dá de forma híbrida. O povoado formado, sobretudo por migrantes e que inicialmente foi alvo da exploração chiclera, conforme já esclarecido, passou a incorporar o turismo. Esta atividade se inseriu no território puertomorelense em virtude da pressão oriunda de investimentos massivos para fomentar o turismo internacional por parte do Estado, a exemplo da cidade de Cancun que foi idealizada para tal fim.

Pela sua proximidade com cidades e lugarejos que se transformaram em verdadeiros redutos do turismo de massa e internacional, os sujeitos locais que antes lidavam com a pesca foram obrigados a vislumbrar formas de inserção na atividade sem sofrer danos irreversíveis, fora os já sofridos, como a quase extinção da pesca para fins de subsistência. Há evidências de formas de organização que assim como em Atlapulco, tem como pilar o senso de empoderamento, embora não tão forte como sentido entre os atlapulquenhos.

A base para a mobilização das comunidades foi por meio dos recursos naturais. Foi o reflexo da tomada de consciência da enorme riqueza ecossistêmica que dispunha seu território. Reflexo também da ameaça decorrente da pressão advinda de Cancun e Playa de Carmen, considerando os impactos que esta pressão causara para a comunidade. Tais fatores levaram os sujeitos locais a se organizarem e assim, formalizarem um documento junto ao governo federal reivindicando os direitos aos seus recursos naturais. No dia 02 de fevereiro de 1998 o Governo reconhece as reivindicações dos sujeitos puertomorelenses com a criação da área de reserva natural Parque Nacional Arrecife de Puerto Morelos.

É importante frisar que o arrecife possui um grande significado para os moradores do povoado em questão, pois parte da sobrevivência dos sujeitos locais advém deste ecossistema marinho. A partir do reconhecimento por parte do Governo, a comunidade

estabeleceu normas de utilização econômica na área natural protegida participando ativamente do manejo do parque por meio de conselhos representativos de assessoramento dos recursos naturais.

Como o turismo no povoado se constitui em um fenômeno inevitável, já que a comunidade desde a década de 1970 está na rota do circuito do turismo internacional de massa, os sujeitos locais resolveram incorporar a atividade no seu cotidiano. Esta inserção se dá de forma que as diretrizes para a realização da atividade sejam estabelecidas pelos seus membros e associadas com o que estabelece as regras para uso e ocupação de áreas de proteção ambiental. Assim partem as raízes do turismo de base comunitária.

De acordo com a comissão de Áreas Naturais Protegidas (CONANP) de Puerto Morelos, os usos dentro do parque são destinados para fins recreativos desde que respeitadas às normas para tal fim e educativo. As atividades turísticas mais relevantes ofertadas pela comunidade são: natação, *snorking* no arrecife, prática de *windsurfe*, *kayac*, mergulhos noturnos, passeios pelas cavernas banhadas pelos rios subterrâneos; passeios de cavalo, quadriciclos e bicicleta. Existem ainda visitas aos parques ecológicos e ao jardim botânico existentes no povoado que guardam marcas da herança cultural trazidas pelos Mayas e migrantes chicleros. Há também, visita ao zoológico de crocodilos para apreciação das mais variadas espécies deste animal.

Há organizações que se mobilizam entorno do turismo como Sociedade Cooperativa de Produção Pesqueira, formada por 12 sócios e 30 ajudantes, além de um grupo pequeno de pescadores livres. A Cooperativa de Serviços Náuticos e Turísticos, composta por 22 sócios com suas respectivas famílias oferecem serviços de *snorking*, pesca e *mergulho*, conforme descrito abaixo:

Lo que más estamos centrados es en la pesca deportiva y los tour de snorkel puesto estamos trabajando con el parque nacional arrecife Puerto Morelos que viene siendo la barra de corales mesoamericana, la segunda más grande importante del mundo y orgullosamente contamos 75% saludable de ella. (Entrevistado G - Puerto Morelos).

A los visitantes les damos información básica por ejemplo, cuando nos vamos a snorklear es obligatorio tener chaleco, las cremas deben ser bloqueadoras, nada de aceites, tiene que ser biodegradables, tienen que estar conscientes que no pueden orinar en el arrecife puesto que las bacterias no son compatibles con las bacterias del arrecife, y tiene uno que seguir el guía, no parase en el arrecife no tratar de llevarse un pescadito bonito, una concha, un caracol, una tortuguita, hay que mantener lo nuestro, siempre seguir al guía. (Entrevistado H - Puerto Morelos).

A Associação de artesãos é outro exemplo de mobilização para prestação de serviços ligados ao turismo. Esta foi organizada pelos sujeitos que fabricam ou vendem artesanato no intuito de formar uma estrutura para receber o visitante e poder comercializar os seus produtos. Contudo, os sujeitos locais deixam claro que mesmo tendo um grau de empoderamento, a influência do governo é forte, sobretudo quando planeja o turismo para atender apenas a demanda apenas do turista.

Os sujeitos locais se preocupam com a invasão cada vez mais constante de resorts e cadeias hoteleiras que instalam no seu território sob a anuência do Estado. Reconhecem que o turismo que praticam é para agradar os turistas estrangeiros e para tanto têm que se adequar as demandas trazidas pelos visitantes. Como exemplo, a inserção do idioma inglês no cotidiano da comunidade. É comum encontrar pescadores, taxistas, faxineiros, garçons, pequenos empresários, artesãos, dominando fluentemente o inglês. Alegam que é a necessidade de agradar e de entender os anseios dos turistas, conforme observação de campo.

O idioma Maya que se constitui em uma marca identitária dos habitantes do povoado, também é muito comum, embora eles externem certa ressalva quando em seu território está com um forte contingente de visitantes. Há certo receio dos membros da comunidade em se comunicar na língua matriz de sua cultura. Neste caso, podemos considerar como um dos efeitos nocivos deste tipo de turismo que caracteriza Puerto Morelos. Os sujeitos locais temem que a comunidade se transforme em Cancun ou *Playa de Carmem*. Admitem que mesmo com toda influência que sofrem, ainda conduzem um turismo diferente, que infelizmente, a cada dia, vai se configurando de forma a atender os agentes externos ao território.

Como consequência deste processo, ocorre a descaracterização dos aspectos que formam as territorialidades. Este fato é mais comum na comunidade em questão se comparado a Atlapulco. O povoado litorâneo em destaque nesta tese se assemelha mais as comunidades sergipanas, com a ressalva de que o TBC em Sergipe não se consolidou, todavia. Na comunidade de Puerto Morelos há uma hibridez da atividade turística pois se tem a presença de forças internas lideradas pela organização da comunidade entorno do manejo do Parque Nacional arrecife de Puerto Morelos e formas de organização para prestação de serviços turísticos. Ao mesmo tempo o Estado também regula as normas de usos e ocupação do espaço impondo a lógica dominante de obtenção de divisas por meio da exploração da paisagem alheia, a paisagem do outro, das pequenas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente vivemos em uma sociedade na qual muitos grupos de pequenas comunidades apontam para a necessidade emergente de estratégias que favoreçam sua inserção no contexto das rápidas transformações socioeconômicas que vêm ocorrendo no mundo globalizado. Almejam um tipo de desenvolvimento que prime pela valorização de seus territórios e de todos os aspectos que fazem parte de suas territorialidades, o que envolve a paisagem natural e construída. Isto porque possuem como característica essencial o seu modo de vida, que as diferencia dos demais grupos sociais.

Nesse viés, o turismo é uma atividade que vem sendo pensada como uma das estratégias para a melhoria da qualidade de vida atrelada a geração de oportunidades de renda e associada a valorização local. O principal desafio envolvendo essas experiências reside na construção e efetivação de um modelo de turismo com mais equidade, que considere as vertentes sociais, culturais, ambientais e econômicas dos sujeitos locais. É o caso da América Latina em que existem várias comunidades com modo de vida tradicional e que possuem um forte sentimento de pertencimento com os seus territórios considerando as dimensões acima apontadas.

Podemos citar as comunidades compostas por pescadores e agricultores com os seus saberes diretamente relacionados com os seus ambientes naturais e suas atividades culturais que têm no cotidiano a marca de suas territorialidades. Essas comunidades têm sofrido fortes pressões oriundas da exploração turística e especulação imobiliária, que rebatem diretamente nas suas paisagens e territórios. Ao mesmo tempo, o turismo vem sendo vislumbrado como importante alternativa para auxiliar na promoção do desenvolvimento local englobando a seara sociocultural e econômica de diversas comunidades.

Porém, o turismo nos moldes convencionais, segue as mesmas regras do colonialismo e dos grandes latifundiários (expulsar para ocupar e dividir para dominar). E, infelizmente é o que prevalece. Isto nos faz refletir sobre a condição híbrida do turismo enquanto agente consumidor e transformador dos territórios e da paisagem das comunidades receptoras. Ao mesmo tempo em que esta atividade pode ser agente potencializador do desenvolvimento endógeno, valorizando as territorialidades, pode ser extremamente negativo quando planejado e estruturado de maneira incompatível com os valores locais, quando prioriza os de fora e não os de dentro. Isto posto e, baseando-se nas categorias território e paisagem chegamos as seguintes conclusões:

Quando nos propomos refletir sobre as políticas de planejamento de turismo no Brasil e no México, identificamos que estas foram e são realizadas tendo como forte conotação a obtenção de receitas e divisas. É um turismo focado predominantemente nos visitantes, principalmente advindos do estrangeiro e não nos visitados ou em uma interação entre ambos. Identificamos também que o desenvolvimento local de maneira secundária, está impresso nos conteúdos que oficializam os objetivos estabelecidos nos programas de planejamento turístico e ratificados nos discursos propagados por aqueles que estão direta ou indiretamente envolvidos com essas políticas em ambos os países.

Não há programas ou projetos voltados para uma real promoção da valorização dos saberes, fazeres, vivências e experiências das comunidades estudadas. O que existe são investimentos maciços em infraestrutura, preparando os territórios para receberem o turismo convencional de base mercadológica. Não podemos negar que as comunidades se beneficiam da infraestrutura implantada por consequência, pois a finalidade é melhorar o acesso, para quem não é do território.

Para título de exemplo, podemos citar as vias de comunicação terrestres que foram feitas tanto no Brasil como no México para facilitar a instalação de equipamentos turísticos em locais estratégicos. As comunidades também têm o acesso facilitado, uma vez que permite que os sujeitos locais possam deslocar-se mais rapidamente entre cidades com maior estrutura de comércio e serviços. É o caso do deslocamento dos sujeitos locais de Terra Caída e Crasto para Aracaju, por meio da ponte Gilberto Amado, financiada por recursos públicos. Enfatizamos que os benefícios que as comunidades possuem é consequência e não finalidade das políticas em questão.

Identificamos, outrossim, a existência de programas isolados por parte dos órgãos que estão à frente das políticas de fomento ao turismo, com um caráter enfático dos saberes locais, como o edital 001/2008 de chamada pública de apoio a iniciativas de turismo de base comunitária. Está foi uma proposta pioneira para o fomento da modalidade de turismo que valoriza os saberes locais.

No México não foi identificado nenhum programa de inclusão dos saberes locais nas políticas de turismo, comparado ao edital 001/2008. As iniciativas e os casos de TBC que possuem êxito partem das próprias comunidades, a exemplo de San Pedro Atlapulco que devido ao processo de exclusão socioespacial, procurou alternativas de sobrevivência no turismo que valorizasse as territorialidades construídas pelos sujeitos locais.

Podemos concluir que o turismo se apresenta de duas formas nas comunidades estudadas. A primeira e mais comum é a forma convencional, impulsionada pelas políticas de

fomento ao turismo. Este fato é notório nas comunidades sergipanas. A preocupação está em materializar uma infraestrutura para atração do turismo de massa sem que haja um processo de inclusão dos sujeitos locais nos benefícios que esta atividade poderia trazer para eles. Contudo, esta estrutura está em curso, o que reflete no turismo convencional ainda incipiente.

Já a segunda, se dá quando o turismo é vislumbrado como instrumento de promoção social, transformador de economias, pensado na e para a comunidade. Nesse sentido, as práticas do desenvolvimento endógeno, autogestão do seu território imbuída do senso de autonomia e empoderamento apresentam-se como fortes instrumentos que poderiam ser utilizados no planejamento turístico. Na Prainha do Canto Verde podemos afirmar que o turismo se apresenta tendo os sujeitos como protagonistas do saber, fazer, organizar, empreender e gerir o turismo de acordo com as suas necessidades. Embora haja problemas e conflitos na comunidade, os sujeitos locais ainda permanecem com um senso de organização forte e defensivo em relação ao seu território, o que inclui um turismo como eles almejam, o turismo para os de dentro. Por meio da organização social, sujeitos locais decidem que tipo de turismo pode ser adotado e, conseqüentemente, que tipo de mudanças e novas configurações territoriais e na paisagem estão dispostos a aceitar.

Este foi o caminho trilhado também pelos sujeitos locais da comunidade de San Pedro Atlapulco, que por meio da autogestão participativa para o desenvolvimento do TBC despertou o conhecimento crítico de sua realidade cotidiana e a problematização em relação ao turismo em seu território. Estes buscaram estratégias de desenvolvimento baseadas nos princípios que regem esta modalidade de turismo em questão.

Em Puerto Morelos o poder de mobilização dos sujeitos locais é expressivo e já provocou rebatimentos positivos na gestão dos recursos naturais presentes na comunidade, como a criação do Parque Nacional Arrecife de Puerto Morelos. Contudo o investimento no turismo de massa focado na demanda de visitantes estrangeiros provoca uma forte pressão na comunidade o que acaba fragilizando os laços de mobilização e a conseqüente manutenção das suas territorialidades.

Já nos povoados Crasto e Terra Caída, o turismo ainda está fortemente atrelado ao modelo convencional, sendo cada vez incrementado pelas políticas de desenvolvimento do turismo, principalmente o PRODETUR. Contudo o TBC é percebido como perspectiva de melhoria de vida para os sujeitos locais. Mesmo não tendo se materializado nas comunidades dos povoados sergipanos, os sujeitos têm consciência da importância do TBC, enquanto agente que pode valorizar os aspectos ligados a paisagem e as territorialidades construídas. É

certo que ao mesmo tempo em que os sujeitos têm perspectivas, se deparam também com a frustração de propostas que são construídas e não efetivadas.

Em relação ao aspecto exposto, concluímos que o grau de mobilização dessas comunidades ainda se encontra fragilizado, construído por linhas tênues, o que se reflete na passividade em relação aos problemas que os envolvem, incluindo a busca pela autonomia na gestão dos seus recursos e pelo protagonismo de seus territórios.

Ao propor a caracterização dos aspectos socioambientais das comunidades pesquisadas, bem como a reflexão sobre as territorialidades construídas e percebidas pelos sujeitos envolvidos no TBC, podemos constatar a riqueza e diversidade socioambiental destes territórios e as marcas da paisagem natural e sociocultural no seu imaginário coletivo. Os sujeitos têm clareza dos elementos materiais e imateriais que formam as suas territorialidades e sabem que estes elementos impressos no cotidiano são potenciais para o desenvolvimento local pautado no TBC.

Todos os sujeitos entrevistados percebem o TBC de forma positiva e criam perspectivas que se entrelaçam ao significado que atribuem esta modalidade de turismo aqui esposada. Têm consciência de que o turismo convencional não contribui para a manutenção dos seus territórios e dos danos causados pela condução das políticas de turismo que atuam e se efetivam nos seus territórios. As comunidades sergipanas, diante da fragilidade no nível de organização associativa, ainda não encontraram meios para defender os seus territórios de ações exógenas. A comunidade da Prainha, ao contrário, até os dias atuais defende de forma associativa e organizada o seu território daqueles que não venham a contribuir com a manutenção das suas territorialidades, assim como se dá nas comunidades mexicanas.

A forma como cada comunidade conduz o conhecimento do potencial imaterial e material do seu território e da sua paisagem é o que as diferencia umas das outras. O senso de empoderamento está intimamente relacionado à condução desse conhecimento para a busca de práticas mais coerentes com seu patrimônio subjetivo e físico. No caso das comunidades brasileiras, os sujeitos locais das comunidades sergipanas ainda não exploraram a capacidade de mobilização para gerir o seu território, embora já se utilizaram desta força para conduzir ações relacionadas ao TBC. Na comunidade cearense o senso de empoderamento tornou-se uma das marcas de suas territorialidades, assim como nas comunidades mexicanas. Os sujeitos locais sabem e se utilizam deste mecanismo, mobilizando-se para defender o seu território de agentes que pouco ou não contribuem para a manutenção de suas territorialidades.

É importante expor que as comunidades estudadas mesmo aquelas que conseguem gerir seu território encontram-se ainda, em meio a invisibilidade nas políticas de fomento ao

turismo, silenciadas por pressões econômicas, fundiárias, processos discriminatórios e excluídas da formulação e proposição das políticas públicas de modo geral. Todavia, buscam compor, cada um deles, com suas formas próprias de inter-relacionamento com um caráter coletivo para autoregular-se internamente pela gestão tradicional dos recursos naturais.

Rezende (2011) em seus estudos sobre a relação TBC-comunidades afirma que a modalidade de turismo em questão aos poucos tem ganhando uma certa atenção nas Políticas Turismo na América Latina, por sua ligação com o desenvolvimento local, a economia solidária, a geração de trabalho e renda, a possibilidade de promoção da inclusão social e amenização da pobreza. No entanto, os resultados da pesquisa revelaram que o TBC é secundário no âmbito das políticas públicas tanto no Brasil como no México, pois o que prevalece são mecanismos para a garantia do turismo de massa como vimos no decorrer das análises aqui esposadas.

No tocante a políticas de planejamento direcionadas para o turismo, concluímos que o desenvolvimento de um turismo local que incorpore os princípios da sustentabilidade deve passar por um processo de planejamento participativo. Parcerias entre comunidades, ONGs, instituições governamentais de pesquisa e fomento ao desenvolvimento devem ser estimuladas e efetivamente concretizadas. Para tanto, devemos pensar em uma conexão de saberes tradicionais, conhecimentos técnico-científicos atualizados e políticas públicas de caráter sustentável que visem, resultados positivos para o turismo local em pequenas comunidades.

Concordamos com o pensamento de Sampaio (2012) quando este autor alega que não se trata de entender o TBC como a solução para todos os problemas, mas como uma possibilidade que favorece o desenvolvimento local e oportuniza a geração de benefícios às comunidades envolvidas. Neste sentido, é preciso uma cooperação e intensa atuação na gestão pública quanto a elaboração de ações integradas e de manutenção, na qual a comunidade e poder público participem do processo de planejamento e de tomada de decisões no que confere às ações relativas à infraestrutura, programas de formação profissional e políticas de incentivo e promoção, oportunizando assim progresso econômico, político e social às comunidades envolvidas. Assim, poderemos acreditar em um novo discurso que enfatize, além do desenvolvimento do turismo, o desenvolvimento local no sentido de torná-lo realidade. Com base no exposto, consideramos que o turismo enquanto fenômeno consumidor e transformador do território nas comunidades estudadas emerge de duas formas:

A primeira é por meio do conteúdo alienador do Estado que, ao incorporar nas políticas de planejamento do turismo o desenvolvimento local, a valorização das

territorialidades, exerce o seu poder. Este se manifesta a partir do momento em que a intencionalidade deste conteúdo transplantado para o discurso dos gestores se dá no sentido de imobilizar e inserir no imaginário da população local a necessidade de realização de infraestrutura para dinamização da atividade e melhoria da qualidade de vida local. Dai surge o processo de alienação, pois a comunidade é levada a crer que faz parte de políticas inclusivas. Os condiciona, outrossim, ao assistencialismo, levando-os a passividade e apatia na luta pela defesa dos seus territórios.

Na segunda forma, o turismo emerge como símbolo de luta das comunidades que em suas práticas, contradizem o discurso alienador do Estado. Estas comunidades externalizam o senso de empoderamento e mobilização para desenvolvimento do turismo enquanto benefício comum para aqueles que fazem parte do território. Ainda mostram que mesmo sem o apoio do Estado, exercem poder sob os seus territórios utilizando os seus recursos condizentemente com as suas necessidades, preservando/conservando assim as suas territorialidades. Esse poder é fruto do próprio processo de exclusão socioespacial pelo qual passa as comunidades. É fruto também da necessidade de manutenção do território. O TBC nasce das próprias contradições geradas pelas políticas de fomento ao turismo que no conteúdo e no discurso inclui e na realidade exclui.

Diante do exposto, afirmamos que o TBC nas comunidades estudadas em Sergipe existe enquanto projeto, perspectiva, sendo identificado em apenas duas comunidades. Estas internalizaram o conceito do TBC, principalmente o sentido de comunitário que o mesmo possui. Porém faltam internalizar outros sentidos, entre eles o que consideramos como um dos mais relevantes – o senso de empoderamento de que o TBC pode ser realizado independente de políticas públicas voltadas para tal propósito, como é o caso das comunidades mexicanas. As comunidades sergipanas estudadas estão condicionadas ao que o Estado pode oferecer em termos de incentivos para que este tipo de turismo seja realidade, o que acaba dando espaço para outras formas de poder como ação de ONGs. O resultado da apatia local é a frustração com a não efetivação de seus anseios.

No exemplo do Ceará, temos a Prainha do Canto Verde como uma referência nacional envolvendo o senso de empoderamento e mobilização na luta pela manutenção do seu território, provando que os laços territoriais construídos entorno de uma coletividade fortalecem a comunidade, mesmo com existência de conflitos internos causados por agentes externos. É também o caso do México, em que os princípios estabelecidos no TBC também são absorvidos pelos sujeitos locais das comunidades estudadas de forma mais exitosa, pois o que falta nas comunidades do Crasto e Terra Caída (empoderamento), é realidade em Puerto

Morelos que mesmo com a pressão do turismo massivo de centros como Cancun e Playa de Carmen, se sobressaem na luta pela defesa de seu território. Já San Pedro Atlapulco se configura como a comunidade em que os princípios que regem o TBC são melhor internalizados, tendo como consequência um turismo realmente protagonizado e apropriado pelos sujeitos atlapulquenhos.

Por fim retomamos a tese: O turismo de base comunitária surge das relações de poder e conflito envolvendo sujeitos locais e agentes externos ao território. Porém se mantém por meio dos laços territoriais simétricos, fortalecidos essencialmente pelo associativismo, que perpassa pelo grau de empoderamento dos sujeitos locais em função da manutenção das territorialidades construídas ao longo da história.

Em sua essência híbrida, o turismo desponta como fortalecedor a partir do momento em que a comunidade constrói laços coesos, ancorados pelas relações de poder que adense o senso de coletividade para a defesa, manutenção e melhoria do seu território (protagonismo local). Contudo essa atividade pode se transformar em um agente (des)territorializador quando agentes externos ao território criam políticas, diretrizes e ações a partir de relações de poder assimétricas, ocasionando a fragilização e compartimentação do território (dos de dentro dominado pelos de fora). Quanto menos coesa for a comunidade maior será a exposição do seu território para uso enquanto valor de troca.

As iniciativas de TBC surgiram a partir da necessidade da melhoria da qualidade de vida dos sujeitos locais. Foram constatadas em seus territórios, uma série de mazelas deixadas pela falta de prestação de serviços essenciais para a melhoria da condição de vida de qualquer população, como a falta de saneamento básico e serviços médicos deficitários. Em quatro comunidades o turismo surge sem a intervenção de agentes externos (Terra Caída, Canto Verde, Atlapulco e Puerto Morelos). Em apenas uma comunidade (Crasto) O TBC chega ao conhecimento dos seus sujeitos por meio de uma ONG que ditou o turismo que pode ser possível na comunidade.

Em três comunidades a densidade do grau de associativismo, as relações de poder construídas pelos sujeitos locais pela defesa e manutenção dos territórios se fizeram crucial para que o TBC despontasse como elemento que viesse a se somar às características dos seus territórios (Prainha do Canto Verde, San Pedro Atlapulco e Puerto Morelos). As relações de poder ou de conflitos envolvendo sujeitos locais e agentes externos se fazem presentes em todas as comunidades. Nas comunidades sergipanas o Estado impõe planos de turismos que não são condizentes com a realidade das comunidades. As mesmas convivem com um turismo que mesmo incipiente, está distante do turismo que os seus sujeitos almejam.

Na comunidade cearense as relações de conflito se dão principalmente entre sujeitos locais e agentes privados entremeado pelo Estado representado por órgãos ambientais e vinculados a questão da terra. E também por políticas que fomentam o turismo convencional nas comunidades circunvizinhas, o que gera uma pressão imobiliária na comunidade. Contudo, nesse jogo de relações de poder e conflito, a comunidade se mantém e lutando para não permitir a invasão de empreendimentos imobiliário para atender ao turismo de massa, ao veraneio e aos interesses privados. Esta já obteve várias conquistas neste sentido como a criação da Resex, a introdução do turismo planejado pelos próprios sujeitos.

Enfim, ao propor uma discussão envolvendo o território, paisagem, sujeitos sociais, políticas públicas de fomento ao turismo, bem como os (des) caminhos e perspectivas do TBC em comunidades brasileiras e mexicanas esperamos ter contribuído com as reflexões entorno da temática. Temos a plena convicção de que a abordagem aqui elucidada não se esgotou (o que não foi a nossa pretensão) tendo em vista que o dialogo Geografia – TBC é muito recente e suscita o aprofundamento/descortinamento da dinâmica impressa nas entrelinhas desta relação que envolve, entre outros aspectos, o elo entre o material e imaterial, o vivido, o percebido, os símbolos, signos e significados dos territórios e territorialidades dos sujeitos sociais e tudo que deles fazem parte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILAR, A. ESCAMILLA, I.; PORRÚA. M. A. **Periferia urbana. Deterioro ambiental y reestructuración**. México: Metropolitana, 2009.
- ALMEIDA, J. O papel do PRODETUR NACIONAL e suas implicações no estado de Sergipe. Aracaju, 28 de set. de 2010. **I Ciclo de Palestras e Debates em turismo e Hospitalidade do Instituto Federal de Sergipe**.
- ALMEIDA, Maria G de; VIREIRA, L. V. L. Turismo em Terra Caída /Indiaroba/ Se: do individual ao coletivo. **Rosa dos Ventos**, Vol. 3, n. 3, 2011.
- _____. Festas rurais e turismo em territórios emergentes. **Biblio 3w**, Barcelona, v. XV, p. 919, 2011.
- _____. Diversidade paisagística e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; CHAVEIRO, Eguimar Felício; BRAGA, Helaine Costa. (Orgs.). **Geografia e Cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Editora Vieira, 2008, p. 47 - 97
- _____. Fronteiras, territórios e territorialidades. **Revista da ANPEGE** Fortaleza, 2005, p. 103-114.
- _____. Desenvolvimento turístico ou desenvolvimento local? Algumas reflexões. In: ENTBL – Planejamento para o desenvolvimento local, Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2004. 1CD-ROM.
- _____. Em busca do poético do sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, M. G. RATTS, A. (Orgs.) **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003, p. 71-88.
- _____. Políticas Públicas e o delineamento do espaço turístico Goiano. In: ALMEIDA, M. G. de (Org.) **Abordagens Geográficas de Goiás: o natural e o social na contemporaneidade**. Goiânia: IESA, 2002.
- _____. Algumas inquietações sobre ambiente e turismo. In: MENEZES, A. V.; PINTO, J. E. S. S. (Org.). **Geografia 2001**. Aracaju: NPGeo/UFS, 2000, p. 51-64.
- _____. Turismo e novos territórios no litoral cearense. In: RODRIGUES A. B. (Org.). **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 2 ed. SP: Hucitec, 1999.
- ALMEIDA, Mauro. As Reservas Extrativistas e o Valor da Biodiversidade" in ARNT, Ricardo (org.) . O Destino da Floresta: Reservas Extativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia. Rio de Janeiro, Relume Dumará. 1994.
- ALTÉS, C., Gomes; LORENZO J. Caunedo J. **El turismo como motor dedesarrollo**. Banco Interamericano de Desarrollo. Departamento Regional de Operaciones II. México: División de Países, 2006.

ANDRADE, José R. Lima. **Uma contribuição á análise econômico da demanda por turismo**. 2002. Tese (doutorado em Comunicação e Artes) - Escola de Comunicação e Artes, USP, São Paulo, 2002.

ARAÚJO, G. P.; GELBCKE, D. L. Turismo comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. **Revista Turismo Visão e Ação - Eletrônica**, v. 10, n. 03, p. 357-378, set/dez.2008.

BACK, W. Hydrogeology of the Yucatán. In: WAD. W. C.; WIEDIE, A. E.; BACK, W. **Geology and Hydrogeology of Northeastern Yucatán and Quaternary Geology of Northeastern Yucatán**. New Orleans/LA/USA, 1985. pp 99-124.

BALTASAR, C. **Administración de la propiedad comunal en la comunidad de San Pedro Atlapulco, Estado de México**. Tesis, Facultad de Ciencias Política y Administración Pública, UAEM. 2002

BANCO DO NORDESTE. Relatório de Avaliação dos Impactos ambientais e sociais. programa PRODETUR/NE II, 2002.

Disponível em

http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum_3_bid_relav_i mp_amb_e_sociais_do_prod_ii.pdf Acesso em 23/03/2014.

BANCO DO NORDESTE. BNB/PRODETUR/CE. AVALIAÇÃO DO PRODETUR/CE I. Disponível em

https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/ce_2_3_impactos_polo_i nvestimento_em_saneamento_090708.pdf Acesso em 24/03/2014

BANCO DO NORDESTE/PRODETUR/SE. Diagnóstico de demanda turística. Sem Ano. Disponível em

http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/se_1_resumo_executivo_1 00708.pdf Acesso em 22/12/1013.

BANCO DO NORDESTE/PDITS/SE – costa dos coqueirais - . Apresentação. Brasil, 2002. Disponível em <http://www.iadb.org/regions/re1/br/br0323/pditse1.pdf> Acesso em 22?12/2013

BANCO DO NORDESTE. Apresentação do PRODETUR/NE.

Disponível em:

<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Apresentacao/gerados/apresentacao.as p>. Acesso em: 12 de dez. 2012.

BANCO DO NORDESTE. Apresentação do PRODETUR/NE.

Disponível em:

<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Apresentacao/gerados/apresentacao.as p>. Acesso em 10 de jan. de 2013.

BANCO DO NORDESTE/PRODETUR/NE II. Regulamento Operacional. Sem ano.

Disponivel em

https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Downloads/docs/rop_1_parte_geral.p df Acesso em 06/11/2013

BANCO DO NORDESTE. **PDITS – Costa dos Coqueirais/ SE**. Sergipe, 2002.

Disponível em

http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/se_1_resumo_executivo_100708.pdf. Acesso em 03/09/2012

BANCO DO NORDESTE/PRODETUR I- Resultados e lições aprendidas. Brasil 2001.

Disponível em

http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum_2_bid_prod_i_resultados_e_licoes_aprendidas.pdf Acesso em 15/12/2012.

BANCO DO NORDESTE/PRODETUR I/ Relatório **Final de Projeto/ Memorando do Banco do Nordeste do Brasil S.A.** 2005. Órgão Executor.

Disponível em

https://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/docs/docum_9_pcr_i.pdf

Acesso em 18/12/2013.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo* (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trans.). Lisboa: Edições 70, 2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BARRETO, M., & REJOWSKI, M. Considerações epistemológicas sobre segmentação: das tipologias turísticas à segmentação de mercado. In: PANOSSO Netto, A., & Ansarah, M. G. dos R. (Ed.). **Segmentação do Mercado Turístico: estudos, produtos e perspectivas**. Barueri, SP: Manole, 2009.

BARRETO, M. Fazer científico em turismo no Brasil e seu reflexo nas publicações. **Turismo Visão e Ação**. Vol.7- n.2. p.357-364. Maio/ago.2005.

BARRETTO, Margarita. Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 133-149, 2004.

_____. **Planejamento e organização do turismo**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2000.

_____. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

BARROS, N. Análise regional e destinações turísticas: possibilidades teóricas e situações empíricas em Geografia do Turismo. **Turismo Visão e Ação**, UNIVALI, abr.-dez. 2002, p. 9-32.

BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; DELAMARO, M. Turismo Para Quem? Sobre Caminhos de Desenvolvimento e Alternativas para o Turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 76-91.

BASSO, Karen G. F. Políticas públicas do turismo em áreas naturais e evolução do conceito de ecoturismo no Brasil. In: Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de

Conservação, II e Congresso Nacional de Ecoturismo, VI. 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Itatiaia/RJ, 2007. 1CD-ROM.

BECKER B. K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁSIGI, Eduardo, CARLOS, Ana F. A; CRUZ, Rita de C. A. da. **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 181-192.

BECKER, E. L. S. **História do Pensamento Geográfico**. Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2006.

BEETON, Sue. **Community Development Through Tourism**. Collingwood (Australia): Landlinks Press, 2006.

BEGER, P; LUCKMANN, T. A. **A construção Social da Realidade**. Petropolis: Vozes, 2000.

BELEI, A, R; GIMENEZ-PASCHOAL, S. R *et. al.* O uso da entrevista, observação e vídeo em pesquisa. **Cadernos de Educação**. FAEE/PPGE/UFPel. Pelotas [30]: 187-199, janeiro/junho. 2008.

BENEVIDES, Ireleno P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 23-41.

BENEVIDES, Ireleno Porto. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 23-41.

BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BERQUE, A. Paisagem-marca, Paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z. (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.84-91.

BLACKSTOCK, K. A critical look at community based tourism. **Community Development Journal**, volume 40, número 1, p. 39-49, 2005.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: ROSENDAHL, Z. e CORRÊA, R. L. (Orgs). **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 83 – 132.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição.htm>. Acesso em: 25 Mar. 2012.

BRASIL. Decreto nº 44.863, de 21 de novembro de 1958. Institui a Comissão Brasileira de Turismo. In.: Legislação Federal.

BRASIL. Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966. Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. In.: Presidência da República Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 1966.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas 2003/2007**. Brasília. 2004.

Disponível em

http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo. Uma Viagem de Inclusão, 2007- 2010**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/plano_nacional/. Acesso em: Agos. 2012.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Diretrizes Operacionais. Brasília, 2004.

Disponível em

http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/PROGRAMA_DE_REGIONALIZACAO_DO_TURISMO_-_DIRETRIZES.pdf

BRASIL, Ministério do Turismo/MTur. **Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas 2013/2016 – O turismo fazendo muito mais pelo Brasil**. Brasília.

Disponível em

http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf

BRASIL. Ministério do Turismo. PRODETUR NACIONAL.

Disponível em

http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/prodetur.html
Acesso em 24/03/2014

BRASIL. Ministério do Turismo/MTur. **Organograma do MTur**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/organograma/. Acesso em: 01 de Nov. 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo/MTur. Ministério do Turismo - Mtur. **Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública** Ministério do Turismo. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

Disponível em:

http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Caderno_MTur_alta_res.pdf. Acesso em: Dez. 2012.

BRASIL. Ministério do Turismo/MTur. **Turismo no Brasil 2011-2014**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

Disponível em

http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/cadernos_publicacoes/21Documento_Referencial.html

BRASIL. Ministério do Turismo/MTur. **Edital de Chamada Pública de Projetos MTur/Nº 001/2008**. Seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de Turismo de Base Comunitária.

Disponível em

http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/convenios_contratos/selecao_projetos/Edital_Chamada_Pxblica_de_Projetos_0012008.pdf Acesso em: 27 de janeiro de 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo/MTur. Ministério do Turismo. **Chamada Pública MTur n. 001/2008** – Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Brasília, 2008.

Disponível em:

<http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/convenios_contratos/selecao_projetos/Edital_Chamada_Pxblica_de_Projetos_0012008.pdf>. Acesso em: 19 de jul. 2011.

BRASIL. Ministério do Turismo/MTur. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo/MTur. **Decreto-Lei nº 55**, de 18 de novembro de 1966. Define a política nacional do turismo, cria o Conselho Nacional do Turismo e a Empresa Brasileira do Turismo. Brasília, 1966, Artigo 39.

BRASIL. Ministério do Turismo/MTur. Decreto lei **Lei Nº 9.649, DE 27 de maio de 1998.**

Disponível em

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19649cons.htm Acesso em 09/04/2013

BRASIL. IBGE – Estimativa da população do estado do Ceará em 2012. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ce> Acesso em 12/03/2104.

BRASIL. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Banco de Dados Agregados de Setores, 2010.

BRITO, Marcilio de M.; ARAÚJO, Maria A. D. de. Aparato Institucional Para a Gestão do Turismo: o Caso do estado de Sergipe. **RAP Rio de Janeiro** 40 (2): 253-71, Mar./Abr. 2006.

BURSZTYN, I; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D. G. e BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BUTTIMER, Anne. **Apreendendo o dinamismo do mundo vivido**. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

CALLIZO, Javier Soneiro. **Aproximación a la Geografia del Turismo**. Madri: Síntese, 1991.

CAÑADA; GASCÓN, J. Turismo y desarrollo : herramientas para una mirada crítica. 1a ed. - Managua : Enlace, 2007 182 p.

CAPEL, H. **Filosofia y Ciencia en la Geografia Contemporánea**. Una Introducción a la Geografia. Barcelona: Barcanova, 1981.

CARBALLO-SANDOVAL, Arturo. **Community involvement in sustainable ecotourism: the case of the Mexican Caribbean Area**. Reading (U.K.): University of Reading, 1999.

CARRILO-BASTOS, Alicia; ELIZALDE-RENDÓN Erika M.; et al. **Adaptación ante disturbios naturales, manglar de Puerto Morelos, Quintana Roo, México**. México: Foresta Veracruzana, 2008. p. 31-38.

CARVALHO, M. E. S.; FONTES, A. L. A Carcinicultura no Espaço Litorâneo Sergipano. **Revista da FAPES de Pesquisa e Extensão**, v. 3, p. 87-112, 2007.

CARVALHO, M. S; FONTES A. L. Estudo ambiental da zona Costeira Sergipana como subsídio ao Ordenamento Territorial. Vol. 1. pp. 10-40. Geonordeste, UFS, São Cristóvão. 2006.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. (Trad) Klauss Brandini Gerhardt. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, N. A. R de. **O lugar do turismo na ciência geográfica**: contribuições teóricometodológicas á ação educativa. 2006. 311f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CATROGIOVANI. Antonio, Carlos. **A geografia do espaço turístico, como construção complexa da comunicação**. 2004. 335f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____. Turismo X Espaço: reflexões necessárias na pós-modernidade. In: GASTAL, Susana; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. (Orgs.) **Turismo na pós-modernidade (des) inquietações**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 43-50.

CÉSAR, Alfredo; STELLA Arnaiz. **El Caribe mexicano**: hombres e historias. Cuadernos de la Casa Chata, 1985, p. 19-40.

CHARLOT, Bernad. **Da relação com o saber**: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo. ed. 8: Cortez, 2006.

CLAVAL, P. A geografia cultural. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007. 453p.

COETERIER, V.F. **Dominant attributes in the percepcción and evaluation of the dutch landscape**. Landscape and tha urban planning. N. 34, p. 27-34, 1996.

COLLOT, M. Pontos de vista sobre a percepção das Paisagens. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v.20, n.39, p.22- 31, 1990.

CONANP - **Comisión Nacional de Áreas Naturales Protegidas**. Programa de Turismo en Áreas Naturales Protegidas 2006 – 2012. México D.F: Secretaría del Medio Ambiente y Recursos Naturales, 2010.

CONTRERAS C. J; CASTELLHANOS H. et al. **El registro público de La propiedad social em México**. México D.F: Secretaría de la Reforma Agrária, 2000.

CORDOBA, J.; FUENTES, Ana G. Turismo, globalización y medio ambiente en el Caribe Mexicano. **Investigaciones Geográficas**, Boletín del Instituto de Geografía, UNAM Núm. 52, p. 117-136, 2003.

_____. Servidumbres del desarrollo: segregación social y funcional de los espacios turísticos en Quintana Roo- México. In: Congreso de Geógrafos de América Latina, 8°. 2001, Santiago. **Anais...** Santiago: Universidad de Chile, 2001. 1CD-ROM.

CORIO-LANO, L. N. M. T. Ecoturismo e contribuição ao desenvolvimento sustentável em comunidades - Ceará - Brasil. **Revista Geográfica de America Central** (online), v. 2, p. 1-19, 2011

CORIO-LANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; ARAÚJO, A. N. M; VASCONCELOS, F. P. et al. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: atores e cenários em mudança**. Fortaleza: EDUECE, 2009.

_____.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Repensando o turismo comunitário e solidário. In: Seminário Internacional de Turismo, X, 2008, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UNICENP, 2008. p. 01-21. 1CD-ROM.

_____.; VASCONCELOS, F. P. (Orgs.). **O Turismo e a Relação Sociedade-Natureza: realidades, conflitos e resistências**. Fortaleza: EdUECE, 2007.

_____. **O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza**. São Paulo: Anablumme, 2006.

_____.; FERNANDES, L. Mary M. Turismo: ações e contradições da realidade cearense. In: BOZACCHIELLO, J.; CAVALCANTE, T; DANTAS, E. (orgs). **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Ed. Demócrito Rocha, 2005. p. 383-410.

_____. A produção da imagem dos lugares turísticos. In: CORIO-LANO, L. N. M. T. (Org.) **O turismo de inclusão e o desenvolvimento local**. Fortaleza: FU-NECE, 2003.

_____. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: **Geografia: conceitos e temas** Castro, Iná E. de. Gomes, P. C. da C; Corrêa R. L. (Orgs.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-48.

_____. **Do Local ao Global: O turismo Litorâneo Cearense**. 1. ed. Fortaleza: Papius, 1998. v. 1. 160p

CORIO-LANO, L. N. M. T; BARBOSA, L. M. rede de territórios solidários e turismo de base local no ceará - brasil. **Revista Geografica de America Central** (online), v. 2, p. 1-26, 201

COSGROVE. D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L., ROSENDAHL, Z. (Orgs.) **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 92-123.

COSTA, Carlos H. da. O turismo e a produção do espaço: perfil geográfico de uma prática social. **Geografia Ensino e pesquisa**. Vol. 1, N. 02, maio/agosto, 2012.

CRUZ-CORIA E.; ZIZUMBO-VILLARREA L; et. al. **La política turística y economía del trabajo em el Estado de México**. VIII CIRTUDES Portugal, 2012.

CRUZ-CORIA, Erika; ZIZUMBO-VILLARREL, L; et al. La economía de enclave forestal: la configuración capitalista del paisaje en Puerto Morelos, Quintana Roo, México (1902-1936). **Diálogos**, v. 12, n. 1, agosto 2011. Disponível em: <http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409-469X2011000100003&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 12 de mar. 2013.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Turismo, Produção do Espaço e Desenvolvimento Desigual. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 92-107.

CRUZ, Rita. de C. A. da . Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. **Geosul (UFSC)**, Florianópolis, SC, v. 20, n.40, p. 27-43, 2005.

_____. **Políticas de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. **Política de Turismo e Território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CUELLAR, J. P. **Nossa diversidade criadora**. Brasília: UNESCO/MEC/Papirus, 1997.

CUERVO, R. S. **El turismo como medio de comunicación humana**. México-DF: Departamento de Turismo do Governo do México, 1967.

DACHARY, César A.; STELLA, Maris A. B. **El Caribe Mexicano, una frontera olvidada**. México: UQROO – FPMC, 1998.

DACHARY, C. A.; ESTELLA, M. A. B.; **Estudios Socioeconómicos Preliminares de Quintana Roo**. Sector Comunicaciones y Transportes, Comercio, Industria, Servicios y Finanzas. CIQRO: Quintana Roo, 1986.

DERNOI, Louise A. **Alternative or community-based tourism”, en: D’Amore Louise y Jafari, Jafar [eds.], Tourism: a Vital Force for Peace**. Montreal: L. D’Amore y Associates, 1988. p. 91-95.

DIEGUES, A.C. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**, Brasília: MMA, 2001.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

DINIZ, D. M. D. F. L. (Org.). **Textos para História de Sergipe**. Aracaju: UFS/BANESE. 1991.

DURAN G. R.; DORANTES E. A; et. al. Manual de propagación de plantas nativas de la Península de Yucatán volumen II. México: Centro de Investigaciones de Yucatán A.C. Mérida, Yucatán. M., 2000.

ECKSTEIN, salomón. **El ejido colectivo en México**, 1996, México.

ESPINOZA-AVALOS, J. G. A.; RÍOS-SAÍZ, J. R.; et al. **Criterios para la selección del sitio de manglar Puerto Morelos- Punta Maroma, en Comisión Nacional para el Conocimiento y Uso de la Biodiversidad (CONABIO)**. 2009. Sitios de manglar con relevancia biológica y con necesidades de rehabilitación ecológica. CONABIO, México. D.F

FABRINO, N. H.; Costa, H. A.; NASCIMENTO, E. P. Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.5, n.3, set/dez-2012, pp.546-559.

FARIA, Caroline. **Saneamento Básico**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/saude/saneamento-basico>>. Acesso em: 27 de Maio 2008.

Ferraz, J. A. **Regime jurídico do turismo**. Bauru, São Paulo, EDIPRO, 2ª ed. 2001.

FONTES, A. L. ; PINTO, J. E. S. S. Condicionantes Geoambientais. In: FRANÇA, Vera Lúcia Alves; CRUZ, Tereza Souza. (Org.). **Atlas Geo-Histórico-Cultural do estado de Sergipe**. Paraiba: GRafset, 2006, v. 01.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 23. Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FRANÇA FILHO, G. Economia solidária e movimentos sociais. In: MEDEIROS, A.; SCHIOCHET, V.; SCHWENGBER, A. **Políticas públicas de economia solidária: por um outro desenvolvimento**. Recife: Edufpe, 2006.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**. Nº 21, jun 2000, p. 211-259.

FRITZ, R. S. Políticas de Turismo no Brasil e Inclusão Social. In: CÂNDIDO, L. A. (Org.). **Turismo: múltiplas abordagens**. Novo Hamburgo: Feevale, 2008.

FROEHLICH, J.M; VENDRUSCULO, Rafaela. Identidade territorial e multiplicidade étnica - a construção do território Quarta Colônia/RS. In: **Anais do I Encontro Internacional de Ciências Sociais/ III Encontro de Ciências Sociais do Sul: Democracia, Desenvolvimento, Identidade**. Pelotas, 2008.

GARCÍA. Miranda, E. y Falcón de Gyves, Z. . Atlas. **Nuevo atlas porrúa de la República Mexicana**. Editorial Porrúa. 1979, México, pp. 197

GIL. A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, n. 13, 1995, p. 20-29; 57-63.

GOMES, E. **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

GOMES, Gislene U. **A dupla dimensão do espaço: Rio Quente e suas redes** (dissertação de mestrado) Instituto de Geografia da UFMG. 2009. 150p.

GOMES, R. C. S. **A sustentabilidade das relações sócio-espaciais em comunidades litorâneas/Sergipe**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe. 2009. 156 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, UFS/São Cristóvão, 2009.

_____. **Uso e ocupação do solo da Praia do Saco Estância/SE: Percepção ambiental dos atores sociais locais a cerca do turismo e veraneio**. 2007. 38 f. Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ecologia e Conservação de Ecossistemas Costeiros - Núcleo de Ecossistemas Costeiros – Universidade Federal de Sergipe/São Cristóvão, 2007.

_____. **A influência da ONG ASPED no processo de (re) organização espacial do povoado Porto do Mato, Estância, SE**. 2006. 88 f. Monografia (bacharelado em Geografia) – Departamento de Geografia, UFS/São Cristóvão, 2006.

GÓMEZ, L. Alberto. **Aproximación histórica al estudio de la geografía Del ocio**. Barcelona: Anthropos, 1988.

GUTIÉRREZ, P. **Ocoyoacac Monografía Municipal, Toluca, México**. México: Instituto Mexiquense de Cultura, 1997.

_____. **Ocoyoacac paraíso turístico. 4 boletim cultural de La municipalidad de Ocoyoacac**, México, 1986.

GUTIÉRREZ, Felipe C. San Pedro Atlapulco y la Real Casa de Moneda: las vicisitudes de una empresa comunitaria. **Historia mexicana**. v. 57, n. 3 (227) (ene.-mar. 2008), p. 669-720.

GUZMÁN, T. J. L-G.; CAÑIZARES, S. M. S. Turismo comunitario y generación de riqueza en países en vías de desarrollo. Un estudio de caso en El Salvador. **REVESCO**, n. 99, p. 85-103, Tercer Cuatrimestre 2009.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização a multiterritorialidade. In: Encontro da ANPUR, IX, 2001, Rio de Janeiro. **Anais...** v. 3, Rio de Janeiro, UFF, 2001. CD/RON.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. **Revista território territórios**, PPGGEO/UFF/AGB – Niterói, 2002. p. 284

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 2006.

HERNÁNDEZ, L; WALDO, L. La sustentabilidad en la marquesa como alternativa de desarrollo turístico, El Periplo Sustentable. **Espacio de análisis y reflexión sobre Turismo Sustentable**, México: UAEMex, n. 6, 2001. Disponível em: <http://www.uaemex.mx/plin/psus/rev6/e03.html>. Acesso em: 21 Abr. 2012.

HIWASAKI, Lisa, Community-Based Tourism: A pathway to sustainability for Japan's protected areas. **Society and Natural Resources**, n. 19, 2006. p. 675–692.

HELLER. O cotidiano e a história. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HOFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-57, nov. 2001.

HOLZER, Werther. A Geografia fenomenológica de Eric Dardel. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

INE. Instituto Nacional de Ecología. Secretaría de Medio Ambiente, Recursos Naturales y Pesca. **Programa de Manejo del Parque Marino Nacional Arrecifes de Cozumel**. México: Instituto Nacional de Ecología, 2000.

IPTI. Instituto de Pesquisa, Tecnologia e Inovação. Plano de Gestão Participativa do Turismo do município de Santa Luzia do Itanhy, 2010. Disponível em: <http://www.ipti.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=113&Itemid=72&lang=pt>. Acesso em: 02 Dez. 2012.

IRACHETA, M. **Ocoyoacac**: la persistencia de un movimiento social, Zinacantepec. DF Colegio Mexiquense, 1998.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, R., SAN SOLO, D. G. e BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

JAFARI, J. El turismo como disciplina científica. **Política y Sociedad**, v. 42, n. 1, p. 39-56, 2005.

KANITZ, H. G.; TRIGUEIRO, R. P. C.; ARAÚJO, M. A. D. Perspectivas do Plano Nacional de Turismo 2007/2010: Avanços ou Utopias? **Turismo em Análise**, v. 21, n. 3, art. 10, p. 644-667, 2010.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização brasileira, 1989.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Economia do turismo**. 7. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LANDIM, M. F; GUIMARÃES, C. R. Parisotto. Manguezais do Rio Sergipe. In: José do Patrocínio Hora Alves. (Org.). **Rio Sergipe - importância, vulnerabilidade e preservação**. Aracaju: Os Editora, 2006, p. 195-221.

LANDIM, M. F. & SIQUEIRA, E. R. de. Caracterização florística e ecológica da mata atlântica de Sergipe. In: Mata Atlântica de Sergipe. E.R. Siqueira e F.E. Ribeiro. **Tabuleiros Costeiros**, Aracaju. 2001, 132p. (Eds.). Embrapa

LARA-LARA, J. R., et al. **Los ecosistemas costeros, insulares y epicontinentales, en Capital natural de México, vol. I**: Conocimiento actual de la biodiversidad. México: Conabio, 2008. p. 109-13.

LAWRENCE, Miles B; GROSS, James M. Atlantic Hurricane Season of 1988. **Monthly Weather Review (American Meteorological Society)**, v. 117, p. 2248-225, 1989.

LEJANDRO, Adrian V. O; VILLAREAL, ZIZUMBO- VILLARREAL, L.; CRUZ CORIA, Erika. Acción social y áreas naturales protegidas: refuncionalización de recursos en Puerto Morelos, Quintana Roo, México. **Revista Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul (RS), v.4, n. 2, p. 80-95, 2012.

LEMOS, L de. **O valor turístico na economia da sustentabilidade**. São Paulo: Aleph, 2005.

LOUREIRO, Kátia Silva. **A Arquitetura Sergipana do Açúcar**. Aracaju: 1999

LTDS. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social. **Relatório Técnico: Marco Referencial Teórico para o Turismo de Base Comunitária**. Rio de Janeiro: PEP/COPPE/UFRJ, 2011.

MALDONADO, Carlos. O Turismo Rural Comunitário na América Latina. In: BARTHOLO, SANSOLO; BURSZTYN. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Riode Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MARANHÃO C. H. da S., PEQUENO E. A.; SONAGLIO K. E. Analise do Paradigma teórico do turismo usado pela Dra. Margarida Nilda Barreto Angeli. **Revista Turismo Visão e Ação** – Eletrônica, Vol. 14 - nº 2 - p. 214–229 - / mai-ago 2012

MARIN, Guardado G. **turismo globalización y mercantilización del espacio y la cultura en la rivierra Maya**. Santallan (Ed), UNAN, 2010. México.

MENDES, J. E. Com que roupa eu vou para o samba que você me convidou? – Reflexões de iniciativas metodológicas em pesquisa sobre trabalho docente. In: MATOS, K. S. L; VASCONCELOS, J. G. (Orgs.). **Registros de pesquisa em educação**. Fortaleza: UFC, 1996. p. 173-228.

MENDONÇA, T. C. de M. Turismo comunitário e pesca: uma relação de complementaridade na Prainha do Canto Verde (Beberibe, CE). **Anais do I Seminário Nacional de Gestão Sustentável de Ecossistemas Aquáticos: Complexidade, Interatividade e Ecodesenvolvimento**. Arraial do Cabo, RJ. UFRJ, 2012, p.116-124.

MENDONÇA, T. C. de M. **Turismo e Participação comunitária: Prainha do Canto Verde a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não Secou?** Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). UFRJ, Rio de Janeiro, 2004

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 4ed. São Paulo. Ed. WMF Martins Fontes, 2011.

MÉXICO. Poder Ejecutivo Federal. **Plan Nacional de Desarrollo 2007-2012**. Disponível em: <http://www.snieg.mx/contenidos/espanol/normatividad/marcojuridico/PND_2007-2012.pdf>. Acesso em: 18 de Jul 2012.

_____. Secretaría de Turismo. **Programa Nacional de Turismo 2001 – 2006**. El turismo: la fuerza que nos une.

Disponível em: <http://www.sectur.gob.mx/wb2/sectur/sect_231_programa_nacional_de>. Acesso em: 10 Nov. 2012.

_____. Secretaría de Turismo - SECTUR. **Compendio Estadístico del Turismo en México**. México: SECTUR, 2011. Disponível em: <<http://cestur.sectur.gob.mx/>>. Acesso em: 22 Abr. 2012.

_____. InDeSol - Instituto Nacional de Desarrollo Social. **Estudio comparativo sobre las condiciones para la sustentabilidad del desarrollo de recursos forestales en México y su prospectiva**. México, DF: InDeSol, 2010.

_____. Ley de turismo del estado de Quintana roo. **Periódico Oficial el 28 de Junio del 2010**. Disponível em:

<http://www.cozumel.gob.mx/transparencia/documentos/administrativo_ley042_L1220100628004.pdf>. Acesso em: 04 abr de 2012.

_____. Secretaría de Turismo. **El turismo en México**. México: SECTUR, 2010. Disponível em:

<http://www.sectur.gob.mx/work/models/sectur/Resource/1227/1/images/CONCANACO_2011.pdf>. Acesso em: 05 Nov. 2012.

_____. FONATUR - Fondo Nacional de Fomento al Turismo. **Teotihuacan-Acolman-Otumba, Boletín No. 05/2007**. Disponível em: http://www.fonatur.gob.mx/es/comunicacion/index.asp?cve_sec=170. Acesso em: 27 de ago. 2012.

_____. Instituto Nacional de Ecología. **Decreto que declara Parque Nacional Insurgente Miguel Hidalgo y Costilla una zona de los Llanos de Salazar Estado de México**. 2006.

Disponível em: <<http://www.ine.gob.mx/ueajei/publicaciones/libros/130/edomex.htm>>. Acesso em: 22 de maio de 2012.

_____. INEGI. **Anuario Estadístico Quintana Roo**. Gobierno del estado de Quintana Roo. México: Ed. INEGI, 2002.

_____. INEGI – **Instituto de Estadística y Geografía. Indicadores Sociodemográficos de México**. México, DF: INEGI, 2000.

_____. SECTUR - Secretaría de turismo. Programa Pueblos mágicos: Reglas de Operación, 2012.

Disponível em: http://www.sectur.gob.mx/work/models/sectur/Resource/99fbd793-a344-4b98-9633-78607f33cb8f/Reglas_de_operacion.pdf acesso em 01 de Out. 2012

_____. INEGI. **Censo de población y vivienda 2010**.

Disponível em: <http://www.inegi.org.mx/est/contenidos/proyectos/ccpv/cpv2010/Default.aspx> Acesso em 03 de ago. 2012

_____. **Nueva Legislación Agraria**. México, D.F: Publicación de la Gaceta de Solidaridad, 1992.

_____. FONATUR. **Fondo Nacional de Fomento al Turismo - FONATUR**. Ciudades Turísticas. Uma estratégia mexicana de desarrollo. Memorias sobre la creación de cinco centros turísticos integrales: la huella de Fonatur en la geografía nacional. México: FONATUR, 1988.

_____. Secretaría de Turismo – SECTUR. **Programa Nacional de Turismo 1984-1988**. México: SECTUR, 1985.

_____. SIC-DGE. **IX Censo General de Población 1970**. México: SIC-DGE, 1970.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social: Teoria método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MITCHELL, J; MUCKOSY, P. A misguided quest: Community-based tourism in Latin America. London. Overseas Development Institute. 2008.

MMA/GERCO. Perfil dos estados Litorâneos do Brasil: subsídios à implantação do Programa de Gerenciamento Costeiro: MMA, 2005.

MONTENEGRO Jr. I. R. P. **turismo e urbanização: gestão de impactos no litoral de Aquiraz-CE** (dissertação de mestrado) Universidade Federal do Ceará. pp. 259, Fortaleza. 2004

MONTERROSO, N. El poder local: premisa del desarrollo rural. El caso de la comunidad de San Pedro Atlapulco, México. In: Seminario Internacional, procesos y mecanismos de participación y construcción de capital social para un efectivo manejo de los recursos naturales, II., 2003, Valdivia. **Anais...** Chile, Valdivia, 2003. CD/RON.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**. Elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Hucitec, 1999.

MORAES, Leticia B. B. de. **O turismo de sol e praia no litoral sul de Sergipe: uma análise sob a perspectiva dos modelos do SISTUR e TALC**. 2010. f. (Tese de doutorado em) – Nucleo de Pós-Graduação em Geografia, UFS/São Cristóvão, 2010.

MUÑOZ-PEDREROS A. **Los humedales del río Cruces y la Convención de Ramsar: un intento de protección fallido**. Gestión Ambiental, 2004.

MURPHY, Peter E., **Tourism: A community approach**. New York - London: Methuen, 1985.

NECHAR, M. C; SUÁREZ; L Peñaloza et al. **Las políticas turísticas culturales en el Estado de México**. Estado de México. Gestión Turística. N° 9, 2008.

NÉCHAR Castillo M. MARTINEZ, E. E. U. Breve recuento de La modernización de La política turística mexicana. **Teoria y Praxis**. Estado de México. N. 03. 2007.

NITSCHKE, L. B.; KOZEL, S. Reflexões sobre uma abordagem fenomenológica do espaço vivido de famílias rurais relacionadas à atividade turística. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFPR)**, jul. 2006, v. 1, n. 1, pp. 52-61.

NOM. Norma Oficial Mexicana – **NON 059-SEMARNAT-2010**. Protección ambiental-Especies nativas de México de flora y fauna silvestres-Categorías de riesgo y especificaciones para su inclusión, exclusión o cambio-Lista de especies en riesgo. México, 2010.

OEHMICHEN, Cristina. **Cancún**: la polarización social como paradigma en un México Resort. **Alteridades**, México, v. 20, n. 40, dic. 2010. Disponível em:

<http://mkt.unwto.org/sites/all/files/docpdf/unwtohighlights11sphr_2.pdf>. Acesso em: 22 de mar 2012.

OLIVERA, T. Jorge. **Legislación y organización turística mexicana**. México: Porrúa, 1970.

O'MALLEY, A. Las perspectivas del desarrollo basado en la comunidad, en H. Veltmeyer y A. O'Malley. En contra del neoliberalismo: El desarrollo basado en la comunidad en América Latina. México: Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM), 2003.

OMT. Organização Mundial de Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Trad. Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

OMT. **Faits saillants du tourisme**. Édition. 2011. Disponível em: WWW.unwto.org/facts. Acesso em 10/09/2011

_____. **Desarrollo sostenible del ecoturismo**: una complicación de buenas practicas en los PYME. 2003.

ORNELAS, J. **Psicologia Comunitária**. Lisboa: Fim de Século, 2008.

ORTIZ, D.; SÓLO, T. **Responsible and sustainable tourism** – lessons from Latin America and the Caribbean. En Breve 142 - Responsible Tourism Series, august, number 142, The World Bank Latin America and the Caribbean Region. 2009. Disponível em: <http://go.worldbank.org/9Z1QPZSDP0>. Acesso em: 30 Nov. 2012.

PAIVA, M. das G. de M. V. Análise do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE) na perspectiva do planejamento estratégico. **Rev. Adm. Pública [online]**. 2010, vol.44, n.2, pp. 197-213. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122010000200002>.

PANOSSO NETTO A. **Filosofia do Turismo**: teoria e epistemologia. São Paulo: Aleph, 2005.

PAVÓN, Octavio C. Segregación socioespacial en Cancún: 1990 – 2010 tres ciudades en una misma. **Red de Revistas Científicas de América Latina**, el Caribe, España y Portugal, n. 26, julio-diciembre, 2011, p. 11-31.

PDTIS. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa dos Coqueirais**. Sergipe: Banco do Nordeste, 2002. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/gerados/pdits_sergipe.asp> Acesso em: 17 de Nov. 2012.

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa dos Coqueirais**. Sergipe: Banco do Nordeste, 2005. Disponível em:

<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/gerados/pdits_sergipe.asp>.
Acesso em: 17 de Nov. 2012.

PÉREZ, Villegas, CARRASCAL, Graciela. E. **El desarrollo turístico en Cancún, Quintana Roo y sus consecuencias sobre la cubierta vegetal** *Investigaciones Geográficas (Mx)* 2000. Disponível em : <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=56904309>> ISSN 0188-4611. Acesso em: Maio de 2012.

PINHEIRO, L. L. **Turismo Comunitário**: alguns apontamentos conceituais. In: ENTBL - Encontro Nacional de Turismo de Base Local, X 2007, João Pessoa. **Anais...**, João Pessoa, 2007.

PRAINHA DO CANTO VERDE. DISPONÍVEL EM <http://prainhadocantoverde.org/> ACESSO EM 01/03/2013

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMÍREZ, Blanco, M. **Teoría general del turismo**. México: Ed. Diana, 1981.

RAMÍREZ C. P. ZIZUMBO VILLAREAL L. et al. Incorporación al Turismo Rural y Transformación del Habitus en la Mujer Campesina de San Pedro Atlapulco, México **Revista Rosa dos Ventos**, v. 4, n. 2, p.158-177, abr-jun, 2012.

REDE DE TELEVISÃO CULTURA. Programa caminhos e parcerias. Disponível em <http://www2.tvcultura.com.br/caminhos/39mangue/mangue1.htm> Acesso em 02/02/2010

REED, M. G. Power relations and community-based tourism planning. **Annals of Tourism Research**, v. 24, n. 3, 1997. p. 566-591.

REJOWSKI, Míriam. **Turismo e Pesquisa Científica**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1996.

RELATÓRIO DE TÉRMINO DE PROJETO / Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE II), Brasil, 2012.

Disponível em <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getDocument.aspx?DOCNUM=37340439> Acesso em 21/11/2013.

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO ESTADO DE SERGIPE. S/D.

Disponível em <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getDocument.aspx?DOCNUM=37604450> Acesso em 22/12/2013.

REZENDE, Ricardo. **Turismo de Base Comunitária, Política Pública e Efeitos Sobre O Local: O caso do projeto “Um Vale Verde de Verdade”, Pirenópolis (GO)**. Dissertação. Escola Nacional De Ciências Estatísticas – ENCE, 2011 .

ROCHA, S. S. **O turismo na Prainha do Canto Verde (CE): comunidade e sustentabilidade**. M. Sc. Thesis: COPPE, Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

ROCHA JUNIOR, Deusdedith Alves. O território do cotidiano. **Site NetHistória**. Brasília, out. 2004. Sessão Artigos.

Disponível em: http://www.nethistoria.com.br/secao/artigos/469/o_territorio_do_cotidiano_/
>. Acesso em: 13 abr. 2013.

RODRIGUES, Arlete. M. B. Turismo e territorialidades plurais - lógicas excludentes ou solidariedade organizacional. In LEMOS, Amália Inês. G; ARROYO, Mônica; SILVEIRA, Maria Laura. América Latina: **cidade, campo e turismo**. São Paulo, 2006.

RODRIGUES, A. B. Ecoturismo: limites do eco e da ética. In ____ (Org). **Ecoturismo no Brasil**: possibilidades e limites. São Paulo:Contexto, 2003.

RODRIGUES, A M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). **Turismo**: desenvolvimento local. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

RODRIGUES, A. A. B. Turismo y Lugar. Un Contrapunto e la Globalización. Aportes y Transferencia. **Centro de Investigaciones Turísticas**, Mar del Plata, v. 1, n.2, p. 65-78, 1997.

RODRIGUES, A. A. B.(Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. São Paulo: HUCITEC, 1997. 207p.

RODRIGUES, A. A. B. Lugar, Não Lugar e Realidade Virtual no Turismo Globalizado. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 10, p. 73-78, 1996.

RODRIGUES, A. A. B. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, R. de C. Ariza (Org.). **Turismo, espaço, paisagem e cultura**. São Paulo. Hucitec, 1996.

SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge niversity, 1986.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

SALVATIERRA Neptalí M.; ZIZUMBO VILLARREAL L. **La reconfiguración neoliberal de los ámbitos rurales a partir del turismo: ¿Avance o retroceso? Convergencia**. UAEMex, n. 50, mayo-agosto 2009, p. 133-164.

SAMPAIO, C.A.C.; ZAMIGNAN, G. Estudo da demanda turística. **CULTUR**, v. 6, n.1, 2012.

SAMPAIO, C. A. C. **Turismo como fenômeno humano**. Santa Cruz do Sul: UDUNISC, 2005.

SANTAMARÍA, Ginna Alexandra Zabre. Políticas públicas en México. turismo y pobreza en un mismo território. **A-MÉRIKA**, v. 2, n. 3, 2009. Disponível em: <www.revistaamerika.deusto.es>. Acesso em: 12 de Novembro de 2012.

SANTOS, Carla N. C. dos Santos; VILAR, J. W. C. O litoral sul de Sergipe: contribuição ao planejamento ambiental e territorial. Revista **Geonorte**, Edição Especial, V.3, N.4, p. 1128-

1138, 2012.

SANTOS, M. N. L.; PINTO, J. E. S. S. Políticas territoriais do turismo: investimentos no polo costa dos coqueirais em Sergipe. In: VILAR, J. W. C.; ARAUJO, H. M. Orgs.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Ed. UFS, 2010.

SANTOS, M. O espaço do cidadão. São Paulo: Edusp, 2007 (1987).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.

SAQUET, M. A; SPOSITO, Eliseu Savério. (Org.). **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHAEFER, Fred K. O excepcionalismo na Geografia: um estudo metodológico. **Boletim de Geografia Teorética**, v. 7, n.13, 1977, p.5-37.

SEN, G. El empoderamiento como un enfoque a la pobreza In: ARRIAGADA, I.; TORRES, C. (eds.). **Género y pobreza. Nuevas dimensiones**. Santiago de Chile: ISIS Internacional, 1998. p. 121-139. Disponível em: <http://www.portalcuencas.net/Virtual_Library/Files/362.pdf>. Acesso em: 30 de Maio de 2012.

SILVA, T. S; CORREIA, L; ANJOS, A. C; et al. Contribuição do Atlas da Flora de Sergipe para a Contextualização do Ensino de Botânica. In: SEMEX - Semana de Extensão Universitária UFS, VII. 2010, São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão, UFS, 2010. CD-ROM.

SILVA, TEIXEIRA E RAMIRO. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, SANSOLO e BURSZTYN. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SOUZA JÚNIOR, X. S. de S; AZEVEDO Ito, C. Turismo e espaço: uma leitura geográfica da interferência da atividade turística no processo de (re)organização sócio-espacial do município de João Pessoa-PB. **Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales**. Vol. IX, n. 194 (116), agosto de 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território. Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I.; Gomes, P.C; Correa, R. L. (Org.). **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 140-164.

SUNKEL, Oswaldo; PAZ, Pedro. **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. México: Siglo XXI, 1976.

TAYLOR, G. **The community approach: Does it really work?** Tourism Management, 1995. 16(7): p. 487-489.

TERRA, A. Evolução histórica da categoria geográfica território (...) p. 17 a 31 **Caderno Prudentino de Geografia**, nº31, vol.1, 2009.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo / Rio de Janeiro: Difel, 1980.

TUBALDINI, SILVA- Territórios da Resistência: Paisagem e Cultura nos Remanescentes Quilombolas de Barro Preto- Santa Maria de Itabira/ MG e Indaiá- Antônio Dias/ MG. In: ALMEIDA, Maria Geralda, CRUZ, Beatriz Nates. **Território e Cultura**: Inclusão e Exclusão nas Dinâmicas Socioespaciais, Goiânia: UFG/ Universidad de Caldas, 2009, p. 114-126.

TURISOL. Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário. **Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism (Fortaleza, Ceará), Brasil**. Turisol, 2008. Disponível em: <http://www.turisol.org.br/turismo-comunitario/principios/#>. Acesso em: 22 de julho de 2011.

TUCUM. Rede Cearense de Turismo Comunitário. **Presentation held at the II International Seminar on Sustainable Tourism (Fortaleza, Ceará), Brasil**. Tucum, 2008. Disponível em: <http://www.tucum.org/oktiva.net/2313/nota/118373>. Acesso em: 22 de julho de 2011.

UNWTO. World Tourism Organization. Disponível em: <http://www.unwto.org>. Acesso em: Nov. 2012.

VARGAS. M. A. M. (coord.); SILVA S. I. de. ARAÚJO, G. H. **Valoração Ambiental das Praias do estado de Sergipe**. Relatório Técnico solicitado pela Petrobrás. Aracaju, 2006.

VASCONCELOS, F; CORIOLANO, L. N. M. T. Impactos Sócio-Ambientais no Litoral: Um Foco no Turismo e na Gestão Integrada da Zona Costeira no estado do Ceará/Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v. 9, p. 259-275, 2008.

VELTMEYER, H.; A. O'Malley. **En contra del neoliberalismo: El desarrollo basado en la comunidad en América Latina**. México: UNAM/Porrúa, 2003.

Vergara, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005

VIERTLER, R. B. Métodos Antropológicos como ferramenta para estudos em etnobiologia e etnoecologia. In: M C M Amorozo; Lin Chau Ming; S M Pereira da Silva. (Org.). **Métodos de coleta e análise de dados em Etnobiologia, Etnoecologia e disciplinas correlatas**. Rio Claro: UNESP/CNPq, 2002.

VILAR, José W. C.; ARAÚJO, Hélio M. de. Iniciativas de ordenamento territorial no litoral sul de Sergipe. In: ARAÚJO, Hélio Mário; VILAR, José W. C. (Org.). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora, UFS, 2010. p. 21-39.

VITTE, Antonio Carlos. O desenvolvimento do conceito de paisagem e a sua inserção na geografia física. **Mercator - Revista de Geografia da UFC**, ano 06, número 11, 2007

WANDERLEY, Lillian Lins. **Litoral Sul de Sergipe: uma proposta de proteção ambiental e desenvolvimento sustentável**. 1998. 247 f. Tese (doutorado em geografia) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, UNESP/Rio Claro, 1998.

WWF-BRASIL. **Certificação em Turismo: Lições mundiais e recomendações para o Brasil**. Brasília: WWF-Brasil, 2001.

WEBER. M. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

YÁZIGI, Eduardo. Vandalismo, Paisagem e Turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E. CARLOS, Ana F. A.; CRUZ, Rita de C. A. (Orgs). **Turismo – espaço, paisagem e cultura**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 133 – 155.

XACUR Maiza, J. Á. **Enciclopedia de Quintana Roo**, Tomo 8, México, 2000.

XAVIER, H. **A percepção geográfica do turismo**. São Paulo: Aleph, 2007.

_____. **Turismo e Desenvolvimento local: a percepção geográfica dos lugares**. Artigo disponível em: < <http://members.tripod.com.br/herbe>, acesso em jul.2003.

XAVIER, Herbe. Educação Ambiental: Caminho para a Sustentabilidade Ecológica do Turismo, BARRETTO, Margarita e TAMANINI, Elizabete, (orgs). **Redescobrimo a Ecologia do Turismo**. Caxias do Sul, EDUCS, 2002, p. 71-92.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. A Abordagem Cultural na Geografia. **Temporis (ação)** (UEG), v.1, p. 249-262, 2008. Disponível em: <<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/temporisacao/article/view/28/45>>. Acesso em: 05 mar. 2014.

ZAOUAL, H. Do Turismo de Massa ao Turismo Situado: quais transições? In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 55-75.

ZIZUMBO-VILLARREAL, L. PÉREZ-RAMÍREZ, C. El capital social, base para el desarrollo local de las comunidades rurales. El caso de San Pedro Atlapulco, Estado de México. In: MORENO, Emmanuel; TONATIUH, Romero (coord.). **A media legua. Repensando el desarrollo rural**, Toluca, México. Universidad Autónoma del Estado de México, 2006.

APÊNDICES



Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa

Núcleo de Pós-Graduação em Geografia

Doutoranda: Roseane Cristina Santos Gomes

Orientação: Dra. Maria Geralda de Almeida

Pesquisa de tese: Pesquisa: **TERRITÓRIO SUJEITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: (DES) CAMINHOS E PERPECTIVAS DO TBC EM COMUNIDADES BRASILEIRAS E MEXICANAS**

Roteiro de Observação

1. Características físicas do ambiente construído e natural.
2. As principais marcas da relação turismo-ambiente.
3. Equipamentos turísticos: hotéis, pousadas, restaurantes existentes, etc.
4. Roteiros e rotas para o turista. [se existe e como é feito, descrição das rotas]
5. Comportamento dos turistas nos povoados. [vestimentas, adereços, gestos, palavras, relação com os moradores]
6. O vivido dos sujeitos locais [modo de falar, vestimentas, relação de vizinhança, hábitos alimentares, instrumentos de trabalho, lazer, relação com os turistas]
7. Estrutura dos povoados [saneamento básico, distribuição de águas, luz, pavimentação das ruas].
8. Características das moradias.
9. Outras formas de ocupação [veraneio, comércio, etc.]
10. No momento da entrevista [os gestos, entonação da fala, emoções,]
11. Relação comunidade-natureza.
12. As marcas do planejamento turístico ou falta dele.
13. Marcas da identidade da comunidade [os símbolos que expressam a identidade coletiva]
14. Atividade econômica da comunidade/povoado - se há alguma relação com ao turismo.
15. Crescimento do turismo no decorrer dos anos.

16. Geração de renda advinda do turismo para a população local.
17. Símbolos do concebido
18. Símbolos que remetam as características do povoado há cerca de trinta anos
19. Atrativos que fizeram dos povoados o lugar turístico
20. Participação governamental no povoado
21. Pontos turísticos mais visitados no povoado
22. Formas de utilização dos recursos naturais por parte da população antes do turismo
23. Características dos equipamentos turísticos.
24. Formas de utilização do recurso naturais após o turismo.
25. Valorização imobiliária com a entrada do turismo
26. Os rituais de comemoração de eventos comemorativos nos povoados [que tipo, como se comemora, as vestes, os rituais, os pratos típicos, etc.]



Universidade Federal de Sergipe
Pró-Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa
Núcleo de Pós-Graduação em Geografia

Roteiro de Entrevista

Doutoranda: Roseane Cristina Santos Gomes

Orientação: Dra. Maria Geralda de Almeida

Pesquisa: **TERRITÓRIO SUJEITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS: (DES) CAMINHOS E PERSPECTIVAS DO TBC EM COMUNIDADES BRASILEIRAS E MEXICANAS**

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Sujeitos locais residentes no povoado há mais de vinte anos

Entrevista n.º:

Data:

Local:

Hora:

DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

Nome completo:

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Local de nascimento:

Profissão: (histórico das atividades de geração de renda)

Estado civil:

Há quanto tempo vive na comunidade?

1. PERCEPÇÃO DO SUJEITO LOCAL SOBRE O SEU AMBIENTE

- 1.1. Como é o povoado onde vive
- 1.2. O que o povoado representa para você? (significado/ importância) (explorar a toponímia ou topofobia – conceitos trabalhados por TUAN)
- 1.3. Como se apresentava a natureza/paisagem aqui há cerca de trinta anos? (rica, diversificada, fartura vegetal e animal, mar, rio...)
- 1.4. No decorrer do tempo, você percebeu mudanças na natureza/paisagem? Caso tenha percebido, que/quais fatos foram mais marcantes nas mudanças (prestar atenção na temporalidade)
- 1.5. O que mais lhe chama atenção no seu povoado?
- 1.6. Como se dá a relação de vizinhança?
- 1.7. Quais são as datas comemorativas do povoado e o que se comemora?
- 1.8. Como se comemora?
- 1.9. Você gosta de morar aqui? Por quê?
- 1.10. Tem desejo de morar em outro lugar? Por quê?
- 1.11. O que significa para você viver nesta comunidade?

2. ASPECTOS ECONÔMICOS

- 2.1. Hoje, você/sua família vive de quê?
- 2.2. Gosta do que faz?
- 2.3. Há cerca de trinta anos sua família sobrevivia de quê? As pessoas aqui viviam de quê?
- 2.4. Hoje, quais são as principais fontes de trabalho e renda da população do povoado.
- 2.5. Quais são as potencialidades do povoado? Como elas influenciariam na melhoria da qualidade de vida da comunidade?
- 2.6. Em sua opinião, quais são as perspectivas da população do povoado? (questão ligada à renda/trabalho)
- 2.7. Quais os principais problemas enfrentados em sua comunidade?

2.8.A comunidade possui alguma associação, cooperativa? Caso exista, como funciona?

2.9.Existe alguma forma de organização na comunidade para o desenvolvimento da atividade turística?

3. AÇÃO DO GOVERNO

3.1.Os governos (municipal, estadual e federal) têm executado trabalhos, projetos para melhorar a condição de vida da população?

3.2.Caso tenha, quais?

3.3.O que pensa à respeito das políticas de governo no seu povoado?

3.4.O povoado possui associação comunitária?

3.5.Caso exista, você tem conhecimento de como funciona? Você participa?

4. PERCEPÇÃO DO SUJEITO LOCAL SOBRE O TURISMO

4.1.Como surgiu o turismo nesta comunidade?

4.2.Na comunidade já tem ou teve alguma forma de organização do turismo de forma comunitária? Fale sobre o assunto.

4.3.O que representa o turismo para você?

4.4.Qual o período em que há uma maior visitação turística?

4.5.Há quando tempo existe o turismo aqui no povoado?

4.6.O que mudou com a chegada do turismo aqui no povoado?

4.7.Caso tenha mudado algo, como você avalia essa mudança?

4.8.Você percebeu melhorias na comunidade com o turismo?

4.9.Como você gostaria que fosse o turismo na sua comunidade?

5. PERCEPÇÃO DO SUJEITO LOCAL SOBRE O TURISTA

5.1.O povoado recebe muitos turistas?

5.2. Como você considera a presença do turista no seu povoado? [em termos de impactos para o ambiente natural, social e identitário]

5.3.Como você considera o comportamento do turista no povoado?

6. PERCEPÇÃO DO SEUJEITO LOCAL SOBRE PLANEJADORES, GESTORES E EMPRESÁRIOS DO TURISMO

- 6.1. A comunidade do povoado já recebeu alguma visita de órgãos gestores do turismo? Caso tenha recebido, quais foram esses órgãos, o que pretendiam na visita?
- 6.2. A comunidade já foi contemplada com algum projeto envolvendo o turismo? Caso tenha, qual? Como a comunidade tomou conhecimento?
- 6.3. Houve a inserção da comunidade no projeto? Fale sobre o assunto.
- 6.4. Como você considera a ação do governo para o turismo aqui no povoado?
- 6.5. Existe algum equipamento turístico no povoado? Caso exista, qual (is) desde quando?
- 6.6. Você considera que as ações políticas aqui no povoado trouxeram impactos para as comunidades? Fale sobre o assunto.
- 6.7. Detalhe como se deu o processo de inserção na comunidade no edital Edital nº 01/2008 do Mtur?
- 6.8. Quais foram os fatores que inviabilizaram o desenvolvimento do turismo comunitário na comunidade?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
 NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

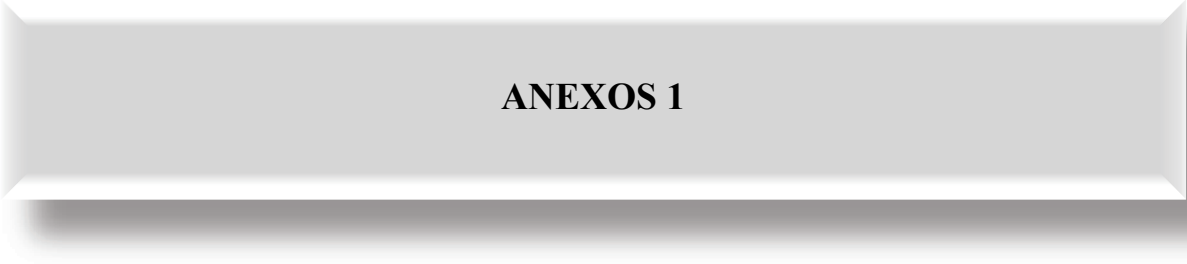
Termo de Autorização de Entrevista para Fins Científicos

Sou consciente dos objetivos da pesquisa que tem como título “**Território, Sujeitos sociais e Políticas Públicas: (des) caminhos e perspectivas do TBC em comunidades Brasileiras e maxicanas**” realizada por Roseane Cristina Santos Gomes, portadora do documento de identidade 1219176 SSP/SE- doutoranda do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – Brasil, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Geralda de Almeida. Eu autorizo a gravação das informações fornecidas por mim nesta entrevista. Estou de acordo com a divulgação destas informações para fins exclusivamente científicos (seminários, congressos, textos, artigos científicos, entre outros). Eu autorizo a divulgação de minha identidade nas informações fornecidas por mim na tese, assim como para os demais fins exclusivamente científicos. Também estou consciente de que posso abandonar minha participação nesta investigação científica em qualquer momento.

Nome completo (do/da) entrevistado (a)

documento de identidade

ANEXOS



ANEXOS 1



Ministério do Turismo
Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo
Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA DE PROJETOS MTur/Nº 001/2008

**SELEÇÃO DE PROPOSTAS DE PROJETOS PARA APOIO ÀS INICIATIVAS DE
TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**

1. Objeto

Selecionar projetos de fomento a iniciativas de turismo de base comunitária e que promovam a inserção destas na economia de mercado, com base nos princípios de economia solidária.

2. Justificativa

A atividade turística possui reconhecida importância econômica, conforme levantamento realizado pela Organização Mundial do Turismo, que apontou o setor como o terceiro no mundo em termos de geração de divisas. Espera-se que, em 2010, um em cada dez empregos seja criado no setor. O setor é o quinto maior gerador de divisas do Brasil. No entanto, se por um lado as atividades relacionadas ao turismo têm potencial de promover o crescimento, por outro são conhecidos os impactos causados, principalmente, no que diz respeito à cultura local e preservação do meio ambiente.

Dentre esses impactos, destacam-se os vazamentos de renda, a descaracterização de ambientes naturais e a alteração de costumes e de valores tradicionais, a especulação imobiliária e a conseqüente exclusão territorial de residentes. Tais efeitos mostram-se mais freqüentes e prejudiciais em meios onde são mais precárias as condições de vida da população.

Em contraposição a esses impactos, surgiram diversas iniciativas alternativas de desenvolvimento da atividade como as redes de comércio justo no turismo, as ações ligadas ao *pro-poor tourism*, ações de desenvolvimento local endógeno e o fomento a práticas de economia solidária na cadeia produtiva do turismo¹.

O turismo de base comunitária, turismo comunitário, solidário, de conservação, entre outras denominações, possui elementos comuns a tais iniciativas e busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.

As experiências de vários países, como o Equador, o Peru e, principalmente, a rede TUSOCO da Bolívia, apontam a possibilidade de desenvolver-se a atividade turística em um

¹ Estas formas alternativas de desenvolvimento turístico utilizam como matéria-prima a cultura local, seja pelo lado da demanda, interesse dos turistas em conhecer a cultura local, seja do lado da oferta, no protagonismo comunitário da gestão turística. Todavia, é importante ressaltar que estas se diferenciam radicalmente de processos de espetacularização e coisificação dos estilos de vida e costumes das comunidades envolvidas, como ocorrem em alguns casos de exploração de atividades turísticas em favelas do Rio de Janeiro, por exemplo.

modelo em que as comunidades locais participam ativamente do planejamento, da execução e do monitoramento das atividades turísticas e conseguem gerar renda complementar e desenvolvimento socioeconômico. A atuação de operadores turísticos especializados, com destaque aos europeus, também demonstra o potencial deste nicho turístico.

No Brasil, há casos considerados de turismo comunitário em estados como Ceará, Amazonas, Pará, Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Algumas destas iniciativas estão reunidas em uma rede informal denominada TuriSol - Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário.

Baseado na premissa de que o turismo pode desempenhar um papel positivo que beneficie diretamente as comunidades locais e com vistas às metas do Plano Nacional de Turismo 2007-2010, o Ministério do Turismo (MTur), por meio do Departamento de Qualificação, Certificação e de Produção Associada ao Turismo (DCPAT), da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento de Turismo (SNPDTur), publica esta chamada com o objetivo de apoiar as iniciativas de turismo comunitário existentes no País.

3. Objetivos

- Fomentar as iniciativas existentes organizadas e/ou identificadas como de Turismo de Base Comunitária (TBC);
- Apoiar projetos de TBC, para o fortalecimento de roteiros segmentados, com foco no território para o desenvolvimento local e inclusão social, qualificação, certificação, apoio à produção associada ao turismo e desenvolvimento local/inclusão social.

4. Linhas temáticas de apoio.

Esta Chamada Pública de Projetos destina-se a apoiar propostas que visem o desenvolvimento das atividades ligadas ao TBC, por linhas temáticas definidas de acordo com as competências e atribuições do DCPAT. Esta divisão tem um caráter operacional e as atividades das diferentes linhas estão relacionadas e não são excludentes. Desta forma, recomendamos que as propostas contemplem atividades de duas ou mais linhas temáticas. Estas linhas de apoio estão divididas em:

Linha temática 1: Apoio à produção associada ao turismo²

Poderão ser apoiados projetos que visem à melhoria de produção, preferencialmente de grupos organizados e/ou cooperados, de práticas artesanais, cujos atributos naturais e/ou culturais são identificados com o destino turístico e com a comunidade local, capaz de agregar valor ao produto turístico. Serão apoiadas ações ligadas à melhoria da produção como desenvolvimento de produtos, melhoria da qualidade e do *design*, comercialização e gestão de negócios, desenvolvimento de embalagens e rótulos. Além disso, serão apoiados planos de negócios e de viabilidade socioeconômica.

Linha temática 2: Apoio à qualificação profissional

Poderão ser apoiados projetos que visem o desenvolvimento de conhecimentos, capacidades e atitudes necessárias ao atendimento da demanda turística, preferencialmente de grupos organizados de forma associada, visando à sustentabilidade dos grupos e dos destinos turísticos. Serão apoiadas ações de aperfeiçoamento profissional e empresarial, como cursos de hospitalidade, gestão e para melhoria da oferta de serviços (alimentação, hospedagem, lazer, entre outros), com foco nos princípios da economia solidária.

² Qualquer produção artesanal, industrial ou agropecuária que detenha atributos naturais e/ou culturais de uma determinada localidade ou região capazes de agregar valor ao produto turístico.

Linha temática 3: Apoio ao planejamento estratégico e organização comunitária

Poderão ser apoiados projetos que visem ao planejamento do uso sustentável do território turístico pela comunidade local, preferencialmente organizada de forma associada, bem como a mobilização e organização desta para a gestão da atividade turística e para a formação de redes. Serão apoiadas ações ligadas à mobilização e organização de grupos/comunidades, à elaboração de Planos de Desenvolvimento Estratégico, à gestão de atividades ligadas ao turismo, com foco na articulação com iniciativas privadas e com instituições públicas, principalmente locais, ao intercâmbio entre iniciativas de TBC, à formação de redes entre os grupos comunitários e entre as comunidades turísticas e ao intercâmbio de experiências entre as iniciativas de TBC.

Linha temática 4: Apoio à promoção e à comercialização

Poderão ser apoiados projetos que visem à promoção e comercialização do destino turístico e/ou dos seus produtos e serviços associados, compondo uma estratégia de promoção comercial. Serão apoiadas ações ligadas à elaboração de instrumentos de promoção comercial (folders, catálogos, mostruários eletrônicos, material promocional para o ponto de venda), à participação em eventos/seminários e ao desenvolvimento de roteiros turísticos de cunho comunitário/solidário com operadores especializados.

Linha temática 5: Apoio às ações de fomento às práticas de economia solidária

Transversal às demais linhas, o fomento às práticas de economia solidária envolve diretamente a formação de empreendimentos econômicos solidários, desde sua mobilização até sua inserção no mercado. Serão apoiadas ações de organização produtiva, apoio ao associativismo/cooperativismo, melhoria da produção, gestão e comercialização, apoio à formalização dos grupos e sua inserção no mercado.

As propostas deverão se restringir às iniciativas existentes, com recorte territorial específico, visando ao fortalecimento de grupos organizados que produzam bens e/ou prestam serviços ligados à atividade turística.

5. Resultados esperados

- Maior participação das comunidades locais nos benefícios advindos da atividade turística.
- Comunidades locais qualificadas para a gestão da atividade turística.
- Geração de trabalho e renda ligada a iniciativas de TBC.
- Articulação de iniciativas do segmento “Turismo de Base Comunitária” em rede.
- Articulação e parcerias entre as esferas públicas e privadas responsáveis pela gestão da atividade turística em destinos em que o TBC se desenvolve.

6. Habilitação para apresentação de propostas

6.1. Instituições sem fins lucrativos

Instituições privadas brasileiras sem fins lucrativos que possuam atribuições estatutárias e regimentais relacionadas aos projetos, que atuem em áreas relativas ao turismo, desenvolvimento local/sustentável e/ou inclusão social e que possuam no mínimo 03 (três) anos de funcionamento regular, inclusive com inscrição no CNPJ/MF, assim identificadas: (a) ONG, (b) Fundação, (c) Associação ou organização de base, (d) OSCIP.

6.1.1. A qualificação técnica e a capacidade operacional serão verificadas pelo Comitê de acordo com o currículo institucional da Instituição.

6.1.2. Serão aceitas propostas de execução em parceria, por meio de associação de duas ou mais entidades sem fins lucrativos, bem como dessas com o poder público, na condição de proponente ou interveniente.

6.1.3. Os documentos exigidos são:

- a. Cadastro no CNPJ/MF, com inscrição de no mínimo 03 (três) anos;
- b. Estatuto ou Regimento registrado em cartório, Ata da Assembléia de eleição da diretoria e Termo de Posse dos dirigentes que respondem legalmente pela instituição, todos atualizados;
- c. Currículo institucional;
- d. Cópia da Cédula de Identidade e CPF/MF dos dirigentes que respondem legalmente pela instituição;
- e. Declaração de funcionamento regular da instituição nos últimos 03 (três) anos, emitida no exercício de 2008, por 03 (três) autoridades locais;
- f. Certificado de Qualificação como OSCIP emitida pelo Ministério da Justiça, nos casos das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público; e
- g. Declaração da Contrapartida financeira.

6.2. Estados, Distrito Federal e Municípios.

Serão aceitas propostas de execução em consórcio entre os órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios, para fins de alcance do limite estabelecido na alínea “c” do item 8 deste Edital.

6.2.1. Serão exigidos os documentos abaixo discriminados:

- a. cadastro no CNPJ/MF;
- b. cópia da Cédula de Identidade e CPF/MF da autoridade proponente;
- c. termo de posse ou ato de nomeação;
- d. previsão orçamentária de contrapartida;
- e. declaração da contrapartida financeira; e
- f. certidão negativa da Fazenda Estadual no caso de Município.

7. Despesas Orçamentárias.

Poderão ser apoiadas, observando a legislação em vigor quando da aprovação do projeto, as seguintes despesas:

- a) despesas correntes:** material de consumo; software; instalação, recuperação e manutenção de equipamentos; serviços de terceiros (pessoa física ou jurídica); passagens e diárias, dentre outras necessárias à consecução do projeto aprovado;
- b) despesas de capital:** equipamento, material permanente e material bibliográfico, pequenas obras, instalações civis e reformas em geral necessárias ao desenvolvimento do projeto, dentre outras necessárias à consecução do projeto aprovado. Essas despesas somente se aplicam ao **Poder Público**.

7.1. Contrapartida

Será exigida contrapartida do proponente, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, nos seguintes percentuais, mínimos e máximos, sobre o valor aportado pelo Ministério do Turismo:

7.1.1. Municípios e instituições privadas sem fins lucrativos:

- a) 3% (três por cento) e 5% (cinco por cento), para municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;
- b) 5% (cinco por cento) e 10% (dez por cento), para municípios acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e na Região Centro-Oeste; e
- c) 10% (dez por cento) e 40% (quarenta por cento), para os demais.

7.1.2. Estados e Distrito Federal.

- a) 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento), se localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da SUDENE e da SUDAM e na Região Centro-Oeste; e
- b) 20% (vinte por cento) e 40% (quarenta por cento), para os demais.

8. Condições para apresentação das propostas.

- a) cada instituição executora poderá apresentar apenas uma proposta.
- b) as propostas deverão contemplar pelo menos uma das linhas temáticas de apoio, conforme estabelecido no item 4.
- c) as propostas devem conter solicitação de apoio financeiro entre R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
- d) o prazo de execução de cada projeto deverá ser de até 18 (dezoito meses), contados a partir da assinatura do Convênio a ser celebrado entre o MTur e o proponente, podendo ser prorrogado, mediante solicitação, a critério do MTur.

9. Apresentação das propostas.

9.1. A proposta deverá ser enviada ao MTur, via Internet, no endereço eletrônico cpe@turismo.gov.br, até a data limite estabelecida no item 11 deste Edital, conforme modelo apresentado no anexo I, e deverá obedecer ao limite de 15 a 20 páginas.

9.2. Deverá ser enviada ao MTur, até 18/7/2008, a proposta impressa e assinada pelos representantes legais das entidades envolvidas e pelo coordenador do projeto, podendo ser anexados outros documentos e informações considerados relevantes para sua análise.

9.3. A documentação deverá ser enviada ao MTur, via postal, mediante registro ou equivalente, até a data limite para apresentação da proposta estabelecida no item 11 deste Edital, devendo constar no envelope o seguinte endereço e identificação:

Edital MTur/DCPAT/CGPE - TBC

Ministério do Turismo

Esplanada dos Ministérios, Bloco "U", 3º andar, sala 329

CEP: 70.065-900

Brasília/DF.

10. Processo de seleção

10.1. Pré-qualificação

Esta etapa é eliminatória e será realizada por um Comitê composto de técnicos integrantes da equipe do DCPAT e um representante do Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico - DEAOT, designados por Portaria, que verificará o enquadramento das propostas aos requisitos de pré-qualificação definidos neste Edital, conforme segue:

- a) adequação da proposta aos objetivos da Chamada Pública de Projetos (item 3) e às Linhas Temáticas de Apoio (item 4);
- b) envio da proposta até a data limite estabelecida no item 11;
- c) encaminhamento da proposta na forma exigida: envio eletrônico pela Internet e impressa, com assinatura dos representantes legais dos proponentes e do coordenador do projeto, conforme definido no item 9;
- d) habilitação dos proponentes conforme especificado no item 6;
- e) observância do critério de apenas uma proposta por proponente;
- f) atendimento ao valor limite estabelecido na alínea “c” do item 8; e

10.2. Avaliação de mérito

A avaliação de mérito das propostas selecionadas pelo Comitê será realizada por uma banca composta por especialistas convidados pela Coordenação-Geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas - CGPE/SNPDTur/MTur.

10.2.1. Terão prioridade as propostas que contemplem:

- a) áreas de influência dos 65 destinos-indutores, definidos no PNT 2007-2010, de acordo com o Programa de Regionalização do Turismo; todavia não serão excluídas propostas que não são desta área de influência;
- b) enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil;
- c) execução em consórcio conforme estabelecido no subitem 6.2. deste Edital;
- d) execução em parceria conforme estabelecido no subitem 6.1.2. deste Edital;
- e) áreas de Parques Nacionais e/ou de entorno de áreas de preservação;
- f) maior número de pessoas que trabalhem direta e indiretamente em atividades turísticas;
- g) maiores fluxos de turistas na área beneficiada pelo projeto;
- h) plano estratégico para o desenvolvimento do turismo de base comunitária nos territórios;
- i) formalização de associações para desempenhar a atividade;
- j) tempo de organização da atividade turística de base comunitária.

10.2.2. Serão considerados para análise das propostas os seguintes critérios:

CRITÉRIOS	Notas	Peso
Relevância estratégica do projeto para o desenvolvimento local.	1 a 5	4
Contribuição da proposta para a geração de emprego e renda.	1 a 5	4
Coerência e adequação da proposta quanto aos objetivos, metas, metodologia, atividades e resultados esperados.	1 a 5	3
Caracterização da sustentabilidade econômica, social e ambiental.	1 a 5	3
Articulação com outras políticas públicas.	1 a 5	2
Adequação do orçamento e do cronograma apresentados para alcance dos objetivos das propostas.	1 a 5	2
Adequação dos indicadores a serem utilizados para análise dos resultados do projeto.	1 a 5	2
Competência e experiência prévia da equipe executora na área de desenvolvimento local.	1 a 5	2
Apresentação de resultados obtidos na implantação de projetos anteriores.	1 a 5	2

10.3. Seleção de projetos

A partir da avaliação do mérito das propostas, o MTur realizará uma priorização dos projetos de acordo com os critérios previstos nesta Chamada Pública de Projetos (itens 8 e 10.2). As propostas selecionadas deverão ser adequadas aos formulários do Plano de Trabalho para celebração de Convênio com o MTur, sob a orientação da equipe técnica da CGPE/DCPAT, a qual compete à análise da adequação das propostas.

10.4. Celebração dos Convênios

A celebração dos convênios referentes aos projetos aprovados no âmbito desta Chamada Pública de Projetos será efetivada a partir de agosto de 2008, mediante a formalização de Convênios, a serem firmados entre o MTur, na qualidade de Concedente, e os proponentes selecionados, na qualidade de Convenientes, de acordo com as disposições contidas na Lei nº 11.514/2007, na Lei nº 8.666/93, atualizada, no Decreto nº 6.170/07, atualizado, na Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008, e demais legislação correlata.

10.5. Acompanhamento e avaliação

O acompanhamento e fiscalização dos projetos objetos dos Convênios celebrados serão efetuados pelo MTur, mediante visitas técnicas nas localidades e elaboração de relatórios periódicos, de acordo com as metas definidas nos respectivos Planos de Trabalho.

11. Prazos

Data final para apresentação da proposta.	18 de julho de 2008
Divulgação dos resultados	25 de julho de 2008
Data final para a adequação dos projetos aos padrões de Convênio do MTur.	15 de agosto de 2008
Celebração dos convênios.	18 de agosto a 18 de setembro de 2008

12. Dotação Orçamentária

Os recursos orçamentários para execução dos projetos a serem apoiados pelo MTur correrão à conta do Programa de Trabalho: 23.695.1166.2B39.0001 - Fomento a Projetos de Desenvolvimento Turístico Local e de Inclusão Social.

JOSÉ EVALDO GONÇALO

Secretário Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo

ANEXO I

Modelo de Apresentação de Proposta

Dados cadastrais da(s) entidade(s) proponente(s)

Nome da Entidade:

Endereço:

Telefone(s) para contato:

e-mail:

Nome do Dirigente:

Apresentação (Quem somos?)

Apresentação do(s) proponente(s) contendo breve histórico, projetos mais relevantes e trabalhos atuais.

O que a entidade pretende realizar?

- Quais as atividades que o projeto pretende realizar?
- Como o projeto se relaciona com o modo de vida da comunidade?
- Como os residentes da comunidade serão envolvidos nas atividades do projeto?
- Como se pretende envolver membros da comunidade nas atividades de planejamento, execução e administração do projeto?

Onde se quer chegar?

- O que se espera obter de resultados com o projeto?
- O que a comunidade ganhará com o projeto?
- Quais os benefícios para o turismo na área abrangida pelo projeto?

O que se pretende mudar ou melhorar na área abrangida pelo projeto?

Como se pretende medir o sucesso do projeto? Qual a forma de acompanhar o desempenho (grau de sucesso) do projeto enquanto ele é executado?

- Como o desempenho (grau de sucesso) do projeto será acompanhado ao longo de sua execução?
- Como o acompanhamento do projeto poderá auxiliar na sua adaptação, para o caso de serem necessárias mudanças ao longo de sua execução?

Público-alvo: quem será beneficiado? Quantas pessoas serão beneficiadas?

Prazo de execução (Quanto tempo é preciso para que se execute o projeto?)

Orçamento (Qual o montante de recursos necessários para a execução do projeto? Lembre-se de que o valor a ser aportado pelo MTur deverá obedecer aos limites mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e máximo de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

ORÇAMENTO				
DESPESAS	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
DESPESAS CORRENTES				
Serviços de Terceiros - Pessoa Física				
Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
Material de Consumo				
Passagens e Despesas com Locomoção				
Diárias				
DESPESAS DE CAPITAL				
Obras e Instalações				
Equipamentos e Material Permanente				
TOTAL GERAL				

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO							
ATIVIDADES	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	MÊS X

ANEXO II

Lista dos 65 destinos indutores e suas respectivas regiões turísticas

Plano Nacional de Turismo 2007-2010 do Ministério do Turismo

MACRORREGIÃO NORTE

Nº	UF	Destino Indutor	Região Turística
1	AC	Rio Branco	Vale do Acre
2	AM	Barcelos	Pólo Rio Negro e Solimões
3		Manaus	Pólo Manaus/Encontro das Águas
4		Parintins	Pólo Sataré/Tucandeira
5	AP	Macapá	Pólo Meio do Mundo
6	PA	Belém	Pólo Belém
7		Santarém (Tapajós)	Pólo Tapajós
8	RO	Porto Velho	Pólo de Porto Velho
9	RR	Boa Vista	Roraima, a Savana Amazônica
10	TO	Mateiros (Jalapão)	Encantos do Jalapão
11		Palmas	Serras do Lago

MACRORREGIÃO NORDESTE

Nº	UF	Destinos Indutores	Região Turística
12	AL	Maceió	Região Metropolitana
13		Maragogi	Região Costa dos Corais
14	BA	Lençóis	Chapada Diamantina
15		Maraú	Costa do Dendê
16		Mata de São João	Costa dos Coqueiros
17		Porto Seguro (Arraial d'Ajuda, Trancoso, Caraíva)	Costa do Descobrimento
18		Salvador	Baía de Todos os Santos
19	CE	Aracati (Canoa Quebrada)	Litoral Leste
20		Fortaleza	Fortaleza
21		Jijoca de Jericoacoara	Litoral Extremo Oeste
22		Nova Olinda (Cariri)	Cariri
23	MA	Barreirinhas	Lençóis Maranhenses
24		São Luís	Pólo São Luís
25	PB	João Pessoa	Região Turística do Litoral
26	PE	Fernando de Noronha	Fernando de Noronha
27		Ipojuca (Porto de Galinhas)	Litoral Sul
28		Recife	Região Metropolitana
29	PI	Parnaíba (Delta)	Pólo Costa do Delta
30		São Raimundo Nonato (Serra da Capivara)	Pólo das Origens
31		Teresina	Pólo Teresina
32	RN	Natal	Pólo Costa das Dunas
33		Tibau do Sul (Pipa)	Pólo Costa das Dunas
34	SE	Aracaju	Pólo Costa dos Coqueirais

MACRORREGIÃO CENTRO-OESTE

Nº	UF	Destinos Indutores	Região Turística
35	DF	Brasília	Brasília Patrimônio da Humanidade
36	GO	Alto Paraíso (Chapada dos Veadeiros)	Região Reserva da Biosfera de Goiás
37		Caldas Novas	Região das Águas
38		Goiânia	Região dos Negócios
39		Pirenópolis	Região do Ouro
40	MS	Bonito	Bonito e Serra da Bodoquena
41		Campo Grande	Campo Grande e Região
42		Corumbá (Pantanal Sul)	Pantanal
43	MT	Cáceres (Pantanal Norte)	Pantanal Matogrossense
44	MT	Cuiabá	Região Metropolitana

MACRORREGIÃO SUDESTE

Nº	UF	Destinos Indutores	Região Turística
45	ES	Vitória	Região Turística Metropolitana
46	MG	Belo Horizonte	Região Turística Coração das Gerais (Circuito Turístico Belo Horizonte)
47		Diamantina	Região Turística Coração das Gerais (Circuito dos Diamantes)
48		Ouro Preto	Região Turística Coração das Gerais (Circuito do Ouro)
49		Tiradentes	Região Turística Coração das Gerais (Circuito Trilhas dos Inconfidentes)
50	RJ	Angra dos Reis	Costa Verde
51		Armação dos Búzios	Costa do Sol
52		Parati	Costa Verde
53		Petrópolis	Serra Verde Imperial
54		Rio de Janeiro	Metropolitana
55	SP	São Paulo	Capital Expandida
56		Ilhabela*	Vertente Oceânica Norte

* Ilhabela/SP – este destino não está entre os 87 roteiros prioritários, é uma exceção.

MACRORREGIÃO SUL

Nº	UF	Destinos Indutores	Região Turística
57	PR	Curitiba	Metropolitana de Curitiba
58		Foz do Iguaçu	Oeste e Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu
59		Paranaguá	Litoral
60	RS	Bento Gonçalves	Região Serra Gaúcha (Microrregião da Uva e do Vinho)
61		Gramado	Região Serra Gaúcha (Microrregião das Hortênsias)
62		Porto Alegre	Região Grande Porto Alegre (Microrregião Porto Alegre e Delta do Jacuí)
63	SC	Balneário Camboriú	Rota do Sol
64		Florianópolis	Grande Florianópolis
65		São Joaquim	Serra Catarinense

Os municípios que fazem parte das regiões turísticas priorizadas e outras informações estão disponíveis no site www.turismo.gov.br

ANEXOS 2

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

Título: Fortalecimento e Organização do Turismo de Base Comunitária do Povoado Terra Caída

Local: Povoados Terra Caída e Pontal - Indiaroba - Sergipe

Duração do Projeto: 18 meses **Início previsto:** agosto/2008

2. DADOS CADASTRAIS DA ENTIDADE PROPONENTE

Nome: Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes – SOCIEDADE SEMEAR

CNPJ: 048.168.78/0001-50

Endereço: Rua Vila Cristina, 148, Bairro São José, Aracaju/Sergipe – 49.015-000

Tel/fax: (79) 3214-5800

Diretor Presidente: Carlos Roberto Britto Aragão

e.mails: sociedadesemear@infonet.com.br – carlinhosbritto@sociedadesemear.org.br

Responsável pelo projeto: Danielle Rodrigues Dutra

e.mail: danidutra@sociedadesemear.org.br

3. APRESENTAÇÃO

(Quem somos?)

A Sociedade de Estudos Múltiplos, Ecológica e de Artes - Sociedade SEMEAR - é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, criada em dezembro de 2001, por um grupo de pessoas que comungam das mesmas preocupações e interesses, visando ajudar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, através do fortalecimento da cidadania em suas diversas formas de expressão.

Esse período de um ano foi também utilizado para a construção do complexo-sede da Sociedade SEMEAR que abriga centro de treinamento com capacidade instalada para 1.210 alunos/hora/dia, em salas de aula convencionais, galeria de artes com amplo espaço para exposição e recepção do público visitante, espaço adequado para lançamento de livros e

realização de tardes de autógrafos, auditório com 230 lugares (escamoteáveis para uso de outro lay-out), espaço multiuso, instalações de serviço e de apoio a esses múltiplos usos do espaço do complexo-sede, sala para técnicos com computadores e mesas de trabalho, cozinha para almoços e lanches da equipe técnica, 3 salas de reunião, 2 almoxarifados para projetos e sala de arquivo.

A Sociedade SEMEAR tem como visão ser uma Instituição de referência na promoção da cidadania no Nordeste brasileiro. A sua missão é de promover a cidadania por meio da capacitação, articulação e mobilização dos diversos agentes sociais para ajudar a construir um mundo onde prevaleçam: ética, solidariedade, igualdade de oportunidades e compromisso social. Essa estratégia pode ser forte aliada no processo educativo de grupos de atores sociais para a mudança de hábitos e comportamentos no combate à desertificação.

Durante os seis anos de atuação, a Sociedade SEMEAR desenvolveu as seguintes ações e projetos:

- 1) Mobilização para a criação do Comitê de Bacia do Rio São Francisco com as Comunidades do Baixo São Francisco – ANA.
- 2) Realização Fórum Socioambiental de Lagarto e Região Centro Sul - Ministério Público de Sergipe.
- 3) Pesquisa para o Projeto de Comunicação Socioambiental com comunidades costeiras – PETROBRAS.
- 4) Curso Prev-Fogo – IBAMA.
- 5) Audiência Pública para o Licenciamento da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás da PETROBRAS – Campo de Piranema/Estância/Sergipe – PETROBRAS – Biomonitoramento (Salvador-BA).
- 6) Programa De Olho no Ambiente elaboração de 33 Agendas 21 Comunitárias – 1ª e 2ª Fases - PETROBRAS.
- 7) Adote um Manancial – Ministério Público de Sergipe – recuperação de nascentes e educação ambiental
- 8) Programa de Educação Ambiental no Gasoduto Catu-Carmópolis – PETROBRAS – em parceria com a Ambitech Consultoria Ambiental (Salvador-BA).

- 9) DRP na comunidade do Povoado Ladeiras, Japoatã, Sergipe - PETROBRAS.
- 10) DRP na comunidade do Povoado São Roque do Paraguassu, Maragogipe, BA – PETROBRAS – Ambitech Consultoria Ambiental (Salvador-BA).
- 11) Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Aracaju
- 12) Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Porto da Folha/SE.
- 13) Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Boquim/SE.
- 14) Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Capela/SE.
- 15) Programa de Comunicação Socioambiental da Plataforma de Piranema – PETROBRAS
- 16) Planejamento do Desenvolvimento Territorial do Estado de Sergipe – PDTP – Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe - SEPLAN.
- 17) Capacitação em Fundos Socioambientais Públicos – Prefeitura do Município de Aracaju e Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA.
- 18) Comissão Organizadora de I e II Conferência de Meio Ambiente do Estado de Sergipe.
- 19) Comissão Organizadora de I e II Conferência da Juventude de Meio Ambiente do Estado de Sergipe.
- 20) Participação nas oficinas de construção do Plano de Desenvolvimento do Turismo Regional e Sustentável do Ministério do Turismo em parceria com o Ministério do Meio Ambiente.
- 21) Participação da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade; Rede Brasileira de Educação Ambiental; Rede de Educação Ambiental do Estado de Sergipe e Grupo de Discussão Sala Verde.
- 22) Sala Verde Velho Chico - Centro de Capacitação Velho Chico, Própria, Sergipe.
- 23) Programa de Comunicação Socioambiental Regional da PETROBRAS UN/SEAL.
- 24) Prêmio Árvore – Instituto Socioambiental Árvore.
- 25) Prêmio Cidadania Mundial da Comunidade Bahai.
- 26) Palestras, Oficinas e Cursos na área socioambiental.
- 27) Grupo de Estudos Socioambientais quinzenal com voluntários e colaboradores da Diretoria de Meio Ambiente.
- 28) Conselho Jovem de Meio Ambiente; Conselho Pólo Costa dos Coqueirais, Fórum de Assistência Técnica do INCRA.

- 29) Construção do I Fórum sobre a Disposição Final dos Resíduos da Região Metropolitana da Grande Aracaju.
- 30) Elaboração e execução do projeto de gestão de resíduos da sede da Sociedade Semear (Aracaju) e do Centro de Capacitação Velho Chico (Propriá)

4. OBJETIVOS

(O que a entidade pretende realizar?)

4.1. Geral

Organizar o turismo de base comunitária desenvolvido pela Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores Povoado Terra Caída, Município de Indiaroba, de modo participativo e sustentável.

4.2. Específicos

- Aprofundar os conhecimentos, capacidades e atitudes necessárias ao atendimento turístico que já ocorrem na comunidade.
- Apoiar a melhoria dos produtos das práticas artesanais já desenvolvidas pela comunidade.
- Construir o planejamento estratégico e organização comunitária de forma participativa, com tomada de decisões coletivas.
- Fomentar a prática de economia solidária já existente na comunidade.
- Envolver a comunidade na cadeia produtiva do turismo comunitário.

5. DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES

(O que a entidade pretende realizar?)

A Sociedade Semear, em parceria com a Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores Povoado Terra Caída pretende desenvolver atividades de mobilização, oficinas

participativas e cursos para fortalecimento e organização do turismo de base comunitária que já ocorre na comunidade. Para tanto, dará suporte técnico e administrativo, atuará na articulação interinstitucional para estabelecimento de parcerias com órgãos públicos federais, regionais, estaduais e municipais, empresas privadas e organizações da sociedade civil.

5.1. Quais as atividades que o projeto pretende realizar?

- Formação e capacitação da equipe técnica.
- Elaboração do plano de ação do projeto.
- Visita de reconhecimento da área e levantamento dos dados secundários.
- Mobilização – Inicialmente esta atividade será desenvolvida pelos técnicos do projeto. Posteriormente será estimulada a auto-mobilização da comunidade, de forma organizada, com meios de comunicação construído por eles próprios, a baixo custo. A auto-mobilização permite a busca da autonomia e a organização de meios de comunicação próprios da comunidade.
- Reunião Ampliada para apresentação do projeto e formação do Grupo Gestor (equipe local).
- Adaptação do plano de ação do projeto com as contribuições do Grupo Gestor.
- Oficinas participativas para:
 - envolver a comunidade na identificação;
 - planejamento, execução e avaliação das atividades a serem desenvolvidas no projeto, de modo contínuo;
 - tomada de decisão sobre as metas a serem alcançadas;
 - construção do diagnóstico rápido participativo sobre a realidade do turismo local;
 - sensibilização quanto à importância da atividade turística para a comunidade e seu entorno;
 - identificar o tipo de atividades turísticas que a comunidade quer desenvolver e possíveis roteiros que querem oferecer;
 - fortalecer a gestão comunitária do turismo;

- envolver parceiros durante todo o desenvolvimento do projeto e estimular a autonomia da comunidade para a continuidade das ações após o término do projeto.
- estimular a multiplicação dos conhecimentos adquiridos na comunidade;
- elaborar indicadores para aferição de impacto no desenvolvimento local.
- Cursos com linguagem acessível, metodologias participativas e lúdicas e levando em conta os dados levantados nas oficinas participativas e no diagnóstico para:
 - orientar os participantes sobre o conceito de turismo; tipos de turismo existentes; a cadeia produtiva do turismo sustentável; como pode ser desenvolvido na comunidade e como atrair o turista;
 - organizar receptivo, hospedagem e alimentação (higienização, atendimento, cardápio, gestão de negócios, gestão de resíduos, ambientação, etc);
 - construção de roteiros e como trabalhá-los;
 - formar os participantes nos tipos de atividades identificadas na comunidade;
 - fortalecer o artesanato já existente e resgate histórico-cultural;
 - estimular a economia solidária e a organização comunitária;
 - orientar o turismo desenvolvido em redes de negócios (organização em rede) e formas de divulgação do turismo no povoado;
 - captação de recursos e financiamentos na área do turismo;
 - instrumentos de economia solidária;
 - como cuidar do meio ambiente – hábitos e pequenas ações para o consumo sustentável e gestão dos recursos naturais.
- Mediação de conflitos contínua – Os técnicos contratados estarão atentos a qualquer problema de comunicação na comunidade e entre os parceiros, para mediar esses conflitos que podem afetar o projeto, de forma rápida, transparente e participativa.
- Reuniões para planejamento, execução e avaliação das atividades a serem desenvolvidas (equipe técnica e local).
- Apresentação em reunião ampliada na comunidade dos resultados finais do projeto para os comunitários e parceiros.
- Monitoramento e avaliações qualitativas e quantitativas de cada atividade desenvolvida, da equipe técnica e do projeto ao término do mesmo de modo participativo.

- Elaboração de relatórios mensais, semestrais e final.

As atividades na serão desenvolvidas de um modo linear. Algumas se cruzam durante o projeto e outras são desenvolvidas de modo contínuo.

5.2. Como o projeto se relaciona com o modo de vida da comunidade?

A comunidade de Terra Caída, do Município de Indiaroba já possui atividades turísticas no seu cotidiano em função de ser um dos acessos a Mangue Seco, povoado do município de Jandaíra, Bahia, conhecido nacional e internacionalmente.

Os pescadores oferecem transporte marítimo em barcos à vela ou a motor para Mangue Seco. As operadoras de turismo Ibero Star, Nozes e Gazela (da Bahia) atracam suas embarcações em Terra Caída para que seus turistas almocem no restaurante da comunidade que oferece comida típica de qualidade.

Apesar de contar com duas pousadas, poucos turistas se hospedam no povoado, que também possui várias casas de veraneio. A maioria dos turistas chega à localidade de veículo próprio vindos de Aracaju e da Bahia. Esses turistas muitas vezes param no povoado para se alimentarem antes de fazer a travessia pela balsa Terra Caída (Indiaroba) - Porto Nangola (Estância) rumo a Aracaju.

A Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores Povoado Terra Caída é atuante, organizada e se encontra em dia com suas obrigações jurídicas e fiscais. Já desenvolve ou desenvolveu com o envolvimento da comunidade as seguintes atividades (Anexo I):

GINALDO

- Campanha Alimente-se na Casa de um nativo – durante 3 meses a Associação cadastrou famílias que organizavam almoços em suas casas, a preços acessíveis, com cardápios para os turistas que visitavam o povoado;
- Artesanato
- Cantando com Cidadania – Grupo Cultural Cantos da Terra - resgate das músicas antigas que falam do povoado;
- Vamos Cuidar Juntos de Terra Caída;
- Reveillon em Terra Caída;

A associação também já articula com os seguintes parceiros e focos:

GINALDO

- SEBRAE – capacitação profissional;
- Delegacia Regional do Trabalho – DRT – economia solidária;
- PETROBRAS – Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras – PEAC para educação ambiental e identificação de medida compensatória no processo de licenciamento ambiental (no caso de Terra Caída a medida identificada foi a construção de centro de turismo);
- Banco do Nordeste – PRODETUR – Pólo Costa dos Coqueirais;
- Secretaria Especial de Pesca – SEAP – ações com os pescadores;
- Operadoras de Turismo.

A comunidade está inserida na Área de Preservação Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe (Decreto 13.468 de 21 de janeiro de 1993) constituída por manguezais, estuários, dunas, restingas e lagoas. Esses ecossistemas se encontram conservados no entorno do povoado. Segundo o presidente da Associação, a área possui os seguintes atrativos turísticos ainda não explorados: terapia da mangaba; Fonte das Pedras; pescaria no estuário, passeios pelos manguezais; Lagoa Vermelha e passeios de jegue, charrete e bicicleta; trilhas para trekking.

A presente proposta na realidade só vem a fortalecer e organizar uma atividade que já se desenvolve na comunidade e está inserida no dia-a-dia de seus residentes.

5.3. Como os residentes da comunidade serão envolvidos nas atividades do projeto?

O povoado de Terra Caída foi identificado como grande potencial para desenvolver o não só pela sua vocação para a atividade turística, mas sim pela atuação da Associação e pelo envolvimento contínuo da comunidade nas atividades desencadeadas pela sua organização social. Além disso, o município de Indiaroba se encontra no Pólo Costa dos Coqueirais, destino indutor do Plano Nacional de Turismo 2007-2010 do Ministério do Turismo.

Os residentes da comunidade já se encontram inseridos no projeto desde sua elaboração. A presente proposta foi elaborada juntamente com o presidente da Associação pela Cidadania dos Pescadores e Moradores Povoado Terra Caída, Ginaldo Custódio Lessa. Foi realizada uma visita técnica pelos elaboradores do projeto ao povoado e, por meio de conversas informais com o dono do restaurante e barqueiros foram identificadas algumas atividades necessárias ao desenvolvimento do projeto.

As atividades serão realizadas com famílias que se dispõem a participarem do projeto, conforme grupos de interesse e atividades: mulheres, jovens, idosos, donos de bares e restaurantes, artesãos, donos de pousadas, dentre outros. Como isso já ocorre na comunidade, a mobilização se torna um obstáculo a menos a ser enfrentado pelo projeto.

Os técnicos, monitores, parceiros que desenvolverão atividades irão se alimentar e hospedar na própria comunidade, bem como utilizar serviços que forem necessários ao projeto. Isso ocorrerá caso não afete a prestação de contas do projeto, visto que muitas vezes esses estabelecimentos e serviços dos povoados não possuem nota fiscal.

Para a identificação dos participantes das oficinas e cursos serão respeitadas as questões de gênero, juventude, idosos, diversidade cultural, analfabetos e as que se fizerem necessárias para o bom andamento do projeto.

5.4. Como se pretende envolver os membros da comunidade nas atividades de planejamento, execução e administração do projeto?

Para a gestão do projeto, em conjunto com a Sociedade Semear, será composto um grupo gestor comunitário do projeto formado por representantes da associação das pousadas, restaurantes e bares, barqueiros, artesãos, pescadores e jovens. Eles participaram do planejamento, execução e avaliação das atividades. Esse grupo de representantes é uma proposta do projeto, mas pode ser modificado conforme as manifestações da comunidade, em oficinas participativas para eleição dos mesmos.

As decisões sobre a gestão e os rumos do projeto serão tomadas em conjunto com esse grupo e comunicadas de forma transparente para a comunidade.

6. METAS E RESULTADOS

(Onde se quer chegar?)

Gestão comunitária, sustentável e organizada na maioria dos componentes da cadeia produtiva das atividades o turismo do Povoado de Terra Caída.

6.1. O que se espera obter de resultados com o projeto?

- Mobilização realizada pelos próprio comunitários para atividades a serem desenvolvidas no povoado – auto-mobilização.
- Realização de no mínimo 10 Oficinas participativas com no mínimo 15 participantes.

- Realização de no mínimo 17 cursos com linguagem acessível com no mínimo 15 participantes cada.
- Conflitos identificados e mediados de forma contínua.
- Avaliações qualitativas e quantitativas por atividades com bons conceitos.
- Apresentação de 20 relatórios.
- Formação de no mínimo 355 participantes dos cursos de forma direta.
- Formação grupo gestor consolidado e profissionalizado para a continuidade das atividades após o término do projeto.
- Diagnóstico Participativo do Turismo Sustentável do Povoado Terra Caída.
- A maioria dos componentes da cadeia produtiva do turismo sustentável da comunidade gerida por residentes do Povoado Terra Caída.
- Roteiro turístico do povoado formado.
- Envolvimento de no mínimo 10 parceiros durante o projeto.

6.2. O que a comunidade ganhará com o projeto?

- Organização comunitária e estímulo à participação na busca da autonomia com envolvimento de parceiros.
- Conhecimento técnico e profissional aliado ao conhecimento popular para a gestão do turismo.
- Poder de articulação interinstitucional para atuar em rede.
- Central para administração do turismo sustentável, pré-estruturada com a doação dos materiais permanentes utilizados nesse projeto.
- Documento oficial sobre a realidade local do turismo (Diagnóstico) para dar suporte a ações de médio e longo prazo.
- Aprendizado em planejamento, execução, avaliação e gestão de projetos.
- Atuação nos princípios da economia solidária.

6.3. Quais os benefícios para o turismo na área abrangida pelo projeto?

JOAB

7. O que se pretende mudar ou melhorar na área abrangida pelo projeto?

- Organização social e gestão comunitária do turismo.
- Geração de renda para a comunidade.
- Conhecimento popular com conteúdo técnico.
- Situação dos jovens, mulheres e idosos que não possuem atividades de envolvimento com a comunidade.
- Exploração da cadeia do turismo com envolvimento da comunidade e com o mínimo de participantes externos.
- Maior envolvimento para a busca de solução de problemas socioambientais do povoado, que já tem uma preocupação nesse sentido.
- Estabelecimento de roteiro de visitação que ainda não existe na comunidade.
- Estimular a presença do turista na comunidade, que atualmente só ocorre de passagem.

8. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

(Como se pretende medir o sucesso do projeto?)

O sucesso do projeto pode ser medido continuamente para que ocorra, caso necessário, o estabelecimento de novas estratégias de implementação. Para tanto o projeto será monitorado continuamente e serão estabelecidos métodos de avaliação em vários momentos do desenvolvimento das atividades.

8.1. Qual a forma de acompanhar o desempenho (grau de sucesso) do projeto enquanto ele é executado?

O monitoramento e a avaliação do projeto serão realizados por meio de:

- Relatórios mensais;

- Reuniões de avaliação com a equipe técnica por atividade desenvolvida;
- Aplicação de questionários quantitativos;
- Registro e análise de discursos para levantamento de dados qualitativos;
- Estabelecimento de indicadores para aferição de impacto no desenvolvimento local;
- Construção de matrizes de monitoramento.

8.2. Como o desempenho (grau de sucesso) do projeto será acompanhado ao longo de sua execução?

- Avaliações qualitativas e quantitativas por atividades desenvolvidas e do projeto ao término do mesmo.
- Avaliações internas da equipe técnica, por atividade, para o melhor desenvolvimento do projeto e proposição de estratégias.

8.3. Como o acompanhamento do projeto poderá auxiliar na sua adaptação, para o caso de serem necessárias mudanças ao longo de sua execução?

Ao avaliar atividade por atividade, no acompanhamento do projeto poderão ser detectados os pontos fortes, que não necessitam de mudanças, e os pontos a melhorar. Nesses últimos, no planejamento e a execução das atividades serão propostas estratégias e metodologias que possibilitarão a melhoria das atividades a serem desenvolvidas.

A avaliação permitirá também melhorias na equipe técnica e no aprofundamento do conhecimento a ser disponibilizado para a melhor execução do projeto.

9. PÚBLICO-ALVO

(Quem será beneficiado? Quantas pessoas serão beneficiadas?)

- Beneficiados diretos: a comunidade do Povoado Terra Caída; associação; donos de bares, restaurantes e pousadas; barqueiros, pescadores; jovens; idosos; mulheres; artesãos; operadoras de turismo, gestão municipal e parceiros.
- 500 pessoas beneficiadas diretamente.

10. PRAZO DE EXECUÇÃO

(Quanto tempo é preciso para que se execute o projeto?)

18 meses

11. ORÇAMENTO

(Qual o montante de recursos necessários para a execução do projeto?)

ORÇAMENTO				
DESPESAS	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
DESPESAS CORRENTES				
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Coordenador técnico	18	1.500,00	27.000,00
	Assessor administrativo	18	500,00	9.000,00
	Turismólogo	17	1.000,00	17.000,00
	Sociólogo ou Biólogo	17	1.000,00	17.000,00
	Impostos			32.900,00
SUB-TOTAL				102.900,00
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Contas telefônicas (celular)	16	30,00	480,00
	Seguro contra acidentes pessoais	3	40,00	120,00
SUB-TOTAL				600,00
Material de consumo	Cartucho tinta preta	20	48,00	960,00
	Cartucho tinta colorida	20	68,00	1.360,00
	Caneta esferográfica azul	400	0,55	220,00
	Pacote de papel ofício	160	14,00	2.240,00
	Tesoura	4	7,00	28,00
	Lápis com borracha na ponta	400	0,35	14,00
	Caneta pilot	200	1,40	28,00
	Fita crepe	20	3,80	76,00
	Papel craft	1.000	0,25	250,00
	Pasta elástica	200	1,20	240,00
	Tonner para fotocópias	9	80,00	720,00
	Grampeador	1	12,50	12,50
	Perfurador	1	13,00	13,00
	Caixa de clips	4	1,20	4,80
	Caixa de grampos	2	2,50	5,00
	Protetor solar	2	40,00	80,00
	Caixa de primeiros socorros	1	30,00	30,00
	Pastas para relatórios	22	5,00	110,00

	Lanches	800	7,00	5.600,00
SUB-TOTAL				11.940,30
Passagens e despesas com locomoção	Locação de veículo com manutenção	15	1.300,00	19.500,00
	Combustível	2.000l	2,56	5.120,00
Diárias	Hospedagem e alimentação	100	50,00	5.000,00
SUB-TOTAL				29.620,00
DESPESAS DE CAPITAL				
Equipamentos e material permanente	Câmara digital 7MP	1	800,00	800,00
	Notebook	1	2.000,00	2.000,00
	Data show	1	2.000,00	2.000,00
SUB-TOTAL				4.800,00
TOTAL				149.860,000

13. REFERÊNCIAS E ELETRÔNICAS